

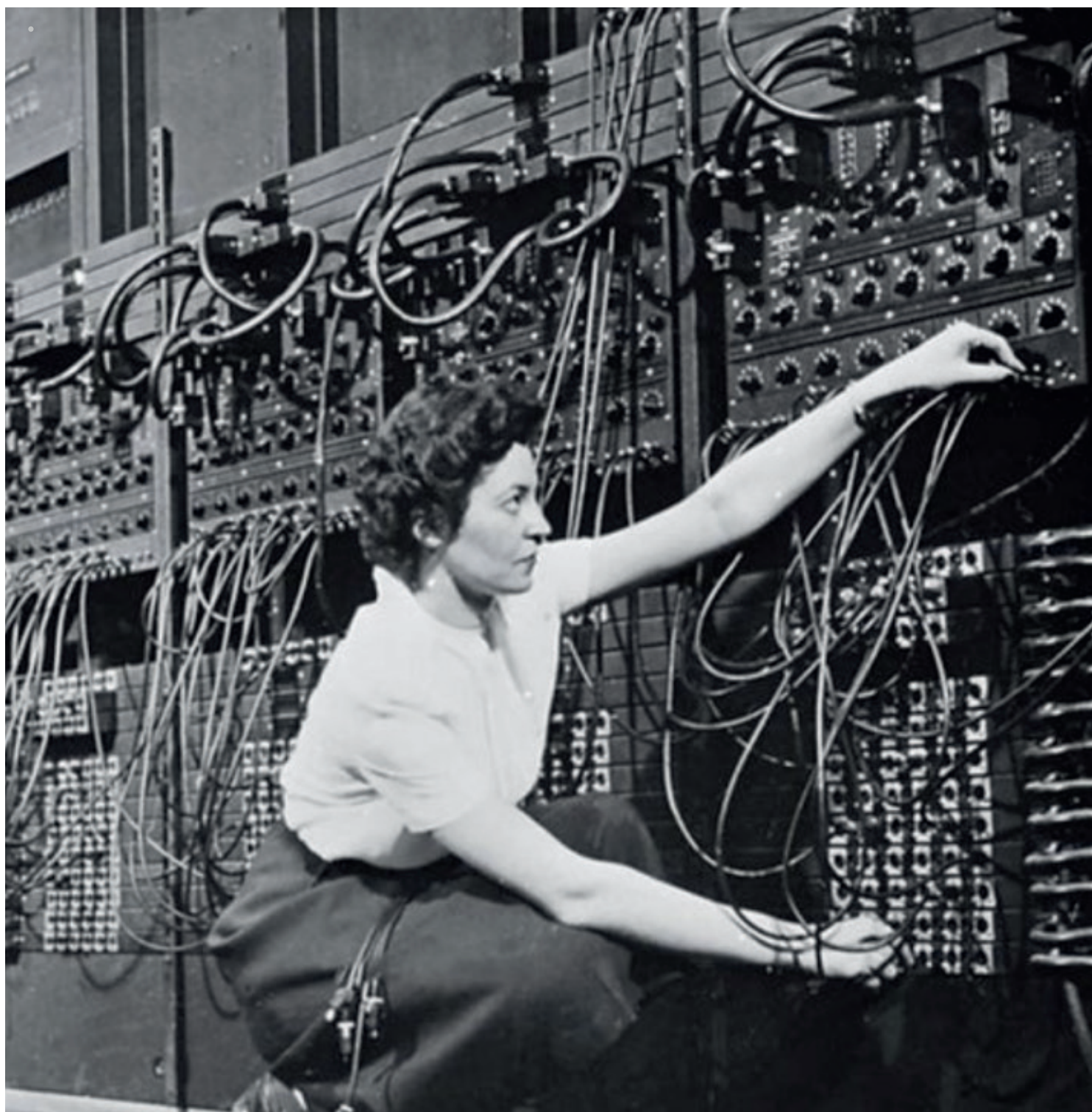
# PRÁTICAS DA HISTÓRIA

---

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

---

Nº 14 - 2022





As normas de publicação podem ser encontradas em: <http://www.praticasdahistoria.pt/pt>.

# PRÁTICAS DA HISTÓRIA

---

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

---

Nº 14 - 2022

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

## Práticas da História

### Conselho Editorial

Ana Lucia Araujo [Howard University]

Elisa Lopes da Silva, ~~gestão editorial~~ [Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA FCSH)]

Inês Nascimento Rodrigues [Centro de Estudos Sociais (CES-UC)]

Joaquim Gafeira [Instituto de Estudos Medievais (IEM – NOVA FCSH)]

José Guedes [Centro de História da Universidade de Lisboa (CHULisboa)]

José Miguel Ferreira [Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa)]

José Neves [Instituto de História Contemporânea (IHC – NOVA FCSH)]

Margarida Rendeiro [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç) e Universidade Lusíada]

Matheus Pereira [Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa)]

Pedro Martins, director da revista [Instituto de História Contemporânea (IHC – NOVA FCSH)]

Rui Lopes [Instituto de História Contemporânea (IHC – NOVA FCSH)]

Sandra Ataíde Lobo [CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH/UAç)]

### Conselho Científico

Alessandro Portelli [Università di Roma La Sapienza]

António M. Hespanha [Universidade Nova de Lisboa] †

Enzo Traverso [Cornell University]

Fernando Catroga [Universidade de Coimbra]

Fernando Rosas [Universidade Nova de Lisboa]

Francisco Bethencourt [King's College London]

Henrique Espada Lima [Universidade Federal de Santa Catarina]

João Luís Lisboa [Universidade Nova de Lisboa]

Lília Moritz Schwarcz [Universidade de São Paulo]

Luís Trindade [Universidade de Coimbra]

Maria de Lurdes Rosa [Universidade Nova de Lisboa]


Robert Rowland [ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]

Rui Bebiano [Universidade de Coimbra]

Sérgio Campos Matos [Universidade de Lisboa]

Simona Cerruti [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris]

Verónica Tozzi [Universidad de Buenos Aires]

Imagens de capa: Fotogramas do capítulo 4 “O colonizado sustenta o patricarcado” da obra *Anticorpo. Uma Paródia do Império Risível* (2019), de Patrícia Lino 

Composição de capa: Lais Pereira



# Índice

## **Editorial**

- Humanidades Digitais na teoria e prática da História 7  
*Daniel Alves e Eric Brasil*

## **Artigos**

- Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero paroquial (1833-1911) 15  
*Sérgio Pinto e Paulo Alves*

- A cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) em dois tempos: uma proposta de mapa digital interativo para o ensino de História na educação básica 57  
*Roberta Martinelli e Barbosa*

- Práticas de Humanidades Digitais em ensino de História com o *software* Inkscape 89  
*Carlos Torcato*

- Fake news* e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19 117  
*Ian Kisil Marino e Thiago Lima Nicodemo*

## **Ensaio**

- História digital, mineração de texto e análise textual: algumas possibilidades através da utilização de ferramentas oferecidas pelo Perseus Project 151  
*Ismael Wolf*

Between atoms and bits: combining online and onsite  
research to broaden analytical insights on humanities 169

*Patrícia Esteves Reina*

### **Entrevista**

*Revistas de Ideias e Cultura: entrevista ao* 185  
professor Luís Andrade

*Joana Malta*

### **Outros ensaios**

*Rua do Prior, 41: Lotta Continua, a Revolução dos Cravos* 201  
e o uso do passado no cinema documentário

*Lorenzo d'Amico de Carvalho e Giulia Strippoli*

### **Recensões**

Samuel Merrill, Emily Keightley e Priska Daphi, eds., 209

*Social Movements, Cultural Memory and Digital Media:  
Mobilising Mediated Remembrance*

*Verónica Ferreira*

Elke Weesjes, *Growing Up Communist in the Netherlands* 219  
*and Britain. Childhood, Political Activism, and Identity*

*Formation*

*Giulia Strippoli*

# **Editorial**

## **Humanidades Digitais na teoria e prática da História**

**Daniel Alves e Eric Brasil**

Já se passaram mais de 30 anos desde que o historiador inglês Robert John Morris, em um artigo intitulado “History and Computing: Expansion and Achievements”, falou sobre uma visão de futuro “na qual nenhum historiador poderia operar sem ser versado em computadores”. Em 1991, ele fazia uma avaliação da última década afirmando que tinha havido “uma revolução qualitativa e quantitativa na relação entre história e computação”. Obviamente, ele estava imbuído de um entusiasmo natural pelas novidades e potencialidades que então se abriram na relação entre o mundo digital e a construção do conhecimento histórico. As mais significativas na época eram a democratização do uso dos computadores pessoais e o desenvolvimento da Internet.

Na viragem para o século XXI, foi a área mais ampla das Humanidades Digitais que começou a consolidar-se. A sua definição tornou-se tão abrangente que houve quem a apelidasse de “grande tenda”. No fundo, tudo o que, de algum modo, vindo das humanidades e relacionado com o digital fosse feito, pensado ou divulgado, encontrava nessa “comunidade de práticas” (como também foram definidas) o seu espaço. Nesse sentido, a consolidação progressiva das Humanidades Digitais, primeiro no mundo anglo-saxónico, paulatinamente numa escala global, foi incorporando e por vezes substituindo denominações anteriores, como “História e Computação” ou “História Digital”, ao ponto de por vezes se diluírem e quase desaparecerem. Com a aceleração da transição digital forçada pela crise pandémica, reflectir sobre o impacto destas dinâmicas no campo historiográfico pareceu-nos relevante e necessário.

A escrita da História e o trabalho do historiador não ficaram incólumes a esta transformação digital. Os métodos da História diversifi-

caram-se e expandiram-se com a maior interdisciplinaridade subjacente às Humanidades Digitais, com as possibilidades de podermos tratar objectos de estudo cada vez maiores, mais complexos, fundados em volumes de dados crescentes. Este olhar marcado pelo digital influencia a maneira como olhamos e usamos o passado, bem como a(s) memória(s) que construímos a partir dele. Mas traz consigo outros tantos cuidados, cautelas e constrangimentos que não podemos ignorar.

Em parte, são estes os enquadramentos que nos permitem ler e apresentar os contributos reunidos neste dossier temático formado por quatro artigos, dois ensaios e uma entrevista. É interessante destacar a recorrente reflexão crítica acerca da relação entre metodologias e ferramentas digitais e as possibilidades de responder a questões historiográficas, ampliar o acesso público dos dados e fontes e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas e didáticas do ensino de História.

Nesse sentido, Carlos Torquato, no artigo “Práticas de Humanidades Digitais em Ensino de História com o software Inkscape”, reflete sobre a utilização do Inkscape, software de licença livre e código aberto, voltado para design gráfico, como uma ferramenta didática tanto no ensino superior quanto básico. O autor demonstra como a combinação do uso do software com os mapas disponibilizados na Wikipédia potenciam o desenvolvimento de uma literacia digital junto aos estudantes, capacitando-os para a elaboração de narrativas visuais que ultrapassam o texto escrito e linear.

Roberta Martinelli e Barbosa, em “A cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) em dois tempos: uma proposta de mapa digital interativo para o Ensino de História na educação básica”, avança nas reflexões sobre o uso da tecnologia digital como metodologia para o ensino de história. A autora apresenta uma discussão teórica sobre os impactos da História Pública e da História Digital para o Ensino de História e toma como exemplo analítico o mapa digital da cidade do Rio de Janeiro (1808-1850). Construído no âmbito de um projeto de iniciação científica no Colégio Pedro II, em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, o mapa digital, argumenta a autora, possibilita práticas pedagógicas que colocam as vivências de africanos e seus descendentes, escravizados e libertos, da cidade do Rio de Janeiro

no centro da análise histórica, ao mesmo tempo que coloca os estudantes como protagonistas no processo de elaboração da perspectiva histórica.

Além da História Pública e do Ensino de História, a utilização e reflexão sobre ferramentas e métodos digitais para a coleta, organização e análise de dados e fontes históricas constitui uma preocupação recorrente para a História Digital, e também estão presentes no dossier.

Para compreender o papel social e político da atuação do segmento eclesiástico do funcionalismo administrativo durante o período da Monarquia Liberal portuguesa, Sérgio Ribeiro Pinto e Paulo Alexandre Alves, no artigo “Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero paroquial (1833-1911)”, caracterizam uma base de dados relacional e de acesso livre, chamada “Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1910)”. Tal base contém elementos biográficos dos indivíduos e os dados referentes a processos de nomeação junto às paróquias. Assim, os autores buscam apresentar as possibilidades abertas pela referida base para a compreensão da figura jurídica do padroado e as suas especificidades no território português.

Ian Kisil Marino e Thiago Lima Nicodemo, no artigo “Fake news e arquivos digitais a partir da experiência da COVID-19”, colocam a questão dos arquivos digitais frente ao tema das *fake news*. Os autores propõem a reflexão sobre o caráter e papel dos arquivos e traços digitais na era das redes sociais digitais, apontando para sua importância para a História. Tal análise é realizada à luz do contexto da pandemia de COVID-19, e como as *fake news* e as políticas e medidas de combate a elas têm (terão) impactos na construção do conhecimento histórico.

O ensaio de Ismael Wolf, “História Digital, Mineração de Texto e Análise Texto. Algumas possibilidades através da utilização de ferramentas oferecidas pelo Perseus Project”, aprofunda as reflexões sobre ferramentas digitais, coleta de dados e a pesquisa em humanidades. O autor apresenta uma reflexão sobre as Humanidades Digitais e as técnicas e ferramentas de mineração de texto para a pesquisa, através de um comentário crítico do uso do Perseus. Enquanto Patricia Reina, no ensaio “Between Atoms and Bits: Combining Online and Onsite Research to Broaden Analytical Insi-



ghts on Humanities”, discute de forma aprofundada a complementaridade entre métodos digitais e analógicos de pesquisa. Suas reflexões estão situadas no âmbito dos estudos da história do livro, contudo, podem e devem ser estendidas para todas as áreas da pesquisa histórica.

Finalizando o dossier, a entrevista realizada por Joana Malta ao professor Luís Andrade apresenta reflexões importantes sobre um projeto consolidado que ainda se encontra em expansão. Luís Andrade é diretor do programa Revistas de Ideias e Cultura, tema central da entrevista. Através das perguntas de Joana Malta e das respostas do diretor, podemos acompanhar a trajetória do projeto e sua conexão com a emergência do digital na viragem do século XX para o XXI. Trajetória que passou por seminários, grupos de investigação, websites, DVDs e, mais recentemente, pelo portal com mais de 30 revistas. Ao ler a entrevista, podemos compreender os critérios, os métodos, as escolhas e a estrutura digital que formam o portal e a perspectiva que sustenta o programa, sobretudo no que diz respeito ao acesso às fontes, de forma aberta e universal.

\*\*\*

Para além do dossier especial, este número da revista *Práticas da História* inclui ainda um ensaio-entrevista de Giulia Strippoli com o realizador Lorenzo d’Amico. Tomando como ponto de partida o seu documentário *Rua do Prior, 41*, dedicado à relação entre o grupo de esquerda italiano *Lotta Continua* e a revolução de 25 de abril de 1974, este diálogo aborda as interações entre imagem, memória e revolução.

Por fim, na já habitual secção de resenhas, são analisadas duas obras recentes que abordam as ligações entre memória e ativismo político. Na primeira resenha, Verónica Ferreira discute o volume editado por Samuel Merrill, Emily Keightley e Priska Daphi com o título *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance*. Por seu lado, na segunda, Giulia Strippoli analisa a obra de Elke Weesjes, *Growing up Communist in the Netherlands and Britain. Childhood, Political Activism, and Identity Formation*.

# **Editorial**

## **Digital Humanities in the Theory and Practice of History**

**Daniel Alves and Eric Brasil**

It has now been 30 years since the English historian Robert John Morris, in an article titled “History and Computing: Expansion and Achievements”, talked about a vision of the future “in which no historian could operate without being computer literate”. In 1991, Morris assessed the past decade, stating that “there has been a qualitative and quantitative revolution in the relationship between history and computing.” He was obviously imbued with an enthusiasm for the novelties and potentialities that had then opened up in the relationship between the digital world and the construction of historical knowledge. The most significant at the time were the democratization of the use of personal computers and the development of the Internet.

The turn of the twenty-first century saw the consolidation of the more general field of Digital Humanities. Its definition became so embracing that some called it a “big tent”. In fact, everything somehow related to humanities and the digital that was done, thought or divulged could find its space in that “community of practices” (as they were also defined). Therefore, the growing consolidation of Digital Humanities, first in the Anglo-Saxon world and then slowly on a global scale, incorporated and sometimes replaced previous designations such as “History and Computing” or “Digital History” to the point of dilution and almost disappearance. With the acceleration of the digital transition forced by the pandemic crisis, it seemed relevant and necessary to reflect on the impact of these dynamics in the historiographical field.

The writing of history and the work of historians were touched by this digital transformation. Historical methods diversified and expanded with the interdisciplinarity that is inherent to Digital Humanities, giving us the possibility of addressing larger and more complex objects of study, based on increasing volumes of data. This outlook, shaped by the digital, influences the way we look at the past and use it as well as the memory(ies) that we build from it. Yet it also brings other concerns, cautions and constraints which we cannot ignore.

This is the framework behind the contributions in this thematic dossier, composed of four articles, two essays and an interview. It is noteworthy to emphasize the recurrent critical reflection about the relationship between digital methodologies and tools and their possibilities in terms of answering historiographical questions, expanding public access to data and sources and, consequently, the pedagogical and didactical practices of teaching history.

Carlos Torquato, in his article “Practices of Digital Humanities in the teaching of History with Inkscape software”, reflects on the use of the free-license and open-source graphical design software Inkscape as a didactical tool in higher and basic education. The author demonstrates how the combination of this software with the maps available on Wikipedia can potentiate the development of digital literacy among students, enabling them to elaborate visual narratives that go beyond the linear and written text.

Roberta Martinelli e Barbosa’s article “The city of Rio de Janeiro (1808-1850) in two times: An interactive digital map proposal for the teaching of History in basic education” continues the previous reflection on the use of digital technology as a method for teaching history. The author presents a theoretical discussion on the impact of Public History and Digital History in the teaching of the discipline by examining the case study of the digital map of the city of Rio de Janeiro (1808-1850), built in the context of a project of scientific initiation based on a partnership between Colégio Pedro II and the department of history from the Universidade Federal Fluminense. Barbosa argues that this map allows pedagogical practices that not only place the experiences of

Rio de Janeiro's Africans and their descendants – both slaves and freed slaves – in the centre of historical analysis, but also make students the protagonists in the process of elaboration of historical perspective.

In addition to Public History and the Teaching of History, the use and reflection about digital tools and methods for collecting, organizing, and analysing historical data and sources is a recurrent concern for Digital History that is also present in this dossier.

The article “Digital methodologies in the study of local government. The case of the parish clergy (1833-1911)”, by Sérgio Ribeiro Pinto and Paulo Alexandre Alves, describes the open-source relational database “Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1910)” with the aim of better understanding the social and political role of the ecclesiastical administrative staff segment during the period of the Portuguese liberal monarchy. This database contains biographical elements of individuals and data related to parish nominations. Thus, the authors present the possibilities provided by such a database in terms of the comprehension of the juridical figure of the advowson and its specificities in the Portuguese territory.

Ian Kisil Marino and Thiago Lima Nicodemo's article “Fake News and digital archives based on the experience of COVID-19” confronts digital archives with the subject of “fake news”. The authors propose a reflection on the character and role of digital archives and tracking in the era of digital social networks, pointing out their importance to the discipline of history. Such analysis focuses on the context of the COVID-19 pandemic, demonstrating how “fake news” and the policies to combat them have (and will have) impact in the construction of historical knowledge.

Ismael Wolf's essay “Digital history, text mining and text analysis: some possibilities through the use of Perseus Project tools” deepens previous reflections on digital tools, data collection and research in humanities. The author reflects on Digital Humanities and text mining techniques and tools for research through a critical commentary on the use of the Perseus Project. In turn, Patrícia Reina, in the essay “Be-

tween atoms and bits: combining online and onsite research to broaden analytical insights on humanities”, discusses more profoundly the complementarity between digital and analogical methods of research. Her reflections can be situated in the field of the history of books, yet they can and should be extended to other areas of historical research.

The dossier concludes with an interview by Joana Malta to Professor Luís Andrade that presents significant reflections on a project that has become consolidated but is still expanding, the program *Revistas de Ideias e Cultura*. Through this interview, it is possible to follow the project’s trajectory and its connection with the emergence of the digital at the turn of the twenty-first century. Such a trajectory involved seminars, research groups, websites, DVDs and, more recently, a portal with more than thirty magazines. By reading the interview, one can understand the criteria, methods, choices, and digital structure that compose the portal, as well as the perspective in which it is based, notably the open and universal access to historical sources.

\*\*\*

Besides this special dossier, this issue of *Práticas da História* also includes an essay-interview by Giulia Strippoli with Lorenzo d’Amico. Focusing his documentary film *Rua do Prior, 41*, about the relations between the Italian left-wing group *Lotta Continua* and the Portuguese Carnation Revolution, this conversation deals with the connections between image, memory and revolution.

As usual, the issue concludes with a review section, dedicated to two recent works on memory and political activism. In the first, Verónica Ferreira discusses the volume edited by Samuel Merrill, Emily Keightley and Priska Daphi, *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance*. In the second, Giulia Strippoli reviews Elka Weejes book *Growing up Communist in the Netherlands and Britain. Childhood, Political Activism, and Identity Formation*.



## **Sérgio Pinto e Paulo Alves**

### **Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero paroquial (1833-1911)**

---

O papel social e político do clero paroquial durante a Monarquia Liberal portuguesa é frequentemente referido, mas está insuficientemente estudado, ao contrário do que sucede com esse grupo social noutras historiografias. Este artigo visa apresentar o trabalho em curso sobre o segmento eclesiástico do funcionalismo administrativo nesse período de confessionalidade do Estado Português que deverá resultar na identificação dos indivíduos; na localização geográfica dos seus empregos e respetivas tipologias; na avaliação das suas carreiras. Identificando as fontes que suportam essa investigação, apresenta a forma como as mesmas foram tratadas recorrendo a metodologias digitais. Em concreto, as possibilidades analíticas abertas pelas virtualidades da base de dados relacional onde são compilados tanto os elementos biográficos dos indivíduos que integraram o clero paroquial durante a Monarquia liberal, quanto os respetivos elementos relativos aos diversos processos de nomeação para o conjunto de paróquias em que, então, se articulava a administração eclesiástica do Estado Português.

Mot-clés: Humanidades Digitais; Administração Pública; Clero Paroquial; Monarquia Liberal (1833-1910).

---

### **Digital methodologies in the study of local government. The case of the parish clergy (1833-1911)**

The social and political role of the parish clergy during the Portuguese Liberal Monarchy is frequently mentioned, but it is insufficiently studied, contrary to what happens with this social group in other historiographies. This article aims to present the ongoing research on the ecclesiastical administrative staff segment in the confessional period of the Portuguese State, which should result in the identification of individuals; the geographic location of their jobs and respective typologies; in evaluating their careers. By identifying the sources that support this investigation, this paper presents the way they were treated using digital methodologies. Moreover, it presents the analytical possibilities opened by the features of the relational database. On one hand, the biographical elements of the individuals who were part of the parish clergy during the Liberal Monarchy. On another, the respective elements related to their various nomination processes for the set of parishes in which, then, the ecclesiastical administration of the Portuguese State was articulated.

Keywords: Digital humanities; Public Administration; Parish Clergy; Liberal Monarchy (1833-1910).

# Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero paroquial (1833-1911)

Sérgio Pinto e Paulo Alves\*

## Introdução

A aplicação de instrumentos digitais a estudos de âmbito historiográfico tem vindo a ser reforçada ao longo da última década, abrangendo as mais diversas problemáticas. Contudo, os estudos até agora levados a cabo, não só não esgotam as potencialidades deste tipo de instrumentos como existem ainda muitos objetos e quadrantes geográficos cujas metodologias de estudo têm estado distantes daquilo a que se chama de humanidades digitais.

Um dos casos que ilustram esta última asserção é a análise do processo português de construção do Estado contemporâneo, principalmente se consideramos o liberalismo monárquico após 1833.

Este artigo visa discutir as potencialidades da aplicação de instrumentos digitais a partir do caso do estudo da paroquialidade enquanto estrutura basilar da administração pública portuguesa até à laicização do Estado encetada com a Lei da Separação de 1911. Sem o conhecimento aprofundado dos agentes daquela administração, a perceção do grau de simbiose entre as esferas civil e eclesiástica do Estado português durante o liberalismo monárquico resulta muito parcelar e esba-

\* Sérgio Ribeiro Pinto (sergioribeirpinto@gmail.com) Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Universidade Católica Portuguesa, rua da Palma de Cima 1649-023 Lisboa; Paulo Alexandre Alves (paulo.alves@fesh.unl.pt) Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH, Av. Berna, 26 C 1069-061 Lisboa. Artigo original: 4-2-2022; Artigo revisto: 20-4-2022; Aceite para publicação: 27-4-2022.

tida, com potenciais consequências nefastas para as análises de outros aspetos desse período.

Em ordem a conceber um estudo desta magnitude, as metodologias digitais apresentam-se como uma componente indispensável, quer pela sua natureza, quer pelas suas potencialidades. Em particular, a elaboração de uma base de dados relacional permite modelar a informação que é possível carrear de diversas origens – quer civil, quer eclesiástica – sobre o setor mais numeroso do ramo eclesiástico da administração pública liberal, o clero paroquial. Pelas características de que se reveste, as tipologias documentais usadas e os elementos disponibilizados, permite análises que incidam sobre diversos aspetos sociais, políticos e económicos do constitucionalismo liberal português, considerados singularmente ou em dinâmica comparativa.

De facto, desconhece-se, quase por completo, um dos protagonistas centrais do processo político e social de laicização do Estado empreendido com o advento do regime republicano, bem como as respetivas consequências económicas e financeiras. Até então, o clero paroquial desempenhou uma das mediações do Estado português: pela dispersão territorial da sua presença, fazia chegar a intervenção do poder público às mais periféricas parcelas do território do país. Quantos foram, qual a sua origem geográfica e extração social, quais os seus percursos académicos, como alcançaram esses lugares da administração pública e quais as influências que se conjugaram para que os atingissem, qual o impacto – simbólico, social e financeiro – de que se revestiu o desempenho dessas funções? As respostas a todas estas questões permanecem em aberto.

A criação do Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1910), uma base de dados relacional disponibilizada em linha e de acesso livre, constitui um esforço no sentido de coligir e operacionalizar os elementos empíricos que permitem responder às questões enunciadas.

A novidade deste esforço não reside no tipo de instrumento a que se recorreu. Há, de resto, aplicações e estudos com resultados comprovados que se socorreram de ferramentas digitais para o tratamento de documentação cuja tipologia se assemelha à que será apresentada.

Todavia, constitui uma tentativa inovadora na escala de observação – de âmbito nacional – e na disponibilização e consulta *online* da informação que disponibiliza e no modo como o faz.

Começa-se por situar a base de dados relacional no quadro dos esforços de aplicação de ferramentas digitais pela historiografia portuguesa, sublinhando as suas potencialidades na superação das lacunas apontadas pela literatura especializada ao tratamento da problemática da paroquialidade, cotejando-se com a produção historiográfica internacional diretamente comparável.

No segundo apartado apresentam-se os elementos estruturantes da base de dados relacional, ajudando a compreender a dimensão e abrangência dos elementos facultados pelo Registo da Paroquialidade.

Na parte seguinte aborda-se o impacto sociopolítico e administrativo que resultou do estabelecimento da exclusividade do padroado régio pelo liberalismo monárquico, implicando a inclusão do clero paroquial no quadro dos servidores do Estado. Conhecer as consequências da opção tomada pelo liberalismo português de empreender uma gestão nacional e desejavelmente centralizada do fenómeno paroquial torna evidente a utilidade da aplicação da ferramenta digital escolhida no estudo da paroquialidade, dificilmente abordável sem o recurso a esse tipo de instrumentos.

Esclarecer as tipologias documentais usadas e respetivas potencialidades, bem como as aplicações analíticas da base de dados, é o propósito do último apartado.

## 1. Estado da arte

No que toca à utilização de metodologias digitais na investigação histórica, existe já uma longa e continuada prática, tendo esta ganhado tração, sobretudo, com a massificação do computador pessoal, primeiro, e do acesso à internet, posteriormente. A criação de ferramentas digitais com enfoque na historiografia, como o Kleio<sup>1</sup>, na década de 80 do século passado, vem, com efeito, atestar um uso anterior baseado noutra tipo

1 Cf. Onno Boonstra, Leen Breure, Peter Doorn, “Past, Present and Future of Historical Information Science”, *Historical Social Research* 29, n.º 2 (2004): 26-27.

de abordagens mais casuísticas e, em boa parte, em programas de bases de dados genéricos. Em Portugal, datam também da mesma altura os trabalhos pioneiros de Maria da Conceição Rodrigues, de Luís Espinha da Silveira ou de António Hespanha, entre outros, que aplicaram metodologias e ferramentas digitais à Arqueologia e à História Contemporânea<sup>2</sup>. Mais recentemente, são também de destacar os trabalhos de Daniel Alves, sobretudo aqueles associados ao uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e de informação georreferenciada, como o Atlas de Cartografia Histórica<sup>3</sup>, ou o Atlas das Paisagens Literárias<sup>4</sup>, combinando, este último, elementos textuais com outros de índole geográfica e descritiva. No âmbito da história religiosa, destaca-se, de forma global, o Portal de História Religiosa<sup>5</sup>, como um esforço amplo de introdução de metodologias digitais neste âmbito da historiografia, que passa pela digitalização de fontes, descrição arquivística e disponibilização de bases de dados associadas a projetos, entre outros conteúdos.

O recurso a bases de dados relacionais para a prossecução de estudos prosopográficos não é, também ele, um facto inédito, nem sequer no que se refere a eclesiásticos. Casos como o da Clergy of the Church of England Database (CCED)<sup>6</sup>, que disponibiliza as vinculações dos clérigos às paróquias de Inglaterra, apresenta-se como concretização efetiva de uma abordagem deste género. Este trabalho baseia-se em fontes dispersas por mais de 50 arquivos, de Inglaterra e País de Gales, em ordem a recolher o maior número possível de referências a clérigos para o longo período estudado (1540-1835). Outras abordagens prosopográficas semelhantes, mas para contextos distintos podem ser apresentadas, como a base de dados de dirigentes católicos portu-  
gue-

2 Cf. Daniel Alves, “Bases de dados e investigação histórica. O caso do inventário de D. Teodósio”, in *Todas as partes do mundo: o património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. 2: Documentos, ed. Jessica Hallett e Nuno Senos (Lisboa: CHAM/Fundação da Casa de Bragança, 2018), 17-21. Para um panorama mais geral sobre a realidade portuguesa veja-se: Daniel Alves, “From ‘Humanities and Computing’ to ‘Digital Humanities’: Digital Humanities in Portugal with a Focus on Historical Research”, *Literary and Linguistic Computing* 17 (2002): 345-60.

3 <http://atlas.fcsh.unl.pt/>.

4 <http://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/>.

5 <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/>.

6 Disponível em <https://theclergydatabase.org.uk/>.



ses<sup>7</sup>, que contém informação sobre os cargos ocupados no âmbito dos organismos da Acção Católica Portuguesa entre 1934 e 1971; ou a *Prosopography of Anglo-Saxon England* (PASE)<sup>8</sup>, que contém informação sobre registos de pessoas que viveram em Inglaterra, entre os séculos VI e VII, recorrendo, entre outras, a fontes de teor religioso ou eclesiástico.

Neste tipo de investigações há, portanto, um problema de escala, que dificilmente se resolve sem o recurso a metodologias digitais que potenciem o trabalho em equipa. Por outro lado, os dois exemplos apontados que mais se aproximam da nossa metodologia (o CCED e o PASE) possuem já alguma antiguidade, que se nota na plataforma informática em que se disponibilizam os dados. De facto, a visualização da informação parece estar bastante perto da lógica interna de uma base de dados, o que pode significar que, em grande parte, a camada da aplicação plasma a de dados que lhe está subjacente. Neste aspeto, outros tipos de visualização da informação podem ser explorados, como fitas do tempo, solução adotada no presente trabalho.

Relativamente ao panorama historiográfico, na avaliação de António Hespanha, o Estado liberal português desenvolveu, relativamente à Igreja Católica, “uma estratégia de contínua redução” das suas “reservas políticas” e de “aproveitamento” das “estruturas eclesiásticas” para fins de “legitimação ideológica”, tirando “partido, no plano político-organizativo, do seu aparelho administrativo”. O autor considera de “especial interesse a utilização dos párocos como mediadores políticos entre as comunidades locais e o Estado, ou seja, como indivíduos que acumulam funções políticas da comunidade local com funções políticas periféricas da comunidade global”, o que reforçou o “papel político dos párocos entre a comunidade dos fregueses”<sup>9</sup>.

Não pode deixar de surpreender, por isso, o manto de silêncio historiográfico que cobre o clero paroquial do liberalismo monárquico, apesar das variadas referências à sua importância social, política e administrativa.

7 Disponível em <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/Corporacoes/index.php/Site/dirigentes>.

8 Disponível em <http://pase.ac.uk/index.html>.

9 António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português* (Coimbra: Almedina, 2004), 338-39.

Entre elas constam as feitas por Miriam H. Pereira que, já em 1994, fez notar a relevância do papel administrativo desempenhado pelo clero ao longo do século XIX “enquanto não é substituído pelo funcionalismo de formação universitária”, assinalando que tal ocorreu “ao serviço do Estado, e não duma organização autónoma, a Igreja”<sup>10</sup>.

Quase uma década depois, Nuno G. Monteiro e Fernanda Olival apontaram “a história social das carreiras eclesiásticas” como “campo disciplinar cujos contornos se encontram em Portugal ainda muito longe de uma exploração satisfatória”<sup>11</sup>. A inexistência desses estudos para as décadas finais do Antigo Regime não permite ponderar a magnitude das alterações provocadas pelo advento e consolidação da política religiosa liberal, apesar dos contributos que se encontram nos trabalhos de Fernando de Sousa<sup>12</sup>, Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva<sup>13</sup>, Ana M. Faria<sup>14</sup>, José D. Rodrigues<sup>15</sup> e Daniel Alves<sup>16</sup>, bem como do relevo dado à informação produzida no âmbito paroquial, entre outros, por Viriato Capela e Henrique Matos<sup>17</sup>.

Mais recentemente, Fernando Catroga sinalizou a importância de que se reveste o estudo da paroquialidade enquanto “peça basilar da estrutura administrativa”, apontando a escassez de investigações sobre

10 Cf. Miriam Halpern Pereira, *Das revoluções liberais ao Estado Novo* (Lisboa: Editorial Presença, 1994), 41.

11 Cf. Nuno Gonçalo Monteiro e Fernanda Olival, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, *Análise Social* 165, n.º 37 (2003): 1213-39.

12 Cf. Fernando de Sousa, “O clero da diocese do Porto em tempo das Cortes Constituintes,” *Revista de História* II. *Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna”* (1979): 245-63.

13 Cf. Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos de párcos”, *Revista de História das Ideias* 11 (1989): 175-268.

14 Cf. Ana Mouta Faria, “O clero em mudança, do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1930): demografia, representações e problemas de classificação social,” in *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, org. Benedita Maria Duque Vieira (Lisboa: ISCTE, 2004), 81-97; Ana Mouta Faria, *Os liberais na estrada de Damasco: Clero, Igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)* (Lisboa: FCG/FCT, 2006).

15 Cf. José Damião Rodrigues, “Família e clero em Portugal”, in *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa/elementos para uma história comparada*, ed. Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco (Évora: Publicações do CIDEHUS, 2010), consultado a 31/05/2019, <http://books.openedition.org/cidehus/5352>.

16 Cf. Daniel Alves, *Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)* (Lisboa: CEHR-UCP, 2012).

17 Cf. Viriato Capela e Henrique Matos, *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, 11 vols. (Braga: José Viriato Capela, 2011), a título exemplificativo.

esta problemática, donde resulta que “nem sempre se tem dado o devido relevo ao estudo do processo de afirmação da autonomia civil da paróquia (ou freguesia)”<sup>18</sup>.

Como tinha notado Espinha da Silveira, o processo de reforma administrativa desenvolvido pelo liberalismo almejou “penetrar na esfera da vida paroquial”, o que implicou valorizar a “figura do pároco” que, em contraste com o frade, “era querida à nova ordem política”. Equacionou-se, por isso, no contexto da sedimentação política e administrativa do liberalismo, a “redução” do número de paróquias, visando garantir “uma decente sustentação” do clero paroquial, visto como instrumento útil para garantir a coesão social, e libertar “recursos financeiros para o Estado” pela diminuição dos benefícios eclesiásticos sem cura de almas, entendidos como improdutivos e socialmente inúteis<sup>19</sup>.

A ausência de elementos, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa, tem redundado no geral desconhecimento da evolução da paroquialidade portuguesa e do pessoal que lhe estava afeto, com consequências, também, para uma perceção mais nítida da evolução do Estado, da sua administração e burocracia, onde o universo eclesiástico surge sub-representado ou está, mesmo, ausente<sup>20</sup>. Essas lacunas resultam, em grande parte, do elevado volume de documentos que o tratamento do tema requer e que são de difícil operacionalização sem o recurso a ferramentas digitais. Dificuldade acrescida pelo facto de o liberalismo português ter tentado uma organização nacional da paroquialidade, fator que contribui para acentuar o contraste entre a quase ausência do tratamento do tema pela historiografia nacional e o panorama que se encontra noutras latitudes.

Depois das abordagens seminais de René Rémond<sup>21</sup>, a historiografia francesa das últimas décadas legou um conjunto de estudos significa-

18 Cf. Fernando Catroga, *A geografia dos afectos pátrios* (Coimbra: Almedina, 2013), 209.

19 Cf. Luís Espinha da Silveira, *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo* (Cascais: Patrimonia Historica, 1997), 71.

20 Cf. Pedro Tavares de Almeida e Rui Miguel C. Branco, *Burocracia, estado e território. Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007).

21 Cf. René Rémond, *Les deux congrès ecclésiastiques de Reims et de Bourges. 1896-1900. Un témoignage sur l'Eglise de France*. 2.<sup>a</sup> ed. (Paris: Sirey, 1964).

tivo, tanto pela sua qualidade quanto pela diversidade de abordagens. Entre eles contam-se as sínteses globais de Pierre Pierrard, circunscritas ao período que medeia entre a concordata napoleónica e a lei da separação de 1905<sup>22</sup>, até à mais recente, dirigida por Nicole Lemaitre, com um espectro cronológico e geográfico mais amplo<sup>23</sup>. Beneficiando dos primeiros estudos desenvolvidos por Timothy Tackett, Jacques-Olivier Boudon tem fornecido um amplo conjunto de análises sobre a estrutura eclesiástica e o clero no período imediatamente posterior à Revolução Francesa, embora centrado no episcopado e nas lideranças diocesanas<sup>24</sup>. Para o período anterior ao processo revolucionário, especificamente sobre o clero paroquial, merece realce, tanto pela documentação carreada quanto pela amplitude cronológica e a metodologia prosopográfica, o muito bem documentado estudo de Ségolène de Dainville-Barbiche sobre a diocese de Paris<sup>25</sup>. O conhecimento desse clero foi aprofundado por Jean-Pierre Moisset, que consagrou um estudo às incidências financeiras do seu enquadramento institucional e à sustentação económica da rede paroquial parisiense no período concordatário<sup>26</sup>.

A historiografia francesa tem privilegiado as abordagens de âmbito diocesano, em razão da escala geográfica, mas também do enquadramento institucional do clero paroquial estabelecido pela concordata napoleónica. Nesse quadro, o estudo de Philippe Boutry permanece incontornável, até pela influência metodológica que exerceu – não só na historiografia francesa –, embora o seu âmbito não se cinja à prosopografia do clero paroquial e às respetivas carreiras<sup>27</sup>. Estabelecendo um

22 Cf. Pierre Pierrard, *La vie quotidienne du prêtre français au XIX<sup>e</sup> siècle. 1801-1905* (Paris: Hachette, 1986).

23 Cf. Nicole Lemaitre, *Histoire des curés* (Paris: Fayard, 2002).

24 Cf. Jacques-Olivier Boudon, *Les élites religieuses à l'époque de Napoléon. Dictionnaire des évêques et vicaires généraux du Premier Empire* (Paris: Nouveau Monde Édition/Fondation Napoléon, 2002) atendendo-se à bibliografia aí referida. Veja-se, também, o balanço feito pelo autor em “De la biographie à la prosopographie dans l'historiographie religieuse contemporaine”, in *L'histoire religieuse en France et en Espagne*, dir. Benoît Pellistrandi (Madrid: Casa de Velázquez, 2004), 121-35.

25 Cf. Ségolène de Dainville-Barbiche, *Devenir curé à Paris. Institutions et carrières ecclésiastiques (1695-1789)* (Paris: Presses Universitaires de France, 2005).

26 Cf. Jean-Pierre Moisset, *Les biens de ce monde. Les finances de l'Église catholique au XIX<sup>e</sup> siècle dans le diocèse de Paris (1802-1905)* (Bordéus: Presses Universitaires de Bordeaux, 2004).

27 Cf. Philippe Boutry, *Prêtres et paroisses au pays du Curé d'Ars* (Paris: Cerf, 1986).

balanço da historiografia gaulesa sobre a matéria no final da década passada, Samuel Gicquel estendeu à escala regional o seu estudo sobre as carreiras eclesiásticas na Bretanha<sup>28</sup>.

Depois destes desenvolvimentos, parece ter arrefecido o interesse da historiografia cisalpina sobre a problemática do clero paroquial, das suas carreiras e do papel político-administrativo que desempenhou até à laicização da administração pública. Na avaliação historiográfica feita por Maria Lupi, o mesmo sucedeu com a historiografia italiana<sup>29</sup>, cujo panorama traçou, salientando a relevância das abordagens de Maurilio Guasco, em particular a sua síntese de 1997<sup>30</sup>. Os estudos posteriores que este autor consagrou ao tema incidiram sobre outros aspetos, que não o estudo das suas carreiras<sup>31</sup>, mantendo-se grande parte das lacunas anteriormente identificadas por Maria Lupi.

No que respeita à historiografia espanhola, o quadro traçado por Antón M. Pazos em 2004 sublinhava a escassez de estudos sobre a problemática, avançando alguns elementos de caracterização do clero paroquial espanhol no período contemporâneo<sup>32</sup>. Ainda que se mantenham muitas das lacunas aí identificadas, a avaliação de Carmona Fernández em 2017 patenteia os progressos entretanto feitos, embora mais notórios no que respeita ao século XX<sup>33</sup>. Ainda assim, rareiam as investigações sobre as carreiras eclesiásticas, pelo que se reveste de particular interesse a abordagem de P. Saavedra, H. Sobrado e A. Prese-do, quer pelo período cronológico, quer pela incidência prosopográfica, quer, ainda, pela atenção dada à relação entre a malha paroquial, a

28 Cf. Samuel Gicquel, *Prêtres de Bretagne au XIX<sup>e</sup> siècle* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008).

29 Cf. Maria Lupi, “Clero italiano e cura pastorale in età contemporânea. Fonti e dibattito storiografico,” *Rivista di storia della Chiesa in Italia* 60 (2006): 69-89.

30 Cf. Maurilio Guasco, *Storia del Clero in Italia dall’ottocento a oggi* (Roma/Bari: Editori Laterza, 1997).

31 Cf. Maurilio Guasco, “Il clero curato: modelli e sviluppi”, in *Cristiani d’Italia. Chiese, società, stato, 1861-2011*, dir. A. Melloni (Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 2011), 869-79.

32 Cf. Antón M. Pazos, “Parroquias y clero paroquial”, in *L’histoire religieuse en France et en Espagne*, dir. Benoît Pellistrandi (Madrid: Casa de Velázquez, 2004), 201-24.

33 Cf. Carmona Fernández, “El clero secular y su formación en la España contemporánea: revisión historiográfica”, in *La historia religiosa de la España contemporánea: balance y perspectivas*, ed. Feliciano Montero, Julio de la Cueva e Joseba Louzao (Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2017), 139-71.



diversificação do clero que a servia e a inserção dos seus percursos nas redes sociais de poder no noroeste peninsular<sup>34</sup>. Embora de âmbito cronológico e temático diferenciado, são úteis para se apreciar a evolução do quadro eclesiástico espanhol na transição do Antigo Regime para o liberalismo os trabalhos de Andoni Artola Renedo sobre o episcopado<sup>35</sup> e de Consolación Fernández Mellén, sobre a diocese de Havana<sup>36</sup>.

A historiografia sobre a problemática do clero na contemporaneidade e o papel que desempenhou na administração pública abunda nas referências às reformas implementadas por José II (1741-1790), Imperador Romano-Germânico e Arquiduque da Áustria, que em maior ou menor grau influenciaram as políticas liberais em matéria religiosa, nomeadamente no que concerne à definição de uma mais vigorosa tutela do Estado sobre as Igrejas e a um controlo mais apertado sobre as carreiras eclesiásticas, tendente a funcionarizar a atividade do clero paroquial. William David Bowman faz remontar os alvores dessa política ao período da Imperatriz Maria Teresa (1717-1780), a que o seu filho teria dado desenvolvimento, estudando o impacto das reformas josefinas na diocese de Viena, espaço que funcionou como laboratório das reformas administrativas desenvolvidas ao longo das décadas seguintes nos territórios sob domínio dos Habsburgos<sup>37</sup>. Estabelecendo comparações com outros espaços da Europa Central, nomeadamente com dioceses da futura Alemanha e com o ambiente do cristianismo ortodoxo russo, Bowman traçou um quadro detalhado da extração “nacional”, geográfica e social do clero paroquial de Viena, bem como dos seus percursos formativos e estratificação económica cuja pertinência metodológica e analítica continuam a revelar-se úteis. Tornou patente, além disso, uma peculiar apropriação, por parte da casa de Áustria, do direito de

34 Cf. Pegerto Saavedra, Hortensio Sobrado e Antonio Presedo, “La red parroquial y el clero rural en la Galicia de los siglos XVI-XIX: resultados de una investigación en curso”, *Obradoiro de Historia Moderna* 22 (2013): 93-128.

35 Artola Renedo, *De Madrid a Roma. La fidelidade del episcopado en España (1760-1833)* (Gijón: Ediciones Trea, 2013).

36 Cf. Consolación Fernández Mellén, *Iglesia y poder en la Habana. Juan José Díaz de Espada, un obispo ilustrado (1800-1832)* (Bilbau: Universidad del País Vasco, 2014).

37 Cf. William David Bowman, *Priest and parish in Viena, 1780-1880* (Boston: Humanities Press, 1999).

padroado enquanto ferramenta de afirmação do poder do Estado e de crescimento da sua burocracia através da instrumentalização das mediações eclesiásticas, característica que permite avaliar a dimensão das reformas empreendidas pelo liberalismo português nesta matéria e que tiveram naquele instrumento jurídico uma peça fundamental.

## **2. Uma base de dados relacional: meio de recolha sistematizada de informação e instrumento de análise**

Em ordem a suportar a pesquisa sobre a realidade do clero paroquial para o período da Monarquia Constitucional, era necessária uma ferramenta que permitisse a inserção de grandes quantidades de dados de forma rápida, tirando partido da assinalável uniformização que existia ao nível do tratamento dos registos sobre estes indivíduos. Com efeito, o facto de se tratar de uma realidade que era pensada administrativamente à escala nacional tornava expectável a existência de um conjunto de informação que pudesse ser trabalhado de forma homogénea.

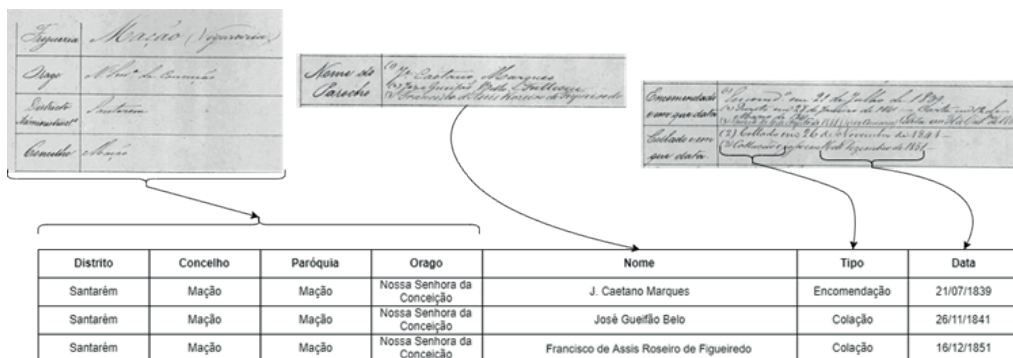
Por outro lado, o estudo da paroquialidade implica uma componente geográfica forte que permaneceu relativamente constante, sendo sobretudo de assinalar mudanças ao nível dos limites territoriais, nomeadamente anexações de paróquias a outras, reduzindo o seu número global. Porém, a projetada reforma e reorganização de toda a malha paroquial nunca chegou a efetuar-se.

Em sentido inverso, a tardia reorganização diocesana (datada de 1882) implicou a extinção de cinco dioceses e dividiu o mapa de Portugal continental em 12 (às quais acresciam as de Angra e do Funchal), originando que parte das paróquias existentes mudasse de diocese. Ora, esta mudança, enquadrada por uma administração centralizada do clero paroquial, acabou por ter um impacto mitigado que não se traduz em alterações de fundo do objeto em estudo.

Um outro vetor da recolha de dados foi o fator temporal, sendo aqui de assinalar algumas flutuações, na medida em que o tempo de ligação de um padre a uma paróquia podia variar sobremaneira. Se párocos houve que, em virtude de as colações serem vitalícias, estiveram vários anos numa mesma paróquia, outros tiveram uma mais intensa

circulação entre paróquias. Essa dinâmica implicou, sobretudo, os párocos encomendados, cuja nomeação, regra geral, era renovada anualmente, havendo encomendações reiteradas sucessivamente ao longo de vários anos na mesma paróquia, mas também outras ligações mais efêmeras. De igual forma, os coadjutores tinham mandatos anuais, que podiam ou não ser renovados.

**Figura 1**



Transposição entre uma das fontes e uma estrutura tabular. De notar que, embora a fonte estivesse orientada para a paróquia, o registo feito foi orientado ao vínculo

Um terceiro aspeto focado foi o do indivíduo. Ou seja, uma administração paroquial centralizada pressupunha que quem optasse por seguir uma carreira eclesiástica tinha a liberdade de o fazer em qualquer ponto do país, desde que devidamente autorizado pela administração competente, fosse ela o Estado central, fossem os bispos diocesanos, os quais, na lógica da Monarquia Constitucional e porque escolhidos pelo Estado, faziam, também eles, parte da administração pública. Assim, os mesmos indivíduos podiam circular por paróquias que fossem ou não da mesma diocese, pautando a sua atuação pela lógica que achassem mais favorável: promoção social, opção por lugares de características mais convenientes, proximidade familiar, saúde, sustentação financeira, etc. O acesso à paroquialidade pressupunha a ordenação presbiteral, a qual, nos termos do direito eclesiástico do Estado e do direito canónico só podia obter-se com 25 anos de idade. Isto significa a possibilidade

de percursos muito diversos, marcados por uma série de outras ordens, ditas menores, que eram obrigatórias, embora pudessem ser recebidas de forma quase concomitante à ordenação presbiteral. Este acesso ao estado eclesiástico tinha também requisitos ao nível da ascendência familiar e do comportamento dos indivíduos, averiguados através das inquirições *de genere* e *de vita et moribus*, elementos processuais indispensáveis à ordenação presbiteral.

Do que foi dito surgiram, portanto, quatro fatores que serviram de suporte à arquitetura do modelo de dados necessário para suportar a investigação:

- a) O indivíduo, clérigo, com um historial de origens sociais, formativas ou outras;
- b) O vínculo, tipificado de acordo com o âmbito temporal e obrigações;
- c) O espaço geográfico e administrativo, designado por paróquia;
- d) O período temporal, marcado sobretudo pela periodicidade anual.

**Figura 2**

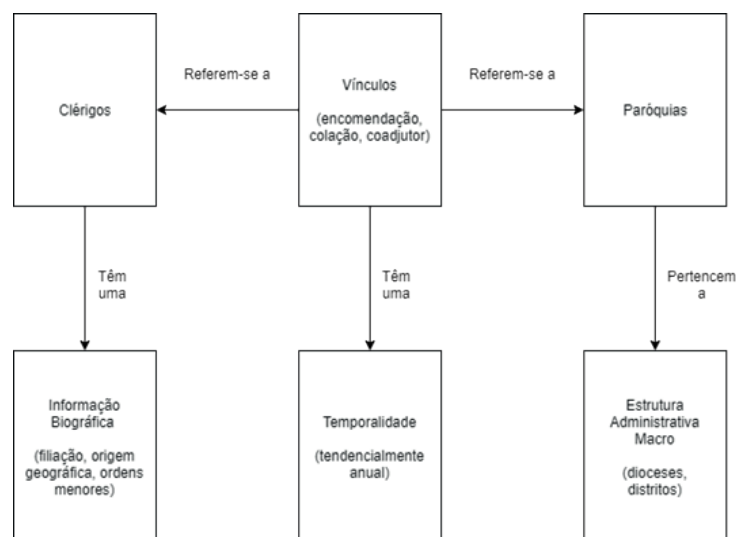


Diagrama de alto nível do modelo de dados escolhido

Os fatores elencados permitem diversas modelações da informação recolhida que preservem a integridade e a relação dos mesmos. Efetivamente, é possível estabelecer ligações entre estas quatro dimensões, que giram à volta de um duplo eixo: o indivíduo e a paróquia. Assim, mais do que as fontes de informação em si, interessa aqui o modo como estes indivíduos se relacionaram com uma estrutura administrativa. Ou seja, mais do que uma pesquisa orientada ao documento, estamos diante de uma pesquisa orientada para os dados. Estes requisitos tornaram desaconselhável, por exemplo, uma abordagem baseada em marcação de elementos, como o TEI (Text Encoding Initiative), cujo objetivo é, sobretudo, a modelação do texto e da maneira como os diversos elementos do texto se relacionam entre si<sup>38</sup>. Em certo sentido, a materialidade do texto é, no caso presente, secundária, na medida em que este, frequentemente, não é mais do que uma lista de nomes e datas, ocasionalmente pontuada por anotações.

Este baixo teor textual não coloca a sua conservação na íntegra como fator principal, dado que a quase totalidade do mesmo pode ser transcrita para uma estrutura tabular, com um mínimo de perda de informação associado. Por outro lado, a já referida uniformidade administrativa traduz-se numa baixa ambiguidade concetual. Quer isto dizer que conceitos fundamentais como a paróquia ou a tipologia dos vínculos são os mesmos quer ao nível do território, quer ao nível diacrónico<sup>39</sup>. Deste modo, uma estrutura baseada em anotações, tipicamente característica, por exemplo, da Web Semântica, que permite conjugar a textualidade das fontes originais com informação estruturada<sup>40</sup>, ou resolver ambiguidades concetuais<sup>41</sup>, revelou-se, também ela, desaconselhada.

38 Cf. John Bradley, “Documents and data: Modelling materials for humanities research in XML and relational databases”, in *Literary and Linguistic Computing* 20, n.º 1 (2005): 133-51.

39 A única exceção significativa que foi encontrada é a da categoria de “Responsável de Paróquia”, associada sobretudo à diocese de Évora, e cujos contornos não são ainda claros. Ainda assim, também ela foi recolhida na base de dados para referência futura.

40 Cf. Albert Meroño-Peñuela *et al.*, “Semantic Technologies for Historical Research: A Survey”, *Semantic Web* 6 (2015): 539-64.

41 Cf. Albert Meroño-Peñuela, “Linked Humanities Data: The Next Frontier? A Case-Study in Historical Census Data”, in *Proceedings of the 2<sup>nd</sup> International Workshop on Linked Science* (2002).

A hipótese escolhida passou pela elaboração de uma base de dados relacional (BD)<sup>42</sup>, por a mesma ser um instrumento bastante divulgado e acessível de um ponto de vista dos recursos, cujos limites não interferiam com o estudo que se pretendia desenvolver. Numa BD, a informação é organizada sob a forma de tabelas, em que cada elemento possui uma identificação única e um conjunto de atributos, que podem ser de diversos tipos, tais como numéricos, textuais, booleanos ou outros. Entre os elementos de cada tabela podem ser estabelecidas relações, podendo estas ser também tipificadas. É assim possível modelar asserções como “o clérigo X tem um vínculo de determinado tipo (colação, etc.) com a paróquia Y para o período Z”. Deste modo relacionam-se os quatro elementos básicos que constituem o centro dos dados recolhidos.

Para dar suporte ao objeto em estudo foi necessário também modelar outro tipo de relações, tal como a divisão paroquial, que se insere num contexto mais vasto, quer civil (municípios e distritos), quer religioso (dioceses), e cujos elementos principais não eram o indivíduo e a paróquia. A importância dada ao indivíduo necessitava ainda da recolha de informação que não dizia diretamente respeito ao seu percurso paroquial. Com efeito, dados sobre a origem geográfica, filiação, percurso formativo e religioso exigiram a modelação de outros elementos distintos, estes mais centrados na biografia dos indivíduos.

Este modelo de dados visou, acima de tudo, potenciar a recolha dos elementos históricos considerados relevantes para o conhecimento do objeto em estudo. A escolha destes elementos obedeceu a critérios internos das fontes, procurando preservar a maioria da informação que elas disponibilizavam, quer através dos tipos de dados escolhidos, quer através das relações estabelecidas entre estes<sup>43</sup>. Toda a informação que não era passível de ser diretamente transposta para os elementos ti-

42 Cf. Raghu Ramakrishnan e Johannes Gehrke, *Database Management Systems*. 3.<sup>a</sup> ed. (Nova Iorque: McGraw Hill, 2003). Sobre a aplicação de bases de dados a fontes históricas, veja-se John Bradley, “Silk Purses and Sow’s Ears: Can Structured Data Deal with Historical Sources?”, *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 13-27.

43 Sobre a escolha de elementos passíveis de serem tipificados numa BD, veja-se Bradley, “Silk Purses?”, 19-22 e Catherine Harbor, “New Wine”, 6-13.

pificados foi remetida para campos de texto aberto (notas), acessíveis internamente ao projeto.

A utilização de uma BD foi potenciada pela quantidade de informação que nesta se pode compulсар. Com efeito, sem ferramentas digitais seria extremamente difícil suportar centralizadamente uma pesquisa que se aproxima da centena de milhares de registos, considerando todos os tipos de vínculo entre os vários milhares de clérigos e as perto de quatro mil paróquias de Portugal continental durante um período de quase um século<sup>44</sup>. Para além da quantidade de dados em causa, apenas uma padronização dos mesmos permite ultrapassar as diferenças de registo das fontes, em ordem a obter dados que sejam comparáveis ou séries temporais uniformes. O tempo despendido nas operações de recolha, padronização e validação dos dados, necessárias num projeto deste tipo e com esta dimensão, foi, cremos, largamente compensado pelas vantagens de se dispor de informação sequenciada, potenciando o seu estudo e a visualização da mesma.

De igual modo, a informação relativa aos indivíduos passa a estar centralizada, podendo esta ser recolhida de forma iterativa, através da coleção de informação em fontes que se encontram dispersas e que carecem de tipificação rígida. Igual asserção é válida para as paróquias, cuja existência como elemento praticamente unívoco permite sequenciar a sua história ao nível das vinculações do clero no período em estudo.

A centralização da informação ao nível dos indivíduos trouxe consigo outros desafios, como a homonímia, com a conseqüente dificuldade em aferir se indivíduos com o mesmo nome são ou não a mesma pessoa. Embora estejam aqui em causa, sobretudo, critérios científicos que afirmam da verosimilhança de tal hipótese, o modelo de dados deve dar suporte a que a recolha das fontes seja feita até ao momento em que se possa, com segurança, fazer essa avaliação, devendo também suportar a possibilidade da existência efetiva de casos de homonímia.

Outro fator que foi acautelado foi a dispersão e diversidade da documentação. Por um lado, desconhecia-se *a priori* o estado da docu-

<sup>44</sup> No momento da escrita do presente artigo, a BD tem registados mais de trinta mil clérigos e, para estes, cerca de seis mil registos de colação, quarenta e cinco mil de encomendação, vinte mil de coadjutor e quatro mil e quinhentos registos de tesoureiro. Nem toda a informação se encontra ainda devidamente processada, pelo que estes números tenderão a alterar-se.

mentação existente para cada uma das dioceses, ou a existência de particularidades a este nível administrativo, que deviam ser devidamente acauteladas<sup>45</sup>. Por outro lado, a acomodação das fontes ao modelo de dados corria o risco de obrigar a uma uniformização excessivamente artificial, desperdiçando riqueza adicional que aquelas poderiam proporcionar. Ambas as razões conduziram a que se contemplasse um modelo de dados que permitisse uma posterior expansão ao nível das categorias de vínculos cuja legislação sugeria a existência.

Além disso, foi possível encontrar na documentação pistas da existência de vínculos paroquiais em notas textuais, tendo os mesmos sido registados com a devida diferença originada pela distinção do local consignado à informação nas próprias fontes. Veja-se o exemplo relativo a João Guilherme de Sousa Franco, pároco de Aguiar, município de Viana, diocese de Évora: uma das fontes indica que, após ter sido “dispensado da administração” desta paróquia, foi-lhe “encomendada a freguesia de Oriola, por carta de 18-6-1884”<sup>46</sup>.

Este e outros casos similares implicaram que se acautelassem tais possibilidades na arquitetura do modelo de dados escolhida.

No que toca à componente de índole geográfica do projeto, o modelo de dados foi pensado para dar suporte, de forma unívoca, a cada uma das paróquias do território continental de Portugal, permitindo a georreferenciação dos vínculos a este nível. Esta granularidade da recolha de informação possibilita a sua inserção num SIG e conseqüente exploração da componente espacial da mesma. Embora este tratamento não esteja diretamente contemplado na fase já implementada do projeto, é possível conjugar a informação compulsada com aquela do já referido Atlas de Cartografia Histórica, em ordem a produzir resultados ao nível da distribuição espacial dos dados recolhidos. Isto permitirá perceber se, *e.g.*, a origem dos indivíduos influi na escolha do seu percurso eclesiástico, ou eventuais diferenças na distribuição de clérigos em funções nas várias regiões do país.

Por fim, a recolha de uma tão extensa panóplia de dados é uma tarefa propensa a ser executada colaborativamente em equipa. Da mes-

45 Tal foi, por exemplo, o caso da categoria de “responsável de paróquia”, já anteriormente referido.

46 Arquivo do Paço Arquiepiscopal de Évora, Matrícula Geral do Clero (II-D 26), fl. 127.



ma forma, a inserção de dados teria de ser controlada para evitar a existência de gralhas que comprometessem as análises que posteriormente possam ser executadas. Estas razões conduziram ao desenvolvimento de uma solução baseada em ambiente Web, potenciada pela quasi-ubiquidade hodierna do acesso à internet, que torna qualquer solução baseada exclusivamente em *software* instalado localmente (e.g., Access, Filemaker) desaconselhada para a execução de quaisquer tarefas com estes requisitos. A interface permitiu também a existência de uniformização ao nível da designação das categorias utilizadas, bem como de outros elementos (e.g., datas), assegurando resultados semelhantes para os diversos intervenientes no processo de recolha de dados.

**Figura 3**

The image displays two side-by-side screenshots of a web-based data entry interface. The left screenshot shows a form titled 'Nome do Reverendo a Ser Atualizado: João Nogueira Martins Capelo (id - 5739)'. It includes a dropdown for 'Local de Nascimento', date pickers for 'Data de Nascimento', 'Data de Óbito', and 'Local Óbito', a text area for 'Notas Gerais', and a 'Filiação' section with fields for 'Nome Pai', 'Profissão Pai', 'Nome Mãe', and 'Profissão Mãe', plus a 'Formação' section with fields for 'Data de Terminação', 'Instituição', 'Condição', 'Regime', 'Formação Superior', 'Instituição', 'Ano', and 'Grau'. The right screenshot shows a form titled 'Nome do Reverendo a Ser Inserido: Alfredo Elviro dos Santos (id - 733)'. It includes a dropdown for 'Local de Nascimento' (set to 'Distrito Lisboa, Concelho Lisboa, paróquia Santa Engrácia, orago Santa Engrácia'), date pickers for 'Data de Coleção', 'Data do Decreto', 'Data da Carta Régia', 'Data do Exame', and 'Data de Posse', a dropdown for 'Tipo de Concurso', a text area for 'Notas', and an 'Inserir Registo' button.

Exemplo do Interface Web de inserção de dados biográficos e de vinculações. Note-se a existência de campos, como as datas, de preenchimento controlado.

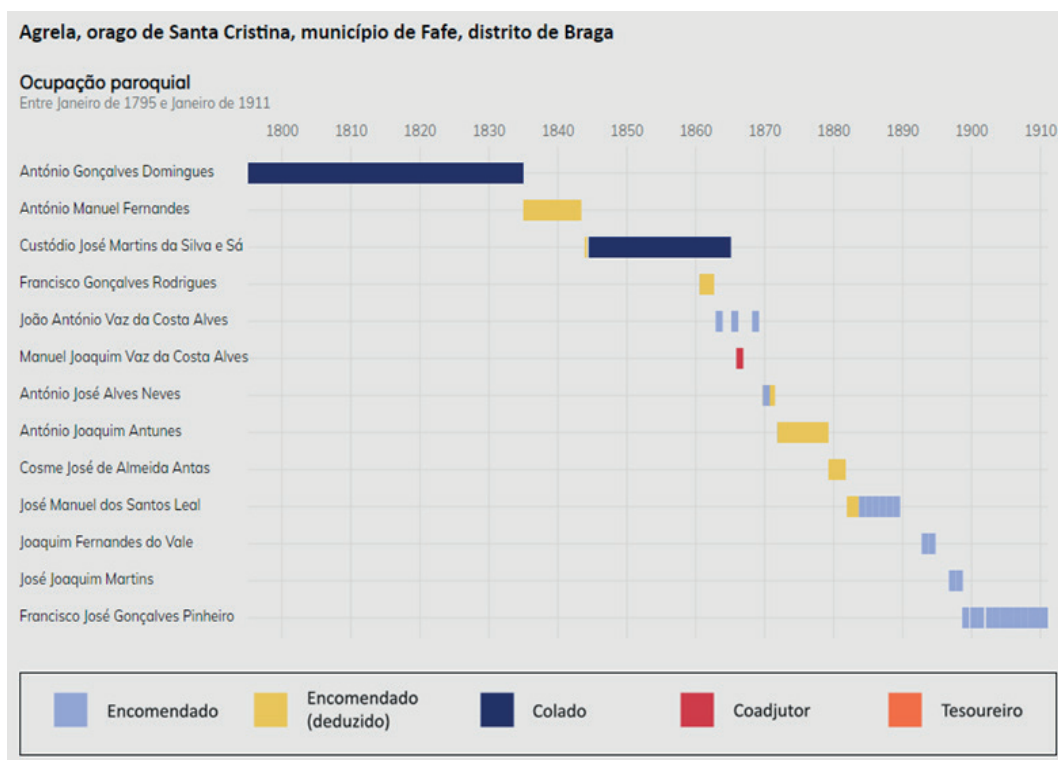
O *software* utilizado na implementação do projeto assentou num Sistema Gestor de Base de Dados (SGBD) MySQL<sup>47</sup>, sendo a interface Web montada com tecnologia PHP e HTML. Se é certo que este tipo de solução não representa o estado da arte em termos de aplicações Web, hoje em

47 O SGBD MySQL, cuja primeira versão data de 1995, é hoje um dos três SGBD mais populares em todo o mundo. Cf. [https://db-engines.com/en/ranking\\_trend](https://db-engines.com/en/ranking_trend) (consultado a 10/12/2019).

dia mais viradas para *frameworks* de JavaScript quer ao nível do *backend* (Node.js), quer ao nível do *frontend* (Vue, Angular, React, etc.)<sup>48</sup>, ela encaixava nos requisitos do servidor de destino da aplicação e é suficientemente suportada para garantir a sua persistência, pelo menos a médio prazo.

Também a camada aplicacional destinada à visualização da informação e disponibilização ao público assenta na mesma tecnologia da interface Web de inserção da informação<sup>49</sup>. Esta componente, para além de permitir a organização da informação por clérigo ou por paróquia, mostra também os conteúdos através de fitas temporais, geradas dinamicamente a partir dos dados inseridos. Este modo de disponibilização da informação permite distinguir visualmente paróquias que, por exemplo, tiveram um mesmo padre durante muito tempo, daquelas que tiveram múltiplos titulares.

**Figura 4**



Fita do tempo de uma paróquia da diocese de Braga.

48 Cf. Elar Saks, *JavaScript Frameworks: Angular vs React vs Vue* (Tese de licenciatura, Universidade Haaga-Helia, 2019).

49 <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php/Site/registoParoquialidade>.

### 3. A exclusividade do padroado régio

O caso de estudo a que foram aplicadas as metodologias e ferramentas digitais elencadas no ponto anterior foi o clero paroquial de Portugal continental e dos arquipélagos insulares dos Açores e da Madeira, durante o período da monarquia liberal. Esta realidade, contudo, apresenta um significativo grau de complexidade, quer ao nível legislativo quer ao nível das práticas, que convém esclarecer.

Com efeito, até 1833 o padroado régio coexistiu com o de outras entidades a quem esse direito tinha sido reconhecido. De modo sintético, o direito de padroado referia-se ao “conjunto de privilégios, associados a determinadas obrigações” concedidos pela Igreja Católica aos fundadores de um determinado benefício eclesiástico<sup>50</sup>. Entre os privilégios constava o de apresentar o eclesiástico que desempenhasse o ofício associado à posse desse benefício. Para o objeto em apreço, tratava-se de escolher o pároco de uma determinada paróquia. Entre as obrigações figurava a de garantir a sustentação do nomeado e as benfeitorias necessárias à manutenção do património edificado.

A Carta Constitucional (art.º 75, §2) – tal como, antes, a Constituição de 1822 (art.º 123, V e XII) e, depois, a de 1838 (art.º 82, IV) – determinou o provimento dos benefícios eclesiásticos como prerrogativa da Coroa, parte da estratégia de “esvaziamento dos polos políticos periféricos, aos quais competiam antes [...] as funções de governação agora progressivamente apropriadas pelo Estado”<sup>51</sup>. Todavia, até 1833 os muitos padroeiros existentes continuaram a participar na escolha do clero paroquial<sup>52</sup>. O artigo primeiro do decreto de 5 de agosto desse ano estabeleceu a extinção, “como se nunca tivessem existido”, dos “padroados Eclesiásticos de qualquer natureza”, definindo, no artigo segundo, que “só o Governo pode nomear e apresentar” os titulares dos “Empregos Eclesiásticos”.

Definia-se a exclusividade do padroado régio, retirando-se esse direito a outros protagonistas sociopolíticos, entre os quais instituições

50 Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado,” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 364.

51 Hespanha, *Guiando*, 289.

52 Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Câmara Eclesiástica, Expediente 1833-1834, a título exemplificativo.

ligadas à Coroa – a Casa da Rainha e a Casa do Infantado –, famílias nobilitadas, ordens religiosas, bispos, cabidos e outros agentes eclesiásticos – como dos párocos que exerciam esse direito sobre outras paróquias –, além de alguns fregueses a quem competia o padroado da sua paróquia. Ainda que seja fonte a usar com cautela, dadas as lacunas que apresenta, o *Portugal Sacro-Profano* permite ter uma visão aproximada do conjunto de padroeiros existentes no final do Antigo Regime e a incidência geográfica do uso desse direito por parte de cada um<sup>53</sup>.

Outra das implicações do referido decreto era a incorporação no corpo dos servidores do Estado de todos os eclesiásticos implicados em tarefas paroquiais no território continental europeu do reino e nos territórios insulares dos Açores e da Madeira, exercendo em seu nome e debaixo da sua legitimidade um conjunto de funções que não se esgotavam nas tarefas diretamente religiosas, mas que as incluíam. Acrescia a isto o facto de o Estado assumir, como obrigação inerente ao seu padroado, a sustentação do conjunto do clero paroquial.

Porém, quer no que respeita ao estatuto, quer no tocante ao modelo de financiamento do clero paroquial, a aplicação do regime de padroado conheceu matizes que importa identificar, para se avaliar tanto a amplitude das implicações daquele decreto e o modo de funcionamento do regime de padroado quanto as tipologias documentais de que se extraíram os dados disponibilizados pelo Registo da Paroquialidade.

O primeiro elemento respeita a tramitação do processo de escolha do eclesiástico a apresentar. O Estado liberal deu continuidade às determinações tridentinas que estabeleciam um concurso para provimento dos benefícios, mas centralizou-o em Lisboa. Esta opção revelou-se impraticável e inconveniente “ao serviço de Deus, da Igreja, e do Estado” dadas as dificuldades “em concorrer a esta Capital, de qualquer parte do Reino”. Ou não tinham opositores, o que tornava impossível a escolha, ou eram poucos os opositores que aquela “mal pode dar-se”. O decreto de 28 de maio de 1834, acabado de citar, estabeleceu que a opo-

53 Cf. Paulo Dias de Niza, *Portugal sacro-profano, ou serie particular de todos os padroeiros das igrejas deste Reino, que tem correio, e as que o não tem, de que correio se servem* (Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768).

sição ao concurso promovido pelo Estado e o exame para determinar o melhor candidato passavam a fazer-se perante a autoridade diocesana.

Os autos dos exames eram remetidos ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (MNEJ) que emitia o decreto pelo qual era apresentado o candidato. Este solicitava a carta régia, pela qual pagava direitos de mercê, e remetia-a à Câmara Eclesiástica da diocese a que pertencia a paróquia em que fora provido. Era, então, instituído canonicamente no benefício pelo bispo respetivo, fase do processo também designada colação. Munido da carta respetiva, tomava posse do benefício, realizando um conjunto de atos definidos por lei, sendo lavrado o auto competente<sup>54</sup>.

Este tipo de concurso, dito por provas públicas, foi o único existente até 1862. Por decreto de 2 de janeiro desse ano, complementado por outro datado de 9 de dezembro, esse concurso foi tornado supletivo: só teria lugar se não houvesse candidatos ao concurso documental ou deste não resultasse nenhuma escolha (art.º 16.º). Ao mesmo tempo que se reduzia a intervenção dos bispos nos provimentos colativos, dava-se prioridade ao critério burocrático da antiguidade. Aberto o concurso, os opositores remetiam ao MNEJ os documentos que provavam as suas habilitações e os serviços anteriormente prestados. Dava prioridade aos párocos colados e, alternativamente, aos que tivessem formatura em Teologia ou Direito e já tivessem desempenhado funções paroquiais por três anos ou, ainda, os que as desempenhassem há dez. Além dos que se encontrassem numa dessas condições, podiam candidatar-se os que já tivessem nomeação canónica para serviço paroquial e os que, anteriormente, obtivessem aprovação num concurso por provas públicas para uma paróquia da mesma diocese a que pertencia a paróquia posta a concurso (art.º 15.º, 1.º e 2.º). Aos bispos podia ser pedido parecer sobre o comportamento moral e religioso dos candidatos, tal como se poderia solicitar pareceres sobre o seu comportamento civil às autoridades administrativas e judiciais, sempre que o padroeiro julgas-

54 Cf. Bernardino Carneiro, *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*. 4.ª edição revista e correcta pelo Dr. José Pereira de Paiva Pitta (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888), 216-17.

se “conveniente” (art.º 5.º). Mas os prelados não podiam, no quadro de um concurso documental, proceder ao exame estabelecido no concurso por provas públicas.

O novo tipo de concursos abria a porta a redes sociais de influência na determinação do respetivo resultado, a que não foram alheios interesses ligados aos mecanismos do caciquismo eleitoral que se foram estabelecendo e nos quais os párocos tomaram parte relevante.

O grau de intervenção dos prelados terá sido, porém, bastante maior do faziam prever as resistências à exclusividade do padroado régio e os protestos relativos à restrição da capacidade de examinar os candidatos<sup>55</sup>. Não por causa da exclusividade do padroado, mas devido às limitações que resultaram de duas características, distintas, mas profundamente imbricadas, do seu funcionamento: uma de ordem político-administrativa, outra de cariz financeiro, ambas concorrendo para a estratificação do clero paroquial.

A primeira está relacionada com o facto de a reorganização administrativa empreendida pelo liberalismo não ter chegado ao nível paroquial, não obstante os esforços legislativos nesse sentido, entre os quais os de Martens Ferrão em 1867, que almejou separar o âmbito civil e religioso das paróquias e reformar o território das primeiras. Salvas pequenas correções em alguns centros urbanos, bem como outras extinções de número diminuto, a malha das paróquias manteve-se praticamente inalterada ao longo da monarquia liberal. Isso significou a perpetuação de unidades territoriais que, à escala nacional, eram muito desiguais na sua dimensão geográfica e humana.

A segunda prende-se com a sustentação do clero paroquial: face ao ritmo lento de desamortização da propriedade fundiária das paróquias e à estabilidade do seu número, os bens desamortizados das instituições regulares que deveriam financiar o serviço religioso prestado pelo Estado-Padroeiro não eram suficientes. A dotação do clero – um rendimento fixado por lei a ser pago pelo Tesouro, anunciado em

55 Cf. Adélio Fernando Abreu, *D. Américo Ferreira dos Santos Silva, Bispo do Porto (1871-1899). Igreja e sociedade no Porto no fim do século XIX* (Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Faculdade de Teologia, 2010), 447-52.

decreto de 30 de julho de 1832 – nunca chegou a concretizar-se. Das verbas do Tesouro saíam os pagamentos aos bispos, cónegos e ao clero paroquial das ditas “ilhas adjacentes” dos Açores e da Madeira, para lá dos capelães das Forças Armadas e de outras instituições públicas que exorbitam esta investigação.

O clero paroquial do “continente do Reino” era sustentado através da cóngrua, uma obrigação parafiscal dos fregueses, cobrada diretamente pelo pároco ou por um intermediário. O conjunto da contribuição deveria perfazer o montante definido na legislação de 20 de julho de 1839: os párocos de Lisboa e do Porto auferiam a quantia mínima de 100.000 e máxima de 600.000 réis anuais; para os das restantes paróquias do país o máximo seria de 400.000 réis. Os coadjutores, previstos para as paróquias com mais de 800 fogos ou que “pela extensão do seu território, pela dispersão da povoação, ou dificuldade de comunicações” (art.º 2.º) não podiam ser curadas apenas pelo pároco, auferiam “um terço” do valor atribuído ao pároco respetivo. A cóngrua podia ser paga em numerário ou em “frutos próprios das localidades”, sendo contabilizados na definição do seu valor os rendimentos de passais, de pé de altar (resultantes de emolumentos pelo desempenho de funções diretamente religiosas) ou outros rendimentos que a paróquia tivesse.

Daqui resultava a estratificação económica do clero paroquial, cujos rendimentos variavam muito em função do território e do número de habitantes da paróquia. Aquelas cuja população não conseguisse satisfazer o rendimento estipulado poderiam requerer à autoridade civil a sua anexação a uma paróquia vizinha, após conselho do bispo diocesano que também a poderia solicitar. Multiplicaram-se os casos de resistência a essa anexação, em nome da comodidade no acesso aos serviços prestados pelo clero e, não menos importante, da defesa da sua identidade local – tantas vezes associadas ao seu orago e às respetivas festividades. Nesses casos, os fregueses comprometiam-se ao pagamento do montante em causa.

À estratificação económica juntava-se outra, estabelecida entre aqueles providos com carácter definitivo, os párocos colados, e os providos a termo certo, chamados encomendados. Sendo categorias de ori-

gem eclesiástica, a estratificação prolongada e potenciada pela exclusividade do padroado régio não resultava diretamente dessa condição, mas da vinculação ao Estado, ou seja, da obtenção do estatuto de funcionário público.

O provimento dos colados fazia-se por apresentação do padroeiro, nos moldes acima descritos. O provimento dos encomendados dependia, exclusivamente, dos prelados. Habitualmente, essa nomeação tinha a validade de um ano, podendo ser alargado ou restringido esse prazo e renovada indefinidamente a nomeação. Tal como podiam ser removidos do cargo, se o bispo assim o entendesse. O mesmo prelado poderia nomear um coadjutor para as paróquias com um número de fogos inferior a 800: nesses casos, o seu rendimento era estabelecido por acordo com o pároco encomendado ou definido pelo bispo, desde que não onerasse a contribuição dos paroquianos, o que diminuía o valor recebido pelo pároco.

Os bispos deveriam informar periodicamente das condições dos benefícios, dando conta ao padroeiro se uma determinada paróquia que, até então, tivesse sido de provimento não colativo, habitualmente designada por “*simples curato*”, podia ser posta a concurso para a atribuição de um pároco colado. Nesse caso, o provimento seguia a tramitação ordinária, dependendo do padroeiro a apresentação do pároco.

Contrariamente ao previsto, o padroeiro Estado não promoveu, durante a monarquia liberal, concursos para todas as paróquias. Estabelecia, assim, entre os benefícios paroquiais, em princípio de igual estatuto, uma diferenciação simbólica, que podia ser também financeira. Além disso, não pagou diretamente a todo o clero paroquial. Ou seja: colados e encomendados, bem como os que colaboravam nas tarefas paroquiais, desempenhavam idênticas funções e tinham as mesmas obrigações, mas só os primeiros eram, tecnicamente, funcionários eclesiásticos do Estado. Usufruíam, aliás, de uma garantia de inamovibilidade de que não beneficiavam os restantes funcionários públicos<sup>56</sup>. Esse estatuto foi sublinhado com o alargamento aos funcionários eclesiásticos do Estado, por decreto de 14 de setembro de 1890, do direito de aposentação

56 Cf. Hespanha, *Guiando*, 309.



que tinha sido garantido aos funcionários civis por decreto de 17 de julho de 1886: dele beneficiariam os “párocos canonicamente instituídos nas igrejas paroquiais do continente do reino e das ilhas adjacentes” (art.º 1.º); ou seja, os colados.

Além destes níveis de estratificação, o funcionamento prático do direito de padroado elidia a operacionalidade autónoma das dioceses – para todos os efeitos, estruturas da administração eclesiástica do Estado – e o estabelecimento de um presbitério – termo que designa o corpo de presbíteros de um dado bispado –, uma vez que um determinado padre podia concorrer a uma qualquer paróquia do país.

O Estado liberal criou, assim, um modelo de âmbito nacional que geria autonomamente a partir da exclusividade do padroado régio, o que deveria restringir a intervenção da autoridade episcopal. Quer isto dizer que o MNEJ deveria funcionar como um grande prelado que proviria o conjunto das paróquias do país.

No entanto, as limitações impostas pela incompletude da reforma administrativa e, também em resultado dela, de meios financeiros para prover diretamente à sustentação dos funcionários eclesiásticos do Estado, garantiram um grau variável de poder dos prelados diocesanos na escolha dos efetivos paroquiais.

Embora com algumas semelhanças, este entendimento do direito de padroado e o uso que lhe foi dado torna o panorama português distinto dos casos austríaco e francês.

No primeiro caso, José II não extinguiu os restantes padroados, embora a reforma que empreendeu tivesse tornado menos atrativo o exercício desse direito. Por um lado, impediu que os diversos padroeiros onerassem os fregueses quando fosse necessário prover a melhorias nos benefícios, o que diminuía os rendimentos que daí retiravam. Por outro lado, concedeu aos bispos o direito de examinarem os candidatos aos benefícios paroquiais, visando garantir uma preparação adequada para um conjunto de funções que extravasavam o âmbito religioso, o que tornava mais difícil o uso do benefício por parte dos padroeiros no sentido de distribuírem rendimentos pelas suas clientelas. Em alguns casos, transferiu a titularidade desse direito para as ordens religiosas,

quando dele prescindiam outras entidades ou, noutros casos, aceitou com relutância incorporar novas paróquias no padroado régio<sup>57</sup>.

O caso francês, não se tratando do recurso à figura do padroado, dada a laicização do Estado a que se procedera no quadro revolucionário precedente, apresenta maiores similitudes com o uso que o liberalismo português deu ao padroado régio, particularmente no atinente à estratificação do clero.

Vejamos. À concordata estabelecida em 1801, Napoleão Bonaparte adicionou unilateralmente os chamados “artigos orgânicos”, pelos quais estabeleceu o número e o modo de provimento dos benefícios paroquiais, além do montante dos rendimentos do clero paroquial.

O número de paróquias corresponderia ao número de cantões, o que teria o objetivo de reduzir os encargos do Estado com o “serviço público dos Cultos”. À frente da paróquia estava o “curé”, que era, tal como o pároco colado, inamovível. Sendo essa malha paroquial insuficiente, estabeleciam-se outras paróquias, de estatuto inferior, ditas *sucursais* da existente na sede do cantão. Daí que o “desservant”, o pároco de um desses benefícios, também fosse designado “succursaliste”. Pelo caráter amovível do seu provimento pode ser aproximado ao pároco encomendado. No fundo da escala paroquial estava o “vicaire” ou “cooperateur”, com estatuto semelhante ao coadjutor.

Ao contrário do caso português, tanto os “curés” quanto os “desservants” eram pagos pelo Estado o que, nalguns casos, também poderia suceder com os “vicaire”<sup>58</sup>. A esta diferença somava-se outra, o grau de poder concedido pelo regime concordatário à autoridade episcopal<sup>59</sup>: competia-lhe tanto a escolha do clero amovível – tanto os “desservants” quanto os “vicaire” – quanto a do inamovível, após parecer do prefeito e o acordo do Governo<sup>60</sup>.

Assim se compreende o já assinalado âmbito diocesano dos estudos franceses sobre esta matéria: decorrendo o processo de provimentos

57 Cf. Bowman, *Priest*, 142-43.

58 Cf. Lemaitre, *Histoire*, 263-64.

59 Cf. Lemaitre, *Histoire*, 266.

60 Cf. Pierrard, *La vie*, 36.

a essa escala, aí era produzida e conservada a documentação. Ainda que a escolha pudesse recair em indivíduos oriundos de outros espaços diocesanos, o estabelecimento de uma carreira com alguns graus de rigidez implicava que parte, pelo menos, da documentação de natureza biográfica aí fosse mantida.

No caso português, a abordagem diocesana torna-se impraticável ou de difícil operacionalização no que respeita ao estudo dos provimentos, identidade, extração social, percursos formativos e carreiras do clero paroquial durante o constitucionalismo liberal. As características geográficas e a cronologia da vigência da exclusividade do padroado régio para o território continental e os espaços insulares dos Açores e da Madeira determinaram a incidência nacional e o arco temporal abrangido pelos dados recolhidos e disponibilizados pelo Registo da Paroquialidade.

#### **4. Tipologias documentais usadas e aplicações da base de dados**

A diferença de estatuto entre párocos colados e párocos encomendados teve implicações diretas na produção do material empírico usado para reconstituir a paroquialidade portuguesa do constitucionalismo liberal. Vejamos, em primeiro lugar, a documentação relativa aos provimentos e, depois, a que respeita aos elementos biográficos.

No que concerne aos provimentos, o MNEJ conservou um acervo centralizado das colações, a partir dos elementos processuais relativos à escolha dos párocos colados (datas dos decretos, cartas régias, colações e posses, bem como, por vezes, a referência ao tipo de concurso). Esses elementos permitem a reconstituição dessas colações, tanto a partir da lógica do benefício (a paróquia) ou do beneficiado (o eclesiástico que obtinha a sua propriedade). O mesmo ocorreu para o caso dos provimentos definitivos das tesourarias paroquiais.

Essa documentação revelou-se útil quando, nos primeiros anos da Primeira República, o novo Ministério da Justiça e dos Cultos teve de operacionalizar a concessão de pensões prevista na Lei da Separação, de 20 de abril de 1911. As implicações financeiras desse processo acabaram

por conduzir a documentação produzida pela Direção-Geral da Justiça e Cultos e pela Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais aos fundos do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, onde hoje se conserva<sup>61</sup>. A centralização da custódia desses documentos permitiu operacionalizar mais rapidamente a informação relativa aos párocos colados, ainda que se verifiquem algumas lacunas. Estas revelam-se tanto na omissão de colações quanto na falta de um ou mais elementos do processo de provimento.

Foi mais difícil rastrear e operacionalizar os elementos de arquivo que suportam a reconstituição dos provimentos dos encomendados. Dado que a sua escolha dependeu exclusivamente das autoridades diocesanas, foi necessário consultar todos os arquivos das dioceses então existentes. Ao nomeado era passada uma carta de encomendação em que constava o seu nome, a paróquia para a qual era nomeado, o prazo de validade da carta e eventuais cláusulas que impendiam sobre a nomeação e, habitualmente, a sujeição ou não a exames periódicos de avaliação dos seus conhecimentos. Competia à Câmara Eclesiástica de cada diocese, após deliberação do prelado, emitir as cartas de encomendação e manter um registo sequencial das mesmas. A consulta da documentação revelou, além disso, que os encomendados remetiam, por vezes, a carta que lhes tinha sido passada, quando a pretendiam ver renovada ou solicitar idêntico documento para outra paróquia da mesma diocese. Além do registo das encomendações, o expediente ou o seu registo revelou-se útil para a reconstituição das encomendações.

Os processos políticos e as incidências religiosas dos mesmos tiveram implicações diretas sobre a qualidade dessa documentação. São frequentes as lacunas, omissões ou perda de documentação nos primeiros anos após o final da guerra civil (1832-1834), período em que a definição da legitimidade das autoridades diocesanas esteve envolvida em conflito, com consequências no funcionamento dos aparelhos burocráticos dos bispados.

Para lá da documentação relativa aos encomendados, as câmaras eclesásticas mantiveram, geralmente, um registo dos provimentos cola-

61 Cf. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – Direção-Geral da Justiça e dos Cultos, Provimento Eclesiástico.

tivos e um acervo das cartas régias que os párocos remetiam para lhes serem passadas as cartas de colação, elementos que se mostraram úteis para suprir as lacunas encontradas no registo centralizado das mesmas.

A dificuldade resultante da dispersão destas fontes pelas diversas dioceses foi acrescida pelas consequências de dois acontecimentos distintos que potenciaram o grau de dispersão documental.

O primeiro prendeu-se com a reforma das circunscrições diocesanas concretizada em 1882, após acordo entre o Estado Português e a Santa Sé<sup>62</sup>. Os arquivos das dioceses extintas deveriam ter transitado para as subsistentes pelas quais os respetivos territórios foram divididos. Tal não ocorreu de modo uniforme. Por exemplo, o arquivo da diocese de Elvas conservou-se, até hoje, localmente, estando sob custódia do respetivo município.

O segundo deveu-se às determinações legais estabelecidas pelo regime republicano. Quando das penas aplicadas aos bispos diocesanos, espoletadas sobretudo pela resistência à constituição das associações cultuais<sup>63</sup>, a documentação das suas dioceses deveria ter transitado para os arquivos distritais. Fosse por incapacidade das autoridades civis em fazer cumprir integralmente essa decisão, fosse por resistência das estruturas diocesanas, desse processo resultou quer a manutenção integral ou muito substancial dos arquivos diocesanos nas mesmas dioceses, quer a sua desarticulação, ficando parte do seu espólio na diocese e transitando outra parte para o arquivo distrital correspondente. A título exemplificativo, tal foi o que ocorreu com a documentação das dioceses de Braga, de Coimbra ou de Évora<sup>64</sup>.

A documentação produzida pelas estruturas diocesanas – que até à Lei da Separação eram parte da administração do Estado – mostrou-

62 Cf. Abreu, *D. Américo Ferreira dos Santos Silva*, 171-93, onde esse processo é analisado com detalhe.

63 Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A “guerra religiosa” na I República*. 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada (Lisboa: CEHR/UCP, 2010), 215-54; Luís Salgado de Matos, *A separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo* (Lisboa: Dom Quixote, 2010), 157-61.

64 Cf. Arquivo Distrital de Braga, Mitra Episcopal de Braga, Registo Geral; Arquivo da Universidade de Coimbra, Cúria Diocesana de Coimbra; Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, respetivamente.

-se particularmente decisiva no que respeita à obtenção dos elementos biográficos do clero paroquial. Tal como sucede com os elementos relativos aos provimentos, também esta documentação se encontra dispersa pelos arquivos distritais, municipais e diocesanos.

Quando se aborda o universo dos que consideraram ingressar no estado eclesiástico e efetivamente o fizeram, será um anacronismo atender, exclusivamente ou em primeiro lugar, aos fatores relativos à sua inclinação pessoal, o que habitualmente se designa por vocação. Muito embora os elementos dessa natureza tenham adquirido uma preponderância maior ao longo dos últimos dois séculos, o acesso ao estado eclesiástico era fortemente regulado pela legislação civil, ainda que escudada em elementos jurídicos de natureza canónica. O liberalismo português deu continuidade à tradição que lhe antecedeu em muitas das determinações que condicionavam a obtenção do estatuto eclesiástico. Era necessária a autorização régia para a receção da tonsura e das ordens menores (acolitado, leitorado, ostiarado e exorcistado) e, posteriormente, às restantes, ditas ordens sacras ou maiores (subdiaconado, diaconado e presbiterado).

Essas autorizações – em alguns casos uma autorização em que explicitamente se referia destinar-se às ordens menores e maiores – encontram-se entre a documentação legalmente exigida para a receção das ordens.

Em primeiro lugar, a inquirição *de genere*, processo destinado a certificar a naturalidade, nascimento e geração do candidato. Além de fornecer os elementos relativos à sua origem geográfica e ascendência familiar, este tipo de fontes oferece pistas sobre o contexto social dos mesmos, quer no que respeita à proveniência geográfica e profissional da família direta – tinham de ser certificados, além do nascimento do próprio, o dos seus pais e avós –, quer das testemunhas arroladas pelos párocos que deveriam ser ouvidas sobre essas matérias. Constituem, também, uma fonte útil, mas insuficientemente explorada, para os estudos relativos aos comportamentos sexuais e maritais da população portuguesa, avaliando a incidência dos breves de dispensa da ilegiti-

midade nos casos dos expostos ou dos nascidos fora do matrimónio<sup>65</sup>. Outro tanto pode dizer-se da utilidade das justificações de parentesco, fraternidade ou outra, incluídas nos processos daqueles que tiveram familiares habilitados para a receção das ordens, o que permitirá perceber a dispersão territorial da valorização socioprofissional da carreira eclesiástica<sup>66</sup>.

Em segundo lugar, a inquirição *de vita et moribus*, que incidia diretamente sobre os comportamentos do candidato. Feita no acesso ao estado eclesiástico, esta inquirição deveria ser repetida antes da admissão ao subdiaconado, etapa que, pelas suas implicações disciplinares, exigia um novo processo do mesmo tipo.

Finalmente, os autos de património. Pela receção da ordem de subdiácono o candidato ficava obrigado ao celibato e deveria mostrar ter meios para a sua sustentação, uma vez que o acesso às ordens não era, *per se*, garantia de um benefício ou de rendimentos de que pudesse usufruir. Por esse motivo, estava obrigado a provar ter património próprio no valor mínimo estipulado pelas constituições da diocese em que se ordenava. O eclesiástico que chegasse a esse grau não poderia dispor livremente do património constante dos autos lavrados para esse efeito, alienando-o, por exemplo, até que obtivesse um benefício de natureza colativa. As informações deste processo são decisivas para se avaliar a extração socioeconómica do candidato, revelada na possibilidade de os seus pais doarem bens móveis ou imóveis para a dotação patrimonial do filho, ou de este os receber por herança. Foram frequentes os casos em que, dada a impossibilidade financeira dos pais, esse investimento foi feito por familiares próximos ou decorreu do patrocínio que outros indivíduos prestavam à carreira do habilitado, com as fidelidades e dependências sociais de vários tipos que tal originava. O habilitando tinha, ainda, a possibilidade de solicitar um benefício – habitualmente

65 Cf. Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, Habilitações “de Genere” 1582-1910, PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/A/012, Mç. nº 208, Proc. nº 1785, a título de exemplo.

66 Cf. Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, Habilitações “de Genere” 1582-1910, PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/A/012, Mç. nº 180, Proc. nº 1421, a título de exemplo.

a tesouraria de uma paróquia ou a capelania de uma instituição pública (hospital, misericórdia, etc.) – no caso de atestar a sua pobreza<sup>67</sup>.

Ainda que os bens de natureza fundiária fossem os mais geralmente aplicados à constituição do património, é possível notar, desde já, a progressiva importância que, desde o último quartel do século XIX, foram assumindo os instrumentos de natureza financeira, em particular o investimento em títulos do Tesouro<sup>68</sup>.

Para lá das exigências financeiras, o acesso às ordens maiores estava condicionado pela preparação académica dos candidatos, pelo que a documentação constante destes processos inclui a certificação da sua formação escolar.

Estas tipologias documentais revelam-se decisivas para uma caracterização individual do clero paroquial que compreenda, além da sua extração geográfica e socioeconómica, as suas habilitações literárias e os tempos de progressão no percurso estabelecido pelos graus das diferentes ordens. Sem esses elementos fica inviabilizado qualquer estudo de natureza prosopográfica que permita um conhecimento sólido sobre uma parte relevante – pela sua dimensão, pelas suas funções e pela incidência territorial de âmbito nacional – do funcionalismo público durante o liberalismo português.

Ainda que recentemente tenha vindo a ser valorizado para o período moderno<sup>69</sup>, o manancial de informação disponibilizado por estas tipologias documentais para os estudos de incidência social, económica e política só incipientemente tem sido utilizado pela historiografia portuguesa que se ocupa do período contemporâneo. Parte da que se encontra sob custódia dos arquivos públicos tem vindo a ser disponibilizada digitalmente<sup>70</sup>, o que poderá potenciar a sua utilização.

67 Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Câmara Eclesiástica, Autos de ordenação 1893-1896 (2), por exemplo.

68 Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Câmara Eclesiástica, Autos de ordenação 1875-1876, a título de exemplo.

69 Cf. Leonor Dias Garcia, “Notários do Tribunal da Inquisição no Arquivo da Universidade de Coimbra (1536-1755): património e rendimentos para obtenção de ordens eclesiásticas”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* XXXII (2019): 9-38.

70 Tais são os casos de Braga e de Beja, que podem ser acedidos, respetivamente, em <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1193713> e <https://digitarq.adbja.arquivos.pt/details?id=1058932>.



Foi prática de algumas câmaras eclesiásticas anotar nos processos de habilitação as datas das ordens recebidas pelos habilitandos, constando dos respectivos processos os atestados de receção dos sucessivos graus. Por não se tratar de um elemento generalizado, foi necessário recorrer a uma outra tipologia documental, as matrículas de ordens, habitualmente registadas em livro próprio. Além de mais fiável, a informação aí conservada é mais completa, abrangendo a ordem recebida, a data e o local em que tal ocorreu, bem como o bispo ordenante. A mesma fonte indica, frequentemente, a origem geográfica do ordinando.

Com maior ou menor incidência, as ordens poderiam ser recebidas fora da diocese de origem, fosse porque a respetiva sé estivesse vacante, fosse porque o percurso de formação se realizasse parcial ou integralmente fora daquela de onde o candidato era oriundo. Aliás, a circulação dos candidatos a eclesiásticos constituiu uma dificuldade no levantamento dos seus elementos biográficos ou do seu *cursus honorum*: aqueles podiam iniciar o seu percurso formativo numa diocese recebendo as ordens noutra. Deste modo, são frequentes os casos em que os elementos *de genere, de vita et moribus* ou de património se encontram dispersos por diversos arquivos civis ou eclesiásticos. Assim, a análise documental de todos os processos daquelas tipologias conservados num determinado arquivo podia não garantir que todos os elementos biográficos fossem recolhidos, sendo necessário recorrer aos fundos de outras dioceses. Tal revelou-se necessário, também, para os que prolongaram os seus estudos até ao nível universitário sem antes terem recebido todos os graus da ordem até ao presbiterado, razão que justifica a importância dos fundos respeitantes à diocese e à Universidade de Coimbra, sabendo-se da importância que teve a formação universitária – em particular em Teologia e Direito – na construção das carreiras de alguns eclesiásticos; não só por permitir um mais fácil acesso a benefícios colados, mas também ao desempenho de outras funções, de natureza eclesiástica ou de outros âmbitos da administração pública.

Merecem referência, por fim, as tipologias encontradas sob designação variável que permitiram resolver os frequentes casos de hominímia com que se defrontam as investigações de incidência prosopo-

gráfica. Em séries cronologicamente longas, com tipos diferenciados de provimento (colado ou encomendado) que podiam ser cronologicamente sequenciadas ou intervaladas por períodos sem provimento, os livros ditos de registos do clero ou de pessoal eclesiástico<sup>71</sup>, também chamados de nomeações<sup>72</sup> ou mapa de eclesiásticos<sup>73</sup>, permitiram resolver muitos daqueles problemas, diferenciando os homónimos encontrados e permitindo assacar a cada um deles as respetivas nomeações. Além dos elementos relativos ao provimento, em alguns casos encontraram-se elencos de eclesiásticos que compreendiam, também, informações de natureza biográfica, como sucedeu, entre outros, com o Registo do Movimento do Clero<sup>74</sup> ou o Assentamento e a Estatística do Clero<sup>75</sup>.

Nos casos em que essa documentação foi produzida e conservada, recorreu-se aos livros de registo de óbitos dos eclesiásticos<sup>76</sup>, que, por vezes, coligiram informação relativa aos provimentos e à biografia dos indivíduos.

Através da utilização da base de dados anteriormente descrita, compulsadas as diversas tipologias e reunida a informação que disponibilizam, a metodologia seguida permitiu descortinar casos que, a título exemplificativo, constituem ilustrações de algumas das hipóteses enunciadas.

O percurso de João Pais Pinto patenteia a referida circulação pelo território nacional. Nascido em Silgueiros, Viseu, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Em setembro de 1885 obteve carta dimissória para residir na arquidiocese de Évora, em cujo seminário lecionou. Aí residiu brevemente, fazendo oposição ao concurso para a paróquia de São Nicolau, no Porto, na qual se colou a 30 de setembro de 1887. O

71 Cf. Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Chancelaria e Pessoal Eclesiástico, Cx. 48.

72 Cf. Arquivo da Arquidiocese de Braga, Câmara Eclesiástica, Livro de Registo de Nomeações dos Sacerdotes da Arquidiocese, III-3-143.

73 Cf. Arquivo da Diocese de Coimbra, Câmara Eclesiástica, Mapa dos Eclesiásticos do Bispado de Coimbra e dos Egressos no mesmo residentes.

74 Cf. Arquivo Histórico da Diocese de Viseu, Registo do Movimento do Clero (1884-1901), CA 197.

75 Cf. Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco, Câmara Eclesiástica, Assentamento do Clero.

76 Cf. Arquivo da Diocese de Bragança, Câmara Eclesiástica, Livro para o registo dos falecimentos dos presbíteros na Diocese de Bragança, 1899.

facto de ter sido arrolado entre os conspiradores da revolta republicana de 31 de janeiro de 1891, mesmo se absolvido, terá contribuído para abandonar aquela paróquia, regressando à diocese de origem. Colou-se em Cabanas, Carregal do Sal, onde veio a falecer a 7 de abril de 1909.

Em sentido contrário, casos houve em que a atividade paroquial se circunscreveu ao território de origem ou aos espaços limítrofes. Foi esse o caso de Joaquim Maria Botelho: nascido na paróquia de Santa Maria e S. Tiago de Monsaraz, a 12 de dezembro de 1809, filho de um capitão do exército, esteve encomendado em São Marcos do Campo, Reguengos de Monsaraz, entre novembro de 1839 e maio de 1843, altura em que obteve a colação nessa paróquia. Conseguiu, depois, idêntico cargo na sua paróquia de origem, a 23 de agosto de 1850. Aí faleceu, como colado, a 10 de março de 1880. Joaquim Maria Botelho constitui, além disso, um dos casos em que as circunstâncias familiares e patrimoniais terão contribuído tanto para o acesso ao estado eclesiástico quanto para a configuração do percurso que este tomou: era sobrinho de um outro presbítero, Agostinho Lopes Alfeirão, fator que terá pesado na sua opção de vida, por um lado; tendo constituído o seu património a partir da doação de sua mãe e do tio referido – “uma morada de casas sitas na Rua da Porta de Évora, na vila de Monsaraz” – desenvolveu a sua atividade paroquial em torno da sua terra de origem, onde também se situava o seu património.

É expectável que os dois movimentos exemplificados – quer a circulação pelo território nacional, quer o apelo da terra de origem – tenham desenhado situações muito diferentes entre dioceses, no que respeita à origem do clero paroquial. No atual estado da investigação é possível avançar o carácter residual de que se revestiu, na diocese do Algarve entre 1850 e 1911, a presença de párocos oriundos de outras dioceses: fosse pela capacidade para manter um ritmo de ordenações que permitisse a substituição dos indivíduos que iam falecendo ou ficando incapacitados para a atividade paroquial, fosse pela pouca atratividade das suas paróquias, mais de 92% dos párocos eram originários do território algarvio.

Será possível, quando estiver terminado o processo de tratamento dos dados para todos os territórios diocesanos, determinar tanto o

impacto geral da circulação dos indivíduos, quanto a diversidade da sua incidência nas diversas dioceses. Estes e outros elementos, como a pluralidade das geografias físicas e humanas, por exemplo, terão de ser considerados no processo de análise dos dados reunidos no sentido de se apurarem os impactos que resultaram dos modos muito distintos de que se revestiu a presença eclesiástica à escala nacional. Entre outros aspetos, essa pluralidade poderá contribuir para uma análise mais aprofundada dos variados níveis de conflituosidade espoletados pelo processo de separação entre as estruturas civis e eclesiásticas empreendido pelo regime republicano.

### **Conclusões**

A aplicação de instrumentos digitais ao estudo da paroquialidade no período da confessionalidade do Estado português sinaliza as potencialidades de que essas ferramentas se revestem na abordagem de outras dinâmicas e grupos sociais.

Permitem, além disso, operacionalizar um conjunto de referências que facilitam os estudos sobre outras carreiras socioprofissionais, incluídas ou não no quadro da administração pública – professores, médicos –, algumas das quais disputaram a validade da mediação eclesiástica no período final em que esta funcionou como mediação do Estado português.

Os elementos recolhidos na aplicação de uma base de dados relacional ao universo do clero paroquial visam caracterizar um segmento do funcionalismo público, respondendo às perguntas enunciadas na introdução.

Uma parte significativa da incidência geográfica dos conflitos ocorridos em torno do clero paroquial – e a diversidade de grau que aqueles atingiram no conjunto do território – não pode ser avaliada de forma consistente sem o conhecimento detalhado desses indivíduos, das suas características individuais, dos seus percursos e dos modos como exerceram os seus cargos, bem como das relações estabelecidas com outros indivíduos e grupos sociais. E o conhecimento aprofundado destes elementos, quer pelo volume documental necessário, quer pela dispersão das fontes, seria ainda mais dificultado recorrendo a metodologias mais tradicionais.

O Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea constitui, assim, um repositório de informação cujo tratamento analítico permitirá a elaboração de uma prosopografia do clero paroquial num período em que constituiu um agente qualificado do Estado português. Além desse objetivo imediato, possibilitará análises de incidência nacional, regional ou local que permitam suprir as lacunas reveladas pela historiografia portuguesa nesta matéria.

Dessas análises resultará o esclarecimento sobre o modo como a figura jurídica do padroado, que o Estado liberal pretendeu exercer de modo exclusivo, teve incidência diferenciada no conjunto do território, patenteando tanto o ensejo de contenção de outras instituições e poderes sociopolíticos quanto as limitações e contingências reveladas pela administração pública em fase de construção e consolidação.

Para lá da demonstração das virtualidades da utilização de uma base de dados relacional aplicada a objetos historiográficos deste tipo, a digressão pelos acervos e tipologias documentais que sustentam o Registo da Paroquialidade pretendeu deixar clara a relevância de que estes se revestem e que ultrapassa largamente o âmbito eclesiástico, sequer religioso, podendo ajudar a robustecer e complexificar as investigações historiográficas de incidência política, social e cultural sobre a contemporaneidade portuguesa, tal como sucede noutras latitudes.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Adélio Fernando. *D. Américo Ferreira dos Santos Silva, bispo do Porto (1871-1899). Igreja e sociedade no Porto no fim do século XIX*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Faculdade de Teologia, 2010.
- Almeida, Pedro Tavares de, e Rui Miguel C. Branco. *Burocracia, Estado e território. Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Alves, Daniel. *Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2012.
- Alves, Daniel. “Bases de dados e investigação histórica. O caso do inventário de D. Teodósio”. In *Todas as partes do mundo: o património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. 2: Documentos, editado por Jessica Hallett e Nuno Senos, 17-21. Lisboa: CHAM/Fundação da Casa de Bragança, 2018.
- Alves, Daniel. “From ‘Humanities and Computing’ to ‘Digital Humanities’: Digital Humanities in Portugal with a Focus on Historical Research”. In *Literary and Linguistic Computing* 17 (2002): 345-60.
- Boonstra, Onno, Leen Breure, e Peter Doorn. “Past, Present and Future of Historical Information Science”. *Historical Social Research* 29, n.º 2 (2004): 26-27.
- Boudon, Jacques-Olivier. *Les élites religieuses à l’époque de Napoléon. Dictionnaire des Évêques et vicaires généraux du Premier Empire*. Paris: Nouveau Monde Édition/Fondation Napoléon, 2002.
- Boudon, Jacques-Olivier. “De la biographie à la prosopographie dans l’historiographie religieuse contemporaine”. In *L’histoire religieuse en France et en Espagne*, dirigido por Benoît Pellistrandi, 121-35. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.
- Boutry, Philippe. *Prêtres et paroisses au pays du Curé d’Ars*. Paris: Cerf, 1986.
- Bowman, William David. *Priest and parish in Vienna, 1780-1880*. Boston: Humanities Press, 1999.
- Bradley, John. “Documents and Data: Modelling Materials for Humanities Research in XML and Relational Databases”. In *Literary and Linguistic Computing* 20, n.º 1 (2005): 133-51.
- Bradley, John. “Silk Purses and Sow’s Ears: Can Structured Data Deal with Historical Sources?”. *International Journal of Humanities and Arts Computing* 8, n.º 1 (2014): 13-27.
- Capela, Viriato, e Henrique Matos. *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, 11 vols. Braga: José Viriato Capela, 2011.
- Carneiro, Bernardino. *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*. 4.ª edição revista e correcta pelo Dr. José Pereira de Paiva Pitta. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.
- Carvalho, Joaquim, e José Pedro Paiva. “A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos de párocos”. *Revista de História das Ideias* 11 (1989): 175-268.
- Catroga, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013.
- Dainville-Barbiche, Ségolène de. *Devenir curé à Paris. Institutions et carrières ecclésiastiques (1695-1789)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- Faria, Ana Mouta. “O clero em mudança, do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1930): demografia, representações e problemas de classificação social”. In *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, organizado por Benedita Maria Duque Vieira, 81-97. Lisboa: ISCTE, 2004.
- Faria, Ana Mouta. *Os liberais na estrada de Damasco: Clero, Igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*. Lisboa: FCG/FCT, 2006.
- Fernández, Carmona. “El clero secular y su formación en la España contemporánea: revisión historiográfica”. In *La historia religiosa de la España contemporánea: balance*

y perspectivas, editado por Feliciano Montero, Julio de la Cueva e Joseba Louzao, 139-71. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2017.

Garcia, Leonor Dias. “Notários do Tribunal da Inquisição no Arquivo da Universidade de Coimbra (1536-1755): património e rendimentos para obtenção de ordens eclesíásticas”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* XXXII (2019): 9-38.

Gicquel, Samuel. *Prêtres de Bretagne au XIX<sup>e</sup> siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

Gonçalves, Nuno da Silva. “Padroado”. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3: J-P, dirigido por Carlos Moreira Azevedo, 364-68. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

Guasco, Maurilio. “Il clero curato: modelli e sviluppi”. In *Cristiani d’Italia. Chiese, società, Stato, 1861-2011*, dirigido por A. Melloni, 869-79. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 2011.

Guasco, Maurilio. *Storia del Clero in Italia dall’ottocento a oggi*. Roma/Bari: Editori Laterza, 1997.

Harbor, Catherine. “New Wine from Old Bottles: Reexamining an Established Database”. In *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History* 41, n.º 1: 6-13.

Hespanha, António Manuel. *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

Lemaitre, Nicole. *Histoire des curés*. Paris: Fayard, 2002.

Lupi, Maria. “Clero italiano e cura pastorale in età contemporânea. Fonti e dibattito storiografico”. *Rivista di storia della Chiesa in Italia* 60 (2006): 69-89.

Matos, Luís Salgado de. *A separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

Mellén, Consolación Fernández. *Iglesia y poder en la Habana. Juan José Díaz de Espada, un obispo ilustrado (1800-1832)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2014.

Meroño-Peñuela, Albert et al. “Semantic Technologies for Historical Research: A Survey”. *Semantic Web* 6 (2015): 539-64.

Meroño-Peñuela, Albert. “Linked Humanities Data: The Next Frontier? A Case-Study in Historical Census Data”. In *Proceedings of the 2nd International Workshop on Linked Science* (2002).

Moisset, Jean-Pierre. *Les biens de ce monde. Les finances de l’Église catholique au XIX<sup>e</sup> siècle dans le diocèse de Paris (1802-1905)*. Bordéus: Presses Universitaires de Bordeaux, 2004.

Monteiro, Nuno Gonçalo, e Fernanda Olival. “Mobilidade social nas carreiras eclesíásticas em Portugal (1500-1820)”. *Análise Social* 165, n.º 37 (2003): 1213-39.

Moura, Maria Lúcia de Brito. *A “guerra religiosa” na I República*. 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada. Lisboa: CEHR/UCP, 2010.

Niza, Paulo Dias de. *Portugal sacro-profano, ou serie particular de todos os padroeiros das igrejas deste Reino, que tem correio, e as que o não tem, de que correio se servem*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768.

Pazos, Antón M. “Parroquias y clero parroquial”. In *L’histoire religieuse en France et en Espagne*, dirigido por Benoît Pellistrandi, 121-35. Madrid: Casa de Velázquez, 2004.

Pereira, Miriam Halpern. *Das revoluções liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

Pierrard, Pierre. *La vie quotidienne du prêtre français au XIX<sup>e</sup> siècle. 1801-1905*. Paris: Hachette, 1986.

Pinto, Sérgio Ribeiro. *Registo da Paroquialidade Portuguesa Contemporânea (1833-1910)*. Consultável em <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php/Site/registoParoquialidade>>.

Ramakrishnan, Raghu, e Johannes Gehrke. *Database Management Systems*. 3.<sup>a</sup> ed. Nova Iorque: McGraw Hill, 2003.

Rémond, René. *Les deux congrès ecclésiastiques de Reims et de Bourges. 1896-1900. Un témoignage sur l'Eglise de France*. 2.<sup>a</sup> ed. Paris: Sirey, 1964.

Renedo, Artola. *De Madrid a Roma. La fidelidade del episcopado en España (1760-1833)*. Gijón: Ediciones Trea, 2013.

Rodrigues, José Damião. “Família e clero em Portugal”. In *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa/elementos para una historia comparada*, editado por Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2010. <<http://books.openedition.org/cidehus/5352>>.

Saavedra, Pegerto, Hortensio Sobrado, e Antonio Presedo. “La red parroquial y el clero rural en la Galicia de los siglos XVI-XIX: resultados de una investigación en curso”. In *Obradoiro de Historia Moderna* 22 (2013): 93-128.

Saks, Elar. *JavaScript Frameworks: Angular vs React vs Vue*. Tese de licenciatura, Universidade Haaga-Helia, 2019.

Silveira, Luís Espinha da. *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo*. Cascais: Patrimonia Historica, 1997.

Sousa, Fernando de. “O clero da diocese do Porto em tempo das Cortes Constituintes”. *Revista de História* II. *Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna”*(1979): 245-63.

ATLAS – Cartografia Histórica <<http://atlas.fcsh.unl.pt/>> [consultado a 20/03/2020].

Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental <<http://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/>> [consultado a 20/03/2020].

Portal de História Religiosa <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/>> [consultado 31/05/2019].

CCEd – Clergy of the Church of England Database <<https://theclergydatabase.org.uk/>> [consultado a 20/03/2020].

Catolicismo e Corporativismo <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/Corporacoes/index.php/Site/dirigentes>> [consultado a 20/03/2020].

PASE – Prosopography of Anglo-Saxon England <<http://pase.ac.uk/index.html>> [consultado a 20/03/2020].

DB-Engines <[https://db-engines.com/en/ranking\\_trend](https://db-engines.com/en/ranking_trend)> [consultado a 20/03/2020].

### Referência para citação:

Pinto, Sérgio e Paulo Alves. “Metodologias digitais no estudo da administração periférica do Estado. O caso do clero paroquial (1833-1911)”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.<sup>o</sup> 14 (2022): 15-56.



**Roberta Martinelli e Barbosa**

**A cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) em dois tempos:  
uma proposta de mapa digital interativo para  
o ensino de História na educação básica**

---

O artigo apresenta reflexões sobre a cultura digital e a história pública, articulando-as com as questões específicas do aprendizado escolar da História no tempo presente. Considerando a escola como espaço de produção de saberes, procuramos compreender de que forma a tecnologia digital vem sendo apropriada como metodologia em ações educativas no Ensino de História. Muitas dessas ações resultam na elaboração de produtos autorais que, na conjunção ensino-pesquisa, envolvem docentes e discentes e exploram as potencialidades de diálogo entre uma narrativa tanto midiaticizada quanto didática da História. Um exemplo disso é o mapa digital interativo da cidade do Rio de Janeiro (1808-1850). O mapa interativo é o ponto de partida para o acesso a animações que buscam recuperar vivências de sujeitos históricos africanos(as) e afrodescendentes, escravizados e libertos, no cotidiano da cidade. As narrativas sobre essas vivências apresentam situações-problema que suscitam indagações socioculturais e contribuem para a elaboração da perspectiva histórica.

Palavras-chave: Ensino de História, História digital, cidade do Rio de Janeiro, Diáspora africana.

---

**The city of Rio de Janeiro (1808-1850) in two times: An interactive digital map proposal for the teaching of History in basic education**


The article presents reflections on digital culture and public history articulated to specific issues of the learning of History at school in the present time. Considering school as a space for knowledge production, we seek to understand how digital technology has been appropriated as a methodology in educational actions in the teaching of History. Many of these actions result in the elaboration of authorial products which, conjoining teaching with research, involve teachers and students, and explore the potentialities of the dialog between mediatized and didactic narratives of History. An example is the interactive digital map of the city of Rio de Janeiro (1808-1850). The map is the starting point for accessing animations, which aim to reconstruct the experiences of African and Afro-descendant historical subjects who were enslaved and freed, in their daily life in the city. These narratives present problem situations, which raise sociocultural questions and contribute to the elaboration of a historical perspective.

Keywords: Teaching of History, Digital History, Rio de Janeiro, African diaspora.

# A cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) em dois tempos: uma proposta de mapa digital interativo para o ensino de História na educação básica

Roberta Martinelli e Barbosa\*

## Ensino de História, cultura digital e história pública

As histórias para crianças devem ser escritas com palavras muito simples, porque as crianças, sendo pequenas, sabem poucas palavras e não gostam de usá-las complicadas. Quem me dera saber escrever essas histórias, mas nunca fui capaz de aprender, e tenho pena. Além de ser preciso saber escolher as palavras, faz falta um certo jeito de contar, uma maneira muito certa e muito explicada, uma paciência muito grande – e a mim falta-me pelo menos a paciência, do que peço desculpa! 

Com essas palavras José Saramago inicia o seu livro *A maior flor do mundo* dirigido ao público infantil. Muito embora comece a narrativa considerando a pouca habilidade em escrever histórias para crianças, prossegue dizendo que se a tivesse poderia contar uma linda história que um dia inventou. Esta história se passaria numa aldeia e teria um herói: um menino. E assim segue sua prosa narrando, com pormenores, a história que gostaria de contar, introduzindo, até mesmo, palavras difíceis com o cuidado de explicar aos pequenos leitores o seu significado. E, quando nos damos conta, estamos envolvidos pelo enredo e o autor já está contando a sua história.

\* Roberta Martinelli e Barbosa (robertamb2006@gmail.com). Professora Titular de História do Colégio Pedro II, com atuação no Ensino Básico e no Curso de Especialização em Ensino de História. Rua Humaitá, 80 – Humaitá, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22261-001, Brasil. Artigo original: 31-10-2021; Versão revista: 18-7-2022; Aceite para publicação: 20-7-2022.

1 José Saramago, *A maior flor do mundo* (Porto: Porto Editora, 2014), 1.

No universo da sala de aula do ensino básico professores e professoras de História se vêem muitas vezes procurando um “certo jeito de contar”, tomando emprestadas as palavras de Saramago, para adequar a complexidade do conteúdo e raciocínio histórico a faixas etárias e realidade social dos(as) estudantes envolvidos(as) no processo ensino-aprendizagem. Nas últimas décadas, esse jeito de contar tem procurado incorporar, em larga medida, o uso das tecnologias da informação e apropriar-se da lógica da linguagem digital. Mas devemos nos interrogar sobre em que medida o uso de ferramentas e aplicativos digitais garantem a realização de uma ação pedagógica crítica e reflexiva? Quais os sentidos dados ao uso pedagógico do digital na escola e em particular na aprendizagem histórica? De que forma a lógica digital pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento histórico crítico, reflexivo e problematizador?

O desenvolvimento e a difusão do uso do computador, sobretudo nas últimas décadas do século XX, seguidas pelo uso cada vez maior da internet e das redes sociais ao longo do século XXI, desencadearam profundas transformações culturais, sociais e econômicas, de entre as quais ganha destaque o modo pelo qual as pessoas passaram a se relacionar, se comunicar, a experimentar a realidade e a produzir o conhecimento. No contexto da era digital, o campo do conhecimento histórico passou por reformulações relacionadas com as possibilidades abertas pelo uso da internet, tais como: a digitalização de documentos e sua disponibilização na rede, ampliando o acesso aos acervos; o surgimento de novas formas de registro considerados, a partir de então, fontes históricas; o maior alcance de divulgação de trabalhos historiográficos; a proliferação de revistas digitais; a formação de grupos de discussão na área em ambientes virtuais; o surgimento de inovações discursivas, vale dizer, de novas formas de narração do passado; entre outros. Para Serge Noirot, a relação da História com as tecnologias digitais trouxe transformações nos parâmetros de pesquisa, nas formas de interação com as fontes, bem como no modo de armazenar, tratar e acessar a informação sobre o passado, possibilitando o levantamento de novas questões epis-

temológicas<sup>2</sup>. Ainda de acordo com o autor, a chamada “virada digital” desencadeou mudanças significativas no ofício do historiador tradicional, que se viu “obrigado a dominar – e mesmo – forjar a tecnologia”<sup>3</sup>.

Se a História por meios digitais gerou impactos consideráveis na forma de produção historiográfica contemporânea, cabe refletirmos também sobre suas repercussões no ensino de História, em particular, aquelas sentidas no espaço escolar da educação básica. O dinamismo da velocidade de informações e da comunicação por meio das imagens, característico do mundo contemporâneo, é uma realidade que traz desafios para o cotidiano da sala de aula. Ao crescerem e se constituírem fazendo uso da cultura digital, os jovens interagem com uma multiplicidade de informações que circulam no ciberespaço e na sociedade, trazendo novas demandas para a escola. Esta, por sua vez, se vê tendo que se reinventar diante do processo de descentralização da produção do conhecimento vivenciado no tempo presente. De acordo com Martín-Barbero, essa descentralização do conhecimento é “culturalmente desconcertante” e vem acompanhada por uma complexidade de mudanças “que estão atravessando as linguagens, as escrituras e as narrativas”<sup>4</sup>.

Conforme observou Chartier<sup>5</sup>, o mundo digital e a textualidade eletrônica transformaram as práticas de leitura tradicionais, centradas nos livros, inaugurando uma nova relação entre o leitor e o texto a partir das possibilidades abertas pelos *hiperlinks* e pela interatividade desse novo suporte. As crianças e adolescentes que frequentam as escolas na atualidade leem a partir de outras bases cognitivas, constituindo-se como “leitores imersivos”, entendidos como “aqueles que recebem múltiplos estímulos hipermidiáticos provenientes do ciberespaço, mas não de forma passiva. Parte desses estímulos são produzidos pelo pró-

2 Serge Noiret, “História pública digital”, *Liinc em Revista* 11, n.º 1 (2015): 33, <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>.

3 Noiret, “História”, 29.

4 Jesus Martín-Barbero, “Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades”, em *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens* (Rio de Janeiro: Ed. Mauad X e Globo Universidade, 2008), 237-52.

5 Roger Chartier, *A história ou a leitura do tempo* (Belo Horizonte: Autêntica, 2010).

prio leitor, o que o torna um ‘leitor-emissor usuário’<sup>6</sup>. O processo de reinvenção da escola no século XXI passa pela compreensão das novas formas de leitura experimentadas pelos estudantes internautas, assim como pelo reconhecimento de que eles trazem uma série de saberes que circulam fora do ambiente educacional, seja na internet ou em outros veículos de comunicação – televisão, cinema, jornais, revistas, dentre outros. Como bem nos lembram as reflexões de Paulo Freire<sup>7</sup>, um processo de ensino-aprendizagem que pretenda desenvolver uma postura crítica e reflexiva deve partir das condições de vivências dos estudantes e dos seus saberes.

São inúmeros os conteúdos históricos e variadas as narrativas sobre o passado que circulam fora do ambiente escolar: nas telenovelas, nos filmes e séries, nos jogos eletrônicos, na literatura, no teatro, na internet, nos *memes*, *podcasts*, nos museus, no espaço urbano, etc. Esses conhecimentos históricos, enunciados em variadas linguagens e suportes culturais que conformam a chamada História Pública, são apreendidos pelos estudantes em suas experiências sociais e levados para a sala de aula. Cabe aos professores(as), por meio da mediação didática, dialogar com esses saberes e problematizá-los visando a construção do conhecimento histórico escolar. De acordo com Rodrigo Almeida Ferreira, ações docentes nesse sentido contribuem para que a sala de aula se constitua como “local privilegiado na interface história pública/ensino”. Nas palavras do autor: “[...] a articulação desses locais e da experiência dos atores envolvidos na educação – professor, estudantes, comunidade escolar e sociedade – configura a sala de aula/escola como um espaço, por excelência, de história pública”<sup>8</sup>.

A história pública, na sua dimensão com o ensino básico, passa pela reflexão crítica dos conteúdos históricos extra-escolares no processo ensino-aprendizagem, ou seja, em ações da história pública na sala de

6 Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley, “Prefácio”, em *Ensino de História e historiografia digital* (Curitiba: CRV, 2021), 14-15.

7 Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (São Paulo: Paz e Terra, 2007).

8 Rodrigo de Almeida Ferreira, “Qual a relação entre a história pública e o ensino de História?”, em *Que história pública queremos?* (São Paulo: Letra e Voz, 2018), 35.

aula, mas também para além dela por meio da sua divulgação fora dos muros da escola<sup>9</sup>. Isso pressupõe uma intenção didática visando o desenvolvimento de projetos pedagógicos que resultem na elaboração de produtos e na divulgação destes na sociedade. Professores(as) e alunos(as) ocupando o espaço público com narrativas de sua autoria comprometidas com a reflexão crítica e fomentando “o debate sobre o conhecimento histórico, estabelecendo uma mediação didática amplificada”<sup>10</sup>.

O compromisso social é entendido por António Nóvoa como uma das disposições essenciais do trabalho docente nas sociedades contemporâneas. Para o autor: “Hoje a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola. Comunicar com o público, intervir no espaço público da educação, faz parte do *ethos* profissional docente”<sup>11</sup>. A re-contextualização da escola no mundo contemporâneo depende, em larga medida, da “capacidade de comunicação dos professores e do reforço da sua presença pública”<sup>12</sup>.

A comunicação pública da escola pode acontecer de múltiplas formas e por meio da apropriação de diversos tipos de linguagens, tais como a teatral, corporal, literária, musical, audiovisual, digital, de entre outras. Todas essas linguagens apresentam-se como caminhos potentes e interessantes para serem experimentados pelos estudantes em sua formação escolar, bem como para comunicar os projetos pedagógicos fora da escola. A linguagem digital é uma novidade do nosso tempo e a sua incorporação nas ações educativas na escola é um dos caminhos que abrem o diálogo e a interação desta instituição com as vivências dos jovens estudantes, contribuindo para o estabelecimento de aprendizagens significativas.

No que se refere especificamente ao campo de conhecimento da História observa-se nas duas últimas décadas, conforme aponta Marce-

9 Ferreira, “Qual a relação”, 37.

10 Ferreira, “Qual a relação”, 37.

11 António Nóvoa, “Para uma formação de professores construída dentro da profissão”, *Revista Educación* 350 (2009): 3, [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf).

12 Nóvoa, “Para uma formação”, 8.

lla Albaine da Costa<sup>13</sup>, um aumento das produções e discussões de professores-pesquisadores em torno das relações entre a cultura digital e o ensino de História. Uma questão de fundo que aparece em tais reflexões gira em torno da forma pela qual o uso do digital pode contribuir para a construção do aprendizado histórico dos estudantes no espaço escolar.

O uso das tecnologias digitais como um recurso em sala de aula, por si só, não garante uma dinâmica mais interativa e desafiadora para os estudantes. Se formularmos uma aula, por exemplo, em que seja proposto uma pesquisa livre na internet sobre qualquer um dos conteúdos de História, provavelmente os(as) alunos(as) irão acessar *sites* de pesquisa escolar com narrativas pouco afinadas com as atuais discussões acerca do ensino de História. Nucia Oliveira<sup>14</sup>, num artigo sobre os impactos da internet no trabalho historiográfico e no ensino de História, analisa os *sites* de pesquisa escolar sobre História do Brasil e observa que nestes, de forma geral,

[...] o conhecimento histórico é apresentado através de narrativas sintetizadas; as narrativas apresentadas não apresentam problematização; pelo contrário, são enunciadas como verdades; são feitas personificações para apresentar os feitos dos grandes personagens e estes são mostrados como responsáveis pelos fatos históricos. Diante do exposto, cabe a reflexão sobre qual a perspectiva de história e de ensino de história presentes nestes sites.

Ainda que existam exceções, grande parte dos textos destes *sites*, apesar do suporte digital, apresenta uma forma de narrativa tradicional, muito semelhante ao que encontramos em manuais didáticos impressos, não explorando a possibilidade de interação do internauta

13 Marcella Albaine Farias da Costa, *Ensino de História e historiografia digital* (Curitiba: CRV, 2021).

14 Nucia Alexandra Silva de Oliveira, "História e Internet: conexões possíveis", *Revista Tempo e Argumento* 6, n.º 12 (2014): 45, <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014023/3642>.

com o conteúdo apresentado<sup>15</sup>. Destaca-se, assim, a importância do professor como mediador, que procura por meio de suas intervenções pedagógicas sensibilizar os estudantes para uma leitura crítica a respeito do conteúdo que encontram na *web*. Segundo Marcella Albaine da Costa<sup>16</sup>, o fato de grande parte dos jovens estudantes serem “nativos digitais” não significa dizer que “operem e pensem em termos de uma *ciberliteracidade*”. Nas palavras da autora: “O letramento digital efetivo pressupõe a capacidade crítica da navegação, habilidade que, sabemos, nossos alunos não possuem de forma espontânea, sendo papel do professor ajudá-los nesse processo de amadurecimento e educação para a cibercultura”<sup>17</sup>. Reitera-se, portanto, a importância da ação docente no processo de construção do aprendizado histórico, que compreende o desenvolvimento da capacidade dos estudantes em ler o mundo historicamente e analisar de forma crítica as informações disponíveis em livros, filmes, *sites* da internet, jornais, telenovelas, imagens, entre outros.

As ações que envolvem a incorporação das tecnologias digitais no ensino não se reduzem a sua utilização como recurso, mas vão além disso ao se apropriarem do digital como metodologia de ensino visando a elaboração de produtos autorais – envolvendo o trabalho conjunto de professores e alunos – com narrativas midiaticizadas que apresentam uma escrita da História concebida no espaço escolar. Para Marcella Albaine da Costa, a tecnologia entendida para além de uma ferramenta auxiliar “abre novos modos de compreensão e produção da epistemologia histórica”<sup>18</sup>. Tais novas questões epistemológicas, surgidas na área do conhecimento histórico em sua relação com o universo digital, desdobram-se no campo do ensino de História, abrindo caminhos potencialmente interessantes na elaboração de produtos que procuram relacionar uma escrita midiaticizada da História com uma escrita didática da História. Neste movimento, o digital é entendido como um artefato

15 Oliveira, “História e Internet”, 46.

16 Marcella Albaine Farias da Costa, *Ensino de História e games: dimensões práticas em sala de aula* (Curitiba: Appris, 2017).

17 Costa, *Ensino de História e games*, 62.

18 Costa, *Ensino de História e games*, 61.



cultural que possui uma lógica cognitiva própria, passível de ser apropriada de forma criativa e crítica no processo ensino-aprendizagem de História por docentes e discentes.

Retomando o texto em epígrafe de José Saramago, podemos afirmar que a lógica da linguagem digital inaugura um “certo jeito de contar” a História que permite explorar a elaboração de múltiplas narrativas, em percursos não lineares e interativos, que põem em evidência as visões de mundo e perspectivas de diferentes sujeitos históricos em uma determinada conjuntura. Seguindo a perspectiva de Sonia Wanderley<sup>19</sup>, a possibilidade de o estudante entrar em contato com “diferentes narrativas que se inter-relacionam durante o ensino de História no ambiente escolar” constitui uma vivência que imprime “sua marca no desenvolvimento da consciência histórica dos alunos”. Nas palavras da autora,

[...] compreendemos que o elo entre o desenvolvimento da ciência histórica e o seu ensino escolar é o que permite ao professor a constituição de narrativas que possam desnudar as reificações perpetradas pelo senso comum que podem turvar o caráter social transformador da aprendizagem de história<sup>20</sup>.

O contato dos estudantes com narrativas desta natureza – que apresentam a História em sua complexidade pondo em destaque as alianças e disputas dos sujeitos históricos, bem como a produção de diferentes discursos sobre eventos no passado – não se realiza unicamente por meio da tecnologia digital, podendo ser apresentado a partir de outros suportes. No entanto, conforme nos chama a atenção Sonia Wanderley, não “há dúvida de que pensar a história na contemporaneidade nos obriga a considerar a produção midiática, haja vista sua

19 Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley, “Narrativa midiática e narrativa didática de história: caminhos entrecruzados na contemporaneidade”, *Revista História Hoje* 2, n.º 3 (2013): 217-34, [https://www.academia.edu/16831518/Narrativa\\_midi%C3%A1tica\\_e\\_narrativa\\_did%C3%A1tica\\_de\\_hist%C3%B3ria\\_caminhos\\_entrecruzados\\_na\\_contemporaneidade](https://www.academia.edu/16831518/Narrativa_midi%C3%A1tica_e_narrativa_did%C3%A1tica_de_hist%C3%B3ria_caminhos_entrecruzados_na_contemporaneidade).

20 Wanderley, “Narrativa”, 219.

capacidade de produzir eventos e construir sentidos<sup>21</sup>. A construção do conhecimento histórico na escola deve dialogar de forma crítica com os conteúdos sobre o passado que circulam nos canais midiáticos. Ademais, o espaço escolar também deve oferecer aos estudantes o acesso material às tecnologias digitais e propor ações pedagógicas que envolvam o seu uso, de modo a contribuir para a aprendizagem e apropriação das novas linguagens do nosso tempo.

### **Narrativa histórica escolar e historiografia escolar digital**

Nas últimas décadas, uma ampla literatura produzida por professores-pesquisadores das áreas do ensino de História e da educação vêm destacando a ideia da escola como um espaço de produção de saberes. Os saberes produzidos no espaço escolar possuem uma configuração cognitiva própria que dialoga com o saber científico-acadêmico de uma dada disciplina, mas se diferencia deste, na medida em que requer a sua re-elaboração para aqueles que se pretende ensinar, residindo aí a especificidade da ação docente no ambiente escolar. A percepção de tal singularidade transparece na seguinte passagem de uma entrevista a John Thornton, importante pesquisador de História da África na época moderna, ao comentar sobre a questão da formação de professores:

[...] Sempre me esforcei para tornar meus trabalhos acessíveis aos alunos, especialmente aos graduandos em processo de formação docente, porque eles refinam e transmitem o que estou escrevendo para crianças sob seus cuidados. Lecionei, por 17 anos, na Millersville University (na Pensilvânia), que era, principalmente, uma faculdade de formação de professores, e a maioria dos alunos em minhas aulas planejava sua carreira na educação primária ou secundária. E queria que meus artigos acadêmicos fossem acessíveis a eles<sup>22</sup>.

21 Wanderley, “Narrativa”, 220.

22 John Thornton, “Entrevista”, *Topoi* 20, n.º 42 (2019): 567-77, <https://www.scielo.br/j/topoi/a/jzYt4wgcgd4FTc7SP9msPrL/?format=pdf&lang=pt>.

Chama a atenção a preocupação manifestada por Thornton de tornar acessíveis a sua pesquisa e obra aos alunos da graduação, sobretudo àqueles em processo de formação docente. Para ele, a transmissão de um conteúdo na educação primária ou secundária vem acompanhada por uma ação docente de “refinamento”. Proponho pensarmos que o sentido do termo “refinam” empregado por Thornton aproxima-se do que António Nóvoa chamou de “transformação deliberativa”. Em suas palavras: “o trabalho docente não se traduz numa mera transposição prática, pois supõe uma transformação dos saberes”<sup>23</sup>. Neste sentido, o que se ensina não deve ser compreendido como uma simplificação ou transposição de um conhecimento acadêmico para o universo escolar. O professor possui autoria sobre o seu discurso, sendo a sala de aula um espaço de ação e de produção de saberes.

Seguindo esta mesma concepção, Maria do Céu Roldão afirma que o conhecimento profissional docente possui uma natureza compósita, na medida em que opera por “lógicas conceitualmente incorporadoras”. No funcionamento desta lógica verifica-se uma “ação transformativa” dos conhecimentos do conteúdo científico e dos conteúdos pedagógico-didáticos que passam a constituir-se como parte integrante uns dos outros<sup>24</sup>. De acordo com Roldão, a ação docente envolve o domínio dos *saberes científico e técnico-didático* (o como fazer), combinado ao conhecimento emergente da prática e de uma postura *meta-analítica* de reflexão sobre esta prática. Esta postura meta-analítica caracteriza-se pelo “questionamento intelectual da sua ação, de interpretação permanente e realimentação contínua”<sup>25</sup>.

Ilmar Rohloff de Mattos, por sua vez, chama a atenção para o processo de *tradução* do saber acadêmico e erudito realizado pelos(as) professores(as) de História do ensino básico no ato de elaboração e realização das suas aulas. Segundo o autor, neste processo, “aquele que

23 Nóvoa, “Para uma formação”, 5.

24 Maria do Céu Roldão, “Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional”, *Revista Brasileira de Educação* 12, n.º 34 (2007): 100, <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzvvYZ7YxTjLVPJD5NWgp/?format=pdf&lang=pt> 100.

25 Roldão, “Função docente”, 102.

traduz(/lê) mais do que nunca se apresenta como um traidor”, uma vez que não repete meramente as informações acadêmicas e sim porque tempera<sup>26</sup>, ao seu jeito, a explicação erudita com elementos próprios advindos de uma prática da sala de aula<sup>27</sup>. No entanto, a diferença entre o texto original (explicação erudita) e o texto de uma aula não reside apenas na traição,

uma vez que o texto original já não se distingue por sua intenção original, e sim pela intenção de quem o traduziu, mas sobretudo, assinalando a diferença entre as duas práticas, assim como as razões por que aquele movimento [de tradução], do qual resulta um produto novo, não mais deverá cessar<sup>28</sup>.

Seguindo esta perspectiva, entendemos que o conhecimento histórico escolar é configurado por uma lógica própria marcada pela utilização de estratégias didáticas que atuam na sua construção. O professor que produz uma “aula como texto” é antes de tudo um leitor, e o texto de sua aula não será uma mera repetição ou transcrição dos textos historiográficos, distinguindo-se pela intenção dada ao(à) aluno(a) como foco da sua atenção<sup>29</sup>. Os docentes da educação básica, ao fazerem uso de estratégias didáticas para produzir uma “aula como texto”, estão produzindo conhecimento e não simplesmente criando estratégias para transmitir algo concebido pelo conhecimento acadêmico. Os textos elaborados por professores e professoras de História em uma aula, em meio ao processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar, constituem as narrativas da História escolar.

26 Em seu argumento, Ilmar Mattos faz referência à seguinte passagem do romance de Machado de Assis – “Pode ir buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com o molho de sua fábrica.” Utiliza-se desta imagem para propor a identificação da “especiaria alheia” à produção historiográfica, e o ato de temperar “com o molho de sua fábrica” ao processo de tradução que se desdobra no texto de uma aula.

27 Ilmar Rohloff de Mattos, “‘Mas não somente assim!’ Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”, *Tempo* 11, n.º 21 (2006): 5-16, <https://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a02.pdf>.

28 Mattos, “‘Mas não somente assim!’”, 13.

29 Mattos, “‘Mas não somente assim!’”, 13.

Reconhecendo as especificidades da escrita da História produzida no espaço escolar e avançando nessa discussão, Marcella Albaine da Costa propõe a categoria de *historiografia digital escolar* para refletir sobre ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação básica que se apropriam de forma criativa, crítica e colaborativa do uso das tecnologias digitais para o desenvolvimento dos objetivos do ensino de História na contemporaneidade. De acordo com a autora, falar em *historiografia digital escolar* não significa “defender a escrita da História escolar unicamente com base no digital ou afirmar que o uso do digital é pedagogicamente melhor”<sup>30</sup>. É defender que a escola dialogue com a vida articulando as tecnologias disponíveis e as diversas linguagens às ações pedagógicas desenvolvidas em espaços educacionais. É compreender de forma crítica de que modo o uso da tecnologia digital pode e deve ser incorporada no ensino de História, somando-se “inclusive as práticas não digitais que tantas vezes enriquecem a construção dos saberes escolares”<sup>31</sup>.

Conforme observa Anita Lucchesi, as mídias digitais disponíveis no tempo presente abriram a possibilidade de uma nova forma de escrita da História, que apresenta três características interdependentes: é “inscrita no ciberespaço, escrita digitalmente (hipertextualmente) e é divulgada na rede”<sup>32</sup>. O aspecto hipertextual permite a elaboração de uma narrativa expansível e não linear, possibilitando não apenas novas experiências de leitura como também novas possibilidades de representação do passado. Diante disso, a autora questiona: “Em que medida a escrita da História digital, hipertextual, potencialmente multimídia (que apresenta textos, imagens, vídeos, áudios, mapas, etc.), que disponibiliza suas fontes na Internet e permite diferentes níveis de leitura, também não pode ser considerada, com suas especificidades, um novo formato de texto didático?”<sup>33</sup>.

30 Costa, *Ensino de História e historiografia*, 181.

31 Costa, *Ensino de História*, 181.

32 Anita Lucchesi, “Por um debate sobre História e Historiografia Digital”, *Boletim Historiar* 2 (2014): 50.

33 Lucchesi, “Por um debate”, 51.

Anita Lucchesi e Marcella Costa<sup>34</sup> argumentam que a escola constitui um espaço potente para a experimentação e a criação desse novo formato de texto didático, por meio de ações pedagógicas que se apropriem do digital de modo crítico, reflexivo e com autoria. No que diz respeito ao ensino de História, o manuseio de ferramentas, aplicativos e *softwares* no contexto da sala de aula pelos estudantes, contando com a mediação docente, pode ter como finalidade a criação de objetos educacionais digitais nos quais os aprendizes sejam instigados a produzirem narrativas históricas problematizadoras e multiperspetivadas da História. Anita Lucchesi e Marcella Albaine definem a “historiografia digital escolar” como

[a] escrita da história feita na escola por meio da ação do professor que use de forma crítica do potencial das tecnologias de informação e comunicação na narrativa de sua aula e a construção de materiais digitais que explorem e extrapolem a especificidade deste meio, levando-se em consideração, inclusive, a participação, a criatividade, e a autoria dos sujeitos posicionados como alunos<sup>35</sup>.

A seguir, apresentaremos algumas reflexões e resultados de um projeto de iniciação científica desenvolvido no espaço escolar envolvendo docentes e discentes, que objetiva elaborar um material didático-pedagógico – um mapa digital interativo da cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) – apropriando-se das narrativas midiaticizada e didática da História. Nesse projeto, alunos(as) e professores(as) atuam enquanto leitores e como sujeitos produtores de conhecimento, sendo o mapa digital interativo o resultado do processo de *tradução* de um determinado conhecimento historiográfico para um conhecimento histórico escolar ou, porque não dizer, um exemplo de um produto que compõe a *historiografia digital escolar*.

34 Marcella Albaine Farias da Costa e Anita Lucchesi, “Historiografia escolar digital: dúvidas, possibilidades e experimentação”, em *História, sociedade, pensamento educacional: experiências e perspectivas*, volume 1, 336-66 (Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2016).

35 Costa e Lucchesi, “Historiografia escolar digital”, 350.

### **O mapa interativo da cidade do Rio de Janeiro (1808-1850): uma proposta do digital como metodologia de ensino**

O desenvolvimento do projeto de iniciação científica intitulado *Viajando pelo tempo e espaço do Rio de Janeiro: a produção de materiais didático-digitais (1808-1850)* constitui um exemplo de ação pedagógica desenvolvida no espaço escolar que caminha na conjunção da pesquisa e do ensino na educação básica. Este projeto iniciou-se em 2018 no Campus Humaitá II do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo uma equipe interdisciplinar de professores e professoras das áreas de História, Geografia e Informática Educativa da instituição<sup>36</sup>, que atuam em conjunto com um grupo de pesquisa em História coordenado pela professora Maria Fernanda Baptista Bicalho, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, e com o professor de Design Digital, Raphael Argento, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. O projeto contribui, portanto, para a formação e integração de pesquisadores, professores(as) ou estudantes universitários e do ensino básico, promovendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico da pesquisa histórica, o conhecimento histórico escolar e as novas linguagens do design gráfico e da tecnologia digital. Constitui ainda um exemplo de que ensino e pesquisa podem e devem estar integrados no âmbito da educação básica, ampliando as oportunidades de aprendizagem e o leque de interesses dos estudantes pelo conhecimento<sup>37</sup>.

O desafio do projeto é o de criar um produto didático interativo – um mapa digital da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX – adequado aos programas dos conteúdos das disciplinas de

36 Atuam como coordenadores do referido projeto de iniciação científica no Colégio Pedro II, a professora Roberta Martinelli e Barbosa (Departamento de História), a professora Carolina Lima Vilela (Departamento de Geografia) e o professor Siddharta Fernandes (Departamento de Informática Educativa). No Colégio Pedro II o projeto está vinculado ao NUMPEH (Núcleo Pedagógico e Ensino de História) e ao NUPPEG (Núcleo em Práticas de Ensino em Geografia).

37 Ao longo do desenvolvimento deste projeto integraram a equipe de pesquisa os seguintes estudantes do Colégio Pedro II: Francisco Silveira Azar, Joseph João Michel Silva Guillemete, Maria Eduarda Moreira dos Santos Oliveira, Beatrice Vecchio Teixeira, Pedro de Castro Kurtz, Luisa Dahmer Pereira de Araújo, Giulia Lima de Saboya e Samara Alice Ferreira Dias. Pela UFF contamos com a participação dos graduandos do curso de História Renan Carvalho Wenderosck e Daniela Milagres Zaghi Alves.

História e de Geografia da educação básica a partir das informações processadas e representadas em base cartográfica pela pesquisa intitulada Sociabilidade, Urbanismo e Patrimônio: a Cidade do Rio de Janeiro, Corte e Capital do Império Português e do Brasil (1808-1843), desenvolvida no âmbito universitário<sup>38</sup>. Este projeto de iniciação científica possui interfaces do ensino de História com as tecnologia digitais, os jogos – já que existe a intenção de conferir uma jogabilidade ao mapa interativo –; o patrimônio – uma vez que o mapa trará informações relacionadas aos bens arquitetônicos, culturais e históricos da cidade do Rio de Janeiro –; e a história pública – pela sua intenção de divulgação para um público amplo.

A base cartográfica (Figura 1) é o resultado de um profundo e amplo trabalho de levantamento de fontes documentais – textuais, iconográficas e cartográficas –, com o objetivo de identificar e analisar as transformações urbanas do Rio de Janeiro, no contexto da primeira metade do século XIX, em termos de novas edificações, concentração de atividades econômicas, administrativas e festivas, bem como dos espaços de sociabilidade. A partir de um amplo e profundo levantamento documental foram identificadas as inovações arquitetônicas, os tipos de usos das edificações e dos espaços públicos, os locais de residência dos cortesãos, tanto os antigos moradores da cidade quanto aqueles que chegaram com a vinda da família real. Utilizando como base a planta cadastral da cidade do ano de 1812, o grupo de pesquisa construiu graficamente um mapa que incorporou as informações da pesquisa documental realizada.

38 Projeto coordenado pela professora Maria Fernanda Baptista Bicalho, do Departamento de História da UFF, contemplado com Bolsa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.



**Figura 1: Base Cartográfica - Mapa de sociabilidades da cidade do Rio de Janeiro (1808-1850)**



FONTE: Do autor.

O objetivo do projeto é o de animar esse mapa, transformando essa base de dados em um produto digital interativo voltado para estudantes da educação básica, e outros curiosos, sobre a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Importa destacar que o caminho de elaboração desse mapa digital constitui a “ação transformativa” de que nos fala Roldão<sup>39</sup>, ou o ato de temperar “com o molho da sua própria fábrica”, na imagem recuperada por Ilmar Mattos, e o material produzido até o momento é um produto singular, fruto da articulação dos saberes acadêmicos das disciplinas de História e Geografia, dos saberes pedagógico-didáticos, dos saberes do design gráfico, das linguagens digitais e da gamificação. O mais interessante não é o produto em si – embora também o seja –, mas o fato de que foi concebido e está sendo construído no ambiente escolar por estudantes do ensino fundamental e médio e da graduação, sob a coordenação de professores da educação básica e da universidade. Esse ambiente de troca de ideias, de discussão e de aprendizagem, de criação de um trabalho coletivo é o mais instigante.

39 Roldão, “Função docente”.

Nas reuniões semanais do projeto começamos a pensar nas formas possíveis de adaptação do conteúdo histórico científico-acadêmico contido na base de dados cartográfica, para o universo do aprendizado escolar de História. Partimos das impressões, interesses e saberes dos estudantes envolvidos no projeto para definir a concepção do material que iríamos produzir. Todos foram unânimes em reconhecer o suporte digital como sendo o mais adequado para comunicar de forma atraente e lúdica o conteúdo histórico desejado. Uma aluna apontou a sua dificuldade em identificar no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro na atualidade determinados locais que apareciam na mapa da cidade do século XIX. Levando em consideração essa observação, definimos que o mapa digital interativo apresentará, por meio de uma sobreposição (Figura 2), a articulação do mapa atual da cidade do Rio de Janeiro com o mapa do século XIX, sendo possível navegar entre os dois tempos e visualizar um mesmo local na tessitura urbana em épocas distintas.

**Figura 2: Sobreposição dos mapas da cidade do Rio de Janeiro em diferentes tempos**



FONTE: Do autor.

A partir da escolha de localidades em destaque no mapa atual, o estudante-usuário será transportado para esse mesmo espaço no mapa do século XIX, onde estarão disponíveis imagens de pintores, como Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas (Figuras 3, 4 e 5), representando cenas nestes lugares. As cenas são o ponto de partida para se ter acesso a animações de diferentes sujeitos históricos que serão destacados e contarão suas experiências de vida na trama da cidade.

**Figura 3: Exemplos de cenas iniciais das animações**



Fonte: Julio Bandeira e Pedro Corrêa Lago, *Debret e o Brasil: obra completa* (Rio de Janeiro: Capivara, 2017).

**Figura 4: Exemplos de construção de cenários e personagens da animação a partir das fontes iconográficas**



Fonte: Jean Baptiste Debret. *Cena de Carnaval*. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional/ Divisão de Iconografia.

**Figura 5: Exemplos de construção de cenários e personagens da animação a partir das fontes iconográficas**



Fonte: Jean Baptiste Debret. *Mercado da Rua do Valongo*. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional/Divisão de Iconografia

O mapa digital apresentará a configuração urbana e social do Rio de Janeiro do século XIX em sua dinamicidade, singularidade e relações com o espaço atlântico. Os estudantes-navegadores terão contato com narrativas animadas que contarão a experiência complexa e multifacetada de agentes de governo, senhores de terras, senhoras, comerciantes, artesãos, libertos(as) e escravizados(as), suas relações de poder e domínio, práticas culturais e costumes. O reconhecimento de experiências de vida diversas naquele contexto histórico possibilitará aos estudantes reconhecerem e compreenderem as disputas, as alianças e as múltiplas perspectivas em jogo.

Os enredos das narrativas que constituirão o mapa digital interativo são concebidos com o propósito de suscitar algum tipo de indagação e reflexão histórica naqueles que nele navegam. Tal opção relaciona-se com o argumento desenvolvido anteriormente de que o contato dos estudantes na aprendizagem escolar com narrativas que lhes permitam

perceber as diferentes perspectivas dos sujeitos históricos em contextos determinados contribui para o desenvolvimento de sua consciência histórica. As diferentes narrativas disponíveis no mapa interativo contribuem para uma aprendizagem multiperspetivada da História, motivando as crianças e jovens a desenvolverem uma compreensão empática, baseada na análise dos pontos de vista e dos sentimentos das pessoas que viveram na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. De acordo com Maria Helena Oliveira Ângelo Veríssimo,

a multiperspetiva é uma capacidade de olhar uma situação de diferentes perspectivas, de aceitar a possibilidade de existirem outras formas de ver o mundo igualmente válidas, mas também igualmente parciais. É, ainda, a capacidade de compreender o outro, tentando ver o mundo como ele o vê, ou seja, através de um exercício de empatia<sup>40</sup>.

No projeto de construção do mapa digital interativo da cidade do Rio de Janeiro, os enredos das narrativas foram concebidos procurando entrecruzar a linguagem midiática digital com uma escrita da História didática escolar que dialoga com pesquisas acadêmicas nas áreas da História Social, da História da África, da História Atlântica e das histórias conectadas. Sobre o gênero da escrita histórica didática, Carmen Teresa Gabriel nos diz que

o que está em jogo quando nos colocamos no lugar da História ensinada não é a defesa de uma ou outra matriz teórica, mas a escolha de uma articulação discursiva, portanto política, entre elementos das diferentes matrizes e racionalidades, que permite dar conta da complexidade do saber histórico escolar em nosso tempo presente<sup>41</sup>.

40 Maria Helena Oliveira Ângelo Veríssimo, “A avaliação de competências históricas através da interpretação da evidência: um estudo com alunos do ensino secundário” (Tese de Doutorado, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2012), 58.

41 Carmen Gabriel, “Narrativas escolares do Rio de Janeiro: quem são os sujeitos dessas histórias?”, em *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história* (Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016), 210.



Ainda de acordo com a autora, a categoria “sujeito histórico” está presente “a toda e qualquer configuração historiográfica, seja ela na sua versão acadêmica, seja na escolar”<sup>42</sup>. Sua mobilização na construção de uma narrativa ressalta o papel dos indivíduos – sejam eles reis, rainhas, líderes de lutas, camponeses, escravizados, crianças, mulheres, etc. – como protagonistas de suas ações sociais em contextos históricos específicos.

Os estudantes envolvidos no projeto tiveram aulas que os capacitaram a manusear as ferramentas do Adobe Creative Cloud (Photoshop, Illustrator, After Effects e Premiere) para que pudessem produzir as animações disponibilizadas no mapa. Simultaneamente, a equipe elaborou coletivamente duas narrativas que serviram de base para a concepção dos roteiros das duas animações iniciais. Uma questão se apresentou: qual região do mapa da cidade seria destacada para a partir dela contarmos a nossa primeira história? Como a escravidão era um elemento constitutivo da sociedade colonial naquele contexto histórico, sendo a presença de africanos e afrodescendentes na condição de escravizados(as), libertos(as) e livres bastante significativa no espaço urbano do Rio de Janeiro, escolhemos o Cais do Valongo como o cenário para o desenvolvimento da nossa primeira história.

O Cais do Valongo, situado na zona portuária do Rio de Janeiro, é uma região de considerável importância histórica pois sediou entre os anos de 1760 e 1831 armazéns que funcionavam como pontos de comércio de escravizados. Além disso, nesta região também existiu o Cemitério dos Pretos Novos: a vala comum onde os africanos escravizados que morriam na travessia do Atlântico eram enterrados. Em 2017, o Cais do Valongo foi declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO<sup>43</sup>.

Durante o período joanino, mais precisamente entre 1808 e 1821, o número de africanos(as) trazidos(as) como escravizados(as) para o

42 Gabriel, “Narrativas escolares”, 210.

43 Débora Motta, “Um novo olhar sobre a história do Cais do Valongo”, *Rio Pesquisa* 39 (2017): 24-26, [http://www.faperj.br/downloads/revista/rio\\_pesquisa\\_39\\_2017.pdf](http://www.faperj.br/downloads/revista/rio_pesquisa_39_2017.pdf).

Rio foi de 253.470. Embora muitos fossem vendidos para outras regiões do Brasil, grande parte permanecia na cidade, compondo um número expressivo de escravizados(as) no conjunto da população<sup>44</sup>. Portanto, a escolha do Cais do Valongo como o ponto de partida para a nossa primeira narrativa nos possibilita falar sobre as relações escravistas e de poder presentes naquela sociedade e suas tensões, bem como sobre as características da escravidão urbana naquele contexto histórico. Permite refletir também sobre o significado deste passado ao longo da História do Brasil, sobre as relações étnico-raciais em nosso tempo presente e a importância da preservação patrimonial. A escolha desta temática dialoga também com a alteração nos currículos oficiais, desencadeada pela promulgação da lei n.º 10.639, em janeiro de 2003, que tornou obrigatória a inclusão da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas e universidades do Brasil.

O formato digital do mapa interativo na apresentação desses conteúdos históricos escolares contribui para o processo de descentração<sup>45</sup> dos estudantes, na medida em que permite que experimentem, por meio de suas escolhas, percursos não lineares, nos quais podem ser notadas mudanças e permanências no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro em dois tempos históricos distintos – na primeira metade do século XIX e na atualidade. Possibilita ainda que se coloquem no lugar e na perspectiva dos sujeitos históricos daquela época, sensibilizando um olhar e uma postura de empatia pelo *outro*.

O conteúdo dos enredos foi elaborado afinado às recentes pesquisas no campo da História da África e da diáspora africana, a partir do enfoque analítico das histórias conectadas e da História Atlântica. Tomamos aqui como referência os trabalhos de Sanjay Subrahmanyam<sup>46</sup>, John Rus-

44 Manolo Florentino, *Em Costas Negras. Uma história do tráfico escravo entre a África e o Rio de Janeiro* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997).

45 Alexia Pádua Franco, “A cultura midiática infantil e a construção da noção de tempo histórico”, *Cadernos Cedex* 30, n.º 82 (2010): 321.

46 Sanjay Subrahmanyam, “Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Euroasia”, em *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurásia to c. 1830* (Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997).

sell-Wood<sup>47</sup> e Serge Gruzinski<sup>48</sup>. A perspectiva analítica que enfatiza a ideia da conexão nos permite pôr em evidência os movimentos forçados e espontâneos de homens e mulheres entre a África, Brasil e Portugal. Não apenas a circulação de indivíduos, mas também de saberes, mercadorias, práticas culturais, textos, símbolos e línguas, dentre outros.

Optamos pelo distanciamento de uma escrita tradicional – centrada na trajetória das grandes personalidades e acontecimentos exemplares – para colocar em evidência as histórias dos sujeitos comuns que viviam na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, sobretudo aquelas relacionadas às experiências de mulheres, homens e crianças africanos e afrodescendentes. Procuramos, deste modo, contribuir para narrativas históricas escolares que não reforcem uma perspectiva marcadamente eurocêntrica no ensino. Os enredos das narrativas que serão animadas no mapa digital apresentam histórias plurais de africanos(as) e afrodescendentes naquele espaço-tempo, reforçando a ideia de que não eram todos iguais, uma vez que se diferenciavam do ponto de vista étnico e linguístico, mas também em termos de sua condição social: poderiam ser escravizados(as), libertos(as) ou livres. Conforme argumenta Yanê Lopes dos Santos, é a “falta dessa pluralidade de histórias que faz com que esses mesmos estudantes não consigam reconhecer diferenças e semelhanças entre igbos e iourubás, classificando-os genericamente como ‘africanos’”<sup>49</sup>. De acordo com a autora, a incorporação na escrita da História escolar de histórias plurais sobre a África e os africanos contribui para desconstruir estereótipos e não reforçar o perigo de uma História única.

### Construindo narrativas e personagens

Definimos que a primeira narrativa versaria sobre a história de um jovem menino chamado Omekong, natural de uma vila no reino do

47 John Russel-Wood, *Histórias do Atlântico português* (São Paulo: Editora UNESP, 2014).

48 Serge Gruzinski, “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo *milênio*”, *Estudos Avançados* 17, n.º 49 (2003): 321-42.

49 Yanaê Lopes dos Santos, “Uma história única sobre o continente africano: o tráfico transatlântico nos livros didáticos”, em *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*, 539-52 (Campinas: Editora da Unicamp, 2021), 541.



Daomé, na África (Figura 6). Enquanto brincava no rio com seus amigos foi violentamente capturado e teve de enfrentar a dura travessia do Atlântico, em um navio negreiro, até desembarcar no porto do Rio de Janeiro. Nesta cidade, foi vendido como escravizado para um senhor<sup>50</sup>. A segunda narrativa se passa no contexto dos entrudos na cidade. Omekong volta à cena mostrando-se surpreso com as novidades que presenciava naquele contexto festivo, procurando compreender e dar sentido a tudo aquilo a partir de suas referências sócio-culturais. Nesta segunda narrativa conhece a personagem Serafina (Figura 7), uma escravizada que vendia limões de cheiro na venda de sua dona, com quem conversa. A ideia de que o personagem principal das primeiras narrativas devesse ser um menino, na faixa de 12 a 16 anos de idade, partiu dos estudantes envolvidos no projeto, por perceberem um silêncio em relação às crianças e adolescentes nas narrativas da História escolar. Ademais, o fato de o personagem ser uma criança contribuiu para o estabelecimento de uma identificação e empatia dos estudantes-navegadores com a história contada, possibilitando-os se colocar no lugar daquele sujeito histórico e refletir sobre as semelhanças e diferenças que guardam com aquele personagem.

A seguir temos as imagens dos personagens das histórias mencionadas criadas pelos estudantes do ensino básico envolvidos neste projeto de iniciação científica:

<sup>50</sup> Produzimos um vídeo sobre o projeto explicando o processo de elaboração desta primeira história bem como a animação produzida pelos(as) estudantes. O vídeo pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://youtu.be/-I4aXoW0Aio>.

**Figura 6: Imagem do personagem Omekong**



Fonte: Do autor.

**Figura 7: Imagem da personagem Serafina**



Fonte: Do autor.

**Figura 8: Imagem de uma das cenas da animação da primeira narrativa**



Fonte: Do autor.

O produto final – o mapa digital interativo – tem como objetivo reunir uma série de outras narrativas históricas, evidenciando outros personagens que percorreram a tessitura urbana da época. A reunião desse conjunto de narrativas no mapa pretende criar, por meio da apropriação da linguagem da tecnologia digital, uma grande teia de histórias que se entrecruzam envolvendo diversos sujeitos históricos no contexto da sociedade carioca na primeira metade do século XIX. Pretendemos ainda conferir ao material uma jogabilidade, possibilitando aos estudantes uma aprendizagem histórica pautada pelas soluções de desafios e enigmas.

Pretendemos que o mapa digital, quando pronto, seja utilizado em larga escala como material didático nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento de uma aprendizagem dinâmica, interativa e significativa dos conteúdos curriculares de História e de Geografia. Além disso, o fato de a autoria e elaboração do mapa digital ter contado com a participação de alunos(as) do ensino básico em conjunto com graduandos(as) do curso de História é, por si só, um exemplo de uma experiência de ensino-aprendizagem que se realiza na interseção do ensino e da pesquisa em História, promovendo o diálogo e a integração entre o saber acadêmico-científico da História aos saberes da História escolar. Além disso, é um projeto que sublinha a importância e a singularidade do desenvolvimento de ações pedagógicas de iniciação em pesquisa no espaço escolar. A característica interdisciplinar do projeto possibilitou ainda que os estudantes aprendessem a manusear as tecnologias digitais e linguagens do nosso mundo contemporâneo, apropriando-se como autores na elaboração de um produto digital voltado para o aprendizado histórico escolar. Nesse sentido, o mapa digital interativo constitui uma escrita da História feita no espaço escolar, envolvendo alunos(as) e professores, que explora as tecnologias digitais para fins pedagógicos, podendo ser considerado produto de uma *historiografia digital escolar*.

O momento pandêmico da Covid-19 colocou ainda mais em evidência a necessidade dos debates em torno do uso dos meios digitais no ensino, em particular na educação básica. No caso do ensino de História acreditamos que o suporte digital não deva reforçar uma narrativa

tradicional que apresenta o conteúdo de uma forma fechada e pronta. O mapa digital interativo pretende contribuir para o desenvolvimento cognitivo do pensamento histórico dos estudantes ao disponibilizar narrativas verossímeis e plurais envolvendo diferentes sujeitos históricos no contexto urbano do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Essas narrativas apresentam situações-problemas que suscitam indagações e, de forma interativa, possibilitam aos estudantes fazer escolhas e navegar no mapa como assim o desejarem.

Acreditamos que a utilização do mapa digital interativo no contexto escolar pode contribuir para despertar a curiosidade e promover um maior envolvimento dos aprendizes em relação ao conteúdo histórico ali apresentado. A decisão de produzir um material didático no suporte digital foi, inclusive, uma resposta à demanda dos estudantes envolvidos no projeto, que argumentaram sobre a atração exercida pela linguagem digital entre o público escolar. As narrativas disponíveis no mapa da cidade do Rio de Janeiro em formato de animações, envolvendo personagens históricos da conjuntura da primeira metade do século XIX, constituirão uma trama que convoca os estudantes-usuários do mapa a explorarem o material de forma autônoma, de acordo com a sua curiosidade. Assim, pretende-se instaurar uma dinâmica de ensino-aprendizagem na qual os(as) estudantes assumam um papel ativo na interação com o conteúdo histórico que lhes é apresentado, possibilitando-lhes fazer escolhas e desvendar situações-problema.

Os enredos das narrativas, ao apresentarem histórias plurais, contribuem para uma aprendizagem multiperspectivada da História, motivando os(as) aprendizes a exercitarem a empatia histórica e a compreenderem as ações, sentimentos e comportamentos dos sujeitos históricos no contexto no qual se encontravam. Além disso, é possível utilizar o mapa digital interativo em sala de aula para se trabalhar a percepção das mudanças na e as permanências de lugares da cidade do Rio de Janeiro em épocas distintas. A sobreposição do mapa atual da cidade do Rio de Janeiro com o mapa do século XIX permite que os(as) estudantes naveguem entre os dois tempos e visualizem um mesmo local na tessitura urbana em épocas distintas, convidando-os a realizarem

um movimento de descentração e a perceberem a transformação do espaço urbano. O estudante que utilizar a ferramenta poderá escolher percursos, confrontar diferentes perspectivas, perceber transformações na paisagem urbana da cidade e re-significar os seus saberes.

Para concluir, esclarecemos que apresentamos aqui as primeiras etapas de um projeto ambicioso, o qual, infelizmente, esbarra nas dificuldades encontradas na realidade escolar brasileira quanto ao acesso às tecnologias. A relevância dessa experiência pode ser destacada pelos seguintes aspectos: a interação Universidade-Escola, favorecendo a relação horizontal entre o conhecimento acadêmico e o escolar; a prática de pesquisa no campo educacional envolvendo alunos(as) da escola básica; e a integração entre os conhecimentos históricos, geográficos, do design gráfico e da tecnologia digital.

**BIBLIOGRAFIA:**

- Bandeira, Julio, e Pedro Corrêa do Lago. *Debret e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2017.
- Chartier, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- Costa, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de História e historiografia digital*. Curitiba: CRV, 2021.
- Costa, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de História e games: dimensões práticas em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2017.
- Costa, Marcella Albaine Farias da, e Anita Lucchesi. “Historiografia escolar digital: dúvidas, possibilidades e experimentação”. Em *História, sociedade, pensamento educacional: experiências e perspectivas*, v. 1, 336-66. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação, 2016.
- Ferreira, Rodrigo de Almeida. “Qual a relação entre a história pública e o ensino de História?”. Em *Que história pública queremos?*, 29-38. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- Florentino, Manolo. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico escravo entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Franco, Alexia Pádua. “A cultura midiática infantil e a construção da noção de tempo histórico”. *Cadernos Cedes* 30, n.º 82 (2010): 311-23.
- Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Gabriel, Carmen. “Narrativas escolares do Rio de Janeiro: quem são os sujeitos dessas histórias?”. Em *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*, 205-31. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.
- Gruzinski, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio”. *Estudos Avançados* 17, n.º 49 (2003): 321-42.
- Lucchesi, Anita. “Por um debate sobre História e Historiografia Digital”. *Boletim Historiar* 2 (2014): 45-57.
- Martín-Barbero, Jesus. “Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades”. Em *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*, 237-52. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X e Globo Universidade, 2008.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. “‘Mas não somente assim!’ Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. *Tempo* 11 n.º 21 (2006): 5-16. <https://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a02.pdf>.
- Motta, Débora. “Um novo olhar sobre a história do Cais do Valongo”. *Rio Pesquisa* 39: 24-26 (2017). [http://www.faperj.br/downloads/revista/rio\\_pesquisa\\_39\\_2017.pdf](http://www.faperj.br/downloads/revista/rio_pesquisa_39_2017.pdf).
- Noiret, Serge. “História pública digital”. *Liinc em Revista* 11, n.º 1 (2015): 28-51. <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>.
- Nóvoa, António. “Para uma formação de professores construída dentro da profissão”. *Revista Educación* 350 (2009). [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf).
- Oliveira, Nucia Alexandra Silva de. “História e Internet: conexões possíveis”. *Revista Tempo e Argumento* 6 n.º 12 (2014): 23-53. <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014023/3642>.
- Roldão, Maria do Céu. “Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional”. *Revista Brasileira de Educação* 12, n.º 34 (2007): 94-181. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwwYZ7YxTjLVPJD5NWgp/?format=pdf&lang=pt>.
- Russel-Wood, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

Santos, Yanaê Lopes dos. “Uma história única sobre o continente africano: o tráfico transatlântico nos livros didáticos”. Em *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*, 539-52. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

Saramago, José. *A maior flor do mundo*. Porto: Porto Editora, 2014.

Subrahmanyam, Sanjay. “Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Euroasia”. Em *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurásia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

Thornton, John. Entrevista. *Topoi* 20, n.º 42 (2019): 567-77. <https://www.scielo.br/j/topoi/a/jzYt4wgcgd4FTc7SP9msPrL/?format=pdf&lang=pt>.

Veríssimo, Maria Helena Oliveira Ângelo. “A avaliação de competências históricas através da interpretação da evidência: um estudo com alunos do ensino secundário”. Tese de Doutorado, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2012.

Wanderley, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. “Narrativa midiática e narrativa didática de história: caminhos entrecruzados na contemporaneidade. *Revista História Hoje* 2, n.º 3 (2013): 217-34. [https://www.academia.edu/16831518/Narrativa\\_midi%C3%A1tica\\_e\\_narrativa\\_did%C3%A1tica\\_de\\_hist%C3%B3ria\\_caminhos\\_entrecruzados\\_na\\_contemporaneidade](https://www.academia.edu/16831518/Narrativa_midi%C3%A1tica_e_narrativa_did%C3%A1tica_de_hist%C3%B3ria_caminhos_entrecruzados_na_contemporaneidade).

Wanderley, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. Prefácio. Em *Ensino de História e Historiografia Digital*. Curitiba: CRV, 2021.

#### Referência para citação:

Barbosa, Roberta Martinelli e. “A cidade do Rio de Janeiro (1808-1850) em dois tempos: uma proposta de mapa digital interativo para o ensino de História na educação básica”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 57-87.





**Carlos Torcato**

**Práticas de Humanidades Digitais em ensino  
de História com o *software* Inkscape**

---

O presente artigo consiste em um relato de experiência sobre o uso do Inkscape na prática didática do ensino básico e superior. Em um cenário educacional marcado pela tecnofobia, o Inkscape se constitui em um recurso viável para diversos cenários sócio-econômicos, pois trata-se de uma licença livre e de código aberto. A partir da experiência de docência no ensino superior e as possibilidades abertas pelos editais de Pesquisa e de Extensão, foi possível ampliar o escopo inicial de atividades com o software. Em um primeiro momento, foi preciso utilizar metodologias específicas (oficinas pedagógicas) para o treinamento do software, objetivando o compartilhamento de experiências em vez de transmissão de conteúdos. Posteriormente, tratou-se da apropriação, da edição e do manejo de mapas provenientes da Wikipédia, com objetivo de criar um banco de dados próprio visando a modelagem da informação enciclopedista a uma literacia capaz de criar design gráfico e narrativa visual no desenvolvimento de linguagens diferentes do texto escrito e linear.

Palavras-chave: Inkscape, Wikipédia, Oficinas Pedagógicas.

---

**Practices of Digital Humanities in the teaching of History  
with Inkscape software**

This article consists of an experience report on the use of Inkscape in the didactic practice of basic and higher education. In an educational scenario marked by technophobia, Inkscape constitutes a viable resource for various socio-economic scenarios, as it has a free and open source license. Based on the teaching experience in higher education and the possibilities opened up by the Research and Extension, it was possible to expand the initial scope of activities with the software. At first, it was necessary to use specific methodologies (pedagogical workshops) for software training, aiming at sharing experiences instead of transmitting content. Subsequently, it was about the appropriation, editing and handling of maps from Wikipedia, with the objective of creating a database aimed at modeling encyclopedic information to a literacy capable of creating graphic design and visual narrative in the development of languages other than written and linear text.

Keywords: Inkscape, Wikipédia, Pedagogical Workshops.

# Práticas de Humanidades Digitais em ensino de História com o *software* Inkscape

Carlos Torcato\*

## Introdução

O presente artigo apresentará uma experiência de uso do *software* Inkscape no ensino de História, nascida no Ensino Básico e expandida ao Ensino Superior. Usado inicialmente como uma resposta ao ambiente tecnofóbico e a um contexto social marcado por um profundo fosso digital, o *software* mostrou-se uma ferramenta adequada para pensar problemas de modelagens, uso de bancos de dados, experimentação de *design* e de manejo e produção de mídias digitais, temas típicos das Humanidades Digitais. Ele permite o desenvolvimento do método crítico usado para avaliar a qualidade do conteúdo disponibilizado na rede mundial de computadores, principalmente na mais popular página de difusão do conhecimento, a Wikipédia.

Trata-se de uma narração sobre o relacionamento de um docente específico, com uma formação particular, e um *software* de edição de desenho vetorial para a criação de variados tipos de gráficos e imagens. Pretende-se descrever as características e os usos desse aplicativo, destacando os potenciais pedagógicos deste poderoso recurso computacional. Além das possibilidades didáticas, o manejo de camadas e de objetos viabiliza formas de interligar a interface gráfica aos meios

\* Carlos Torcato (carlostorcato@uern.br). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), rua Sinhazinha Wanderley, 871 - Centro, Açu - RN, 59650-000, Brasil. Artigo original: 1-11-2021; Versão revista: 20-4-2022; Aceite para publicação: 22-7-2022.

estruturados de organizar informações (Structured Query Language – SQL), o que permite novas formas de recuperar dados e de reproduzir a narrativa fragmentada característica da linguagem digital.

Os dados que serão apresentados resultam de oito anos de experimentos com o *software* e se pretendem um balanço dos projetos desenvolvidos com o Inkscape no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em iniciativas que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Os percalços existentes pelo fosso e pela fluência digital da realidade da sala de aula foram enfrentados a partir do uso de uma estratégia de treinamento específica, as oficinas pedagógicas, que permitiram a formação de um ambiente de troca de experiências e de respeito aos diferentes itinerários formativos.

Pretende-se, por fim, buscar visibilidade para uma iniciativa em Humanidades Digitais que se apresenta como uma alternativa viável, tanto em termos econômicos quanto políticos. A opção pelo uso de *softwares* de código aberto na prática didática é uma opção economicamente viável para um contexto de baixo investimento público na educação. Vivemos o aumento vertiginoso do ensino à distância oferecido por empresas privadas, que recentemente superaram as públicas no número total de matrículas na graduação, fenômeno acelerado pelas transformações provocadas pela vivência pandêmica coletiva. Os *softwares* livres de código aberto são opções que permitem variadas apropriações da cultura digital com autonomia, esmero hermenêutico e espírito crítico. É um erro estratégico dos setores progressistas o abandono do mundo digital à mercantilização do conhecimento.

### **A ubiquidade da tela e as novas habilidades dos humanistas digitais**

Tratar do uso de um *software* na prática didática remete necessariamente ao imaginário da inovação, simbolizada na famosa expressão Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Não raro, a simples existência das TIC pode ser usada para justificar práticas pedagógicas pobres e atacar o ensino qualificado, pejorativamente caracterizado

como “tradicional”. Tal inovação se restringe na maioria das vezes à padronização, uniformização, controle burocrático e planejamento centralizado; instaurada de cima para baixo, tende a reproduzir as lógicas disciplinares pré-existentes<sup>1</sup>. As reflexões que se seguem pretendem fugir tanto do ciberentusiasmo quanto da postura tecnocética. O uso de um *software* no ensino ou na pesquisa não deve ser tomado como algo positivo em si, mas sim apresentado dentro de uma materialidade, como parte de uma prática historicamente situada.

O fato de as TIC serem incorporadas de forma ascendente nos espaços educacionais ocorre porque tais instituições estão inseridas em um contexto social de uso ampliado da conectividade. Longe de ser sinônimo de ampliação do conhecimento, tal processo acarreta novas formas de hierarquização, que vão da exclusão digital às novas formas de assimetrias entre os incluídos<sup>2</sup>. No contexto europeu, os modelos de avaliação dos docentes (Technological Pedagogical Content Knowledge) identificam os conhecimentos digitais mínimos para integrar a tecnologia no ensino, assim como as lacunas que existem para a completa literacia digital. O sucesso na integração dos *softwares* na prática docente é decorrência de estratégias pedagógicas apropriadas aos ambientes educacionais em que elas estão inseridas<sup>3</sup>. As Humanidades Digitais, que refletem sobre as mudanças epistemológicas ocorridas com a introdução da computação na tradição humanística, apontam que tais habilidades estão de acordo com as necessidades de um paradigma pós-industrial<sup>4</sup>.

O universo da cibercultura envolve, portanto, novas possibilidades e maneiras de exclusão, dependendo das formas de interação estabelecidas entre as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem e as

1 Marcella Albaine Farias da Costa, *Ensino de História e historiografia escolar digital* (Curitiba: CRV, 2021).

2 Sérgio Amadeu da Silveira, “A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania”, in *Políticas públicas & inclusão digital*, org. Tânia Maria Hetkowski (Salvador: EDUFBA, 2008), 43-66.

3 Sara Dias-Trindade e J. António Moreira, “Da literacia à fluência: como avaliar o nível de proficiência digital de professores?”, in *Educação e humanidades digitais*, org. Sara Dias-Trindade e Daniel Mill (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019), 71-86.

4 Alan Liu, “The State of the Digital Humanities: A Report and a Critique”, *Arts & Humanities in Higher Education* 2 (2011): 8-41.

mídias digitais. Precisamos nos perguntar quais são as práticas que são instauradas, as linguagens que elas mobilizam, quais as estratégias que são adequadas para o ambiente educacional em questão.

Para nós, da História, que estamos preocupados em ampliar a capacidade de situarmos os fenômenos no tempo e no espaço, é fundamental o uso de mapas. Por exemplo, o Google Maps é uma plataforma gratuita, interativa e que com comandos simples (apenas o *mouse*) permite realizar deslocamentos gráficos e visuais, tal como o caminho do local de referência (escola/casa/comunidade) ao local de estudo (por exemplo, Atenas ou Roma). Durante a minha experiência no Ensino Básico, tive bastante sucesso em engajar a turma permitindo o uso de celulares com tal aplicativo, além de projetar os mapas no quadro. Como era uma realidade periférica, permitia aos alunos que não tinham acesso ao celular manejar o computador em sala, evento que constituía para eles uma das poucas oportunidades de contato com o mundo digital. Existem outras experiências positivas relatadas em Portugal<sup>5</sup>.

O Inkscape entrou na prática didática justamente porque meu plano de internet da época não sustentava a atividade, e a Escola não disponibilizava internet para a sua comunidade. O uso de celular e de internet no ambiente educacional é tema polêmico, não raro alvo de regulamentação pelas autoridades públicas locais. Em meados dos anos 2000, o tema toma proporção nacional com algumas iniciativas (PL 2547/07, PL 3486/08 e PL 2246/07) no Congresso Nacional com o objetivo de proibir o uso de celulares dentro da escola. As propostas, que encontraram respaldo na Comissão de Educação e Cultura, no ano de 2008, chegaram a tramitar até a Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer favorável em 2009. Em 2011, a proposta foi arquivada<sup>6</sup>. A justificativa alegada para a lei ainda serve como exemplo sobre os “problemas” do uso de internet dentro da sala de aula.

5 Carlos Alexandre Cunha e Glória Solé, “Uso do Google Maps e Geocaching para aprender história: um estudo com alunos do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico”, *Educação em Foco* 21, n.º 34 (2018): 193-218.

6 Ver <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=372564>> Último acesso: 31/10/2021.

O presente Projeto de Lei visa assegurar a essência do ambiente escolar, onde a atenção do aluno deve estar integralmente direcionada aos estudos, na fixação do aprendizado passado pelos professores, sem que nada possa competir ou desviá-lo desse objetivo. O uso do celular no ambiente escolar compromete o desenvolvimento e a concentração dos alunos [...]. Muitos deixam o celular no modo silencioso e às vezes não resistem quando recebem uma ligação e atendem sussurrando em voz baixa. Outros relatos indicam que muitos utilizam o telefone para jogar, já que praticamente todos os modelos trazem opções de vários “games”. Há relatos de estudantes que usam o celular para colar nas provas, através de mensagens de texto e também armazenando a matéria no próprio aparelho<sup>7</sup>.

Não é uma ordem de cima para baixo que fará o ambiente escolar um espaço livre das TIC, tampouco adiantará ficar isolando as instituições escolares do contexto em que elas estão inseridas. Outro medo existente nasce do desafio que os novos modelos de ensino colocam às instituições disciplinares tradicionais. Uma justificativa puramente econômica das Humanidade Digitais é a possibilidade de utilizar recursos remotos e, ao mesmo tempo, reduzir a necessidade de investir proporcionalmente nas instalações tradicionais, suporte aos funcionários, e talvez professores permanentes. Em uma célebre conferência, em 2010, Bill Gates caracterizou tais instituições de obsoletas e baseadas no local<sup>8</sup>. Plataformas como MITx prometem transformar professores em vendedores de aulas, no mesmo formato de outros aplicativos, trazendo diversidade e popularidade aos bons professores<sup>9</sup>. Em última instância, as instituições educacionais tornam-se obstáculos para um ensino aber-

7 Pompeo de Mattos, Projeto de Lei n.º 2.246-A, de 2007, Comissão de Educação e Cultura: 2.

8 Liu, “The State”, 8-41.

9 Heloisa Pait, Everton Zanella Alvarenga e Raul Campos Nascimento, “Wikimedia Brasil e recursos educacionais abertos”, in *Recursos educacionais abertos*, org. Bianca Santana, Carolina Rossini e Nelson de Luca Pretto (Salvador/São Paulo: Edufba/Casa da Cultura Digital, 2012), 177-92.

to e totalmente mercadológico, por isso pensar em TIC dentro da sala de aula encontra muita resistência.

A existência das TIC não deve ser pensada somente como uma ameaça, e o esforço dos educadores deve ser mais no sentido de integrar tais recursos na prática didática, pois elas são parte integrante da vida em sociedade. Com a ascensão do universo digital, a autoridade do historiador ficou “eclipsada por uma multiplicidade de discursos que, até então, tinham ocupado um papel muito marginal no campo de disputas pelo passado”<sup>10</sup>, resultando em um contexto de difusão do negacionismo e do anticientificismo, não raro com apoio de personalidades públicas. A abordagem proposta enxerga as TIC não como uma panaceia que será implementada por meio de uma política pública, ou uma ameaça do neoliberalismo que irá acabar com a escola como conhecemos. As TIC precisam de ser entendidas a partir de uma perspectiva fenomenológica, ou seja, intrinsecamente relacionada às relações sociais e a sua existência real, historicamente situada. Sua principal característica é a ubiquidade, por isso as melhores respostas são aquelas construídas a partir da experiência prévia de todos os envolvidos com a multifacetada cibercultura.

Pensar as condições de possibilidade de uso de um *software* é pensar não apenas a sua existência enquanto tal, mas a formação e/ou trajetória daqueles que fazem uso dele. Eu sou um historiador com formação diletante na informática: meu pai foi formado em Engenharia na época em que não existiam cursos de Informática, eu vivi a transformação do analógico para o digital. Minha primeira opção de curso foi Administração com Ênfase em Análise de Sistemas, que visa alinhar o conhecimento burocrático ao informático. Por sorte, voltei meu esforço para a licenciatura em História. Isso, entretanto, não está separado dessa experiência prévia, como as minhas jornadas de *Rolling Playing Games* (RPG) em formatos totalmente analógicos – com livros, cartas e dados. Minha primeira experiência com um editor de imagens

10 Bruno Leal Pastor de Carvalho, “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?”, in *Que História pública queremos?*, org. Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Borges Trindade (São Paulo: Letra e Voz, 2018), 171.

vetoriais foi para criar mapas temáticos para meus jogos no *software* que minha madrinha utilizava no seu trabalho de arquitetura, o Corel Draw. Foi a habilidade de usar diferentes *softwares* e de navegar entre diversas interfaces que permitiu a elaboração de uma resposta capaz de superar a falta de recursos e a tecnofobia reinante, manifesta na luta contra os celulares.

Minha primeira alternativa, entretanto, não foi o Inkscape, mas o Bing Maps (Microsoft), pois ele permitia o *download* de regiões, viabilizando a projeção das áreas estudadas em um contexto de ensino isolado da internet. Mas era limitado às regiões pré-estabelecidas, o que inibia a principal característica da atividade, que é a navegabilidade para todas as regiões a partir do local. Foi o fracasso nessa tentativa que me motivou a voltar a usar as técnicas do RPG, dessa vez pensando nos espaços históricos usados nos conteúdos abordados na sala de aula. Felizmente, eu não tinha dinheiro para comprar um Corel Draw, então busquei alternativas na internet e encontrei um *software* livre e de código aberto que tinha a mesma proposta.

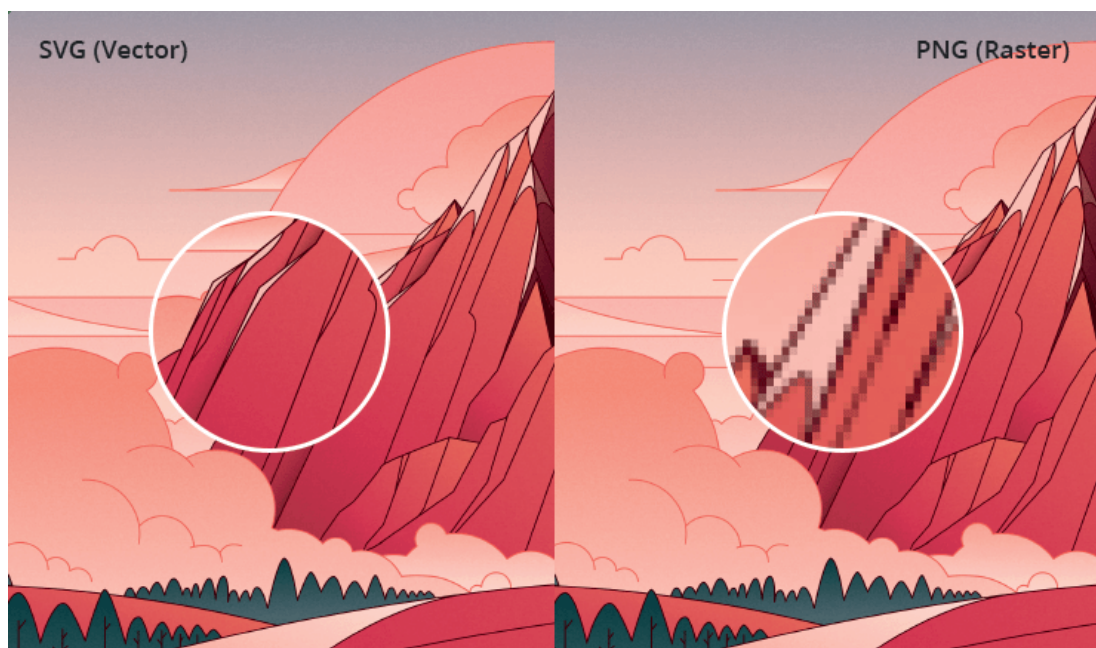
O Inkscape é semelhante aos comerciais, tais como o Adobe Illustrator, o Macromedia Freehand e o CorelDraw. Tais programas podem ser usados para vários fins práticos, tais como criar ilustrações, papéis timbrados comerciais, papéis de parede eletrônicos (fundos de tela) e criação de páginas da web e os elementos dentro delas. Além dos fins acadêmicos e os profissionais, particularmente, já o utilizei para fazer assinaturas digitais, ícones para criar imagens para inserir em html, para fazer cartazes de festas ou de manifestações políticas, para convites de aniversário e assim por diante. O gráfico é feito por pontos, linhas, curvas, formas e/ou polígonos, todos baseados em equações matemáticas que permitem a construção de desenhos altamente sofisticados. A linguagem utilizada permite a fácil incorporação das figuras pelos programadores de *softwares*, que podem usá-las para diferentes fins. Além disso, os gráficos conseguem ser lidos pelos principais navegadores da internet, tais como Firefox, Chrome, Opera, Safari ou Internet Explorer.

As imagens mais populares são aquelas baseadas na tecnologia de *pixel-based*, ou seja, da união de várias pequenas unidades coloridas.



Nessa linguagem, a definição ocorre a partir do cálculo de pontos por polegadas, os famosos dpi (Dots per Inch). Ao contrário do *pixel-based*, os gráficos em linguagem vetorial são baseados em cálculos matemáticos e geométricos, permitindo assim a aproximação (através do recurso ao *zoom*) dos mínimos detalhes da imagem, sem o prejuízo de perder definição. O *software* permite o manejo de camadas e, conseqüentemente, de informações que podem ser usadas de múltiplas formas em processos pedagógicos e científicos. Para efeito de ilustração, é possível fazer uma analogia com o Google Maps: quanto maior o *zoom* da área observada, maiores são os detalhes percebidos.

**Figura 1 - Imagem construída com o software Amadine<sup>11</sup>**



O Inkscape usa o padrão Scalable Vector Graphics (SVG), projetado de forma livre e aberta, pois é baseada na linguagem Extensible Markup Language (XML), uma das primeiras padronizações da inter-

<sup>11</sup> Ver <<https://amadine.com/useful-articles/what-are-scalable-vector-graphics-svg>> Último acesso: 31/10/2021.

net nos anos 1990. Ou seja, de fácil captura por diferentes *softwares* capazes de ler arquivos vetoriais. É por esse motivo que os mapas disponibilizados na Wikimedia Commons são preferencialmente salvos nesse padrão. Tal característica permite, por exemplo, fazer *download* dos mapas oferecidos pela Wikipedia para editar suas cores, alterar textos e inserir novos elementos gráficos. Os mapas e materiais produzidos podem ser contrapostos àquilo que o livro didático apresenta, criando uma prática didática apropriada para o entendimento crítico dos mapas históricos. Com o domínio de algumas ferramentas básicas é possível transformar os discentes em agentes capazes de produzir os próprios mapas, conectando os desenhos aos temas discutidos em sala de aula. Percebe-se que as ferramentas do *software* se constituem em um meio diferente de pensar, de comunicar e de trabalhar, com sua própria linguagem e historicidade, mobilizando um conjunto de habilidades que permitem liberdades e restrições na forma de expor o conhecimento.

As humanidades digitais levam em conta a plasticidade das formas digitais e a maneira como elas apontam para uma nova forma de trabalhar com representação e mediação, o que pode ser chamado de ‘dobramento’ digital de memória e arquivos, pelo qual se pode abordar a cultura de uma forma radicalmente nova. Estamos vivendo uma enorme transformação do conhecimento, da sociedade e da cultura, gerada pelas possibilidades de interação humana abertas pelas TIC. Dentro desse universo é possível explorar a construção de novos produtos e a criação de exercícios pedagógicos. O trabalho lúdico, imaginativo e participativo não é inimigo da educação, mas seu motor exuberante e vital<sup>12</sup>. Na experiência relatada no Ensino Fundamental descobri uma ferramenta atrativa, maleável e útil, porém relativamente complexa para que as pessoas que participavam das atividades pudessem também manejar o *software* e os equipamentos utilizados, principalmente por se tratar de uma instituição em zona periférica.

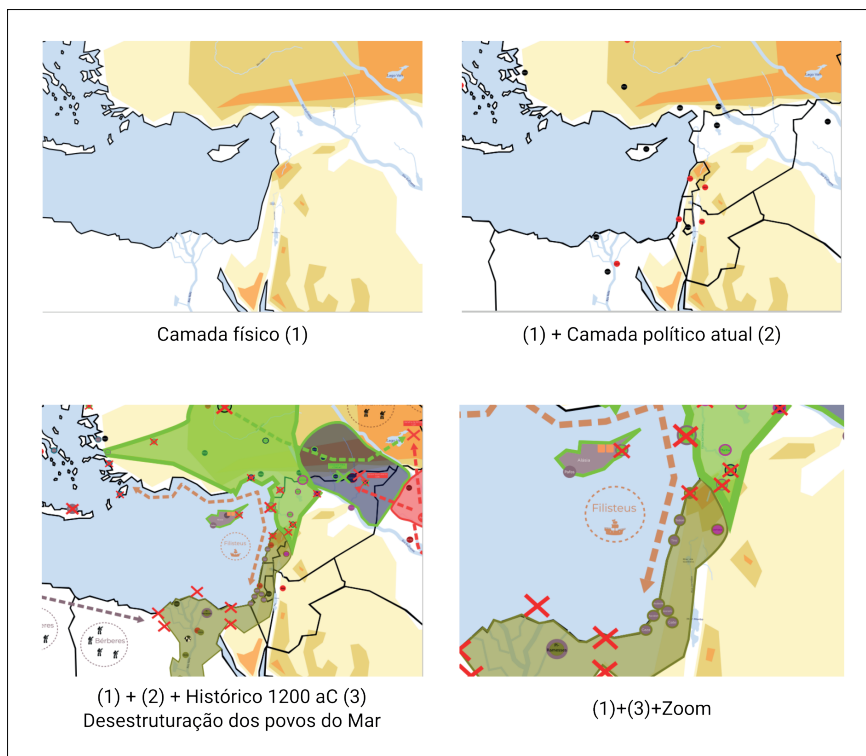
O pensamento tecnocrata entende a docência no Ensino Básico como uma tarefa de mera transposição didática, ou seja, a tradução

12 Anne Burdick *et al.*, orgs., “Humanities to Digital Humanities”, in *Digital\_Humanities* (Cambridge, MA/Londres: The MIT Press, 2012), 1-27.

para a turma daquilo que se produz na esfera do Ensino Superior. As grandes metas de conteúdo acabam com qualquer possibilidade de experimentação e de educação científica. A cibercultura exacerba tal característica, pois as pessoas nascidas em ambientes digitais tendem a ler e compartilhar informações, sem realizar um esforço hermenêutico. Se somarmos a tal quadro as limitações provocadas pelo fosso digital e a tecnofobia, as possibilidades de desenvolvimento de projetos que utilizam TIC dentro da sala de aula são severamente reduzidas. Tal situação começou a mudar quando passei em um concurso para o Departamento de História do Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A estrutura do Ensino Superior, pensada para articular Ensino, Pesquisa e Extensão, permitiu o prosseguimento dos experimentos com o Inkscape, porém a partir de um novo patamar.

A experiência no ensino fundamental e o manejo com diferentes tipos de gráficos proporcionados pela Internet permitiu estabelecer uma série de critérios para balizar os bons mapas, que dividiam as informações por camadas e que fossem de fato editáveis. Além da falta de padronização, muitos arquivos ficam corrompidos rapidamente gerando um problema de instabilidade no manejo do *software*. Depois de buscar soluções nos fóruns de usuários da internet, e essa é uma das características dos *softwares* livres baseados em comunidades, a solução encontrada para o problema foi a vetorização de um mapa desde o zero. Um trabalho árduo, porém, realizado com base nas melhores práticas apresentadas pela Wikimedia. Assim, criei camadas com informações físicas (relevo e hidrografia), políticas (cidades e países), para servirem de suporte à elaboração de mapas históricos. A solução não resolveu somente o problema da instabilidade, também criou um padrão estético (design) fixo, que serviu como base para normatizar os diversos estilos e formatos disponíveis.

**Figura 2 – Imagem PNG produzida pelo autor com Inkscape para simular o zoom e as camadas**



O advento das Humanidades Digitais implicou o estabelecimento de novos tipos de problemas e formas de reinterpretação das informações, naquilo que ficou conhecido como “empreendimento generativo”: não se trata apenas de estudar e realizar pesquisas nas formas acadêmicas tradicionais (na forma de análise, comentário, narração, crítica), mas aliar tais conhecimentos a imagens, interações, *corpus* de mídia cruzada, *software* e plataformas<sup>13</sup>.

Nas aulas de História Contemporânea e também no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) manteve a companhia dos velhos parceiros (notebook, o cabo HDMI e o projetor), agora também utilizando a ferramenta no manejo de infográficos de trajetória intelectual. O desenho que segue abaixo representa a influên-

<sup>13</sup> Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27.

cia dos livros do autor Byung-Chul Han no mercado editorial brasileiro – o tamanho do livro é diretamente proporcional ao número de edições. Durante a exposição oral é possível utilizar o recurso de *zoom* para aproximar a capa do livro que está sendo comentado, tornando a tela uma forma auxiliar de chamar a atenção para o argumento pontual, de uma obra específica, da exposição de trajetória abordada na Linha do Tempo.

**Figura 3 - Imagem PNG produzida pelo autor com Inkscape representando a trajetória intelectual de Byung-Chul Han**



Se havia muita satisfação no manejo da ferramenta, ainda estava faltando a maior participação dos/as discentes na construção dos seus próprios produtos, enfrentando comigo todos os problemas novos suscitados pela nova linguagem apresentada pelo Inkscape. No formato em que a prática estava estruturada, eles apenas consumiam os produtos finais que resultavam das pesquisas realizadas individualmente pelo docente. O próximo passo era criar meios para engajar os alunos nas pesquisas e na edição de gráficos.

Aproveitando a nova formatação do Projeto Político Pedagógico do Curso de História, mudei de História Contemporânea (fim do curso) para História Antiga e Medieval (começo do curso), viabilizando o ingresso do departamento no Programa Institucional de Monitoria (PIM). Nas primeiras edições contávamos com recursos próprios (máquinas), não raro com defasagem de *hardware*, o que aumentava toda a sorte de instabilidade do próprio *software*. O desafio era grande porque havia dois obstáculos: (a) a baixíssima fluência digital; (b) as desconfianças que as novas narrativas, particularmente a Wikipédia, provocam dentro da universidade, principalmente nas Ciências Humanas. Os dois pontos serão tratados nos próximos subtítulos.

### **Troca de saberes em um espaço voltado para a prática: as oficinas pedagógicas**

O êxito do PIM passava, necessariamente, por um treinamento intensivo capaz de tornar os monitores aptos não apenas para produzirem seus projetos gráficos como também para tirar dúvidas e ajudar os alunos nos seus próprios projetos. Busquei inspirações em experiências similares com o Inkscape, mas a única encontrada foi um curso intitulado “Desenho profissional usando o software livre Inkscape aplicado ao patrimônio”, pela Universidade de Burgos (Espanha). Ele apresenta uma ementa voltada para os estudos arqueológicos e arquitetônicos<sup>14</sup>. Existe um relato sobre uma experiência com uma disciplina de Desenho, no colégio Pedro II, algo que faz todo o sentido, pois o Inkscape é uma paleta de desenho com múltiplas ferramentas<sup>15</sup>. Muitas vezes, os estudantes de cursos mais ligados ao espaço, como Geografia, preferem os softwares que conectam o desenho vetorial a um banco de dados automaticamente, tal como o ArcGis. Trata-se, portanto, de uma ferramenta gratuita, poderosa e subutilizada. A solução não passava pelo oferecimento de um curso nos padrões tradicionais, porque para isso

14 Ver <<https://bit.ly/3LIDsFh>> Último acesso: 26/04/2022.

15 Simone da Costa Lima e Eliane Mendes da Silva, “Transformações pontuais: duas experiências de uso do Inkscape”, *Revista do Seminário Mídias & Educação* 3 (2017): 1-12.

seria necessário um conhecimento prévio de todas as ferramentas e suas funcionalidades. Eu não dispunha de condições técnicas para oferecer um curso completo, apenas criar um espaço para apresentar problemas e soluções criados na pesquisa histórica com fontes da cibercultura. A ideia geral era criar um espaço de troca.

A ideia de oficina pareceu ideal à tarefa, pois remete ao local em que se realizam consertos, se constroem objetos, que se cria, produz e inventa. Não raro, os artistas também podem ter oficinas ou ateliês. Pensada pedagogicamente, a oficina é um termo usado para designar um espaço propício à reflexão, à troca de experiências e à criação. A oficina permite “que os alunos aprendam a partir de seus itinerários de apropriação dos saberes e desenvolvimento de suas capacidades”<sup>16</sup>. Ela consiste em uma estratégia de capacitação dos professores, de produção de novos recursos pedagógicos, de ampliação da relação ensino/aprendizagem. São elementos peculiares da oficina pedagógica: reflexão e troca de experiências a partir do confronto entre teoria e prática; produção coletiva de tarefas que possam trazer resultados consistentes; alternativas para os impasses trazidos pela realidade educacional. A expressão “oficina” procura trazer para a pedagogia “uma forma de ensinar e aprender, mediante a realização de algo feito coletivamente”<sup>17</sup>. A oficina promove uma investigação, ação ou reflexão que combina o trabalho individual e a tarefa socializada.

O formato pedagógico das oficinas é adequado à flexibilidade, à mutabilidade e à extensibilidade das mídias digitais. Tais linguagens precisam de dialogar com práticas pedagógicas que promovam a experimentação, a tomada de riscos, a redefinição de projetos/objetivos e, às vezes, o fracasso. Os trabalhos com design dentro das Humanidades Digitais devem ter, e até mesmo encorajar, falhas. Trata-se de criar um espaço para iterar e testar, para criar experimentos precários que são

16 Maria Salonilde Ferreira, “Oficina pedagógica: recurso mediador da atividade de aprender”, in *Oficina pedagógica*, org. Márcia Maria Gurgel Ribeiro e Maria Salonilde Ferreira (Natal: EDUFERN, 2001), 10.

17 Elaine Vieira e Léa Volquind, “O que é uma oficina de ensino?”, in *Oficinas de ensino* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002), 11.

especulativos, lúdicos ou aparentemente sem função científica. As metodologias robustas que trabalham com design colocam um valor pedagógico duradouro nos processos criativos, generativos e experimentais<sup>18</sup>.

Nos meios empresariais que desenvolvem tecnologia, como na cultura empreendedora do Vale do Silício, o fracasso não é apenas tolerado, mas maciçamente financiado porque os riscos valem a pena. Os custos provenientes do erro fazem parte da formação dos trabalhadores, parte necessária para o desenvolvimento de talentos e de projetos que inicialmente eram incertos. As Humanidades Digitais pretendem ampliar os espaços de experimentação crítica com novas linguagens, ocupando um espaço vazio gerado pela insistência no uso de métodos pedagógicos herdados dos claustros disciplinares e dos seminários de texto. Elas ocupam o espaço de uma cultura mediada, real e insinuante, que cada vez mais contesta as formas narrativas lineares e até mesmo autorais próprias do mundo acadêmico tradicional<sup>19</sup>.

A proposta das oficinas pedagógicas é muito adequada às metodologias em Humanidades Digitais porque coloca em diálogo as práticas individuais dos participantes com os saberes digitais compartilhados pelos usuários mais experientes. Quando pensamos em um curso ou uma aula tradicional é esperado que o professor ou mediador domine todas as funcionalidades, expondo o máximo possível as possibilidades de uso. A oficina pedagógica, ao contrário, é o local de troca de experiências e saberes, pois muitas vezes um mesmo fim pode ser realizado de diferentes formas. Esse diálogo é riquíssimo e fortalece práticas e o manejo das ferramentas disponíveis na interface do Inkscape. Para resolver problemas mais complexos, existem os manuais e os vídeos instrutivos da Internet; trata-se de buscar soluções adequadas a cada contexto.

18 Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27.

19 Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27.



**Figura 4 - Imagem PNG produzida em Canva por Rannyson Mykael da Silva Moura**



Como um curso de Extensão, a atividade se vinculou aos “Ciclos de Oficinas do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDO-PH)” oferecidas anualmente. A ideia era oferecer vagas também para o público externo (sejam de outros cursos ou de fora da UERN). Nas edições presenciais, cada um com seu notebook e com projeção da tela, o alcance ficou restrito apenas ao próprio Departamento de História. Com a pandemia e com a organização da atividade com o uso de ferramentas de Ensino à Distância (Google for Education), a atividade acabou ganhando uma projeção e alcance maior. Tivemos inscrições de estudantes de pós-graduação em História interessados em desenvolver desenhos vetoriais de materiais líticos, coletados em sítios arqueológicos<sup>20</sup>, e mapas históricos ilustrados para representações das sesmarias e o trajeto da Inquisição na América portuguesa. Outro produto que está em fase de consolidação é um manual de apoio para elaboração de

<sup>20</sup> Falta texto da nota.

produtos pedagógicos, em português, apresentando o passo a passo de cada produto desenvolvido em projetos nascidos nas oficinas.

### **Um diálogo de saberes: a academia e a Wikipédia**

Ao longo da narrativa apresentada ficou bastante clara a importância da Wikipédia para as experimentações realizadas. A relação da Wikipédia com o saber acadêmico é repleta de conflitos. Para os defensores da plataforma, a oferta de informações “dá água na boca de uns, outros podem se ressentir pela perda do monopólio da informação na universidade”<sup>21</sup>. Para outros, as ferramentas e aplicativos digitais nem sempre possuem uma lógica correspondente àquela apresentada/proposta pela escola, podendo se constituir em uma ameaça ao sentido formativo desejado no espaço escolar. É preciso entendermos um pouco melhor os motivos de tal problema.

Em um primeiro momento, ela apareceu como uma fornecedora de modelos em SVG e de informações úteis para situar determinado espaço sociocultural no tempo, porém eram tomadas como informações de segunda categoria em relação ao livro didático ou outros materiais acadêmicos. Existem muitas explicações para essa desconfiança. Durante séculos, os humanistas trabalharam com formatos – a página impressa, o códice encadernado – que permaneceram essencialmente consistentes. Os ambientes digitais e suas formas peculiares de construir as informações, através de vídeos e plataformas interativas e multi-usuárias, não são necessariamente inferiores em termos de conteúdo ou argumentação rigorosa. A comunicação em ambientes digitais exige a invenção de novas formas, ferramentas e linguagens significativamente mais variadas, extensíveis e multiplicativas do que em texto linear<sup>22</sup>.

Não se trata aqui de rejeitar os textos canônicos da disciplina, tampouco dispensar as leituras atentas tão necessárias para o aprofundamento de qualquer conteúdo. Tampouco, devemos nos restringir unicamente a tais formas de construir conhecimento, pois precisamos de aprender a

21 Pait, Alvarenga e Nascimento, “Wikimedia”, 179.

22 Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27.

utilizar a informação na maneira como ela é disponível socialmente. E essa disponibilidade precisa de ser crítica; existimos lado a lado e interagimos com dispositivos computacionais continuamente, e esses dispositivos oferecem acesso fácil, instantâneo e desimpedido a quantidades incomensuráveis de informação. Essas condições de disponibilidade não fizeram parte da vida humana antes e, portanto, as humanidades precisam de desenvolver métodos novos, apropriados e digitalmente focados para lidar com essa nova condição de estar no mundo<sup>23</sup>.

Uma das razões para os historiadores profissionais prestarem maior atenção à Wikipédia é porque nossos alunos a usam com bastante frequência. Nascida em 2001, ela foi projetada como uma fundação ligada aos movimentos sociais que levantam a bandeira da colaboração e da inclusão do conhecimento. Em certo sentido, é uma reatualização do velho ideário iluminista; o objetivo era construir “uma enciclopédia digital, gratuita e construída coletivamente, se diferenciando do modelo de serviço pago das enciclopédias da época, operados por um pequeno grupo de escritores contratados pelas editoras”<sup>24</sup>. A comunidade, inicialmente anglófila, passou a se abrir para similares em outros idiomas e países, fato que deu uma dimensão multinacional ao projeto. Estudos posteriores das Ciências Humanas e Sociais indicaram um forte viés de gênero (homem) e raça (branco), tanto entre os usuários, quanto nas temáticas percebidas como relevantes. Essa situação se verifica também em relação aos conteúdos de História (com maior relevância as temáticas europeias e estadunidense) e à língua (maior qualidade e variedade de verbetes no inglês).

Apesar de tais percalços, paralelamente ao que acontecia em muitos países, foi fundada a Wikimedia Brasil, baseada nas atividades de um grupo de ativistas e entusiastas que promovem a bandeira da colaboração e da inclusão do conhecimento, com promoção de uma série

23 Leighton Evans e Sian Rees, “An Interpretation of Digital Humanities”, in *Understanding Digital Humanities*, org. David M. Berry (Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012), 21-41.

24 Pedro Toniazco Terres e Lucas Tubino Piantá, “Wikipédia: públicos globais, histórias digitais”, *Esboços: história em contextos globais* 27, n.º 45 (2020): 267, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e68391>.

de ações, tais como cursos, *workshops*, palestras, textos e entrevistas colaborativas. Um dos principais desafios do grupo é criar e revisar os conteúdos divulgados em português, visando ampliar os temas e a qualidade dos verbetes oferecidos<sup>25</sup>. Não demorou muito para alguns profissionais da História passassem a ver a Wikipédia não como inimiga do conhecimento profissional, mas como uma forma de atingir um grande público em temas históricos. Assim, começam a ser divulgados os primeiros diálogos da academia com a plataforma, com as temáticas da História de Roma<sup>26</sup>, da História Moderna<sup>27</sup> e da Teoria da História<sup>28</sup> e, mais recentemente, da História Medieval<sup>29</sup>. Em comum, tais autores partiram para a defesa da plataforma, indicando que ela tem o mesmo padrão de qualidade do que as concorrentes com *copyright*.

O maior conhecimento das hierarquias de qualidade dentro do *software* e o sistema de referências utilizado pela plataforma, que permite aferir as informações expostas, me permitiram uma maior segurança no manejo das informações disponíveis. É preciso ressaltar, entretanto, que os estudos acima indicados apresentam referências que analisam a enciclopédia anglófona, não lusófona. Ainda faltam estudos de fôlego para aferir a qualidade global dos verbetes disponíveis em português. A preocupação com a qualidade dos verbetes é a mais manifestada entre os professores da Educação Básica que participaram da disciplina Tecnologias da Informação e Comunicação e Ensino de História, ministrada duas vezes no âmbito do Mestrado Profissional de Ensino de História (PROFHistória/UERN). A existência ou não de estudos globais da

25 Pait, Alvarenga e Nascimento, “Wikimedia”, 177-92.

26 Juliana B. Marques, “Trabalhando com a história romana na Wikipédia: uma experiência em conhecimento colaborativo na universidade”, *Revista História Hoje* 2, n.º 3 (2013): 329-46.

27 Luís Antônio Coelho Ferla, Luís Felipe Silvério Lima e Bruno Feitler, “Novidades no front: experiência com humanidades digitais em um curso de História na periferia da grande São Paulo”, *Estudos Históricos* 33, n.º 69 (2020): 111-32.

28 Flávia Florentino Varella e Rodrigo Bragio Bonaldo, “Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia”, *Revista Brasileira de História* 40, n.º 85 (2020): 147-70.

29 Rodrigo Bonaldo e Lucas Tubino Piantá, “Curadoria digital e ensino de professores: o caso do verbete *Scriptorium* da Wikipédia lusófona”, in *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI*, org. Luciano José Vianna (Rio de Janeiro: Autografia, 2021), 92-106.

qualidade dos verbetes não altera em nada a necessidade de avaliarmos cada um separadamente. Tal exercício de crítica aos documentos nato digitais deve ser contemplado na prática pedagógica da História da mesma forma que outros documentos tradicionais (que podem ou não estar disponíveis digitalmente).

A literatura científica que aborda a Wikipédia também aborda alguns problemas de relacionamento entre acadêmicos e usuários, pois nem sempre os critérios de verificabilidade e relevância da ciência são os mesmos adotados pelos gerenciadores da plataforma. Um exemplo disso é a imparcialidade, um dos pilares (princípios) observados pelos usuários. Pressuposto que pode levar a problemas, porque o relativismo ingênuo de tal proposta não dialoga adequadamente com o método crítico fundante do fazer historiográfico. Isso não significa, entretanto, que a plataforma seja guarida de teorias revisionistas e negacionistas, em geral discursos sem base na realidade acabam expulsos ou banidos. Mais do que relativismo, tal pilar busca incentivar o pluralismo referencial e modos que tornem possível o estabelecimento de consensos.

É preciso também que a gente reflita sobre a natureza do texto historiográfico presente nos verbetes. Bonaldo e Piantá defendem que o “texto da Wikipédia também se distingue do texto historiográfico por não mobilizar um debate conceitual, teórico ou argumentativo”<sup>30</sup>. A experiência adquirida até o momento aponta para uma outra percepção: trata-se de um texto geralmente marcado por forte influência da narrativa positivista tradicional, com seus grandes homens e feitos. É exatamente sobre essa estrutura narrativa, positivista e amadora, que é preciso depurar as informações e avaliar as referências. Nesse sentido, os projetos desenvolvidos no âmbito da UERN se diferenciam dos destacados acima porque não objetivam criar verbetes para interagir com os gerenciadores da Wikipédia, tampouco atingir o grande público usando a popularidade da plataforma.

Os objetivos das atividades propostas são de outra natureza, pois estas estão interessadas no cruzamento das informações da Wikipédia

30 Bonaldo e Piantá, “Curadoria digital”, 95.

com a bibliografia discutida em aula, resultando na formação de um novo verbete que exclui totalmente (ou quase) as referências às dinastias ou às personalidades. O foco é a adoção de uma perspectiva mais ligada à história global<sup>31</sup> e às questões ambientais e estruturais das sociedades analisadas. O trabalho realizado permite um diálogo constante com as disciplinas de Introdução à História e Teoria da História I, ampliando a capacidade crítica na adoção de produtos da cibercultura. Além disso, incentivo os monitores e os participantes das atividades a acompanharem pelo menos uma iniciativa do Wikimedia Brasil, para vivenciarem o movimento social que existe por trás das telas. Também ocorrem momentos de formação quando é apresentado um balanço da historiografia sobre o tema.

A criação de verbetes para alimentar um banco de dados permite aos estudantes encararem os problemas de modelagem, típicos das Humanidades Digitais. Um projeto digital é sempre uma expressão de suposições sobre o conhecimento: na forma de categorias estruturadas em padrões de entrada (obedecendo a um índice) e saída (com *hiperlinks*) para tornar a informação fragmentada, típica das narrativas digitais que facilitam o movimento entre os conteúdos disponíveis. Cada um dos blocos de verbetes será moldado pelo modelo de conhecimento ao qual precisam de servir. Mesmo as questões básicas sobre formatos de arquivo, resolução de imagem, metadados e esquemas de classificação para estruturar os materiais digitais estão intimamente ligadas à questão da modelagem<sup>32</sup>.

Outra característica típica das Humanidades Digitais presente no projeto é a reflexão voltadas para imaginar interlocuções entre as informações modeladas no banco de dados e o design proposto para os mapas, linhas do tempo e infográficos criados. A elaboração gráfica em diálogo com a pesquisa não consiste somente em uma técnica ao serviço do intelecto, pelo contrário, tal esforço possui significados epistemológicos tão complexos quanto a escrita linear, porém colocados de outra

31 Marcelo Cândido da Silva, “Uma História Global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média”, *Revista de História* 179 (2020): 1-19.

32 Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27.

forma. Tal como os trabalhos em design com Humanidades Digitais<sup>33</sup>, a construção de infográficos e outros designs é caracterizada pela preocupação com a representação simbólica da linguagem, a expressão gráfica de conceitos e questões de estilo e identidade.

A Wikipédia oferece vários mapas históricos que utilizam diferentes linguagens visuais e formatos (SGV, PNG e JPG). Jankent, capital do Kanato Oghuz Yabgu (766-1055), por exemplo, pode ser mencionada como Dzhankent, Yangikent, Eni-Kent, Djanikand, Yenikent, Yanikand. Além de ser uma realidade bem distante daquela europeia hegemônica, existe também uma dificuldade de nomeação de muitas cidades/povos/civilizações presentes na enciclopédia, principalmente quando a pesquisa é feita em vários idiomas através das ferramentas de tradução. O cruzamento de informações, a sobreposição de mapas e a identificação de controvérsias são elementos considerados para a unificação gráfica dos diferentes contextos incorporados ao banco de dados. Com o uso de uma interface gráfica vetorial foi possível construir um agregador de dados capaz de dar uma visão diferenciada sobre o conteúdo disponível. Novas formas de visualização de dados são necessárias para rastrear, compreender e aprofundar as narrativas digitais que se apresentam como fluxos de informação<sup>34</sup>. O Inkscape é utilizado como um agregador de informações, ou seja, como um suporte gráfico ao banco de dados escrito, de forma a permitir uma nova visualização das informações disponíveis através da produção de infográficos e mapas históricos.

Os melhores projetos de pedagogia e pesquisa em Humanidades Digitais treinam os alunos tanto na “leitura” quanto na “escrita” das novas retóricas emergentes e na compreensão de como elas transformam e remodelam o conhecimento humanístico. Isso significa desenvolver literacias criticamente informadas, expansivas o suficiente para incluir design gráfico, narrativa visual, mídia baseada no tempo e o desenvolvimento de interfaces diferentes do texto linear. Não se trata

33 Burdick *et al.*, “Humanities”, 1-27..

34 David M. Berry, “Understanding Digital Humanities”, in *Understanding Digital Humanities*, org. David M. BERRY (Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012), 1-20.

de abandonar a leitura atenta dos cânones, mas antes de mostrar de forma prática como o esforço hermenêutico e crítico precisa de ser parte integrante tanto das novas retóricas quanto das antigas.

### Conclusão

A maior divulgação da plataforma permitiu um acréscimo na fluência digital da comunidade escolar, com o desenvolvimento de saberes que se adequam aos diferentes itinerários, permitindo que as competências adquiridas tenham um sentido prático, além do aprofundamento hermenêutico que se espera do estudo em Ciências Humanas. Conforme a linguagem e o manejo do *software* foi se tornando mais popular no curso, foi possível expandir as propostas de pesquisa e de design também para as pessoas matriculadas nas disciplinas, na forma de construção de um *podcast* e de mapas ou infográficos de temas pré-estabelecidos (em geral contextos africanos e orientais). O PIM expandiu suas atividades iniciais, restritas à construção de produtos pedagógicos pelos monitores e exposição na aula, para também ao auxílio aos estudantes na produção de seus próprios produtos.

O ambiente digital oferece possibilidades ampliadas de exploração de múltiplas abordagens pedagógicas e de construção do conhecimento, incluindo design dos jogos, a narração em *podcast*, vídeo, transmissão instantânea e *online* (por texto, imagem, som ou vídeo). O Inkscape é uma ferramenta com grande potencialidade na construção de produtos visuais para as retóricas emergentes da prática didática. A interface gráfica do usuário, ainda comum em um mundo de plataformas de computação distribuídas e incorporadas ao cotidiano, colocou uma pressão tremenda sobre esta geração de acadêmicos e professores que nem sempre possuem a fluência digital<sup>35</sup>. Mesmo o acadêmico mais centrado no texto impresso e escrito admitirá a emergência de uma retórica visual, que exige habilidades para ler interfaces, criar bancos de dados e outros modelos de gestão do conteúdo disponíveis na rede mundial de computadores. O conjunto de projetos executados procuram construir uma resposta para tais desafios.

35 Dias-Trindade e Moreira, “Da literacia”, 71-86.



Trata-se de um conjunto de ações que estão em pleno desenvolvimento e, no futuro, é desejo que tais materiais também possam ser disponibilizados por meio da própria Wikipédia através do lançamento de um padrão gráfico que poderia ser aplicado a todos os verbetes lusófonos. A experiência com o Inkscape também foi fundamental para experimentos posteriores com edição de áudio, na forma de *podcasts* de história, e na edição de vídeos com Kdenlive. A proposta de oficina pedagógica é extensível a outros *softwares*, dialogando de forma profícuca com a cibercultura e criando meios eficazes para ampliar a fluência digital em diálogo com as Ciências Humanas e Sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berry, David M. "Understanding Digital Humanities". In *Understanding Digital Humanities*, organizado por David M. Berry, 1-20. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.
- Bonaldo, Rodrigo, e Lucas Tubino Piantá. "Curadoria digital e ensino de professores: o caso do verbete Scriptorium da Wikipédia lusófona". In *A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI*, organizado por Luciano José Vianna, 92-106. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- Burdick, Anne, Johanna Drucker, Peter Lunenfeld, Todd Presner, e Jeffrey Schnapp, orgs. "Humanities to Digital Humanities". In *Digital\_Humanities*, 1-27. Cambridge, MA e Londres: The MIT Press, 2012.
- Carvalho, Bruno Leal Pastor de. "Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?" In *Que História Pública queremos?*, organizado por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, e Viviane Borges Trindade, 169-74. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- Costa, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de História e historiografia escolar digital*. Curitiba: CRV, 2021.
- Cunha, Carlos Alexandre, e Glória Solé. "Uso do Google Maps e Geocaching para aprender história: um estudo com alunos do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico". *Educação em Foco* 21, n.º 34 (2018): 193-218.
- Dias-Trindade, Sara, e J. António Moreira. "Da literacia à fluência: como avaliar o nível de proficiência digital de professores?" In *Educação e humanidades digitais*, organizado por Sara Dias-Trindade e Daniel Mill, 71-86. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- Evans, Leighton, e Sian Rees. "An Interpretation of Digital Humanities". In *Understanding Digital Humanities*, organizado por David M. Berry, 21-41. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.
- Ferla, Luis Antônio Coelho, Luís Felipe Silvério Lima, e Bruno Feitler. "Novidades no front: experiência com humanidades digitais em um curso de História na periferia da grande São Paulo". *Estudos Históricos* 33, n.º 69 (2020): 111-32.
- Ferreira, Maria Salonilde. "Oficina pedagógica: recurso mediador da atividade de aprender". In *Oficina pedagógica*, organizado por Márcia Maria Gurgel Ribeiro e Maria Salonilde Ferreira, 9-14. Natal: EDUFRN, 2001.
- Lima, Simone da Costa, e Eliane Mendes da Silva. "Transformações pontuais: duas experiências de uso do Inkscape". *Revista do Seminário Mídias & Educação* 3 (2017): 1-12.
- Liu, Alan. "The State of the Digital Humanities: A Report and a Critique". *Arts & Humanities in Higher Education* 2 (2011): 08-41.
- Marques, Juliana B. "Trabalhando com a história romana na Wikipédia: uma experiência em conhecimento colaborativo na universidade". *Revista História Hoje* 2, n.º 3 (2013): 329-46.
- Mattos, Pompeo de. Projeto de Lei no 2.246-A, de 2007, Comissão de Educação e Cultura: 2.
- Pait, Heloisa, Everton Zanella Alvarenga, e Raul Campos Nascimento. "Wikimedia Brasil e recursos educacionais abertos". In *Recursos Educacionais Abertos*, organizado por Bianca Santana, Carolina Rossini, e Nelson de Luca Pretto, 177-92. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa da Cultura Digital, 2012.
- Silva, Marcelo Cândido da. "Uma História Global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média". *Revista de História* 179 (2020): 1-19.
- Silveira, Sérgio Amadeu da. "A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cidadania". In *Políticas públicas & inclusão digital*, organizado por Tânia Maria Hetkowsky, 43-66. Salvador: EDUFBA, 2008.

Terres, Pedro Toniazzo, e Lucas Tubino Piantá. “Wikipédia: públicos globais, histórias digitais”. *Esboços: história em contextos globais* 27, n.º 45 (2020): 267.

Varella, Flávia Florentino, e Rodrigo Bragio Bonaldo. “Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia”. *Revista Brasileira de História* 40, n.º 85 (2020): 147-70.

Vieira, Elaine, e Léa Volquind. “O que é uma oficina de ensino?” In *Oficinas de ensino*, 11-15. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

**Referência para citação:**

Torcato, Carlos. “Práticas de Humanidades Digitais em ensino de História com o software Inkscape”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 89-115.



**Ian Kisil Marino e Thiago Lima Nicodemo**

***Fake news* e arquivos digitais  
a partir da experiência da covid-19**

---

Notícias falsas, boatos e enganos não são coisas novas, mas seu impacto ganhou força com a rapidez da difusão de informações na internet. Embora muitas dessas (des)informações sejam pouco importantes, nos últimos tempos elas têm sido mobilizadas com finalidades eleitorais, como formas de destruição de reputações e, já na pandemia, como disseminadoras de más práticas sanitárias. Nesses sentidos, as *fake news* possuem impacto no espaço público, sendo até mesmo provas de crimes. Como podemos compreender o lugar das *fake news* no quadro de problemas teóricos e metodológicos das humanidades digitais ou da história digital? A temática das informações falsas acresce algo ao compromisso ético envolvido na atuação de pesquisadores e de arquivos públicos? É sobre essas questões que refletimos neste artigo: procurando apresentar um breve panorama das *fake news* da pandemia de covid-19 no Brasil, defendendo a importância da implementação de políticas de arquivamento dessa documentação digital e pontuando caminhos para interpretar e agir sobre essas questões na esfera pública. Palavras-chave: Humanidades digitais, História digital, Covid-19, Fake news, arquivos.

---

**Fake News and digital archives based  
on the experience of COVID-19**

Fake news, rumors, and deception are not new phenomenon, but their impact has got stronger with the fastness of the information spread on the Internet. Although much of this (mis)information is of little importance, in recent times it has been mobilized for electoral purposes, as ways of destroying reputations and, in the COVID-19 pandemic, as cause of bad health practices. Fake news has an impact on the public space and could be seen as evidence of crimes. How can we understand the place of fake news in the framework of theoretical and methodological problems of digital humanities or digital history? Does such a theme add anything to the ethical commitment involved in the performance of researchers and public archives? This article stems from these questions: presenting a brief overview of the COVID-19 pandemic fake news in Brazil, defending the importance of better archiving policies for this digital documentation, and pointing ways to interpret and act on these issues in the public sphere. Keywords: Digital humanities, Digital history, COVID-19, Fake news, Archives.

# *Fake news* e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19

Ian Kisil Marino e Thiago Lima Nicodemo\*

Em 29 de março de 2020, o Twitter apagou dois *tweets* do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, por “violarem as regras” da rede social. A justificativa da empresa foi que ela ampliara as suas diretrizes de segurança em combate a “contrainformações de saúde pública”<sup>1</sup>. As postagens apagadas continham vídeos de Bolsonaro em visita às cidades de Taguatinga (DF) e Sobradinho (DF), sem máscara e em aglomerações. Dezassete dias após a primeira morte por covid-19 registrada no Brasil, já circulavam muitas informações sobre os protocolos básicos para prevenção da doença – contrastantes aos modos do presidente nesses vídeos.

Em julho de 2021, o YouTube removeu 15 vídeos da conta de Bolsonaro. A explicação da plataforma de vídeos pertencente à Google lembra a dada pelo Twitter mais de um ano antes: “Após análise cuidadosa, removemos vídeos do canal Jair Bolsonaro por violar nossas políticas de informações médicas incorretas sobre a Covid-19. Nossas regras não permitem conteúdo que afirma que hidroxicloroquina e/ou ivermectina são eficazes para tratar ou prevenir Covid-19; garante que

\* Ian Kisil Marino (iankmarino@gmail.com) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-896, Brasil e Thiago Lima Nicodemo (tnicodemo@gmail.com) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-896, Brasil/Arquivo Público do Estado de São Paulo, rua Voluntários do Pátria, 596, Santana, São Paulo – SP, Brasil. Artigo original: 30-11-2021; Versão revista: 14-6-2022; Aceite para publicação: 10-7-2022.

1 Beatriz Sans, “Twitter exclui 2 *posts* de Bolsonaro e cita «conteúdos contra saúde pública»”, UOL, 29/03/20, acessado a 02/09/2021, <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/29/twitter-exclui-dois-posts-de-bolsonaro-por-infringir-regras.htm>.

há uma cura para a doença; ou assegura que as máscaras não funcionam para evitar a propagação do vírus”<sup>2</sup>.

Esses casos são apenas uma amostra de uma política de gerenciamento de conteúdo que tem se tornado cada vez mais comum nas redes sociais. O problema das chamadas *fake news* é central na pandemia de covid-19: elas impactam diretamente a vida e a morte de pessoas em todo o mundo. Pressionadas, as empresas responsáveis por essas mídias começaram a procurar formas de limitar a ação de potenciais “engenheiros do caos”, como lhes chamou Giuliano da Empoli<sup>3</sup>.

Notícias falsas, boatos e enganos não são coisas novas, mas seu impacto ganhou força com a rapidez da difusão de informações na internet. Embora muitas dessas (des)informações sejam pouco importantes, nos últimos tempos elas têm sido mobilizadas em massa, com finalidades eleitorais, como formas de destruição de reputações e, já na pandemia, como disseminadoras de más práticas sanitárias. Nesses sentidos, as *fake news* possuem impacto no espaço público, sendo até mesmo provas de crimes. Como podemos compreender o lugar das *fake news* no quadro de problemas teóricos e metodológicos das humanidades digitais ou da história digital? A temática das informações falsas acresce algo ao compromisso ético envolvido na atuação de pesquisadores e de arquivos públicos? É sobre essas questões que refletimos neste artigo: procurando apresentar um breve panorama das *fake news* da pandemia de covid-19 no Brasil, defendendo a importância da implementação de políticas de arquivamento dessa documentação digital e pontuando caminhos para interpretar e agir sobre essas questões na esfera pública.

### Dos arquivos digitais às *fake news*

Já é famoso para humanistas digitais o diagnóstico do historiador Roy Rosenzweig de que vivemos no limiar da abundância e da escassez

2 Guilherme Amado, “YouTube remove 14 *lives* de Bolsonaro; canal está perto de ser derrubado”, *Metrópoles*, 21/07/21, acessado a 02/09/2021, <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtube-remove-14-lives-de-bolsonaro-canal-esta-perto-de-ser-derrubado>.

3 Giuliano da Empoli, *Os engenheiros do caos* (São Paulo: Vestígio, 2019).

quanto à preservação de documentos históricos no meio digital<sup>4</sup>. Por um lado, nunca se guardou tanto e tão facilmente: um simples clique salva centenas de páginas em computadores pessoais ou nuvens, sem o infortúnio de ter que arrumar espaço seguro para calhamaços impressos sem fim dentro de casa. Por outro lado, observadores mais atentos, como Rosenzweig, apontam que nunca tivemos tão pouco controle sobre a preservação desses documentos e memórias.

Para abrirmos uma foto em nosso computador ou celular, realizamos um clique que manda informações específicas para os dispositivos nos mostrarem o material em questão. Não sabemos bem qual é essa informação, nem mesmo qual a diferença exata de uma imagem em formato .jpeg ou .png, por exemplo – parece que vemos a mesma coisa com os nossos olhos. Além disso, uma marca das tecnologias é a sua constante transformação, que vemos tanto nos pedidos por atualização de *softwares* quanto nos lançamentos quase rotineiros de novos e instigantes aparatos de todo tipo. De repente, formatos de muitos arquivos digitais tornam-se obsoletos, ficando muito difícil acessá-los<sup>5</sup>.

A insegurança na preservação digital também passa pelos responsáveis pela sua preservação. A maioria dos recursos que utilizamos diariamente no mundo digital pertence a empresas privadas que não são primordialmente arquivos, mas acabam cumprindo essa função em decorrência das suas utilidades principais – seja a escrita de textos ou a postagem de fotos em espaços sociais virtuais. A dependência da eficiência e da boa vontade dessas empresas para preservar e ceder acesso aos nossos próprios documentos é praticamente total para a maioria das pessoas<sup>6</sup>.

É uma decisão importante definir o que deve ou não ser preservado. Em se tratando de arquivos de interesse público, essa escolha deve

4 Cf. Roy Rosenzweig, *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2011).

5 Sobre as características de arquivos digitais listadas acima, cf: Michael Moss, “Opening Pandora’s Box: What is An Archive in the Digital Environment?”, in Loise Craven, *What Are Archives?* (Burlington: Ashgate, 2008), 71-89; Ina Blom *et al.*, eds., *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social Memory* (Amsterdão: Amsterdam University Press, 2017).

6 Ian Kisil Marino, Pedro T. da Silveira e Thiago L. Nicodemo, “Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19”, *Cadernos do Tempo Presente* 11, n.º 1 (2020): 90-103.



se orientar pelo sentido público de cada objeto: em geral, se algo impacta a sociedade ou a um indivíduo com representatividade coletiva, trata-se de um artefato de interesse público, ou seja, deve ser arquivado<sup>7</sup>. Na verdade, foi justamente o caráter comprobatório de documentações acerca de violações de direitos humanos que moldou a compreensão atual da relevância da preservação e do acesso a documentos sensíveis<sup>8</sup>. Essa história remete ao Tribunal de Nuremberg, conforme Marcelo Martins, e se estende até a formulação de diretrizes internacionais pela UNESCO e por outros órgãos multilaterais dos anos 1990 em diante – já com grande influência dos processos de estabelecimento de justiças de transição por países recém-ditatoriais, por exemplo<sup>9</sup>. Como afirma Antonio Quintana, autor do relatório *Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos* – pelo Conselho Internacional de Arquivos (2009) –, “a ausência de documentos limita a capacidade de escolha, pois dificulta o hipotético trabalho que deveriam realizar os órgãos de justiça de transição. Os documentos que testemunham a violação de direitos humanos devem ser conservados; ao menos as políticas imediatas em matéria de arquivos devem ser encaminhadas para se conseguir esse objetivo”<sup>10</sup>.

Como pensar as chamadas *fake news* levando a partir das considerações sobre arquivos digitais feitas acima? Primeiramente, deve-se notar que o próprio conceito é alvo de disputa, tanto teórica quanto jurídica. O termo “fake news” começou a ser usado, em países anglófonos, no século XIX, “para representar as notícias fabricadas e fraudadas pelos meios de comunicação de massa”<sup>11</sup>. A sua popularização no século XXI vai além de veículos de jornalismo. No meio jurídico, entende-se

7 Heloísa L. Bellotto, *Arquivos permanentes: tratamento documental* (Rio de Janeiro: FGV, 2006).

8 Ana Cláudia dos Santos Coelho, “Acesso aos arquivos e direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais”, *Revista do Arquivo*, São Paulo, 5 (2017): 51-52.

9 Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, “Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade”, *Revista do Arquivo* 1, n.º 2 (2016): 2-5.

10 Antonio González Quintana, “Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos”, *Revista do Arquivo*, São Paulo, II, n.º 5 (2017): 14.

11 Paula Falcão e Aline Bastos de Souza, “Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil”, *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* 15, n.º 1 (2021): 59.

as *fake news* de forma mais restrita, destacando seu sentido político e intencionado<sup>12</sup>. Já na esfera pública, no cotidiano comum, com *fake news* refere-se genericamente à rumores, boatos e notícias mentirosas que circulam na internet. Para os efeitos deste texto, essa compreensão ampla de sentidos não é um empecilho – desde que se esclareça que se trata de um fenômeno que, para ser analisado hoje, é praticamente inseparável do meio digital.

Segundo Seoyong Kim e Sunhee Kim, é possível observar o campo de estudos das *fake news* a partir de três tendências: a primeira atenta-se ao conteúdo, buscando identificar padrões e categorizar tipos de *fake news*, procurando discernir entre enganos ou intenções maliciosas no enredo de determinado rumor; uma segunda linha de estudos dedica-se ao impacto, a partir do mapeamento da circulação das informações no meio digital; a terceira linha dedica-se às circunstâncias que mais favorecem a proliferação das *fake news* – tanto quanto ao surgimento quanto ao consumo<sup>13</sup>. Os resultados dessas tendências de pesquisa são extremamente importantes, porque permitem, primeiro, a atuação direcionada na prevenção e, segundo, a identificação de fatores externos aos próprios rumores que interferem na sua proliferação – por exemplo: é notável que haja maior taxa de crença em *fake news* em países com menor PIB per capita, indicando uma correlação entre desigualdade e o impacto das notícias falsas<sup>14</sup>. Por fim, é o mapeamento do conteúdo, da proliferação e de seus resultados que permite afirmar com clareza que as *fake news* possuem impacto direto, e negativo, sobre a prevenção à covid-19<sup>15</sup>.

Corrie Comisso reitera que rumores, boatos, enganos e notícias enganosas não são uma novidade criada no mundo digital, mas trata-se

12 Um bom exemplo é o da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*, instalada no Brasil em 2019. Agência Câmara de Notícias, “CPMI das *Fake News* é instalada no Congresso”, acessado a 04/07/2022, <https://www.camara.leg.br/noticias/580334-cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso/>.

13 Seoyong Kim e Sunhee Kim, “The Crisis of Public Health and Infodemic: Analyzing Belief Structure of Fake News about COVID-19 Pandemic”, *Sustainability* 12 (2020): 9904.

14 Kim e Kim, “The Crisis”, 9904.

15 Eduarda Ferreira, Júlia Barth e Nayara Souza, “As *fake news* que matam”, *Medium* (2021), acessado a 01/07/2022, <https://medium.com/revista-2021-1/as-fake-news-que-matam-2440deb09bf4>.

de temas certamente catalisados pelas plataformas de compartilhamento *online*. O grande aumento de estudos sobre o tema é resultado da inquietação de pensadores de várias áreas por melhor compreender esse fenômeno. Entretanto, Comisso aponta que, enquanto jornalistas, políticos, estudiosos das mídias e comunicadores vêm procurando entender as causas, os conteúdos e as formas de contestação e refreamento das *fake news*, os arquivistas – e, adicionamos, os historiadores – deveriam estar pensando em como arquivar essas evidências, dada a relevância desse material na vida pública em escala global<sup>16</sup>. Considerando esse ponto, o fato de grandes empresas de tecnologia terem iniciado um combate a informações falsas com base no apagamento de evidências merece ser mais bem discutido: é precipitado que se adira à narrativa – feita pelas próprias empresas – de que esse apagamento é sinal de uma epopeia da verdade e do cuidado rumo ao esclarecimento e à justiça – como dão a entender as resoluções de esclarecimento publicadas pelas empresas, como as destacadas no início deste artigo

O combate das empresas de tecnologia às *fake news* por meio do apagamento de conteúdos e de perfis recebe o nome de desplataformização, o que significa basicamente a retirada de determinada postagem ou perfil de uma plataforma. O início dessa prática remete às primeiras redes sociais, mas nota-se uma maior sistematização dos parâmetros para desplataformização a partir da década de 2010 – não se restringindo a *fake news*, mas direcionado também, e muitas vezes principalmente, a casos de promoção de discursos de ódio, pedofilia, violência, racismo, dentre outros crimes. No caso do YouTube, por exemplo, a partir de 2013 iniciou-se um processo mais extensivo de monitoramento algorítmico de *fake news* com finalidade punitiva – o que, nos casos graves, desplataformizou diversos vídeos e páginas<sup>17</sup>. O efeito buscado por essa política é simples: impedir a atuação de agentes cuja atuação é considerada danosa à sociedade. O resultado é, muitas vezes, positi-

16 Corrie Comisso. “The Post-Truth Archive: Considerations for Archiving Context in Fake News Repositories”, *PDT&C* 46, n.º 3 (2017): 99.

17 Cf. H. Innes e M. Innes. “Deplatforming, Demotion and Folk Theories of Big Tech Persecution”, *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2021.1994631.

vo, na medida em que se restringe a capacidade de divulgação a uma ampla audiência de temas sensíveis<sup>18</sup>.

No entanto, é possível tecer críticas válidas à desplataformização – e que são relevantes para reforçar o argumento de que apagar desinformações e perfis não basta. Estudos recentes demonstraram que se, por um lado, a desplataformização tem o efeito de restringir a disseminação dos conteúdos excluídos, os agentes responsáveis seguem ativos na internet, tendendo a migrar para plataformas menos restritas – como Gab, Bitchute, Rumble, Parler e Telegram, por exemplo –, onde o teor de radicalidade das *fake news* ou mensagens violentas tende a aumentar<sup>19</sup>. Questiona-se também se o interesse primordial das grandes plataformas com a desplataformização não é mais se protegerem a si mesmas de eventuais imbróglis na justiça ou na opinião pública do que efetivamente combater as *fake news*: há descontinuidade na desplataformização, que tende a privilegiar casos mais visíveis na esfera pública, permitindo a permanência de outros conteúdos similares. O caso das postagens de Bolsonaro no Twitter e no YouTube é um bom exemplo: na sequência dos *tweets* apagados de Bolsonaro, há um outro vídeo praticamente igual, de uma aglomeração em Ceilândia (DF) – que o Twitter não removeu. No caso do YouTube, outros tantos vídeos com informações falsas sobre a covid-19 seguem no ar, no perfil de Bolsonaro e em muitos outros. Em terceiro lugar, a remoção é sempre posterior à postagem – e, portanto, à possibilidade de divulgação. Os 15 vídeos removidos pelo YouTube em julho de 2021, por exemplo, contavam com mais de 3,3 milhões de visualizações quando foram apagados<sup>20</sup>.

18 Celebrou-se o caso da desplataformização de Donald Trump do Twitter, em , por exemplo – dado que a capacidade de interação com seus seguidores diminuiu sem o acesso à plataforma. Cf. Eileen Guo, “Deplatforming Trump Will Work, Even If It Won’t Solve Everything”, *MIT Technology Review* (2021), acessado a 01/07/2022, <https://www.technologyreview.com/2021/01/08/1015956/twitter-bans-trump-deplatforming/>.

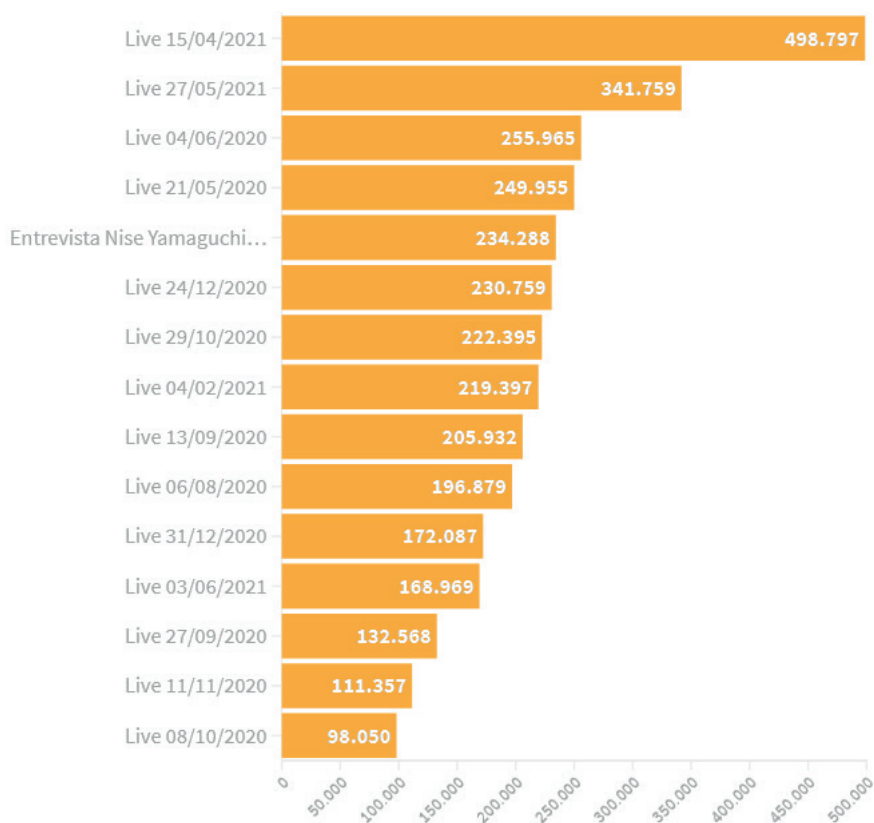
19 Cf. Shiza Ali *et al.*, “Understanding the Effect of Deplatforming on Social Networks”, 13<sup>th</sup> ACM Web Science Conference 2021 (WebSci ’21), 21-25 junho, 2021, <https://doi.org/10.1145/3447535.3462637>.

20 Amanda Ribeiro, Débora Ely e João Barbosa, “Vídeos de Bolsonaro apagados pelo YouTube reuniam mais de 3,3 milhões de visualizações”, *Aos Fatos*, 22/07/21, acessado a 02/09/2021, <https://www.aosfatos.org/noticias/videos-de-bolsonaro-apagados-pelo-youtube-reuniam-mais-de-33-milhoes-de-visualizacoes/>.

**Total de visualizações dos vídeos de Bolsonaro excluídos pelo YouTube em julho de 2021. A disseminação das informações sobre o suposto “tratamento precoce”, infelizmente, já estava feita quando excluídos os vídeos**

## Bolsonaro no YouTube

**Total de visualizações** dos vídeos do canal do presidente deletados pela plataforma



Fonte: YouTube API

RADAR >>> AF

A Flourish chart

Fonte: [Aos Fatos](#).

Ao excluir esses vídeos ou *tweets* pensando no agora, além de mal cumprir essa missão, acaba-se por apagar evidências importantes da pandemia, que indicam o que se tem dito, quando e por quem. A ur-

gência do combate ao novo coronavírus e aos seus desdobramentos nos leva a pensar no hoje e no amanhã: no número de infectados, nos leitos e UTI, nos protocolos de ação e nas informações espalhadas por aí. O apagamento de *fake news* resulta de um olhar restrito a um hoje sempre alguns passos atrás da doença, e, portanto, urgente de regulações ao que for potencialmente agravante à tragédia. Só que essa ansiedade pelo apagamento dos boatos<sup>21</sup>, dos enganos e das mentiras é uma faca de dois gumes.

Por um lado, esse apagamento se justifica em uma retórica dificilmente criticável por si só: quanto menos informações prejudiciais à vida circular, melhor. Por outro lado, a exclusão das falácias da esfera de acesso público também apaga evidências históricas, e, com elas, informações relevantes sobre o teor das desinformações, e principalmente sobre os responsáveis pela sua criação e divulgação. E como se não bastasse, não só as redes sociais apagam informações quando lhes convém: somente em 2019, um grupo formado por Bolsonaro, seus filhos e 11 ministros, apagou mais de 700 posts no Twitter<sup>22</sup>. Independentemente do motivo das exclusões, trata-se de evidências históricas que se foram<sup>23</sup>. Ainda que se argumente que se trata de perfis pessoais, cabendo aos titulares a decisão sobre manter ou não seus dados no ar, essas postagens documentam a ação de personalidades públicas, cujos conteúdos impactam a sociedade. O caso de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, é exemplar neste sentido: sob o “Ato de Arquivos Presidenciais” (Presidential Records Act) de 1978<sup>24</sup>, os *tweets* de Trump foram considerados itens de interesse público, dado o lugar

21 Quase um ano depois de excluir as primeiras de postagens de Bolsonaro, o Twitter lançava o programa de denúncias Birdwatch e, em agosto de 2021, anunciava uma parceria com a Associated Press e a Reuters para melhorar sua campanha contra a desinformação. A implementação de medidas desse tipo também ocorreu em empresas como Facebook e Google.

22 Rafaela Lima e Lucas Marchesini. “Li o que você apagou. Os *tweets* deletados da gestão Bolsonaro”, *Metrópoles*, 10/03/20, acessado a 02/09/2021, <https://www.metropoles.com/brasil/li-o-que-voce-apagou-os-tweets-deletados-da-gestao-bolsonaro>.

23 Ademais, o apagamento de evidências documentais de possíveis crimes não é algo novo, como lembra Martins ao apontar a destruição de massas documentais por oficiais nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Martins, “Arquivos”, 2.

24 United States of America’s National Archives. “§ 2203. Management and Custody of Presidential Records”, acessado a 01/07/2022, <https://www.archives.gov/about/laws/presidential-records.html#2202>.

central que as postagens na rede social ocuparam nos afazeres presidenciais – comparável ao uso das redes sociais por Bolsonaro, seus filhos e ministros durante seus mandatos<sup>25</sup>.

Ações de punição e limitação da ação de perfis envolvidos na divulgação em massa dessas notícias servem para impedir a ação maliciosa antes que ela aconteça. Não é à toa que os beneficiados das mentiras combatem esse tipo de medida cautelar, como fez o próprio Bolsonaro com a “Medida Provisória (MP) das *fake news*”, assinada um dia antes do famigerado 7 de setembro de 2021, efeméride da independência brasileira tão aguardada pelas forças antidemocráticas do país. Decreto, é preciso insistir na prevenção – campanhas como as da UNESCO (#ThinkBeforeClicking, #ThinkBeforeSharing e #ShareKnowledge) ilustram essa necessidade de engajamento<sup>26</sup>. Entretanto, após circularem na rede, as *fake news* devem ser vistas como mais do que dados imediatos, mas importantes evidências de um tempo histórico, sem as quais serão perigosamente limitadas as tentativas de apontamento dos responsáveis por uma das maiores catástrofes globais na história.

### **As *fake news* para as humanidades digitais e a história digital**

O estudo das *fake news*, de seu arquivamento e da atuação de historiadores e humanistas no meio digital evoca alguns níveis de debates importantes. Em um primeiro plano, evoca-se a problemática do arquivo como objeto de reflexão historiográfica, o que remete a uma espécie de *archival turn* pelo qual os estudos históricos passaram no decorrer dos anos 1980<sup>27</sup>. No processo de aproximação com acervos privados, avançou-se sobre como as formas de arquivamento impõem determinados

25 Rachel Treisman, “As President Trump Tweets and Deletes, The Historical Record Takes Shape”, NPR, 25/10/19, acessado a 01/07/2022, <https://www.npr.org/2019/10/25/772325133/as-president-trump-tweets-and-deletes-the-historical-record-takes-shape>.

26 Salman Bin Naeem, Rubina Bhatti e Aqsa Khan, “An Exploration of How Fake News Is Taking Over Social Media and Putting Public Health at Risk”, *International Perspectives and Initiatives* (2020): 5.

27 Ann Laura Stoler, “Colonial Archives and the Arts of Governance: On the Content in the Form”, in Carolyn Hamilton *et al.*, *Refiguring the Archive* (2002): 83-102.

“atos de memória” sobre as fontes<sup>28</sup>. Determinando situações de pesquisa, o arquivo demanda investigações mais aprofundadas sobre as suas características infraestruturais – titularidade, critérios arquivísticos, formas de conservação e acesso. Porém, mais importante, o arquivo começa a ser observado não somente como instituição de guarda, mas como um ato de poder – no esteio do pensamento de Foucault e Derrida<sup>29</sup>. Arquivar é arbitrar sobre a preservação ou o descarte de potenciais fontes de pesquisa e, portanto, sobre a viabilização do conhecimento histórico. A observação dos arquivos da covid-19 envolve a contemplação desses tópicos, entendendo, como Mario Wimmer que “os arquivistas, ao lidarem com os vestígios materiais do passado, antecederam os historiadores na escrita da história como uma reformulação seletiva do passado que se baseava, em grande medida, nesse material arquivístico”<sup>30</sup>.

A discussão sobre arquivos digitais acrescenta camadas de complexidade a esse debate. Segue-se entendendo o arquivo como uma “pré-história”, como comentou Andreas Fickers, mas torna-se mais nebulosa a compreensão da proveniência e da infraestrutura envolvida<sup>31</sup>. Emergem mecanismos como algoritmos, repositórios em nuvem, compactação e transmutação de formatos e a automação, como elementos sintéticos – e de natureza privada, frequentemente – que intermedeiam a relação entre o ser humano e a documentação arquivística. No limite, alguns autores chegaram a questionar as possibilidades de comparação direta entre documentos digitais e físicos, em casos de digitalização: a mudança de formato, invariavelmente, inferiria novos contornos ao documento em questão, entendendo que a técnica é componente da determinação do objeto em questão<sup>32</sup>. Em se tratando do meio nato-digital, a enormidade de dados e documentos circulantes na internet

28 Paulo Iumatti e Thiago Nicodemo, “Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico”, *Revista Brasileira de História* 38, n.º 78 (2018): 97-120.

29 Cf. Michel Foucault, *A arqueologia do saber* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1986) e Jacques Derrida, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001).

30 Mario Wimmer, “The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times”, *Storia della Storiografia* 68 (2015): 177.

31 Andreas Fickers, “Towards a New Digital Historicism? Doing History in the Age of Abundance”, *Journal of European History and Culture* 1, n.º 1 (2012).

32 Blom, “Rethinking”, 12; Moss, “Opening”, 77-78.



implica uma dificuldade na contemplação crítica e na delimitação de critérios de preservação e descarte, comentaram Niels Brügger e Ralph Schroeder<sup>33</sup>. Nesse sentido, Terry Cook indicou que a determinação da proveniência passaria a ser central na contemplação desses documentos, resgatando questões fundantes da arquivística<sup>34</sup>.

A reflexão sobre as possibilidades e os limites no uso de arquivos digitais em pesquisa vem sendo realizada pelas humanidades digitais e, no particular, pela história digital<sup>35</sup>. Com raízes no princípio da computação, nos anos 1940, essas áreas inquiram sobre o uso de ferramentas digitais como repositórios documentais, algoritmos de análise em Big Data e plataformas de visualização de dados em grande escala, por exemplo. Transformações de escala e escopo resultantes da implementação desses recursos levaram a empolgantes resultados de pesquisa, viabilizando análises inviáveis – ou, ao menos, muito demoradas – se realizadas sem a tecnologia. Por outro lado, esse otimismo pode ter se desdobrado em um “solucionismo digital” mais atento aos resultados do que aos problemas de pesquisa em questão, calcando um discurso otimista vazio e teleológico<sup>36</sup>. O paradigma da objetividade ganhou força com o uso de instrumentos de análise automatizados, de modo que o digital sobrepôs as humanidades em certos sentidos<sup>37</sup>. Por isso, críticos das humanidades digitais apontam problemas como o reforço do discurso performático neoliberal<sup>38</sup>, a reprodução de padrões sociais

33 Niels Brügger e Ralph Schroeder, “Introduction: The Web as History”, in *The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present*, ed. Niels Brügger; Ralph Schroeder (Londres: UCL Press, 2017), 10.

34 Cf. Terry Cook, “O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma”, in *Pensar os arquivos: uma antologia*, dir. Luciana Heymann e Letícia Nedel (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018), 62-67.

35 Arjun Sabharwal, *Digital Curation in the Digital Humanities. Preserving and Promoting Archival and Special Collections* (Oxford: Chandos Publishing, 2015): 32-38.

36 Ian Kisil Marino, “Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica”, in *Caminhos da história digital no Brasil*, dir. Thiago Nicodemo, Alesson Rota e Ian Marino (Vitória: Milfontes, 2022); Evgeny Morozov, *To Save Everything Click Here* (Nova Iorque: PublicAffairs, 2013), 36-37.

37 Thiago Nicodemo, Alesson Rota e Ian Marino, “Introdução: Notas gerais sobre as Humanidades Digitais no Brasil”, in *Caminhos da história digital no Brasil*, dir. Thiago Nicodemo, Alesson Rota e Ian Marino (Vitória: Milfontes, 2021), no prelo.

38 Danielle Allington, Sarah Brouillette e David Golumbia, “Neoliberal Tools (and Archives): A Political History of Digital Humanities”, *Los Angeles Review of Books* (2016), acessado a 23/01/2021, <https://lareviewofbooks.org/article/neoliberal-tools-archives-political-history-digital-humanities>.

pelo uso acrítico de algoritmos – racismo, misoginia e xenofobia, por exemplo<sup>39</sup> – e o menosprezo pela crítica da desigualdade de acesso às tecnologias<sup>40</sup>.

As questões das humanidades digitais e da história digital são pertinentes à contemplação dos vestígios digitais da covid-19 porque, como visto, trata-se de documentos fundamentais para os estudos históricos que virão. Com efeito, já há todo um panorama global de arquivamento digital da covid-19 em andamento desde meados de 2020<sup>41</sup>. Não se trata somente de substratos acerca da pandemia, mas de indicadores dos problemas envolvidos com o uso de fontes digitais para os mais diferentes sentidos da vida contemporânea, e a nível global. Retomando a consideração crítica pós-colonial sobre a predominância de narrativas eurocêntricas, a existência de uma comunidade periférica global implica o compartilhamento de histórias e realidades cuja narrativa, muitas vezes, está por se fazer<sup>42</sup>. Observar os arquivos, neste sentido, é inquirir sobre as condições infraestruturais para a mobilização de pesquisas do gênero, bem como reforçar a relevância de uma abordagem transnacional e crítica<sup>43</sup>. Com relação às *fake news*, assim, o monitoramento da situação no Brasil é um indicador da urgência de rearticulação dos parâmetros do que significam as humanidades digitais e o engajamento por justiça a nível global no século XXI.

A preservação das mentiras é fundamental para a atribuição de

39 Miriam Osner, “What’s Next: The Radical, Unrealized Potential of Digital Humanities”, in *Debates in the Digital Humanities 2016*, ed. Matthew Gold e Lauren Klein (University of Minnesota Press, 2016), 32-36.

40 Domenico Firomonte, “Toward a Cultural Critique of Digital Humanities”, in *Debates in the Digital Humanities 2016*, ed. Matthew Gold e Lauren Klein (University of Minnesota Press, 2016), 440-51.

41 Sobre o panorama global de arquivamento digital da pandemia, ver: Ian Kisil Marino, “Notas preliminares sobre o arquivamento digital da Covid-19”, *Ideias* 12 (2021), <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8661843>. Para um recorte ao Brasil: Ian Kisil Marino *et al.*, “Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil”, *Esboços* 28, n.º 48 (2021).

42 Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso e Mateus H. F. Pereira, “Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão”, *Estudos Históricos* 30, n.º 60 (2017): 161-86.

43 Thiago Lima Nicodemo e Ian Kisil Marino, “Archivo digital en América Latina a escala global”, in *América Latina y la historia global: repensar el mundo*, org. Carlos Riojas e Stefan Rinke (Buenos Aires: CLACSO, 2021), no prelo.

responsabilidade pelos seus impactos, e até mesmo pela criminalização de seus autores e divulgadores. Ora, não seriam as *lives* excluídas pelo YouTube algumas das mais contundentes provas da tentativa de disseminação de um suposto “tratamento precoce” contra a covid-19 por Bolsonaro? Decerto, não se pode creditar toda a criação e espalhamento de *fake news* ao presidente: trata-se de um problema que extravasa as fronteiras nacionais, e inclui muitos mais agentes. Entretanto, Leonardo Nascimento e colaboradores apontam que as redes sociais “atuam como plataformas para a construção de percepções sociais que viabilizam o apoio a políticas públicas que objetivamente se mostram danosas à população”<sup>44</sup>. Analisando especificamente a circulação de *fake news* em grupos do aplicativo Telegram, os autores apontam ser crucial a palavra de uma liderança no processo de sedimentação de determinadas notícias falsas – papel que, segundo amplo levantamento dos autores, foi exercido por Bolsonaro. Os *tweets*, as *lives* e as falas públicas do presidente, assim, formaram uma espécie de “poder oracular”, influenciando diretamente o fluxo de compartilhamento de *fake news* para um público cada vez mais amplo<sup>45</sup>. Estudos já demonstraram que as *fake news* possuem relação direta com a ascensão de movimento antivacina desde muito antes da pandemia<sup>46</sup>, mas o caráter “infodêmico” da crise da covid-19 impulsionou o impacto nefasto desse problema a novos patamares<sup>47</sup>. Há responsáveis por essa tragédia, e as *fake news* de Bolsonaro são parte do rol de provas necessárias para a sua responsabilização, seja em termos jurídicos ou no dever de memória envolvido na escrita da história da pandemia.

Para além de seus autores, as *fake news* da pandemia também foram ferramenta de lucro, e é justo que se aponte para aqueles que ganharam dinheiro com a disseminação dessas mensagens. Veículos de

44 Leonardo Fernandes Nascimento *et al.*, “Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”, *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 23, n.º 2 (2021): 191.

45 Nascimento *et al.*, “Poder oracular”, 203-04.

46 Cf. Adriana Teixeira, “*Fake news* contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre-amarela” (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, 2018).

47 Cf. Falcão e Souza, “Pandemia de desinformação”, 55-71.

comunicação como *Jornal da Cidade Online*, *Notícia Brasil Online*, *Senso Incomum*, *Gazeta Brasil*, *Agora Paraná*, *Conexão Política* e *Jornal 21 Brasil*, por exemplo, misturaram mentiras sobre a cloroquina e a Organização Mundial da Saúde com notícias verdadeiras, aumentando a dificuldade de discernimento pelos seus visitantes. Esses portais tiveram mais de 44 milhões de acessos apenas em abril de 2020, conquistando lucros pelos cliques às chamadas de notícias, vinculados ao GoogleAdSense<sup>48</sup>.

Ironicamente, a pressão pela invisibilização de *fake news* acaba até mesmo protegendo esses agentes: embora aparentemente vencidos no presente, a destruição das provas de suas ações pode contribuir com a impunidade e o desconhecimento público de que se trata de alguns dos principais responsáveis pelo tamanho da dor da pandemia no Brasil. As próprias grandes corporações de tecnologia não acabam resguardando o seu legado, apagando o fato de que foram os principais veículos de disseminação de informações falsas em todo o mundo? Embora seja muito possível que haja cópias de algumas dessas *fake news* por aí, em dispositivos ou nuvens de armazenamento pessoais, nada garante que essas evidências estejam armazenadas em repositórios confiáveis publicamente acessíveis.

### **Arquivos digitais da pandemia: das iniciativas informais à atuação estatal**

A urgência da pandemia de covid-19 desafia governos e órgãos públicos a lidarem com as temporalidades arquivísticas em um período de exceção, em que tramitações documentais usualmente correntes podem ser, mesmo que por cautela, consideradas dignas de preservação intermediária ou até mesmo permanente. Igualmente, em se tratando de respostas emergenciais a um evento limite de interesse público, os órgãos estatais possuem a responsabilidade de cumprir uma agenda

48 Tai Nalon e Amanda Ribeiro, “Como sete sites lucraram com anúncios no Google ao publicar desinformação sobre a pandemia”, *Aos fatos*, 21/05/20, acessado a 02/09/21021, <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>.

de informação pública, a partir da transparência de dados importante no combate à pandemia, como números de infectados e mortos, leitos hospitalares disponíveis e relatórios de gastos públicos no combate à covid-19. Esse problema é enfrentado por instituições e, particularmente, arquivos estatais por todo o mundo. Entretanto, é ainda pouco discutida a sua implicação no meio das humanidades digitais e da história digital, que tem se dirigido prioritariamente a iniciativas de memórias descentralizadas. Essa seletividade analítica pode estar relacionada ao estabelecimento de uma “política da memória global”, apontada por Andreas Huyssen, que desde os anos 1980 tem privilegiado olhares ao testemunho individual como grande eixo indiciário à compreensão e ao estabelecimento de consensos reparatórios de eventos traumáticos<sup>49</sup>. Se foi assim como o Holocausto, com ditaduras latino-americanas e com o atentado de 11 de setembro de 2001, este já veiculado no meio digital, é de se esperar que também o seja com a pandemia<sup>50</sup>.

Já há todo um panorama de arquivamento digital da covid-19 – no Brasil e em todo o mundo. A nível global, iniciativas de variados agentes procuraram coletar e divulgar relatos, fotos, histórias orais e mais outros vestígios da vivência na pandemia. Dado o isolamento social e a possibilidade de acesso à internet – que, é importante salientar, não cabe a todos –, ganhou destaque a estratégia de construção de coleções via *crowdsourcing*, o que gerou interessantes acervos voltados aos mais variados temas e grupos. Em estudo recente, demonstramos que tais iniciativas têm agido de forma pulverizada e descentralizada – por mais que algumas tenham por titulares importantes instituições de memória, arquivos ou universidades<sup>51</sup>. Essas iniciativas podem ser consideradas como “arquivos informais digitais”, justamente pelo fato de estarem em

49 Andreas Huyssen, *Culturas do passado-presente* (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014).

50 Paulo Gajanigo e Rogério Souza propõem, inclusive, a existência de uma afinidade entre o relato cotidiano e o arquivamento da pandemia de covid-19. Paulo Gajanigo e Rogério de Souza, “A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos”, *Revista Sociedade e Estado* 36, n.º 1 (2021).

51 Cf. Ian Kisil Marino e Thiago Lima Nicodemo, “COVID-19 and Digital Archives in Latin America”, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 18/05/22, acessado a 01/07/2022, <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-1071>.

localizações não mapeadas – não só no sentido geográfico, mas quanto aos critérios envolvidos no arquivamento das coleções. Em um levantamento sobre coleções digitais informais no Brasil, propusemos esta categoria como forma de compreender a transformação arquivística digital recente, marcada tanto pelo desafio aos padrões estabelecidos quanto pela sensibilidade da preservação digital<sup>52</sup>. No caso dos arquivos digitais da pandemia, a dispersão de agentes, técnicas e critérios leva a pensar que se trata de um conjunto de iniciativas que incorpora – e catalisa – essas características, podendo ser observadas comparativamente a nível global<sup>53</sup>. Por um lado, essa dispersão é justamente a força dessas coleções, que podem se construir como arquivos digitais informais de ampla capilaridade e velocidade de implementação. Entretanto, em se tratando de um problema de saúde pública, uma massa documental de importante potencial historiográfico deve contemplar registros da administração estatal, porque ali é que residem evidências de interesse público da boa ou má condução governamental. Embora contenham importantes coleções, as iniciativas de arquivamento informal da pandemia, em geral, não incluem a documentação estatal.

Outro ponto preocupante do fato de grande parte dos arquivos digitais da pandemia se organizarem de forma descentralizada e sem um amparo técnico de instituições estatais é o risco de insegurança na preservação. Afora os desafios relativos às particularidades dos arquivos digitais, já enumerados, a própria sistematização de metadados e a manutenção de informações sobre proveniência é um fator de atenção para esses arquivos – já que se trata de fundamentos que requerem uma mínima normatização para garantia de confiabilidade e acesso público. “Para garantir o valor testemunhal de um documento”, argumenta Martins, “não basta conservá-lo fisicamente, é preciso manter preservado o seu contexto de produção”<sup>54</sup>. Nesse sentido, experiências recentes

52 Ian Marino, Pedro Silveira e Thiago Nicodemo, “Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil”, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, acessado a 01/07/2022, <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-993>.

53 Cf. Marino e Nicodemo. “COVID-19 and Digital Archives”.

54 Martins, “Arquivos”, 3.

de tratamento de documentações sensíveis podem servir de matéria de reflexão. O caso da adoção de centros de memória para tratamento e preservação de documentos na transição democrática em muitos países latino-americanos dos anos 1980 em diante, por exemplo, serve de alerta. Isso porque esses projetos, muitas vezes, são “usados para gerir fundos minúsculos quanto ao tamanho, [mas] colocam para si o objetivo amplo de colher o máximo de informação possível sobre o período da repressão com fontes de toda procedência. Nesse intento é que a figura do arquivo se dilui a favor de uma entidade híbrida onde os documentos de arquivo perdem seu valor contextual”<sup>55</sup>.

Segundo Mariana Nazar, que se dedicou ao caso da justiça de transição na Argentina, foram boas as intenções de se designar centros especiais para o tratamento dessa documentação sensível: era necessário dar uma resposta imediata à sociedade, visibilizando os testemunhos da violência. Entretanto, a autora aponta os riscos da prevalência de uma política de memória sem grande sistematização arquivística: “Embora aparentemente assegurem a conservação de determinados documentos no curto prazo (e, provavelmente, descontextualizados)”, esses protocolos “geram dúvidas em relação à capacidade das infraestruturas arquivísticas permanentes e profissionais, próprias de qualquer Estado”.<sup>56</sup> A preocupação com o contexto das coleções também é central no arquivamento de *fake news*, discutiu Comisso. Em se tratando de massa documentais cujo conteúdo se define justamente por desafiar a verdade, é essencial a busca por um consenso metodológico que possa não só informar o tema em questão, mas principalmente, oferecer explicações sobre as circunstâncias tecnológicas sobre as quais determinado rumor prosperou. Nesse sentido, não se trata tanto de um desafio técnico, mas de um problema semântico, na definição dos critérios de contexto a serem criados em um acervo de *fake news*<sup>57</sup>. Por tudo isso, a preocupação de Quintana é importante na contemplação do arqui-

55 Quintana, “Políticas”, 20.

56 Mariana Nazar, “Arquivos e direitos humanos: entre a história, a memória e a justiça”, *Revista do Arquivo*, São Paulo, 5 (2017): 33.

57 Comisso, “The Post-Truth”, 101.

vamento digital da covid-19, já que “descontextualizados, a maioria dos documentos que testemunham violações de direitos, repressão ou violência política perdem grande parte de seu valor”<sup>58</sup>.

Considerando-se os desafios da preservação digital, a situação é ainda mais sensível. Fatores como a corrupção da integridade de arquivos, a obsolescência de formatos e a ausência de normas parametrizadas na construção de metadados catalográficos, por exemplo, acrescentam mais pontos de risco à documentação digital dispersa em iniciativas que não possuem a experiência profissional ou as condições materiais de garantir a preservação – por meio de políticas estabelecidas, rotinas de atualização e verificação e repositórios digitais confiáveis. Concluívamente, é fundamental que a contemplação da memória digital da pandemia de covid-19 inclua o questionamento de como órgãos estatais e, em especial, arquivos públicos, vêm pautando as agendas de arquivamento e abertura de dados durante a pandemia.

### **A atuação de órgãos públicos em relação ao arquivamento digital da covid-19**

A transparência de informações de caráter público no Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988. No entanto, essa causa tem um marco importante na Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, que teve o objetivo de “trazer mais transparência ao Governo e de disponibilizar ao cidadão as informações de caráter público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados”. “A principal diretriz que rege a disponibilização de informações”, segundo a apresentação do Ministério da Justiça, “é: *a publicidade e a transparência das informações é a regra e o sigilo é a exceção*. Portanto, a informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restrito apenas em casos específicos e por período de tempo determinado”<sup>59</sup>. Com a LAI, qualquer cidadão brasileiro pode solicitar acesso a eventuais dados que não tenham sido disponibilizados segun-

58 Quintana, “Políticas”, 16.

59 Brasil, *Sobre a Lei de Acesso à Informação*, acessado a 17/06/2021.



do os critérios legais, o que foi importante, por exemplo, na abertura de documentos sigilosos da época da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). No entanto, nos meses iniciais da pandemia de covid-19, flexibilizaram-se os prazos de resposta a requerimentos individuais – por conta da quarentena de servidores públicos<sup>60</sup>. Com isso, agravou-se um dos principais problemas do acesso a informações via requerimentos: a individualização dos pedidos de abertura, somada a uma certa demora na apreciação dos pedidos – o que gera uma fragmentação da abertura de dados justamente no cenário em que a rapidez e a consistência de informações sobre contaminados e leitos disponíveis é vital.

Considerados os limites legislativos, parte importante do monitoramento da abertura dos dados públicos relativos à covid-19 tem sido feito por organizações privadas da sociedade civil, como a já mencionada Open Knowledge. Segundo Fernanda Capagnucci, diretora executiva da organização, nos primeiros meses da pandemia no Brasil, o panorama nacional de disponibilização de dados ao público era precário: não havia dados detalhados, muito menos abertura sistematizada e de amplo acesso, o que levava a uma sensação de desconfiança e incerteza<sup>61</sup>. Na paralela do projeto de repositório de dados independente, previamente mencionado, a Open Knowledge trabalhou na criação de um *ranking* de abertura de dados, comparando os programas de disponibilização de informações sobre a pandemia entre os estados brasileiros. O Índice da Transparência COVID-19<sup>62</sup> consolidou uma série de parâmetros que se tornaram importantes na orientação dos gestores estatais, tanto por uma “competitividade virtuosa” como pelas possibilidades de comparação objetiva entre os estados. Segundo Capagnucci, se em março de 2020 a maioria dos estados brasileiros falhava miseravelmente

60 Larissa Rodrigues e Rodrigo Toledo, “Bolsonaro flexibiliza Lei de Acesso à Informação durante pandemia do coronavírus”, CNN Brasil, 24/03/20, acessado a 08/06/2021, <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/24/planalto-flexibiliza-lei-de-acesso-a-informacao-durante-pandemia-do-coronavirus>.

61 Fernanda Capagnucci, *V Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, videoconferência, acessado a 08/06/2021, <https://www.youtube.com/watch?v=wQ8FIL6VS2c&t=5449s>.

62 Open Knowledge Brasil, *Transparência COVID-19 2.0*, acessado a 03/12/2020, <https://transparenciacovid19.ok.org.br/>.

no cumprimento dos requisitos de transparência, em agosto já estavam todos no mínimo no índice considerado “bom” pela organização – embora persistissem desafios e, recorrentemente, uma total ausência de padrões nacionais para a disponibilização dos dados nos diários oficiais.

Algo semelhante se observa no acompanhamento dos índices feitos pela Transparência Internacional, segundo Capagnucci, que são especializados na temática dos gastos públicos durante a pandemia: há um certo aumento no comprometimento com a abertura de dados, mas somente após pressão e com a persistência de problemas na consistência e na apresentação das informações<sup>63</sup>. É interessante notar que, como no caso das iniciativas de memória informais, a pandemia catalisou a necessidade de políticas digitais efetivas, o que, para a maioria dos órgãos públicos nacionais, não é uma realidade. Assim, dado o interesse público por essas informações, é curioso que a atuação de organizações privadas especializadas, como a Open Knowledge e a Transparência Internacional, venham cumprindo um importante papel tanto na realização de *lobbys* pró-transparência quanto na orientação de políticas públicas de transparência de dados. Com efeito, o *website* da Open Knowledge reconhece o seu lugar de orientação no gerenciamento da gestão de dados por gestores de órgãos públicos, oferecendo até mesmo um recurso de contato rápido, sob a pergunta: “Gestor: Precisa de ajuda para abrir seus dados? – clique aqui”<sup>64</sup>.

Para além do aferimento imediato do combate à covid-19, tais dados são importantes registros históricos, porque permitem tanto estabelecer uma marcação cronológica da pandemia quanto identificar variáveis e agentes responsáveis pela tragicidade ocorrida no Brasil – que, embora possua apenas a sexta maior população mundial, ocupava a segunda posição em número absoluto de mortos pela pandemia em junho de 2021<sup>65</sup>. Assim, os arquivos históricos estatais possuem a importante missão de estabelecerem políticas de gestão de documentos

63 Capagnucci, *V Seminário*.

64 Open Knowledge Brasil, *Transparência*.

65 John Hopkins University, *Mortality Analyses*, acessado a 08/06/2021, <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>.

digitais que permitem não só a abertura, mas a efetiva guarda dos dados mais importantes no período.

Nesse sentido, é importante ressaltar a recomendação da UNESCO a respeito da salvaguarda da documentação da pandemia através do Memory of the World Programme<sup>66</sup>, que procura “to turn the pandemic into an opportunity to leverage cultural resources” mundo afora<sup>67</sup>. Trata-se de pensar no evento da pandemia como uma forma de catalização de esforços para um maior apoio ao patrimônio documental, em especial nato-digital. A documentação guardada nos arquivos estatais fornece uma perspectiva histórica sobre como os governos, seus cidadãos e a comunidade internacional abordaram a pandemia. Isso inclui o dever de memória de, no futuro, prestar contas com a sociedade, com as famílias das vítimas, dentre tantos outros pontos de vista necessários. A documentação estatal ainda é a fonte privilegiada para o acesso a uma política justa de memória e restituição, tal qual ocorreu em tantos outros casos, como com o nazismo, as ditaduras latino-americanas, dentre outros.

Alguns arquivos estatais brasileiros, como o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), vêm promovendo medidas para declarar o interesse histórico, e, portanto, a proibição de eliminação em cadeias documentais relacionadas com a pandemia. É importante ressaltar que, segundo a legislação brasileira, documentos considerados históricos não podem ser, em hipótese alguma, eliminados<sup>68</sup>. Assim, o trabalho do arquivo estatal consiste em mapear os principais produtores de informações relevantes e declarar sua relevância histórica, impedindo a sua eliminação agora ou no futuro. No caso do APERS, declarou-se acerca da docu-

66 UNESCO, *Memory of the World*, acessado a 17/06/2021, <https://en.unesco.org/programme/mow>.

67 UNESCO, *Documentary and Digital Heritage: Resources to Face COVID-19*, acessado a 17/06/2021, <https://en.unesco.org/news/documentary-and-digital-heritage-resources-face-covid-19>. Conferir também: UNESCO, *Turning the Threat of COVID-19 into an Opportunity for Greater Support to Documentary Heritage*, acessado a 17/06/2021, <https://en.unesco.org/news/turning-threat-covid-19-opportunity-greater-support-documentary-heritage>; International Council on Archives, *Declaración del UNESCO: Convirtiendo la amenaza del COVID-19 en una oportunidad para un mayor apoyo al patrimonio documental*, acessado a 17/06/2021, <https://www.ica.org/es/declaracion-del-unesco-convirtiendo-la-amenaza-del-covid-19-en-una-oportunidad-para-un-mayor-apoyo>.

68 Brasil, Lei Federal nº 8.159/1991.

mentação decorrente da pandemia que a “sua proteção está sob responsabilidade do Estado em razão do seu valor administrativo, histórico, de interesse público e social, já que a destruição indiscriminada de documentos pode acarretar prejuízos irrecuperáveis à Administração Pública e à História”. Na prática, estabeleceu-se no âmbito do arquivo um “novo corte cronológico a partir de 01 de janeiro de 2020 até data final a ser futuramente fixada”, que tem por objetivo “preservar todos os documentos produzidos e recebidos durante este período, sejam físicos, eletrônicos, digitais e/ou natodigitais”<sup>69</sup>.

A mesma percepção se deu no âmbito do APESP, propondo protocolos de salvaguarda que incluem a documentação natodigital produzida nos sistemas de gestão governamentais, tais como o Projeto São Paulo sem Papel<sup>70</sup>, mas também a documentação ordinária produzida em papel. Somando ambas, incluem-se ações de comunicação e campanhas institucionais; atos normativos; contratações emergenciais; documentos técnicos; estatísticas de servidores afetados pela pandemia; gastos realizados no combate à covid-19 e seus efeitos; pedidos de acesso à informação sobre a pandemia; planos, programas e projetos; políticas públicas; prontuários de pacientes afetados pelo coronavírus; registros de doações recebidas; registros de repasses de recursos do governo federal; termos de cooperação e convênios; dentre outros. Complementarmente, também deve-se atentar para os comitês e centros de gerenciamento de crise e de contingência que existem nos estados e foram exclusivamente concebidos para o enfrentamento à pandemia e, pelo seu caráter efêmero, são mais suscetíveis a perda ou eliminação. Por fim, os arquivos vêm trabalhando pela catalogação facilitada dessa documentação, a partir da criação de *tags* simplificadas em sistemas de gestão documental natodigital, como “covid-19”, e da disponibilização no Portal da Transparência<sup>71</sup>.

69 APERS. *SIARQ-RS conquista normativas voltadas à preservação de documentos públicos na pandemia*, acessado a 17/06/2021, <https://www.apers.rs.gov.br/siarq-rs-conquista-normativas-voltadas-a-preservacao-de-documentos-publicos-na-pandemia>.

70 Estado de São Paulo, *Projeto São Paulo sem Papel*, acessado a 17/06/2020, <https://www.spsempapel.sp.gov.br/>.

71 Brasil. *Portal da Transparência*, acessado a 17/06/2021, <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

### E as *fake news*?

Considerando os entraves na implementação de políticas de arquivamento digital em algumas das principais instituições arquivísticas do Brasil, deve-se apontar que as *fake news* não têm recebido atenção particular dessas instâncias. Com efeito, se o horizonte de preocupações perpassa a esfera dos dados concernentes a políticas públicas do próprio Estado, não há ainda demonstrações consistentes de que órgãos públicos possuam planos ou mesmo condições de monitorar e arquivar notícias falsas que proliferam de forma multidirecional na internet. Ainda assim, há algumas iniciativas acadêmicas, de veículos de comunicação e de ativistas que procuram atuar nessa direção, e vale a pena mencioná-las brevemente.

O Grupo de Estudos da Desinformação em Redes Sociais da Unicamp criou um banco de dados de *fake news* sobre a pandemia a partir de contribuições *online*. Apenas em março de 2020, o projeto já contava com mais de 8 mil falácias arquivadas. O Projeto 7c0 atua no rastreamento, armazenamento e disponibilização de *tweets* apagados de figuras públicas, utilizando-se de código aberto para ceder acesso público ao acervo digital. A iniciativa também tem mapeado o uso de dados do portal de Transparência do Registro Civil para criação de informações falsas, como a manipulação da contagem de contaminados e mortos com finalidade de minorar os efeitos da pandemia. Há também o caso de projetos ligados ao jornalismo que, buscando identificar e desmentir *fake news*, acabam, indiretamente, compondo acervos sobre o tema. Merece destaque, nesse âmbito, a atuação da Lupa<sup>72</sup>, do Aos Fatos<sup>73</sup> e da agência Novelo<sup>74</sup> veículos protagonistas na investigação e no esclarecimento de *fake news* circulantes no Brasil. Todas tiveram as suas atuações reforçadas durante a pandemia de covid-19.

Iniciativas como essas são importantes porque combinam o combate *in loco* às *fake news* com o armazenamento de notícias para con-

72 Lupa. Uol. <https://lupa.uol.com.br/>.

73 Aos Fatos. <https://www.aosfatos.org/>.

74 Novelo. <https://www.novelo.io/>.

sulta. Entretanto, deve-se destacar que, quanto à função de arquivo exercida indiretamente por essas iniciativas, elas se caracterizam de forma semelhante ao panorama mais amplo de arquivos informais digitais da pandemia – isto é: são coleções não-mapeadas, cujos critérios arquivísticos e infraestrutura de preservação são pouco claros e levantam apreensão. No limite, a ausência de políticas arquivísticas mais bem estabelecidas é o ponto fraco de iniciativas cuja informalidade também é seu forte, por permitir uma atuação criativa e afinada com a velocidade das redes sociais. Um bom exemplo desse paradoxo é a iniciativa Tweets de Bolso, resultado da parceria entre o portal Aos Fatos e o programa TruthBuzz, do International Center For Journalists. O projeto se propõe a vasculhar o perfil de Twitter de Bolsonaro a cada 1 minuto através da API da ferramenta Workbench, disponibilizando ao público um buscador simplificado a esse acervo, que permite acessar postagens antigas e até mesmo as apagadas pelo presidente. No entanto, com a interrupção da Workbench Data – que anunciou em sua conta de Twitter o fim de suas operações em 16 de agosto de 2021 –, o Tweets de Bolso parou de captar novos *tweets*. Em meados de 2022, a plataforma parece ter sido deixada de lado, sendo impossível visualizar o seu acervo. Trata-se de um caso paradigmático do arquivamento informal digital: compõe-se por criatividade e inovação, mas carece de critérios e infraestrutura adequada para a garantia da preservação de seu relevante acervo.

Embora esses projetos sejam criativos e enderecem diferentes agentes, não há como contornar o fato de que a definição dos protocolos arquivísticos envolvidos na composição de coleções de tamanho interesse público nem sempre respondam a critérios claros, nem mesmo sejam discutidos na esfera pública. Seja na definição dos metadados, no processo de catalogação e busca ou na escolha técnica do repositório digital a ser utilizado, não há consensos ou compromisso expresso em compor acervos soberanos e de amplo acesso. Comparando com o panorama das instâncias públicas de memória, a situação é, em certo grau, paradoxal: por um lado, as instâncias públicas não provêm de atenção e estrutura arquivística a temática das *fake news*; por outro,

há interessantes e variadas iniciativas que se debruçam sobre o tema, embora de forma descentralizada e autônoma.

Como mencionado, o tratamento arquivístico de evidências documentais sensíveis – como é o caso das *fake news* da pandemia – é um tema complexo. A dispersão de iniciativas de memória dedicadas ao arquivamento dessas evidências, por mais criativas e bem-intencionadas que o sejam, não pode desviar a preocupação de que haja condições arquivísticas que possam assegurar a preservação não só das *fake news*, mas das suas respectivas proveniências – porque só isso pode garantir confiabilidade à documentação. Oportunamente, experiências recentes dos processos de transição democráticas podem servir de aprendizado nesse sentido. Entretanto, dadas as características específicas de arquivos digitais, deve-se lutar por novas diretrizes e políticas de preservação digitais capazes de assegurar essa documentação – o que inclui a definição de repositórios confiáveis, a parametrização de metadados e a definição de uma rotina de verificação de integridade e atualização. No final das contas, embora o quadro atual de preservação de *fake news* no Brasil traga algum alento pela sua criatividade, ele ainda não viabiliza a construção de coleções amparadas em critérios definidos na esfera pública, e para ela garantida.

### **Comentários finais**

A decisão sobre o apagamento de *fake news* na pandemia parte do pressuposto de que se trata de armas contra a saúde pública, o que é verdade. Entretanto, a remoção dessas falácias de circulação não pode ser sinônimo da sua destruição. Em termos de responsabilização e de justiça de reparação, não adianta nada destruir as armas de um crime se elas são a maior prova da sua ocorrência. Por mais que a pandemia tenha sido iniciada por uma força da natureza, a catástrofe vivida no Brasil e em outros lugares do mundo possui culpados, que devem ser responsabilizados pelas suas ações. As *fake news* devem, sim, ser combatidas, mas não destruídas.

Se ainda não se veem projetos voltados para a preservação de *fake news* nas principais instâncias de arquivamento e memória públicas do

Brasil, as iniciativas mencionadas ao menos são amostras de algum movimento criativo – embora não diminuam a preocupação com a perda de evidências digitais e com as perspectivas de acesso no futuro. Na verdade, não seria justo que se restringisse a crítica e a urgência por melhores práticas no arquivamento de *fake news* ao Brasil: como mencionado, trata-se de um problema global, e a tendência à informalidade também o é, até mesmo em países com maior infraestrutura digital. Nos Estados Unidos, por exemplo, iniciativas como Trump Twitter Archive, Factba.se e Politwoops Database propõem-se a tarefas muito parecidas com as iniciativas brasileiras citadas – e também são veiculadas por agentes descolados de arquivos públicos. Ainda assim, deve-se destacar que há avanços no que se refere à legislação, já que datam do Governo Obama as primeiras leis que determinam como de interesse público as publicações de redes sociais de presidentes<sup>75</sup>. Além disso, a iniciativa do Internet Archive de incorporar as *fake news* em seu arquivo de páginas da internet é notável, dada a longa experiência da organização californiana com o arquivamento digital<sup>76</sup>. A luta pelo arquivamento digital deve ser uma pauta de política pública de todos os setores interessados em encaminhar com justiça o problema de desinformação no meio digital. Se a pandemia é particularmente sensível nesse sentido, dadas as mazelas diretas sobre a vida, trata-se de um dilema mais amplo – que ainda é pouco atendido pelas instâncias públicas.

É urgente que arquivos públicos possam concretizar políticas de arquivamento digital que incluam de alguma forma a temática das *fake news*, sob o risco de que essa importante massa documental se perca – como é a tendência, se observarmos as ações de apagamento deliberadamente direcionadas a essas evidências. Com efeito, o recorte proposto neste artigo apenas aponta para um problema que vai muito além das *fake news*, já que grande parte dos vestígios de hoje produzem-se no meio digital. Deste modo, é importante que essa pauta se faça pre-

75 Treisman, “As President”.

76 Camilla Hodgson, “How the Internet Archive Is Waging War on Misinformation”, *Financial Times*, acessado a 01/07/2022, <https://www.ft.com/content/5be1f2ee-d60b-11e9-a0bd-ab8ec6435630>.



sente nas considerações de pesquisadores das humanidades digitais. Por um lado, pois ela envolve a criação de condições para o exercer da pesquisa no futuro – a partir da criação de arquivos digitais acessíveis compostos por importantes documentos históricos. Por outro, pelo compromisso com sensíveis pautas de interesse público relacionadas à justiça e à transição para um consenso ético sobre a disseminação de notícias falsas e a realização de crimes no meio digital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Câmara de Notícias. “CPMI das *Fake News* é instalada no Congresso”. Acedido a 04/07/22. <https://www.camara.leg.br/noticias/580334-cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso/>.

Ali, Shiza, Mohammad Hammas Saeed, Esraa Aldreabi, Jeremy Blackburn, Emiliano De Cristofaro, Savvas Zannettou, e Gianluca Stringhini. “Understanding the Effect of Deplatforming on Social Networks”. 13<sup>th</sup> ACM Web Science Conference 2021 (WebSci '21), 21-25 de junho, 2021. <https://doi.org/10.1145/3447535.3462637>.

Allington, Danielle, Sarah Brouillette, e David Golumbia. “Neoliberal Tools (and Archives): A Political History of Digital Humanities”. *Los Angeles Review of Books*, 2016. Acedido a 23/01/2021. <https://lareviewofbooks.org/article/neoliberal-tools-archives-political-history-digital-humanities>.

Amado, Guilherme. “YouTube remove 14 *lives* de Bolsonaro; canal está perto de ser derrubado”. *Metrópoles*, 21/07/21. Acedido a 02/09/2021. <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtube-remove-14-lives-de-bolsonaro-canal-esta-perto-de-ser-derrubado>.

APERS. “SIARQ-RS conquista normativas voltadas à preservação de documentos públicos na pandemia”. Acedido a 17/06/2021. <https://www.apers.rs.gov.br/siarq-rs-conquista-normativas-voltadas-a-preservacao-de-documentos-publicos-na-pandemia>.

Bellotto, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Blom, Ina *et al.*, orgs. *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social Memory*. Amsterdão: Amsterdam University Press, 2017.

Blom, Ina. “Rethinking Social Memory: Archives, Technology, and the Social”. In *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social Memory*, organizado por Ina Blom *et al.* Amsterdão: Amsterdam Univ. Press, 2017.

Brasil. Lei Federal nº 8.159/1991.

Brasil. Portal da Transparência. Acedido a 17/06/2021. <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

Brasil. Sobre a Lei de Acesso à Informação. Acedido a 17/06/2021. <https://www.justica.gov.br/Acesso>.

Brügger, Niels, e Ralph Schroeder. “Introduction: The Web as History”. In *The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present*, organizado por Niels Brügger e Ralph Schroeder. Londres: UCL Press, 2017.

Capagnucci, Fernanda. “V Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação”. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Videoconferência. Acedido a 08/06/2021. <https://www.youtube.com/watch?v=wQ8FIL6VS2c&t=5449s>.

Coelho, Ana Cláudia dos Santos. “Acesso aos arquivos e direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais”. *Revista do Arquivo*, São Paulo, 5 (2017): 51-61.

Comisso, Corrie. “The Post-Truth Archive: Considerations for Archiving Context in Fake News Repositories”. *PDT&C* 46, n.º 3 (2017): 99-102.

Cook, Terry. “O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma”. In *Pensar os arquivos: uma antologia*, organizado por Luciana Heymann e Letícia Nedel, 62-67. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Derrida, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Empoli, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

Estado de São Paulo. Projeto São Paulo sem Papel. Acedido a 17/06/2020. <https://www.spsempapel.sp.gov.br/>.

Falcão, Paula, e Aline Bastos de Souza. “Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil”. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* 15, n.º 1 (2021): 55-71.

Ferreira, Eduarda, Júlia Barth, e Nayara Souza. “As *fake news* que matam”. *Medium*, 2021. Acedido a 01/07/2022. <https://medium.com/revista-2021-1/as-fake-news-que-matam-2440deb09bf4>.

Fickers, Andreas. “Towards a New Digital Historicism? Doing History in The Age of Abundance”. *Journal of European History and Culture* 1, n.º 1 (2012).

Firomonte, Domenico. “Toward a Cultural Critique of Digital Humanities”. In *Debates in the Digital Humanities 2016*, organizado por Matthew Gold e Lauren Klein, 440-51. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2016.

Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1986.

Gajanigo, Paulo, e Rogério de Souza. “A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos”. *Revista Sociedade e Estado* 36, n.º 1 (2021).

Guo, Eileen. “Deplatforming Trump Will Work, Even If It Won’t Solve Everything”. *MIT Technology Review*, 2021. Acedido a 01/07/2022. <https://www.technologyreview.com/2021/01/08/1015956/twitter-bans-trump-deplatforming/>.

Hodgson, Camilla. “How the Internet Archive is Waging War on Misinformation”. *Financial Times*, 2022. Acedido a 01/07/2022. <https://www.ft.com/content/5be1f2ee-d60b-11e9-a0bd-ab8ec6435630>.

Huysen, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.

Innes, H., e M. Innes. “Deplatforming, Demotion and Folk Theories of Big Tech Persecution”. *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2021.1994631.

Iumatti, Paulo e Thiago Nicodemo. “Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico”. *Revista Brasileira de História* 38, n.º 78 (2018): 97-120.

John Hopkins University. *Mortality Analyses*. Acedido a 08/06/2021. <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>.

Kim, Seoyong, e Sunhee Kim. “The Crisis of Public Health and Infodemic: Analyzing Belief Structure of Fake News about COVID-19 Pandemic”. *Sustainability* 12 (2020): 9904.

Lima, Rafaela, e Lucas Marchesini. “Li o que você apagou. Os *tweets* deletados da gestão Bolsonaro”. *Metrópoles*, 10/03/20. Acedido a 02/09/2021. <https://www.metro-poles.com/brasil/li-o-que-voce-apagou-os-tweets-deletados-da-gestao-bolsonaro>.

Marino, Ian Kisil. “Notas preliminares sobre o arquivamento digital da Covid-19”. *Ideias* 12 (2021). <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8661843>.

Marino, Ian Kisil. “Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica”. In *Caminhos da história digital no Brasil*, organizado por Thiago Nicodemo, Alesson Rota e Ian Marino. Vitória: Milfontes, 2021.

Marino, Ian Kisil, Paulo Gajanigo, Rogério de Souza, e Thiago Lima Nicodemo. “Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil”. *Esboços* 28, n.º 48 (2021).

Marino, Ian Kisil, Pedro T. da Silveira, e Thiago L. Nicodemo “Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19”. *Cadernos do Tempo Presente* 11, n.º 1 (2020): 90-103.

Marino, Ian Kisil, e Thiago Lima Nicodemo. “COVID-19 and Digital Archives in Latin America”. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 18/05/2022. Acedido a 01/07/2022. <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-1071>.

Marino, Ian, Pedro Silveira, e Thiago Nicodemo. “Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil”. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Acedido a 01/07/2022. <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-993>.

Martins, Marcelo Thadeu Quintanilha. “Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade”. *Revista do Arquivo* 2 (2016).

Evgeny Morozov. *To Save Everything Click Here*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2013.

Moss, Michael. “Opening Pandora’s Box: What is an Archive in the Digital Environment?” In *What Are Archives?*, organizado por Loise Craven, 71-89. Burlington: Ashgate, 2008.

Naeem, Salman Bin, Rubina Bhatti, e Aqsa Khan. “An Exploration of How Fake News is Taking Over Social Media and Putting Public Health at Risk”. *International Perspectives and Initiatives* (2020).

Nalon, Tai, e Amanda Ribeiro. “Como sete sites lucraram com anúncios no Google ao publicar desinformação sobre a pandemia”. Aos Fatos, 21/05/20. Acedido a 02/09/21. <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>.

Nascimento, Leonardo Fernandes, Paulo de Freitas Castro Fonseca, Juciane Pereira de Jesus, e Jéfte Batista de Oliveira. “Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 23, n.º 2 (2021): 190-206.

Nazar, Mariana. “Arquivos e direitos humanos: entre a história, a memória e a justiça”. *Revista do Arquivo*, São Paulo, 5 (2017): 24-39.

Nicodemo, Thiago Lima, Pedro Afonso, e Mateus H. F. Pereira. “Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão?”. *Estudos Históricos* 30, n.º 60 (2017): 161-86.

Nicodemo, Thiago Lima, e Ian Kisil Marino. “Archivo digital en América Latina a escala global”. In *América Latina y la historia global: repensar el mundo*, organizado por Carlos Riojas e Stefan Rinke. Buenos Aires: Clacso, 2021. No prelo.

Nicodemo, Thiago Lima, Alesson Rota, e Ian Marino. “Introdução: Notas gerais sobre as Humanidades Digitais no Brasil”. In *Caminhos da história digital no Brasil*, organizado por Thiago Nicodemo, Alesson Rota e Ian Marino. Vitória: Milfontes, 2021. No prelo.

Open Knowledge Brasil. *Transparência COVID-19 2.0*. Acedido a 03/12/2020. <https://transparenciacovid19.ok.org.br/>.

Osner, Miriam. “What’s Next: The Radical, Unrealized Potential of Digital Humanities”. In *Debates in the Digital Humanities 2016*, organizado por Matthew Gold e Lauren Klein, 32-36. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2016.

Quintana, Antonio González. “Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos”. *Revista do Arquivo*, São Paulo, 5 (2017): 10-23.

Rodrigues, Larissa, e Rodrigo Toledo. “Bolsonaro flexibiliza Lei de Acesso à Informação durante pandemia do coronavírus”. CNN Brasil, 24/03/20. Acedido a 08/06/2021. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/24/planalto-flexibiliza-lei-de-acesso-a-informacao-durante-pandemia-do-coronavirus>.

Ribeiro, Amanda, Débora Ely, e João Barbosa. “Vídeos de Bolsonaro apagados pelo YouTube reuniam mais de 3,3 milhões de visualizações”. AOS FATOS, 22/07/21. Acedido a 02/09/2021. <https://www.aosfatos.org/noticias/videos-de-bolsonaro-apagados-pelo-youtube-reuniam-mais-de-33-milhoes-de-visualizacoes/>.

Rosenzweig, Roy. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

Sans, Beatriz. “Twitter exclui 2 posts de Bolsonaro e cita «conteúdos contra saúde pública»”. UOL, 29/03/20. Acedido a 02/09/2021. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/29/twitter-exclui-dois-posts-de-bolsonaro-por-infringir-regras.htm?>.

Sabharwal, Arjun. *Digital Curation in the Digital Humanities. Preserving and Promoting Archival and Special Collections*. Oxford: Chandos Publishing, 2015.

Stoler, Ann Laura. “Colonial Archives and the Arts of Governance: On the Content in the Form”. In *Refiguring the Archive*, organizado por Carolyn Hamilton *et al.*, 83-102. Nova Iorque: Springer, 2002.

Teixeira, Adriana. “Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre-amarela”. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

Treisman, Rachel. “As President Trump Tweets and Deletes, the Historical Record Takes Shape”. NPR, 2019. Acedido a 01/07/2022. <https://www.npr.org/2019/10/25/772325133/as-president-trump-tweets-and-deletes-the-historical-record-takes-shape>.

UNESCO. *Documentary and Digital Heritage: Resources to Face COVID-19*. Acedido a 17/06/2021. <https://en.unesco.org/news/documentary-and-digital-heritage-resources-face-covid-19>.

UNESCO. *Turning the Threat of COVID-19 into an Opportunity for Greater Support to Documentary Heritage*. Acedido a 17/06/2021. <https://en.unesco.org/news/turning-threat-covid-19-opportunity-greater-support-documentary-heritage>.

UNESCO. *Memory of the World*. Acedido a 17/06/2021. <https://en.unesco.org/programme/mow>.

United States of America’s National Archives. “§ 2203. Management and custody of Presidential records”. Acedido a 01/07/2022. <https://www.archives.gov/about/laws/presidential-records.html#2202>.

Wimmer, Mario. “The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times”. *Storia della Storiografia* 68 (2015).

### Referência para citação:

Marino, Ian Kisil e Thiago Lima Nicodemo. “Fake news e arquivos digitais a partir da experiência da covid-19”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 117-149.



## **Ismael Wolf**

### **História digital, mineração de texto e análise textual: algumas possibilidades através da utilização de ferramentas oferecidas pelo Perseus Project**

---

O presente ensaio trata inicialmente de uma breve explanação sobre o que são as Humanidades Digitais, se utilizando para isso de bibliografia recente sobre essa temática. Após essa explanação inicial, é realizado um aprofundamento sobre o conceito de mineração de texto e é também apresentado um breve relato/comentário crítico tratando da utilização do Perseus enquanto ferramenta inicial para mineração de texto. São apresentadas possibilidades e limitações constatadas na utilização deste ferramental.

Palavras-chave: Humanidades digitais, Mineração de texto, Perseus Project, História digital.

---

### **Digital history, text mining and text analysis: some possibilities through the use of Perseus Project tools**

This essay is initially a brief explanation of what the Digital Humanities are, using recent bibliography on this subject. After this initial explanation, an in-depth look at the concept of text mining is carried out and a brief report/critical comment dealing with the use of Perseus as an initial tool for text mining is also presented. Possibilities and limitations found in the use of this tool are presented.

Keywords: Digital humanities, Text mining, Perseus Project, Digital history.

# História digital, mineração de texto e análise textual: algumas possibilidades através da utilização de ferramentas oferecidas pelo Perseus Project

Ismael Wolf\*

## Humanidades Digitais (*Digital Humanities*)

Nos últimos anos temos observado um crescente avanço do que chamamos de Humanidade Digitais. Obviamente que este avanço tem sido não apenas impulsionado pelo aumento de interesse pelas Ciências Humanas, mas sim pelos grandes saltos tecnológicos que temos vivido. Jamais a humanidade experimentou tantos avanços e descobertas tecnológicas. Desta forma é natural que essas novas tecnologias sejam utilizadas para os mais diversos fins. Devemos lembrar que as Humanidades Digitais têm um caráter interdisciplinar atingindo diversas disciplinas e contribuindo para a troca entre elas. Alguns autores preferem utilizar, inclusive, o termo transdisciplinar. Segundo Rosenfield:

A transdisciplinaridade radicaliza as normas e práticas disciplinares existentes e permite aos pesquisadores ir além de suas disciplinas originárias, usando uma estrutura conceitual compartilhada que reúne conceitos, teorias e abordagens de várias disciplinas em algo novo que os transcende a todos<sup>1</sup>. (Tradução nossa.)

\* Ismael Wolf (wolf\_ismael@yahoo.co.uk; ismael.wolf@edu.unirio.br). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Av. Pasteur, 458 - Urca - Rio de Janeiro – RJ, Brasil - CEP 22290-240. Professor titular de História na Rede Municipal de Educação de Gravataí – RS, Brasil. Art. Ensaio elaborado durante a disciplina de História e Arqueologia Digitais, ministrada pela Profa. Dra. Adriene Baron Tacla, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Texto original: 10-12-2021; Versão revista: 14-6-2022; Aceite para publicação: 22-6-2022.

<sup>1</sup> Patricia L. Rosenfield, “The Potential of Transdisciplinary Research for Sustaining and Ex-



Esta nova perspectiva transdisciplinar cria uma atmosfera de trabalho que incentiva e traz a necessidade de se criarem redes e grupos de trabalho. Em geral, os projetos de Humanidades Digitais demandam o trabalho colaborativo de todo um time de pesquisadores. Mas, afinal, as Humanidades Digitais substituem as pesquisas tradicionais? De acordo com Evans:

A pesquisa nas humanidades digitais é movida pelo mesmo desejo de saber que as humanidades tradicionais, mas através do novo “saber” que a presença da computação deu, os tópicos e *áreas de pesquisa, os métodos e os resultados mudaram, mas as humanidades são as humanidades, sejam digitais ou tradicionais. Esta é a segunda onda* – as atividades e funções das humanidades sendo atendidas por métodos digitais, bem como por meio da leitura tradicional, mas levando a uma mudança nos métodos e na produção das humanidades<sup>2</sup>. (Tradução nossa.)

Percebemos com isso que não há uma substituição, já que as Humanidades continuam sendo as Humanidades. O que ocorre é que a tecnologia é colocada a serviço das Ciências Humanas, possibilitando a utilização de novos métodos e a possibilidade de novos tipos de questionamentos e hipóteses.

tending Linkages between the Health and Social Sciences”, *Social Science & Medicine* 35, n.º 11 (1992): 1351, citado em Yu-wei Lin, “Transdisciplinarity and Digital Humanities: Lesson Learned from Developing Text-Mining Tools for Textual Analysis”, in *Understanding Digital Humanities*, org. David M. Berry (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012), 298. “Transdisciplinarity radicalises existing disciplinary norms and practices and allows researchers to go beyond their parent disciplines, using a shared conceptual framework that draws together concepts, theories, and approaches from various disciplines into something new that transcends them all.”

2 Leighton Evans e Sian Rees, “An Interpretation of Digital Humanities”, in *Understanding Digital Humanities*, org. David Berry (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012), 31. “Research in the digital humanities is driven by the same desire to know as traditional humanities, but that through the new ‘knowing-how’ that the presence of computation has given, the topics and areas of research, the methods and the results have changed, but the humanities are the humanities, whether digital or traditional. This is the second wave – the activities and functions of the humanities being served through digital methods, as well as through traditional close reading, but leading to a change in the methods and output of the humanities.”

Inicialmente a utilização do computador neste tipo de pesquisa, por exemplo, se dava apenas para a realização de análises quantitativas. Pesquisadores de história econômica se utilizaram dessas novas ferramentas para elaborar e comprovar suas hipóteses<sup>3</sup>. Com o tempo, as possibilidades se ampliaram e, atualmente, já é possível utilizar certas ferramentas para se fazer também análises qualitativas.

Com o desenvolvimento das Humanidades Digitais se percebeu também a necessidade de criar um “movimento de dados abertos”<sup>4</sup>. O compartilhamento de informações através de grandes bancos de dados tornou-se uma realidade. Claro que ainda há muito o que se melhorar e expandir neste sentido, mas pode-se perceber que este movimento tem crescido. Alguns países, inclusive, têm dado preferência ao financiamento de projetos que tenham uma base de dados aberta. A dificuldade muitas vezes tem se dado em conseguir os recursos para manter esses projetos, já que na maioria das vezes o investimento financeiro para compra, desenvolvimento e manutenção é extremamente caro. Mesmo com as dificuldades relatadas, projetos interessantes de arquivamento de dados têm surgido. Podemos citar, por exemplo, o arquivamento de dados da Web que tem sido realizado pelo Projeto Internet Archive<sup>5</sup>, onde diversas páginas da Web têm sido salvas através de *backups* contínuos. No entanto, algumas dificuldades são percebidas como, por exemplo, *hyperlinks* de páginas desativadas e o excesso de informação a ser armazenada. Uma cópia fiel da página nunca estará disponível, apenas um registro de um determinado momento. Projetos como o Internet Archive possibilitam que informações importantes da Web não sejam perdidas, ou pelo menos parte delas. A Web enquanto plataforma<sup>6</sup> tem nos proporcionado uma oferta crescente e diversa de conteúdo. Esse excesso de informação também acaba sendo um problema para que

3 Roger Middleton e Peter Wardley, “Information Technology in Economic and Social History: The Computer as Philosopher’s Stone or Pandora’s Box?”, *The Economic History Review* 43, n.º 4 (1990): 667-96.

4 Laia Pujol Priego, Jonathan Wareham e Angelo Kenneth S. Romasanta, “The Puzzle of Sharing Scientific Data”. *Industry and Innovation*, 29, n.º 2 (2022): 219-50.

5 Internet Archive, acesso em 30 nov. 2021, <https://archive.org/>.

6 Ver *Web 2.0*.

ocorra o arquivamento de certos dados para pesquisas futuras, já que escolhas precisam de ser realizadas e com isso muitos dados acabam se perdendo, o que se torna problemático para a conservação do patrimônio digital.

Ferramentas importantes da Web, como o Google Acadêmico e a Academia.edu, têm contribuído para o compartilhamento de informações, dados, artigos. Bancos de dados como o Celtic Coindex<sup>7</sup>, por exemplo, também têm ajudado neste sentido de compartilhamento. Bancos de dados, buscadores e ferramentas da Web acabam contribuindo para o desenvolvimento de áreas como a Arqueologia e a História. Buscas por dados arqueológicos podem ser realizadas com certa facilidade pela Web, mas isso não significa que tudo funcione perfeitamente. Algoritmos como os utilizados pelo Google estabelecem padrões individuais de acordo com o perfil de cada usuário, o que pode fazer com que a pesquisa omita informações que poderiam ser importantes para o pesquisador. Há ainda o problema de direcionamento de acordo com os interesses das grandes empresas da Web. Pesquisas sobre Arqueologia podem ser impactadas pelos interesses do turismo, por exemplo, onde talvez o algoritmo direcione a pesquisa para sítios mais famosos e patrocinados, patrimônios da humanidade, etc. Outras ferramentas da Web como o Google Maps, o Google Earth e as mídias sociais podem fornecer dados importantes de acordo com o tipo de pesquisa realizada.

A Arqueologia tem se desenvolvido fortemente entre as Humanidades Digitais. Embora a Arqueologia sempre tenha tido uma interação com as ciências duras, ela tem sido impactada pelas novas tecnologias. Através da Arqueologia Digital o arqueólogo pode recorrer a novos e diferentes métodos antes inacessíveis. Entre as perspectivas da Arqueologia Digital, podemos citar a manutenção da importância do trabalho de campo, que permanece, mas que também pode ser realizado em parte remotamente, as análises quantitativas e qualitativas, métodos de GIS<sup>8</sup>, ensino e divulgação. A Arqueologia Digital não é um novo

7 Banco de dados de moedas celtas.

8 Geographic Information System.

paradigma ou uma nova ciência. Apenas apresenta novas ferramentas e novas maneiras de lidar com os objetos, muitas vezes antigos e já analisados anteriormente com o uso de outras ferramentas. Vários bancos de dados também têm contribuído para o compartilhamento de informações. Podemos citar alguns importantes como Archaeology Data Service (ADS)<sup>9</sup>, History Data Service (HDS)<sup>10</sup>, The Digital Archaeological Record (TDAR)<sup>11</sup>, Pelagios.org Commons<sup>12</sup>, Digital Augustan Rome<sup>13</sup> e The Portable Antiquities Scheme<sup>14</sup>, cada um destes com suas especificidades.

Dentre as novas possibilidades trazidas pela Arqueologia Digital estão métodos de análise de redes (SNA), em que podem ser percebidos pontos de contato, interação e distanciamento, através de análises estatísticas, biológicas, genéticas, linguísticas e geográficas, por exemplo<sup>15</sup>. A reconstituição de comunidades através de visualização 3D<sup>16</sup> e ferramentas como impressoras 3D também têm trazido grande contribuição para pesquisas e para o ensino. Há também outras ferramentas importantes para análise de mapas. Podemos citar o exemplo do Pelagios como uma ferramenta muito interessante para a análise do mundo romano.

Outra preocupação das Humanidades Digitais se dá através do processo de digitalização de documentos. Diferentemente dos nascidos digitais, os documentos digitalizados necessitam de certos cuidados especiais. É importante frisar que é necessário que os pesquisadores que lidam com esses documentos compreendam como ocorreram os proces-

9 Archaeology Data Service, acesso em 30 nov. 2021, <http://archaeologydataservice.ac.uk/>.

10 UK Data Archive, acesso em 30 nov. 2021, <http://www.data-archive.ac.uk/about/projects/hds/>.

11 The Digital Archaeological Record, acesso em 30 nov. 2021, <http://core.tdar.org/>.

12 Pelagios, acesso em 30 nov. 2021, <https://pelagios.org/>.

13 Digital Augustan Roman, acesso em 30 nov. 2021, <http://www.digitalaugustanrome.org/>.

14 Portable Antiquities Scheme, acesso em 30 nov. 2021, <https://finds.org.uk/>.

15 John Edward Terrel, “Social Network Analysis and the Practice of History”, in *Network Analysis in Archaeology: New Approaches to Regional Interaction*, org. Carl Knappett (Oxford: Oxford University Press, 2013), 17-42.

16 Bettina Arnold, Kevin Garstki e Matthew L. Murray, “Reconstituting Community: 3D Visualization and Early Iron Age Social Organization in the Heuneburg Mortuary Landscape”, *Journal of Archaeological Science*, 54 (2015): 23-30.

sos de digitalização. Quem digitalizou? Esse era um *expert* da área? Conhecia a língua original do documento? Em que época ocorreu a digitalização? Como foi digitalizado? Todas estas perguntas são importantes para o pesquisador que trabalha com documentos digitalizados. E aquele que digitaliza um livro antigo, por exemplo, precisa de estar atento a todos os detalhes. Informações que antes eram irrelevantes como a capa, a contracapa, as margens das folhas, o material de que é feito o livro, hoje são de extrema importância para certos tipos de pesquisa. Por este motivo é importante que não apenas os textos sejam preservados, mas todos os componentes de um livro ou pergaminho<sup>17</sup>.

Além de livros e pergaminhos digitalizados percebemos também uma crescente de propostas de livros já nascidos em formato digital. Muitos desses são livros eletrônicos de história. Esse tipo de proposta possibilita diversas situações que não são possíveis com os livros normais. Com os livros eletrônicos é possível ter acesso a fontes, arquivos de áudio e vídeos, por exemplo. Fora o fato de que a capacidade de armazenamento de informação é muito superior. O uso de elementos multimídia, a possibilidade de mover-se rapidamente de um corpo de informação para outro através de *hiperlinks* e a possibilidade de navegar rapidamente dentro do livro através de uma busca por palavras são algumas das vantagens deste formato, que não necessariamente sentenciam ao esquecimento o modelo de livro tradicional, mas nos fornece mais uma possibilidade dentre o leque de novas possibilidades oferecidas pelas Humanidades Digitais<sup>18</sup>.

Após ter apresentado uma breve explanação sobre as Humanidades Digitais e também algumas possibilidades trazidas pelas mesmas, abordarei no próximo tópico a utilização de ferramentas de mineração de texto, assim como sua importância para a pesquisa em Humanidades Digitais.

17 Harold Thwaites, "Digital Heritage: What Happens When We Digitize Everything?", in *Visual Heritage in the Digital Age*, org. Henry Chapman, Eugene Ch'ng e Vincent Gaffney (Londres: Springer-Verlag, 2013), 327-48.

18 Steve Brier, "Historians and Hypertext: Is It More Than Hype?", in *Clio Wired: The Future of The Past in The Digital Age*, org. Roy Rosenzweig (Nova Iorque: Columbia University Press, 2011), 85-91.

### Mineração de texto (*Text Mining*)

Um dos tipos de ferramentas e técnicas que têm sido utilizadas nas Humanidades Digitais é a chamada mineração de texto<sup>19</sup>. Embora esteja sendo usada pela área de Humanidades, a mineração de texto inicialmente surgiu como uma ferramenta para auxiliar pesquisadores de outras áreas. Mas afinal o que esse termo significa? Alguns autores podem nos oferecer a resposta para esta pergunta. De acordo com Ambrósio e Moraes:

Mineração de textos (*Text Mining*) é um processo de descoberta de conhecimento, que utiliza técnicas de análise e extração de dados a partir de textos, frases ou apenas palavras. Envolve a aplicação de algoritmos computacionais que processam textos e identificam informações úteis e implícitas [...] sendo que suas principais contribuições estão relacionadas à busca de informações específicas em documentos, à análise qualitativa e quantitativa de grandes volumes de textos, e a melhor compreensão do conteúdo disponível em documentos textuais<sup>20</sup>.

Todavia, diferentemente de uma simples pesquisa como as que fazemos em buscadores como o Google, por exemplo, a mineração de texto tem como objetivo encontrar informações até então desconhecidas. Não se está buscando algo já pronto e selado, mas dados que podem levar a formular algo novo. Sobre isso nos fala Hearst:

A mineração de texto é diferente do que conhecemos na pesquisa na *web*. Na pesquisa, o usuário normalmente está procurando por algo que já é conhecido e foi escrito por

19 Em inglês: *Text-mining*.

20 Ana Paula L. Ambrósio e Edilson Andrade Martins Moraes, “Mineração de textos”, Instituto de Informática da UFG, acesso em 30 nov. 2021, [http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_005-07.pdf](http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf).

outra pessoa. O problema é deixar de lado todo o material que, atualmente, *não é relevante para as suas necessidades para encontrar as informações relevantes. Na mineração de texto, o objetivo é descobrir informações até então desconhecidas, algo que ninguém ainda sabe e, portanto, ainda não poderia ter escrito*<sup>21</sup>. (Tradução nossa.)

Aliado a isso temos um processo que une profissionais de diferentes disciplinas. Não apenas o profissional que irá fazer a pesquisa, mas é necessário que se trabalhe em conjunto com profissionais de TI<sup>22</sup>, por exemplo. Apenas este trabalho conjunto irá trazer resultados plenamente satisfatórios, já que o profissional de TI poderá contribuir com seu conhecimento para criar um algoritmo que permita que o pesquisador das humanidades possa chegar aos resultados que espera encontrar. Segundo a página da UK JISC-funded National Centre for Text Mining (NaCTeM):

A mineração de texto envolve a aplicação de técnicas de áreas como recuperação de informação, processamento de linguagem natural, extração de informação e mineração de dados. Esses vários estágios de um processo de mineração de texto podem ser combinados em um único fluxo de trabalho<sup>23</sup>. (Tradução nossa.)

21 Marti Hearst, “What Is Text Mining?”, SIMS, UC Berkeley, acesso em 30 nov. 2021, <http://people.ischool.berkeley.edu/~hearst/text-mining.html>. “Text mining is different from what we’re familiar with in web search. In search, the user is typically looking for something that is already known and has been written by someone else. The problem is pushing aside all the material that currently isn’t relevant to your needs in order to find the relevant information. In text mining, the goal is to discover heretofore unknown information, something that no one yet knows and so could not have yet written down.”

22 Tecnologia da Informação.

23 UK JISC-funded National Centre for Text Mining (NaCTeM), acesso em 16 jan. 2017, <http://www.jisc.ac.uk/publications/briefingpapers/2008/bptextminingv2.aspx>. “Text mining involves the application of techniques from areas such as information retrieval, natural language processing, information extraction and data mining. These various stages of a text-mining process can be combined into a single workflow.”

É importante lembrar que não existe apenas uma forma de mineração de textos. Diferentes ferramentas podem proporcionar diferentes tipos de análises textuais e diversos tipos de levantamento de dados. Esse é um dos motivos do termo mineração de texto ter sido considerado como um termo “guarda-chuva” por Lin:

Diante disso, a mineração de texto pode ser entendida como um termo abrangente para incorporar e implementar uma ampla gama de ferramentas ou técnicas (algoritmos, métodos), incluindo mineração de dados, aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural, inteligência artificial, agrupamento, mineração de conhecimento e análise de texto, linguística computacional, análise de conteúdo e análise de sentimento e assim por diante, em um grande corpo de textos (geralmente uma enorme coleção de documentos) para apoiar a tomada de decisões dos usuários. Assim como peças de Lego, existe um conjunto de componentes em campo que podem ser montados e reconfigurados para fins de tarefas dos usuários do domínio<sup>24</sup>. (Tradução nossa.)

Fica claro então que a mineração de textos é mais do que uma simples busca textual. Esse conjunto de novas técnicas nos possibilita diferentes tipos de pesquisa. Podemos através da mineração de textos levantar novas questões, construir novas formas de pesquisa, elaborar novas hipóteses. Tais ferramentas permitem que diferentes metodologias coexistam na área de Humanidades, e é aí que a mineração de texto nos leva a um novo paradigma transdisciplinar<sup>25</sup>.

24 Lin, “Transdisciplinarity”, 301. “Given that, text mining can be understood as an umbrella term for incorporating and implementing a wide range of tools or techniques (algorithms, methods), including data mining, machine learning, natural language processing, artificial intelligence, clustering, knowledge mining and text analysis, computational linguistics, content analysis and sentiment analysis and so forth, onto a large body of texts (usually an enormous collection of documents) to support the users’ decisions-making. Just like Lego units, there is a set of components in the field that can be assembled and reconfigured for the purposes of the tasks of the domain users.”

25 Lin, “Transdisciplinarity”, 300.



Dentre algumas ferramentas de mineração de textos podemos encontrar algumas *online* como, por exemplo, em *websites* como o Open Library<sup>26</sup>, o Perseus Project<sup>27</sup>, o Topos Text<sup>28</sup>, o Tesserae<sup>29</sup>, o Digital Dante<sup>30</sup>, o eTRACES<sup>31</sup>, o (Dis)Similitudes<sup>32</sup>, The Valley of the Shadow<sup>33</sup>, o Voyant Tools<sup>34</sup> e o Text-Mining the Middle Ages<sup>35</sup>. Outras ferramentas de mineração de textos podem ser encontradas para *download* gratuito<sup>36</sup> ou pago na Web. Dentre elas podemos citar o Zotero<sup>37</sup>, que pode contribuir de maneira muito interessante neste sentido. Para que a mineração de texto ocorra com sucesso é necessário que as ferramentas utilizadas estejam adequadas a cada projeto.

### O Perseus como ferramenta inicial de mineração de textos

Discorrerei brevemente sobre a minha experiência inicial com as ferramentas de mineração de textos fornecidas pelo Perseus Project<sup>38</sup>. Primeiramente, gostaria de falar um pouco sobre o que é o Perseus. Em 1985 surge a Perseus Digital Library<sup>39</sup>, um projeto que foi avançando durante os anos e hoje conta com uma extensa base de dados. Segundo a própria página do Perseus, a missão maior do projeto é tornar aces-

26 Open Library, acesso em 30 nov. 2021, <https://openlibrary.org/>.

27 Perseus Project, acesso em 30 nov. 2021, <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>.

28 Topos Text, acesso em 30 nov. 2021, <https://topostext.org/>.

29 Tesserae, acesso em 30 nov. 2021, <http://tesserae.caset.buffalo.edu/>.

30 Digital Dante, acesso em 30 nov. 2021, <http://digitaldante.columbia.edu/>.

31 eTraces, acesso em 16 jan. 2017, <http://etraces.e-humanities.net/>.

32 Dissimilitudes, acesso em 16 jan. 2017, <http://dissimilitudes.lip6.fr:8181/#/>.

33 The Valley Project, acesso em 30 nov. 2021, <http://valley.lib.virginia.edu/>.

34 Voyant Tools, acesso em 16 jun. 2022, <https://voyant-tools.org/>.

35 Text-Mining the Middle Ages, acesso em 30 nov. 2021, <https://people.stanford.edu/widner/content/text-mining-middle-ages>.

36 “Top 26 free softwares for text analysis, text mining, text analytics”, PAT Research, acesso em 30 nov. 2021, <http://www.predictiveanalyticstoday.com/top-free-software-for-text-analysis-text-mining-text-analytics/>.

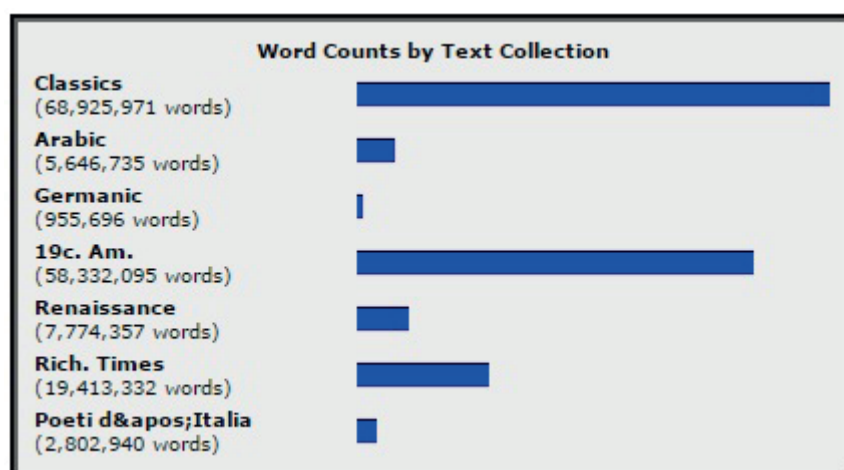
37 Zotero, acesso em 30 nov. 2021, <https://www.zotero.org/>.

38 Parte de minha experiência com as ferramentas disponibilizadas pelo Perseus Project também pode ser consultada em minha dissertação de mestrado: Ismael Wolf Ferreira, “O olhar de Tácito sobre os Brigantes: Um estudo sobre os usos do passado” (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, 2018).

39 Projeto Biblioteca Digital Perseus.

sível o registro “completo” da humanidade. Embora tenha um foco particular sobre o mundo greco-romano, o projeto também tem buscado contemplar outras áreas de pesquisa como a Guerra Civil Americana, por exemplo. Dentro de sua missão maior, o projeto se concentra em três categorias de acesso: *Human readable information*, *machine actionable knowledge* e *machine generated knowledge*<sup>4041</sup>. Dentro do Perseus podemos encontrar diferentes Coleções de Textos, como podemos ver na Figura 1:

**Figura 1: Contagem de palavras por Coleção de Texto**<sup>42</sup>



O Perseus oferece uma interessante ferramenta de busca que expõe a incidência de vezes em que os termos buscados aparecem e em quais documentos são encontrados. No caso de uma de minhas recentes pesquisas, em que trabalhei com a construção da identidade dos brigantes<sup>43</sup> através da análise dos textos de Tácito<sup>44</sup>, procurei inicialmente

40 Informações legíveis por humanos, conhecimento acionável por máquina e conhecimento gerado pela máquina.

41 “Research”, Perseus Project, acesso em 30 nov. 2021, <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/research>.

42 Número de palavras encontradas em cada coleção de textos presentes no Perseus.

43 Os brigantes eram um dos inúmeros povos que habitavam a Britânia, quando da chegada dos romanos a aquela ilha ainda no século I d.C.

44 Publius/Gaius Cornelius Tacitus, historiador romano que viveu entre os séculos I e II d.C.

buscar termos que já me eram familiares em inglês e sobre os quais eu já tinha consciência, através de estudos prévios, de que estes eram termos relacionados com meu tema. Realizei uma primeira busca sobre o termo *brigantes*. Neste primeiro momento tive um resultado mais vasto sobre o termo. Este foi encontrado em quatorze documentos diferentes<sup>45</sup>, mas, apenas três destes documentos eram textos clássicos<sup>46</sup>, todos de Cornélio Tácito. Estes eram *Historiae*<sup>47</sup>, *De Vita Iulii Agricolae*<sup>48</sup> e *Annales*<sup>49</sup>. Também no Perseus fiz a busca pelo termo *Cartismandua*<sup>50</sup>. Este foi encontrado em seis documentos diferentes, dentre eles dois clássicos, *Annales* e *Historiae* de Tácito. Fiz ainda a busca por um terceiro termo, *Venutius*, que foi encontrado em quatro documentos diferentes, sendo dois textos clássicos, *Annales* e *Historiae* de Tácito. Busquei ainda pelo termo *Vellocatus*, tendo o encontrado em três documentos, mas apenas em um clássico, *Historiae* de Tácito. Estas buscas iniciais me permitiram uma visualização de forma ainda um tanto geral, de onde eu poderia encontrar informações iniciais sobre os brigantes, alvo primeiro de minha pesquisa. Resolvi então colocar isso em uma tabela que pudesse me auxiliar nesta visualização.

**Tabela 1: A presença dos brigantes nas obras de Tácito<sup>51</sup>**

	<i>Annales</i>	<i>Historiae</i>	<i>De Vita Iulii Agricolae</i>
<i>Brigantes</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Cartismandua</i>	Sim	Sim	Não
<i>Venutius</i>	Sim	Sim	Não
<i>Vellocatus</i>	Não	Sim	Não

45 Todos em língua inglesa.

46 Ou seja, oriundos da antiguidade greco-romana.

47 *As Histórias*.

48 *Vida de Agrícola*.

49 *Anais*.

50 *Cartismandua*, *Venutius* e *Vellocatus* eram brigantes e foram citados em sua obra por Tácito.

51 Demonstra em quais obras de Tácito aparecem os termos *brigantes*, *Cartismandua*, *Venutius* e *Vellocatus*.

Após organizada esta primeira tabela, decidi que seria interessante saber quantas vezes cada um dos termos buscados aparecem nos textos de Tácito. O resultado foi este da tabela abaixo. Bastante interessante, pois permitiu que eu pudesse ter uma ideia do número de vezes em que cada termo foi citado em cada uma das obras.

**Tabela 2: A presença quantitativa dos brigantes nas obras de Tácito<sup>52</sup>**

	<i>Annales</i>	<i>Historiae</i>	<i>De Vita Iulii Agricolae</i>
<i>Brigantes</i>	4	2	3
<i>Cartismandua</i>	3	3	0
<i>Venutius</i>	2	4	0
<i>Vellocatus</i>	0	1	0

A próxima forma de mineração de texto que procurei fazer foi através de busca direta dentro dos livros que me interessavam. É importante ressaltar que o Perseus apresenta em sua base de dados todos os textos de Tácito, tanto em latim quanto em inglês. Portanto, para um levantamento inicial eu tinha essas duas possibilidades de busca. Outros termos que me interessavam como *celts*<sup>53</sup> e *Eboracum*<sup>54</sup> não foram encontrados na busca dentro das obras de Tácito. Já termos em latim como *barbari*<sup>55</sup>, por exemplo, foram encontrados de formas distintas.

<sup>52</sup> Apresenta quantas vezes cada termo aparece nas obras de Tácito.

<sup>53</sup> Celtas.

<sup>54</sup> Atual cidade de York, no Reino Unido. Estava dentro do território que teria sido habitado inicialmente pelos brigantes.

<sup>55</sup> Em português: bárbaros.

**Figura 2: Resultados para busca do termo barbari dentro da obra Annales de Tácito**

www.perseus.tufts.edu/hopper/searchresults?target=la&inContent=true&q=barbari&doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0077&expand=yes

Search Results

Search ("Agamemnon", "Hom. Od. 9.1", "denarius")  
All Search Options [view abbreviations]

Home Collections/Texts Perseus Catalog Research Grants Open Source About Help

Currently searching the following texts in Latin:

- Cornelius Tacitus, *Annales* (ed. Charles Dennis Fisher)

Showing 1 - 1 of 1 document results in Latin.

**Cornelius Tacitus, *Annales*** [Less](#)  
(Latin) (English, ed. Alfred John Church, William Jackson Brodribb)

book 1, chapter 57: ... quis circumsedebatur, validiore apud eos Arminio quoniam bellum suadebat: nam **barbaris**, quanto quis audacia promptus, tanto magis fidus rebusque motis

book 1, chapter 61: ... telorum equorumque artus, simul truncis arborum antefixa ora. lucis propinquis **barbarae** arae, apud quas tribunos ac primorum ordinum centuriones mactaverant.

book 1, chapter 64: **Barbari** perfringere stationes seque inferre munitoribus nisi lacesunt, circumgrediuntur, occurrant:

book 1, chapter 65: Nox per diversa iniquis, cum **barbari** festis epulis, laeto cantu aut truci sonore subiecta vallium

book 1, chapter 68: ... per umida et impedita circumvenirent suadente, atrociora Inguimero et laeta **barbaris**, ut vallum armis ambient: promptam expugnationem, plures captivos, incorruptam

book 2, chapter 2: ... accirent. magnificum id sibi creditit Caesar auxitque opibus. et accipere **barbari** laetantes, ut ferme ad nova imperia. mox subit pudor

book 2, chapter 14: ... si ratio adsit, silvas et saltus; nec enim immensa **barbarorum** scuta, enormis hastas inter truncos arborum et enata humo

book 2, chapter 16: ... et pura humo inter arborum truncos. campum et prima silvarum **barbara** acies tenuit: soli Cherusci iuga insedere ut proeliantibus Romanis

book 2, chapter 21: ... miles, cui scutum pectori adpressum et insidens capulo manus, latos **barbarorum** artus, nuda ora foderet viamque strage hostium aperiret, inprompto

book 2, chapter 56: ... instituta et cultum Armeniorum aemulatus, venatu epulis et quae alia **barbari** celebrant, proceres plebemque iuxta devinerat. igitur Germanicus in urbe

book 2, chapter 63: ... et Vibilio duce receptusque, Forum Iulium, Narbonensis Galliae coloniam, mittitur. **barbari** utrumque comitati, ne quietas provincias immixti turbarent, Danuvium ultra

book 2, chapter 88: ... septem et triginta annos vitae, duodecim potentiae explevit, caniturque adhuc **barbaras** apud gentis, Graecorum annalibus ignotus, qui sua tantum mirantur,

book 2, chapter 91: ... sedesque in tres partes abduxit. **barbari** filii, inchois foronibus Democritus invenit

**Refine This Search** [hide](#)

Language: Latin

Required words: barbari  Expand

Required phrase:

Allowed words:   Expand

Excluded words:   Expand

**Refine search**  
(This searches within the currently selected documents. To search within all documents, use the form below.)

**All Matching Documents (1)** [show](#)

**Matching Lemmas (2)** [hide](#)

- barbarum: "a plaster applied to raw wounds" (entry in Lewis & Short)
- barbarus: "of strange speech, speaking jargon, unintelligible;" (entry in Lewis & Short Elem. Lewis)

O termo em latim *barbari* foi encontrado cinquenta e uma vezes dentro da obra *Annales*. Como observamos na Figura 2, o Perseus oferece uma visualização em que são expostas as referências dos locais onde foram encontrados os termos. Isso pode contribuir para um mapeamento inicial dos termos que buscamos. Pensar isso como uma ferramenta que ajuda a mapear certos termos que procuramos é algo extremamente interessante e que pode contribuir significativamente para o início de uma pesquisa. É importante que se perceba que o Perseus apresentou resultados não apenas para o termo conforme foi escrito na

busca, mas também algumas derivações com terminações diferentes como *barbaris*, *barbarorum*, *barbara* e *barbaras*. Uma demonstração de que o mecanismo de pesquisa realizou a tarefa prevendo estas pequenas variações linguísticas.

Embora minha utilização do Perseus, enquanto ferramenta para mineração de texto, tenha tido um caráter mais quantitativo, é importante dizer que existem outras possibilidades oferecidas pelo mesmo e que podem levar a uma análise qualitativa. Além desses mecanismos de mineração de textos, o Perseus também oferece dicionários que podem auxiliar o pesquisador. Durante a leitura de um determinado texto basta apenas um clique em cima da palavra desejada para que você possa ler as definições do dicionário.

Mesmo tendo tido uma experiência inicial interessante com essa ferramenta, é preciso expor o fato de que existem algumas dificuldades e pontos a melhorar. Uma das dificuldades que encontrei na utilização do Perseus foi o fato de ele não permitir *download* de seus textos. Todas as consultas só podem ser realizadas *online*, o que impede que você exporte o texto para algum *software* que realize outra forma de mineração de textos.

### Considerações finais

A mineração de textos tem se mostrado útil para diversos pesquisadores de diferentes áreas. Basta uma simples busca em bases de dados acadêmicas para chegarmos a esta fácil constatação. Nas Humanidades Digitais isto não tem sido diferente e os trabalhos de pesquisadores como, por exemplo, Robert K. Nelson<sup>56</sup> e Ruby Mendenhall<sup>57</sup> comprovam isso. Além do mais, propostas como a do Perseus Project reforçam a ideia de que um movimento para a criação e divulgação de bases de dados abertos para a comunidade está cada vez mais forte. A palavra de ordem é abrir os dados e colaborar. Podemos perceber que a História Digital compartilha da mesma perspectiva da chamada História

<sup>56</sup> “Mining the Dispatch”, acesso em 22 jun. 2022, <https://dsl.richmond.edu/dispatch/>.

<sup>57</sup> “Rescued History”, acesso em 22 jun. 2022, <https://beta.nsf.gov/news/rescued-history>.

Pública. Neste sentido busca-se um maior diálogo com/entre as comunidades envolvidas.

Assim sendo, faz-se necessária uma colaboração cada vez maior entre as humanidades e as novas tecnologias. Diferentes tecnologias e profissionais de diferentes áreas devem atuar de forma conjunta. Possibilidades de apresentar e analisar de maneira rápida e eficiente uma enorme quantidade de dados são, atualmente, uma realidade para as Humanidades Digitais. As novas ferramentas nos permitem que analisemos antigas fontes com novas abordagens, permitindo novos questionamentos e novas hipóteses. Portanto, os historiadores precisam de estar a par das possibilidades e das ferramentas disponíveis na contemporaneidade, sabendo escolher o que for melhor de acordo com as condições e as exigências de suas pesquisas. Neste sentido, o Perseus Project apresenta ferramentas que, se usadas de forma consciente, podem ser bastante úteis para os historiadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ambrósio, Ana Paula L., e Edilson Andrade Martins Morais. “Mineração de textos”. Instituto de Informática da UFG, acesso em 30 nov. 2021, [http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_005-07.pdf](http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_005-07.pdf).

Arnold, Bettina, Kevin Garstki, e Matthew L. Murray. “Reconstituting Community: 3D Visualization and Early Iron Age Social Organization in the Heuneburg Mortuary Landscape”. *Journal of Archaeological Science* 54 (2015): 23-30.

Berry, David M. “Introduction”. In *Understanding Digital Humanities*, organizado por David M. Berry, 1-20. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

Brier, Steve. “Historians and Hypertext: Is It More Than Hype?”. In *Clio Wired: The Future of The Past in The Digital Age*, organizado por Roy Rosenzweig, 85-91. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

Evans, Leighton, e Sian Rees. “An Interpretation of Digital Humanities”. In *Understanding Digital Humanities*, organizado por David Berry, 21-41. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

Ferreira, Ismael Wolf. “O olhar de Tácito sobre os Brigantes: um estudo sobre os usos do passado”. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, 2018.

Hearst, Marti. “What Is Text Mining?”, SIMS, UC Berkeley, acesso em 30 nov. 2021, <http://people.ischool.berkeley.edu/~hearst/text-mining.html>.

Lin, Yu-wei. “Transdisciplinarity and Digital Humanities: Lesson Learned from Developing Text-Mining Tools for Textual Analysis”. In *Understanding Digital Humanities*, organizado por David M. Berry, 295-314. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

Middleton, Roger, e Peter Wardley. “Information Technology in Economic and Social History: The Computer as Philosopher’s Stone or Pandora’s Box?”. *The Economic History Review* 43, n.º 4 (1990): 667-96.

Priego, Laia Pujol, Jonathan Wareham, e Angelo Kenneth S. Romasanta. “The Puzzle of Sharing Scientific Data”. *Industry and Innovation* 29, n.º 2 (2022): 219-50.

Terrel, John Edward. “Social Network Analysis and the Practice of History”. In *Network Analysis in Archaeology: New Approaches to Regional Interaction*, organizado por Carl Knappett, 17-42. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Thwaites, Harold. “Digital Heritage: What Happens When We Digitize Everything?”. In *Visual Heritage in the Digital Age*, organizado por Henry Chapman, Eugene Ch’ng, Vincent Gaffney, 327-348. Londres: Springer-Verlag, 2013.

UK JISC-funded National Centre for Text Mining (NaCTeM). “Text Mining”. Acesso em 16 jan. 2017. <http://www.jisc.ac.uk/publications/briefingpapers/2008/bptextminingv2.aspx>.

## Referência para citação:

Wolf, Ismael. “História digital, mineração de texto e análise textual: algumas possibilidades através da utilização de ferramentas oferecidas pelo Perseus Project”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 151-168.



## **Patrícia Esteves Reina**

### **Between atoms and bits: combining online and onsite research to broaden analytical insights on humanities**

---

This essay discusses how research in Humanities can take advantage of inquiring resources available in digital and physical archives since their media agency works in a complementary dynamic, bringing new analytical insights about the studied object. The considerations brought about in this brief text were made during my ongoing research based on the bookwork of the scholar and artist Johanna Drucker, which figures in the realm of Book Studies. However, the experience of analyzing the target objects first through a digital archive and then onsite, in Special Collections, gave me a better sense of how combining these different types of visualization and manipulation enriches the outcomes of research within the Humanities realm. Finally, pondering the coexistence and accessibility of both instances reinforces the contribution of digitalization for humanist scholarship and endorse the physical scrutiny of primary sources as a core analytical requirement to quality in interpretative research.

Keywords: Online archive, Onsite research, Primary source, Hybrid research model.

---

### **Entre átomos e bits: combinação de investigação em linha e presencial para ampliar contributos analíticos nas Humanidades**

O presente ensaio expõe como a pesquisa em Humanidades se pode aproveitar de recursos de investigação disponíveis em arquivos físicos e digitais, dado que suas conjunturas mediais funcionam em uma dinâmica complementar que traz novas perspectivas analíticas sobre o objeto de estudo. As considerações trazidas neste breve texto foram feitas ao longo de minha investigação em curso que se baseia na obra bibliográfica da teórica e artista Johanna Drucker, que se encontra no domínio dos Estudos do Livro. Entretanto, a experiência de analisar os objetos em foco primeiro através do arquivo digital e apenas posteriormente em pessoa, em coleções especiais, permitiu-me ter uma melhor noção de como a combinação desses diferentes tipos de visualização e manipulação enriquece os resultados da investigação dentro do campo das Humanidades. Finalmente, ponderar sobre a coexistência e a acessibilidade das duas instâncias reforça a contribuição da digitalização na investigação humanística e subscrevem o escrutínio físico das fontes primárias como um requisito analítico essencial para a qualidade na investigação interpretativa.

Palavras-chave: Arquivo digital, Investigação in loco, Fonte primária, Modelo de investigação híbrida.

# Between atoms and bits: combining online and onsite research to broaden analytical insights on humanities

Patrícia Esteves Reina\*

This essay is divided into three moments. The first one compares the experience of the two different instances of research, beginning exclusively with the digital analysis and then changing to the physical examination of the documents<sup>1</sup>. The second moment discusses how both experiences collaborated for an amplified understanding of the studied objects, pointing out some practical examples with figures. The last moment of this essay deliberates about how fundamental it is to encourage and support humanist scholarship that expresses such dual-analysis nature. It aims to advocate discussions and initiatives that consider humanist studies' nature for (a) digitalization projects that

\* Patrícia Esteves Reina (patriciaresteves@gmail.com). Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 3004-530 Coimbra. This essay refers to research endeavors made possible through an FCT Ph.D. Research Studentship, by which I was granted a Fulbright Research Fellowship (with the support of FCT) to go to the U.S. and analyze the documents onsite, in rare and special collections. I would like to thank Johanna Drucker, for kindly authorizing the use of the images presented on this essay, as well as The Poetry Collection of the University Libraries, University at Buffalo, The State University of New York. Texto original: 16-12-2021; Versão revista:11-5-2021; Aceite para publicação: 14-6-2021

<sup>1</sup> The word 'document' sometimes interweaves with the use of the terms 'book' and 'text' in this essay. It occurs because bibliographical studies consider the book in its multiple circumstances of production, such as social, economic, and subjective; not only as an artefact that stands by itself. See Johanna Drucker, "Distributed and Conditional Documents: Conceptualizing Bibliographical Alterities", *Matlit Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura* 2, n.º 1 (2014): 11–29. [https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830\\_2-1\\_1](https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830_2-1_1); and Shelley Jackson, "I Hold It Toward You: A Show of Hands", in *The Bloomsbury Handbook of Electronic Literature*, ed. Joseph Tabbi (London: Bloomsbury Academic, 2017), 13–38, <http://dx.doi.org/10.5040/9781474230285.ch-001>.

make collections more accessible within the virtual sphere and for (b) raising awareness about the geographical displacement demands for the analysis of primary sources in humanist research.

In my case, the very first approach to my objects of the study was solely virtual and remained virtual in the first three years of research. The initial contact with the documents was in the context of a seminar, displayed through *Artists' Books Online* (n.d). This “online repository of facsimiles, metadata, and criticism,” as it defines itself, stands out as an example of a Digital Humanities project which provides more than high-resolution images of the titles it displays, as it supplies any sort of reader (from specialists to curious) with detailed information about the context of production, every sort of influences, book technical features, and more<sup>2</sup>. Artists' books are challenging to find, mainly present in private collections or libraries' special collections due to their limited run and manual approach to bookmaking. The existence of such a digital source was indispensable in the development of my research prospectus. It enabled me to carefully select the works that make up my current *corpus* of analysis and rehearse the methodology approach for the research along with the proposal, making a brief analysis of one of the nineteen elected titles. My experience enlightens the relevance of digitalization for humanist scholarship purposes, as the virtual open access to rare documents and/or special collections disclosures research possibilities which are geographically conditioned at first glance.

In addition, *Artists' Books Online* made it possible to begin the analysis of the books in a virtual context, which allowed the work to advance —particularly with the mobility constraints imposed by the Covid-19 pandemic. However, as the analysis progressed and became more in-depth, many of the physical features that images cannot indicate or suggest through visual means became essential for the research. Sometimes, the technical constraints of the scans can even mislead the

<sup>2</sup> As a Digital Humanities project concerned with transparency in data handling policies and procedures, this repository holds technical information about how codification of the information presented on the site is made. For this matter, see the section “about the project” in [http://artistsbooksonline.org/ab\\_current.html](http://artistsbooksonline.org/ab_current.html).

interpretation of the document in the digital environment, for instance, merging a paper cut boundary into a single surface with the following sheet of paper or deceiving about the level of opacity of the paper. In this sense, the need to pursue a way to continue my analysis through onsite research was increasingly conspicuous. At this point, I could assume the complementary character of analyzing digital surrogates and physical copies of the same documents, but I could not specify the dynamic of such complementarity as a realized further.

Before moving on to the second moment of this exposition, it is worth to recall Matthew Kirschenbaum's distinction between *forensic materiality* and *formal materiality*<sup>3</sup>, which may be useful to a clear understanding and better describe the complementary dynamic between physical and digital copies of the same document as intended here. Kirschenbaum's proposed those terms to dispel premature thoughts about the immateriality of digital media, although this systematization succeeds in analyzing material features in a broaden sense. The *forensic materiality* is related to physical traces which comprise "the principle of individualization (basic to modern forensic science and criminalistics), the idea that no two things in the physical world are ever exactly alike", while the formal materiality is used to "capture the multiple behaviors and states" as well as "the relational attitudes" of materialized objects —or as Drucker well summarized, "the codes and structures of human expression"<sup>4</sup> (2013 : 4). Later, Drucker uses Kirschenbaum's basic dimensions of materiality to think about what she calls *performative materiality*, which avoid any ontological definition to these dimensions, suggesting the perception of material dimensions within the circumstances: "What something is has to be understood in terms of what it does." Taking into consideration Kirschenbaum's distinctions updated by Drucker, on this matter, may clarify the nature of the contribution in the following examples.

3 Matthew Kirschenbaum, *Mechanisms: new media and the forensic imagination* (Cambridge: MIT Press, 2008)

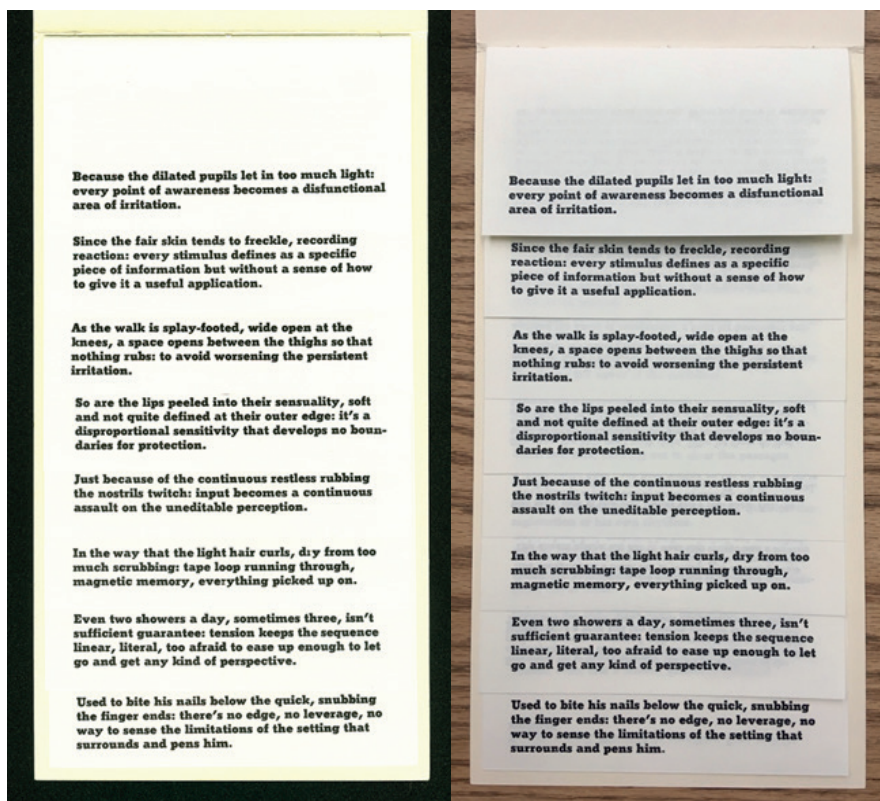
4 See Johanna Drucker, «Performative Materiality and Theoretical Approaches to Interface», *Digital Humanities Quarterly* 7, n.º 1 (2013): 4, <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/7/1/000143/000143.html>.

The second part of this essay discusses how the experience of the physical analysis of the document emphasized the value of the hybrid approach to humanist research. My personal experience concerning onsite analysis took place at the Poetry Collection, a well-known special collection that is part of the University at Buffalo Libraries, in the U.S. This library has a significant number of first editions titles in poetry and many other rarities in the Literary scene—including the famous James Joyce Collection. The collection holds fifteen out of the nineteen titles that make up my *corpus* and other titles by the same author. The experience of handling and manipulating a major part of the documents I have previously (and primarily) seen digitally had a critical impact on my research, boosting annotations about comparative reading between the two material instances—virtual and physical. Some of the titles under consideration have a closed format bigger than any screen interface used to see them, while unusual page workings obtained through unique binding techniques remained almost invisible until the first haptic experience. In contrast, some of the text features clearly noticeable in on-screen readings were difficult to notice when turning the pages and seeing them as opening instead of scrolling thumbnails. The further examples better illustrate how each material instance contributes to perceiving the document not only through its semantic features but as the result of its own circumstances involved in the production, concerning the appeal of its historicity inscribed in its material features—either forensic, formal or performative.

Three comparisons are used to depict specifically what was generically exposed at the first part of this essay. The first one is a striking example of how inquiring through online surrogates does not rescind the demand for onsite research. Moreover, it shows that analyzing documents onsite is beyond the forensic nature of the inquiry, including research situations directly related to the formal aspects of materiality, such as the binding structures, for instance. As Figure 1 shows, the title *'S crap 'S ample* (1980) has a unique page format whose appearance is undermined using scanning. In the case of this specific book, the material analysis of the document is misled by the visual effect, that

is, the loss or weakening of a conspicuous feature when handling the copy. *Narratology* (1994), another book in which some page also cuts partially overlap the text, was digitalized with the assistance of a document camera instead of a flatbed scanner, as we can see in Figure 2, providing a better result in showing the page dynamics.

Figure 1



Both images are the same opening in 'S'crap 'S' ample (1980). The image on the left was retrieved from *Artists' Books Online* (n.d), and the right one was made with a personal camera while analyzing the book onsite at the University at Buffalo (UB). One can notice how the choice of the flatbed scan method made the separation between the pages invisible.

Figure 2

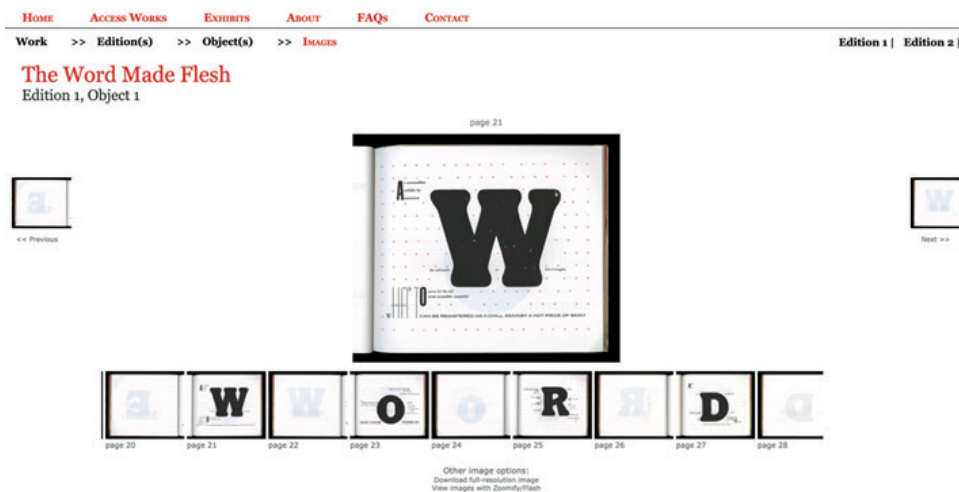


Both images are from *Artists' Books Online* (n.d.). Contrasting with *'S crap 'S ample* (1980), *Narratology* (1994) was photographed instead of scanned. This technical decision made the limits of the page cuts recognizable as an addition to the digital experience of reading this document.

The second comparison shows how the digitalization of documents can emphasize some visible particularities by resizing and/or transforming the sequence page arrangement in order to allow or improve online navigability, which poses the performative nature of digital materiality. In *Artists' Books Online* (n.d), two notable cases comprise such effect. The titles *The Word Made Flesh* (1989) and *Through Light and the Alphabet* (1986), respectively depicted in Figures 3 and 4, have word-formation between their openings. The display model sequences the opening in the digital format, making the sentence more visible to the reader. In this case, the digitalization intensifies this given aspect to the reader, although any attentive reader would pursue the typographical cues (big type sizes) while reading the text in physical copy.

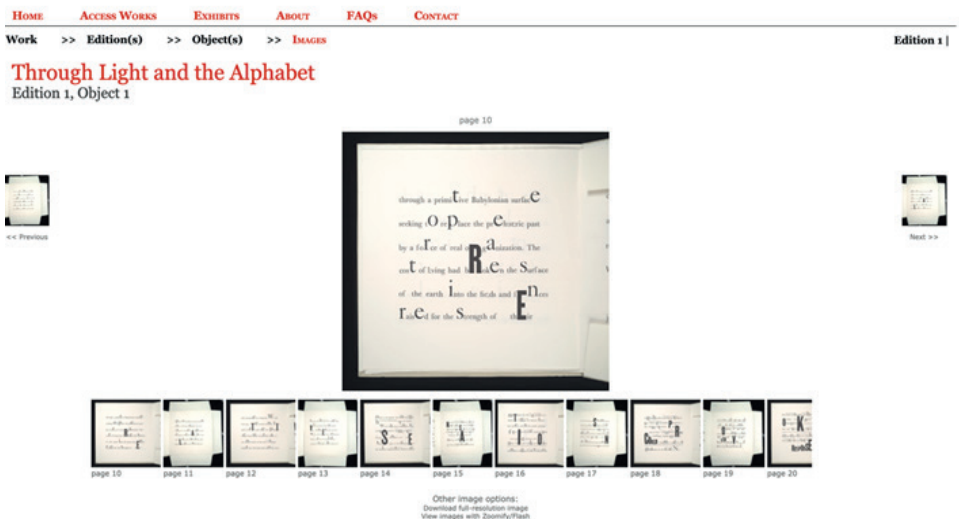


Figure 3



In this screenshot, retrieved from *Artists' Books Online* (n.d.), the title *The Word Made Flesh* (1989) has its openings displayed in sequence, making evident for the reader the formation of 'WORD.'

Figure 4



The 'images' section of *Through Light and the Alphabet* (1986), on *Artists' Books Online* (n.d.), displays the linear disposition of the thumbnails of the pages, which makes the sentence written through the openings easily seen: "relative sensation could provoke response."

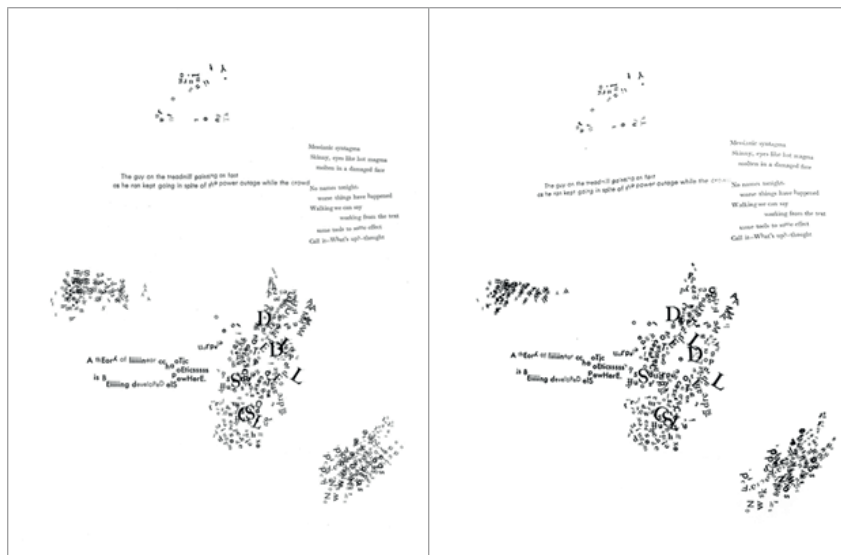


The last example is the most expressive in terms of collaboration between digital and physical documents: the use of the digital archive as a comparative tool between two or more different copies of the same document. As happens with many unique materials, sometimes a particular document has just a few copies left, making its singularity a matter of its scarcity. Artists' books, as said before, have a limited run, and it is rare to find more than one copy of the same book in the same library collection for comparative purposes. Digital images from a selected specimen permit comparative analysis between other physical specimens—and even digital ones. Because of the nature of my research, I often used the online repository to make comparisons and find granular information about the production that was not described<sup>5</sup>. The title *Stochastic Poetics* (2012) is an excellent example in this matter. Drucker letterpress-printed the same elements in slightly different arrangements, so the same page in each book looks almost the same but displays many printing idiosyncrasies. This process transforms what we ontologically could identify as formal materiality into a forensic trace, used to strongly suggest the performative behavior of these dimensions. Because of that, the analysis of this title requires comparison between copies because its production features evidently interweave the ideas of process and product. In this sense, having the second digital edition of the work, which is a facsimile from the copy 22/39 released in 2013, available as part of the Visual Poetry /ubu Editions<sup>6</sup> through the UbuWeb repository was convenient when I had the opportunity to research onsite this specific title. The Poetry Collection at UB holds copy 8, and I could immediately compare it with copy 22 (digital) to analyze the visual effects of the most noticeable printing idiosyncrasies, as depicted below.

5 For instance, in *Stochastic Poetics* (2012) it is possible to know which elements on the page belongs to each print run, by comparing copies to see each group of elements is stable and each one is not.

6 See <https://www.ubu.com/vp/index.html>.

Figure 5



On the left, one page was retrieved from the online second edition (facsimile of copy 22), and on the right, the same page on the copy 8 (first edition, physical document, from UB). By comparing these two copies, one can see the different movements of the text highlighted in light yellow. Please, consider that the image on the right was edited from photography to be high-contrast black and white, while the left is a scan.

Based on personal observations and examples brought until this third moment, I would like to discuss how combining digital and on-site as primary source resources can improve the analytical outcomes of humanist scholarship. As an interdisciplinary field par excellence, Book Studies brings to the realm of History and Literature scholarships many considerations about the specificity of the medium and deep concern in understanding and clarifying processes of production and reception within the studied objects. Such aspects are expressed within both the theoretical structure and methodological structure of works in this domain, which is why it is helpful to consider some of the self-reflexive theoretical endeavors of such domain for making reliable the interpretative nature of humanist studies.

The so-called ‘material turn’ in Literary criticism encompasses that the visual aspects appreciated within the process of reading take

part in interpretation<sup>7</sup>. In this sense, analyzing texts entails a historiographic observation of such documents since the idea of the text *qua* text is shattered by such an approach. The text cannot be seen anymore as synonymous of ‘content,’ apart from its non-semantic aspects, such as the material cues of its own historicity, inscribing in the context of its production in the particularities of its background, in the past and present, as a document to be preserved. This vision exposes the problem of document authenticity in thinking about which are the ‘real’ primary sources on humanist research and how Digital Humanities scholarship can acquaint such ‘material turn’ as a counterpart of its endeavors, not as a conflicting outcome.

The fact that a given document is available both physically (in its single specimen or in distributed, multiple ones) and digitally introduces the medium specificities as a concern in analyzing these instances. It also opens the discussions about media migration to the realm of the interface, highlighting particularities and the perceptual adaptation it requires from the reader, which broadens the classical scope of the discussion focused on text and its layout modification (intramedia aspect), the text and its apparatus modification (intermedia aspect), and the text as the holistic sum of its distinct parts distributed in various appearances/appliances (transmedia aspect)<sup>8</sup>. What is the relation between the physical document and its photography or scan, digitally available in a virtual repository? Are they intramedial or intermedial correspondents? They have the same layout within the document and its digital surrogate, but the digital interface addresses medial specificities in how the interface engages the reader with its digital version, shifting the perceptual approach in reception. The digital manipulation of a document can include close-ups and zooms-out in a way the human eye cannot afford by itself. Also, there is the possibility of dissecting a document without any damage to its integrity and interacting with the document’s structure, for instance, visualizing simultaneously what is

7 See Jan Baetens, «Visual-Verbal Materiality», *Comparative Literature* 70, n.º 3 (2018): 357–68, <https://doi.org/10.1215/00104124-6991755>.

8 See Baetens, «Visual-Verbal».

just possible to experience physically in sequence, as Figures 4 and 5 depict. Not to mention the possibility of cross-referencing and searching for words using OCR<sup>9</sup> technology, useful for document comparisons. As already known, these additions may increase the number of documents that make up a *corpus* of analysis and the deepness in which each document is observed.

The virtue of document analysis that conveys such a dual approach to primary sources is that the distinct interfaces, that is, the interface of the document itself and the interface of its second-level mediation in the virtual world, propel distinct perception of the same studied object, prompting new assumptions about the hypothesis posed in the prospectus. It elucidates the subject(s) researcher(s) about the process of researching itself, highlighting the idiosyncratic aspects of scientific observation due to the interpretational contrasts between distinct instances of contact with the same object(s), which enriches epistemological aspects of the humanist methodology.

It is worth emphasizing that, in the present scenario of global complexity, boosted due to the Covid-19 worldwide health crisis, the contribution of documents made accessible through digital means is invaluable. Digital repositories may constitute a cornerstone to equalize opportunity among researchers elsewhere in their object studies origin. Martha Nussbaum<sup>10</sup> reviews and extends the “Capabilities Approach,” initially outlined by Amartya Sen, pointing out the view of “each person as an end, asking not just about the total or average well-being but about the opportunities available to each person,” which means “substantial freedoms, which people then may or may not exercise in action.”

Considering the impact of computational ubiquity in intensifying Positivist and Empiric bias on Social and Humanistic Sciences, it is relevant to boost Humanist scholarship in its hybrid model as a stim-

9 Which stands for ‘Optical Character Recognition.’

10 Martha Nussbaum, *Creating Capabilities* (Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011).

ulus to critical thinking and cooperation among countries through the international collaboration within institutions worldwide, enhancing the range of opportunities available to each humanist researcher. The “Lisbon Declaration on Humanities, Open Research and Innovation”<sup>11</sup>—resulted from a collectively formulated report<sup>12</sup> made by the ‘Youth Forum on the Future of Humanities’ under the scope of the ‘European Humanities Conference,’ which took place in Lisbon in May 2021— offers guidelines for promoting Humanities as the support for access and diversity within the process of knowledge production, divulgation, and usage. The Lisbon Declaration features the “concern that the humanities often lack, in higher education and research systems, the resources and recognition necessary for their full potential to be captured.” As a call to action, the text recommends to “*Encourage* humanities scholars to engage actively in research, education and innovation [...], contributing to new modes of knowledge production and diffusion, together with innovative concepts and understandings of evidence” and to “*Request* research and higher education institutions and employers to actively promote **mobility of students and researchers in the humanities**, across geographic borders and disciplinary fields”<sup>13</sup>.

The awareness of such questions among the European Humanists indicates that efforts must be taken in order to guarantee sounder strategies/actions for sustainable development of Humanist scholarship in the quickly evolving technological scenario, achieved by interweaving and balancing hybrid research solutions with worldwide institutional alignment.

This essay, as stated before, is a personal contribution to this broad discussion, as my subjective experience can evolve to the partial contribution for a research model for further humanist research. There is no gain in positioning preferentially towards only one of these anal-

<sup>11</sup> The whole declaration can be found at <https://europeanhumanities2021.pt/lisbon-declaration/>.

<sup>12</sup> Find the report in <https://europeanhumanities2021.pt/youth-forum-report-humanities-for-the-future/>.

<sup>13</sup> *Lisbon Declaration on Humanities, Open Research, and Innovation*. 2021, 3, <https://europeanhumanities2021.pt/lisbon-declaration/>, original emphasis.

ysis options (when both are possible). It may jeopardize the impact of the outcome of any humanist research, either by the prejudice of engaging with the digital humanities and its new technological tools through the circumscription of documental research to the physical universe or by the loss of material factors indispensable for document interpretation. The latter is substantial for recognizing the situational and historiographical aspects of the objects of study within humanistic research.

## REFERENCES

- Artists' Books Online*. <http://artistsbooksonline.org/>.
- Baetens, Jan. «Visual-Verbal Materiality». *Comparative Literature* 70, n.º 3 (2018): 357–68. <https://doi.org/10.1215/00104124-6991755>.
- Drucker, Johanna. «Performative Materiality and Theoretical Approaches to Interface». *Digital Humanities Quarterly* 7, n.º 1 (2013). <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/7/1/000143/000143.html>.
- Drucker, Johanna. «Distributed and Conditional Documents: Conceptualizing Bibliographical Alterities». *Matlit Revista do Programa de Doutorado em Materialidades da Literatura* 2, n.º 1 (2014): 11–29. [https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830\\_2-1\\_1](https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830_2-1_1).
- Jackson, Shelley. “I Hold It Toward You: A Show of Hands”. In *The Bloomsbury Handbook of Electronic Literature*, edited by Joseph Tabbi, 13–38. London: Bloomsbury Academic, 2017. <http://dx.doi.org/10.5040/9781474230285.ch-001>.
- Kirschenbaum, Matthew G. *Mechanisms: new media and the forensic imagination*. Cambridge: MIT Press, 2008.
- Lisbon Declaration on Humanities, Open Research, and Innovation*. 2021. Lisbon. <https://europeanhumanities2021.pt/lisbon-declaration/>.
- Nussbaum, Martha. *Creating Capabilities*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011.

**Referência para citação:**


Reina, Patrícia Esteves. “Between atoms and bits: combining online and onsite research to broaden analytical insights on humanities”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 169–183.





## *Revistas de Ideias e Cultura:* entrevista ao professor Luís Andrade

Por Joana Malta

Como parte do número especial da *Práticas da História* intitulado “ Digital Humanities in the Theory and Practice of History”, o professor Daniel Alves desafiou-nos a entrevistar o professor Luís Andrade, diretor do programa Revistas de Ideias e Cultura (RIC), do qual o Portal RIC ([www.ric.slhi.pt](http://www.ric.slhi.pt)) é o resultado mais notável. O professor Luís Andrade é ainda coordenador do Seminário Livre de História das Ideias e do Grupo de Investigação Pensamento Moderno e Contemporâneo do CHAM – Centro de Humanidades. Foi ainda professor do Departamento de Filosofia (FCSH-UNL).

**Joana Malta:** O projeto RIC tem quase duas décadas. Como é que se iniciou este percurso?

**Luís Manuel Crespo de Andrade:** O portal Revista de Ideias e Cultura tem o Seminário Livre de História das Ideias como autor coletivo. O Seminário iniciou-se no início dos anos 90, e é constituído por alunos que tinham concluído o mestrado em História Cultural e Política e que cultivavam o debate académico e de ideias entre si. Foi nesse quadro que no final, na passagem do século, dedicámos um ano ao estudo do *Affaire Dreyfus* e da sua presença ou repercussão em Por-

\* Joana Malta ([joanamalta@fcsch.unl.pt](mailto:joanamalta@fcsch.unl.pt)), CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

tugal. Dos intelectuais, transitámos para a história das revistas, porque as revistas foram exactamente um lugar por excelência em que os intelectuais dos mais variados tipos acabaram por se agrupar e constituir a sua própria identidade, no conjunto das publicações que fizeram, até se formar uma espécie de ágora nacional em que as grandes doutrinas, as grandes correntes de sensibilidade, os grandes combates cívicos, tiveram os seus órgãos. Foi esse trânsito do *Affaire Dreyfus* para o lugar das revistas que esteve fundamentalmente presente. Por isso mesmo, no início do presente século, fizemos um ciclo de conferências na FCSH sobre as principais correntes de pensamento e de sensibilidade e a sua relação com as revistas durante a Primeira República. Contámos com conferências de José-Augusto França, de Eduardo Lourenço, de José Augusto Seabra, de Manuel Braga da Cruz, de António Reis, de João Freire, entre outros, que publicámos depois num livro intitulado *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Português Contemporâneo*. A partir daí, o grupo que tinha sido fundamentalmente um seminário, um lugar de debate coletivo, passou a ser também um grupo de investigação, e pensámos dedicar-nos ao estudo dessas várias correntes de pensamento que marcaram o século XX, a partir das revistas que tinham sido os seus órgãos. Por isso mesmo, dividimo-nos tematicamente. Uns ficaram responsáveis pela *Águia* e pela Renascença Portuguesa, outros ficaram pelas revistas modernistas, outros ficaram responsáveis pelas revistas integralistas, enfim, pelas variadas correntes de pensamento que marcaram o século. Tudo isso aconteceu simultaneamente à emergência do digital neste âmbito. Fizemos uma espécie de associação, havendo interesses convergentes com a Fundação Mário Soares, que já se tinha distinguido no domínio dos arquivos digitais, nomeadamente através do doutor Alfredo Caldeira, que estava a preparar a Casa Comum, e com a Biblioteca Nacional. Fizemos essa parceria e, a partir daí, fomos apurando e definindo a nossa metodologia. Primeiro, deu lugar a dois *websites* na Biblioteca Nacional Digital. Depois editámos três DVD conjuntamente com a Fundação Mário Soares, e finalmente verificámos que a solução teria de ser outra. Acabámos por apontar para a construção de um portal em que cada uma das revistas

que estudámos tivesse o seu *website*. É por isso que, neste momento, temos o portal com mais de trinta revistas publicadas, com as coleções completas – que não existem, em muitos dos casos, nas próprias instituições de referência –, com o mapeamento do conjunto da informação contida nessas mesmas revistas, e com todo um aparato académico e técnico, particularmente elaborado, que fomos construindo e apurando ao longo dos anos.

**JM:** Porquê as revistas de ideias e cultura como objeto?

**LMCA:** Porque a cultura portuguesa, e genericamente europeia e americana, a partir do século XX, até à afirmação com muita força do audiovisual, foi uma cultura fundamentalmente feita em revistas. Isso em Portugal é particularmente visível. Basta pensar, por exemplo, que Fernando Pessoa só publicou um livro, no ano da sua morte, mas dirigiu e escreveu muitas revistas, ou que António Sérgio escreveu centenas e centenas de artigos, alguns dos quais foram desenvolvidos e convertidos nos Ensaios. Todas as grandes figuras de cultura, de alguma forma, dirigiram revistas, escreveram abundantemente nelas, e muitos dos livros que publicaram são exactamente reuniões de dispersos que tinham sido inicialmente dados à estampa nas revistas. Às vezes, há uma dificuldade na compreensão histórica que resulta de se compreender bem o que é anacrónico de um ponto de vista de um conceito, ou de uma tese, e tem-se dificuldade em compreender como é que o ambiente de uma determinada época se estruturava. Um bocado como não se consegue compreender, olhando para uma cidade, a rede de electricidade, mas é esta rede que dá realidade à cidade. Há questões estruturais, de contexto, de fundo sociológico, digamos assim, de sociologia da cultura, de sociologia política, que é absolutamente necessário compreender para se ter uma percepção minimamente rigorosa do que é uma revista, e de qual é o lugar de uma revista, ou do conjunto das revistas, ou do conjunto da imprensa. Basta, por exemplo, pensarmos que as revistas ilustradas foram o lugar onde as pessoas, de um modo geral, passaram

a conhecer o mundo. Não é que não houvesse gravuras nas revistas antigas, mas a revista ilustrada dava-nos a conquista dos Himalaias, ou dava-nos a chegada ao Ártico, ou dava-nos a morte do rei, ou dava-nos a coroa ali ou acolá, os povos do mundo, as mais variadas coisas sob a forma de imagem. O que é sempre fundamental nessas revistas é esta relação entre o texto e a imagem. Não é possível compreendermos a difusão de uma atitude cultural cosmopolita se não entendemos o lugar que a revista tinha. Simultaneamente, as revistas são lugares de profunda sedução, porque são coisas leves, compostas de materiais muito diferentes uns dos outros, onde a imagem e o texto correm a par, onde os melhores ilustradores se dão a conhecer, e há sempre uma vertente simultaneamente artística, literária. É preciso compreender esse mundo da imprensa cultural para podermos apreender o sentido da importância das revistas de ideias e cultura. As revistas, elas próprias, inventaram públicos, porque uma das suas características frequentes é o facto de serem dirigidas a públicos específicos, que no fundo são comunidades criadas tendo os mais variados assuntos: as revistas femininas, as revistas de juventude, as revistas de cinema, de teatro, de arqueologia, tecnologia, etc. A comunidade é criada, em certo sentido, em torno da revista, como aliás ainda hoje acontece com as revistas científicas que são as referências fundamentais das comunidades científicas respectivas. Publicar aqui ou publicar ali é sempre procurar o sítio onde a comunidade se encontra e tem as suas referências. Por outro lado, num contexto destes, aquilo que qualquer grupo de homens de letras e intelectuais, pessoas com vontade de estar presente na sociedade, pretendia, era, naturalmente, dar-se a conhecer e existir através de uma revista. E mais ainda, a própria identidade de cada um, em grande medida, é uma identidade criada por via da revista. Nós dizemos que “os *seareiros*”, o grupo fundador da *Seara Nova*, constituiu-se como uma espécie de corpo doutrinário exactamente nesse sentido, assim como dizemos “os *presencistas*”, ou como dizemos “os do *Orpheu*”, ou “os da *Nação Portuguesa*”. No fundo, a identidade é dada na inter-relação que estes intelectuais estabelecem uns com os outros, centrada na revista, de alguma forma de um modo particularmente dinâmico, porque as revistas

fazem simultaneamente qualquer coisa de muito particular e difícil, que é o serem capazes de reunir o pensamento e a atualidade. Trata-se de intervir no momento, de decifrar o correr dos tempos, e de ser capaz de lhes apontar sentidos. O que significa, genericamente, que as revistas, especialmente aquelas que foram particularmente longas, são uma espécie de filmes do tempo, porque a cadência faz com que cada uma das edições, semanal ou quinzenal, fosse uma espécie de fotograma. Não só vemos o pensamento do grupo que o dirige como vemos o pensamento do grupo que o dirige em movimento, como ele vai transitando ao longo dos tempos e, em alguns casos, metamorfoseando-se, com as suas dissidências, com as suas entradas, com os seus ciclos... Simultaneamente, as revistas criam públicos fiéis, exactamente por via da periodicidade. Por um lado, porque as assinaturas eram sempre a forma mais segura de dar estabilidade financeira a uma revista. Mas por outro lado, porque as pessoas vão ler as revistas da sua preferência, e qualquer pessoa culta ou de um certo estrato social, e mesmo também popular – porque sempre houve revistas para todos os preços –, colecionava as suas revistas, os seus títulos, e sentia-se de alguma forma identificada com esse tipo de pensamento. Isso significa que as revistas criam correntes de pensamento, que existem exactamente nessa relação dinâmica, dialéctica, de umas com as outras, o que aliás explica as polémicas, bem como todo um mundo que é feito não só de intelectuais mas também de publicistas. Pelo que escolher as revistas é, naturalmente, escolher aquilo que é a matéria mais substantiva da história cultural portuguesa. É possível fazer a história cultural portuguesa do século XX lendo unicamente revistas, e não é possível fazê-la omitindo o essencial dessas mesmas revistas. Qual é o problema? Porque é que dizemos, inclusivamente, que se sabe pouco sobre a história cultural portuguesa do século XX? Em grande medida, porque as revistas são fontes difíceis. A *Seara Nova*, na primeira série, tem 1604 números, tem mais de dois milhares de autores presentes, e, nesse aspeto, tem autores que escrevem duas ou três centenas de artigos. Obviamente, apreender estas fontes é qualquer coisa de particularmente complexo e difícil, porque os artigos são citados de uma forma muito fragmentada, isolando uma frase, isolando um

artigo, uma polémica. A sua compreensão, e apreensão, no seu todo, torna-se particularmente difícil. Ora, nós escolhemos as revistas que têm este significado, e acabámos também por escolher a possibilidade de se fazer uma história cultural, política e cívica diferente, através do nosso portal.

**JM:** Editam digitalmente revistas de ideias e cultura. Que soluções é que o projeto encontrou para tratar e editar estas fontes, de dimensão tão grande?

**LMCA:** Bem, diria que se conjugam diferentes critérios. O primeiro critério é um critério de historiografia cultural, ou das ideias, que tem que ver com a seleção dos títulos que fomos editando. Como acabei de dizer, o universo das revistas é muito extenso, e seria impensável pretendermos fazer uma espécie de apreensão geral de tudo o que foi publicado. Mas há um fator que, do ponto de vista historiográfico, facilita as coisas, que é o de se ter vivido, ao longo do século XX, até aos anos 90, ao pós-modernismo, digamos assim, todo um período em que o combate de ideias foi muito vivo e se atribuía grande valor às ideias... como guia da ação pessoal e como fator de transformação social e cultural. Essa vivacidade fez com que o debate se tivesse centrado em torno de movimentos que tinham uma identidade forte. Isto é, o primeiro critério que utilizámos do ponto de vista da escolha das revistas foi o de identificar as grandes correntes de pensamento que se tinham confrontado ao longo do século XX. Por exemplo, fizemos o conjunto das revistas da Renascença Portuguesa, *A Águia*, a *Vida Portuguesa*, a *Princípio* e por aí fora, porque é o maior movimento cultural, teve centenas de intelectuais, universidades populares etc., de matriz republicana, entre 1910 e 1932. Obviamente, nessa altura, também era relevante considerar as revistas modernistas, e por isso mesmo tratámos, praticamente, todas as revistas modernistas daquilo que às vezes se chama o primeiro modernismo, ou seja, a *Orpheu*, a *Portugal Futurista*, a *Centauro*, a *Exílio*, a *Contemporânea*, a *Athena*, nomeadamente as revistas onde

a presença de Fernando Pessoa foi particularmente significativa. São também muito relevantes as revistas anarquistas e anarcossindicalistas, de que temos as quatro principais também reproduzidas. Mas também há as revistas feministas, ou, noutra dimensão, as revistas de arquitetura que são riquíssimas, exactamente nessa altura. Há revistas que só por si são um movimento, como o caso da *Seara Nova*. Isso permite ter um critério historiográfico inequívoco que, à luz do saber constituído, é bastante sólido, e permite tratar esses grandes títulos. O segundo critério que utilizámos para desenvolver o projeto é um critério que tem que ver com o mapeamento da informação contida nas revistas. Uma vez escolhidas as revistas, como é que vamos abordar o seu conteúdo? Aí, seguimos critérios de biblioteconomia. Não fazia sentido criarmos uma forma de mapear que não fosse assente em modelos consolidados e correntes no domínio da biblioteconomia, nomeadamente, na produção dos analíticos à luz do campo 600 do UNIMARC. O que significa que todas as peças publicadas nas revistas, pequenas ou grandes, de ilustração ou de texto, têm um analítico respetivo, que está integrado numa base de dados, onde registamos os autores singulares, os autores coletivos, os conceitos, os assuntos, os nomes singulares citados, os nomes coletivos citados, as obras citadas e os nomes geográficos. Pela nossa experiência, supomos que esses oito itens tratam de toda a informação mais relevante que qualquer revista tenha. Nesse aspeto, fazem um mapeamento exaustivo, com alguma economia de meios, isto é, com itens bem definidos. Um mapeamento assim feito permite-nos fazer índices de pesquisa conformes. Aquilo que aqui pode ser um pouco diferente do que seria mais corrente é o facto de não usarmos palavras-chave, mas conceitos e assuntos. Para isso, construímos um *thesaurus*, que serve de referência geral, e ambicionamos um dia fazer *thesauri* específicos para as revistas de cada um dos movimentos que estudamos. É um instrumento absolutamente fundamental para se evitar o anacronismo e todos os defeitos que daí decorrem. O terceiro referente é um referente, naturalmente, de informática. Construímos aplicações e um modelo para o registo, que é feito *online* em qualquer sítio do mundo. Logo na primeira revista que publicámos, a *Atlântida*, a base de dados

foi feita pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com registo à distância. Também criámos um modelo editorial, propriamente dito, que tem muitas particularidades. Obviamente, há muitos critérios que seria descabido agora considerar um por um, mas este modelo editorial procura reproduzir o ambiente das revistas, não sendo mimético. Quem circula no *website*, fá-lo não como se estivesse num arquivo com alíneas, mas praticamente como se estivesse numa revista, o que lhe confere, digamos, uma graciosidade própria.

**JM:** Algumas das propostas de enquadramento do que hoje cabe sob o chapéu das Humanidades Digitais passam pela defesa do livre acesso a fontes, a dados e a código. Qual é a posição do RIC em relação a este aspeto?

**LMCA:** O nosso assunto, em grande medida, é o de proporcionar o acesso aberto a fontes primordiais da cultura portuguesa, no estado da arte das Humanidades Digitais. O acesso universal a essas fontes primordiais, só por si, altera as condições de investigação da cultura portuguesa do século XX. Se pensarmos que a isso adicionámos o mapeamento sistemático da informação e a possibilidade de a consultar em pesquisa simples, ou em pesquisa avançada, com outras modalidades que queremos também tornar disponíveis, isso só por si cria condições totalmente diferentes não só de acesso, mas de abordagem. Sendo que também acrescentámos a tudo isso um conjunto de estudos, de documentos, de testemunhos, até de dados estatísticos que completam os *sites*, e que no fundo constituem dossiers documentais fundamentais. Ora, isto é muito mais do que acesso aberto. Não é simplesmente pôr lá a fonte. Se nós colocássemos lá a fonte, fazíamos um trabalho, em certo sentido, à luz dos padrões editoriais, relativamente indigente. Não é que não fosse relevante, mas seria um trabalho muito incipiente, relativamente àquilo que é a obrigação de um programa como o que desenvolvemos. O nosso critério é o de fornecer o acesso segundo o nosso padrão de edição. Esse padrão de edição pode parecer, em cer-



to sentido, restritivo. Por exemplo, não usar a palavra-chave ou, por enquanto, não facultarmos o OCR. Mas permite de facto um mapeamento sistemático da informação, evitando, inclusivamente, em muitos casos, situações de leitura precipitada e equívoca. A nossa perspetiva é a de dar a consistência científica e técnica necessária à base de dados, para ela ser interrogável e para ela responder. É muito mais do que a procura sincrética de nomes ou de palavras. O esforço que vamos fazer a seguir é o de desenvolver ferramentas que possibilitem colocar mais perguntas e obter mais respostas. Um exemplo muito simples: pois bem, há trezentos e tal artigos de [António] Sérgio publicados. Como é que se distribuem pelos anos? Como é que se cruzam com as referências que foram fundamentais e que ele cita em cada uma das suas épocas? Ora, alguns desses instrumentos já podem ser utilizados. É possível, por conseguinte, trabalhar e fornecer ferramentas que têm muitas modalidades diferentes de se concretizar, e é exactamente isso que pretendemos desenvolver.

**JM:** Uma questão recorrente, e que já respondeste parcialmente agora, que me foi colocada por várias pessoas a quem apresentei parte da minha tese, passa pelas opções metodológicas adotadas desde cedo pelo grupo de trabalho, nomeadamente o método para a recolha e indexação de oito índices que caracteriza cada artigo. Já falaste um pouco do processo, podes falar um pouco dos motivos subjacentes à vossa recolha? Disseste, ainda agora, que por enquanto não usam OCR. O que é que isto significa no contexto de todo este trabalho?

**LMCA:** A base da nossa metodologia é de fundo analítico. Quer dizer, nós supomos, como na segunda regra do método cartesiano, que primeiro é necessário decompor artigo a artigo, peça a peça, identificar autores, conceitos, assuntos, lugares geográficos, e que só o mapeamento sistemático, só uma análise analítica e sistemática dos conteúdos é que nos vai colocar em situações de podermos fazer sínteses que sejam consistentes e que sejam rigorosas. Isto é o contrário do que é normal,

ou do que é mais corrente, pelo menos, do ponto de vista de que o nosso projeto não é um projeto de agregar informação. Nós agregamos a informação depois de termos considerado isoladamente cada um dos itens, que são os itens que correspondem exactamente aos analíticos do UNIMARC, não é uma invenção nossa. Escolhemos entre os itens, mas não os inventámos. Suponho que é a única forma de facultar as fontes, em termos absolutamente rigorosos, a quem as vier consultar. Tem implícito todos os instrumentos necessários para se fazerem sobre cada revista, ou sobre cada conjunto de revistas, os índices, consultados de uma forma agregada ou separada, por movimento, ou no seu conjunto, ou no conjunto das relações que se quer estabelecer. Isto significa que há implícitos os materiais necessários para quatro dicionários: o dicionário de autores, o dicionário de conceitos, o dicionário de assuntos, e o dicionário de receção do ponto de vista dos autores e das obras citadas. Trata-se de um tipo de material que está feito com todo o rigor possível e que, obviamente, é completamente diferente de pesquisa por OCR, ou por qualquer outro modelo desse tipo, que nunca teria esse género de rigor. Basta que seja citado “o autor de *Os Lusíadas*” para se perder a palavra Camões. No fundo, há aqui um trabalho massivo de construção das bases de dados, que é um trabalho muito aturado, e muito complexo, mas que é recompensador, porque é a única forma de se ter uma reprodução da fonte que, de facto, nos dá o retrato e o registo do conjunto dos seus conteúdos. Por outro lado, os OCR, por mais aperfeiçoados que sejam, têm uma margem de erro muito grande.

**JM:** Por fim, será brevemente disponibilizado um novo portal, o RIC Brasil, onde vai ser editado...

**LMCA:** Mas deixa-me dizer uma coisa para ir atrás, que é o seguinte: a consulta pelas bases de dados e pelos índices, associada às modalidades de pesquisa existentes e que não de existir, altera substantivamente a condição do leitor. Até porque transita-se directamente das bases de dados para os artigos. Temos observado nos últimos tempos um incre-

mento de estudos, nomeadamente estudos monográficos, que só são possíveis por esta via que recorre às ferramentas que nós criámos. Por exemplo, no centenário da *Seara Nova* houve um conjunto grande de artigos [escritos a este propósito] onde, manifestamente, [foi] o trabalho que está previamente feito de indexação que [serviu de] base ao respetivo artigo. Trata-se de uma forma de analisar e de pensar as fontes que em si mesma é historiografia; ou seja, não é simplesmente uma reprodução ou uma indexação, é uma reprodução e uma indexação que simultaneamente, pelo conjunto de materiais que produz, desde relacionar os pseudónimos com os ortónimos, até os *thesauri* que tem por detrás, até a classificação dos assuntos, até os vocabulários fechados que usa, incorpora em si um trabalho historiográfico aturado. Não é simplesmente reproduzir originais, não é um trabalho de fotocópia ou de construção de índices, é um trabalho bastante mais elaborado que é disponibilizado e que possibilita ao leitor ter um diálogo com a fonte que de outra forma não existiria. No fundo, o que existe aqui é a construção de um novo paradigma da história cultural, onde o leitor tem a possibilidade de navegar na fonte, de a interrogar, e tem as ferramentas que lhe permitem não simplesmente seguir um fio condutor de interpretação, mas fazer o seu próprio caminho nos mais variados domínios. Confere-se um poder, uma capacidade e uma destreza ao leitor da revista que nunca teria em outras circunstâncias.

**JM:** Retomando a pergunta que ia colocar, vai sair brevemente um novo portal do RIC, o RIC Brasil, onde vai ser editado um conjunto de revistas brasileiras. Este portal pode ser o início de uma nova etapa do projeto, com maior internacionalização. Pergunto: o que é que se espera, a partir daqui, do projeto RIC?

**LMCA:** O RIC não é bem um projeto, é um programa, é um programa em execução. O nosso objectivo final é fazer qualquer coisa como o mapeamento da cultura portuguesa contemporânea nas suas 150 revistas mais relevantes. O nosso programa tem tido um acolhimento muito

positivo. Nós, neste momento, temos mais de 80 000 utilizadores desde 2015, numa taxa anual que, ininterruptamente, vai crescendo de forma muito sustentada, mais de 20% dos quais fora de Portugal, e dois milhões de páginas consultadas. Significa, genericamente, que pensamos não ter errado no nosso modo de construir as coisas, se pensarmos que os resultados é que nos podem dar o retorno das hipóteses que colocamos e dos objetivos que temos. Isto reflete-se também na capacidade que o programa tem de atrair investigadores. O programa tem uma equipa-base, que eu dirijo, que tem um editor executivo, Pedro Lisboa, que tem uma documentalista, Joana Lima, que tem um informático facultado pela Fundação Mário Soares, que é parceira permanente, Hugo Guerreiro, que tem uma *web designer*, Isabel Sampaio Soares, que te tem a ti no que diz respeito às questões da estatística e do desenvolvimento no domínio das Humanidades Digitais. Isto é como se fosse uma pequena equipa editorial porque, por outro lado, há os membros do Seminário Livre de História das Ideias que escolhem revistas dos seus interesses e que, obviamente, vão construindo a base de dados, e vão sendo os editores e os curadores de cada uma das revistas no seu respetivo *website*. Para além disso, há uma capacidade grande que o programa tem de atrair investigadores que estão fora da nossa área inicial, ou até, às vezes, de atrair investimentos de instituições que acham relevante que esta ou aquela revista conste no nosso portal. Temos investigadores pós-doc que o objeto do seu pós-doc são estas revistas. Temos centros de investigação que se dirigiram à produção de *websites* na nossa área. Temos investigadores isolados que reconheceram o mérito e, por conseguinte, eles próprios também quiseram avançar. Isso revela um aspeto fundamental das Humanidades Digitais, pelo menos quando elas correm bem, que é a sua capacidade de desencadear trabalho colaborativo. E, felizmente, temos tido essa capacidade de encontrar muita gente que acha mais interessante trabalhar com o nosso apoio, com a nossa retaguarda, com a nossa formação, com o nosso modelo – o trabalho deles é sobre a revista, não é sobre o processo editorial da revista –, que acha mais interessante produzir algo que fique e que tenha uma expressão deste género do que andar a escrever *papers* que têm uma

leitura muito duvidosa, que, na maior parte dos casos, leva-os o vento. São realidades absolutamente efêmeras e é quase uma espécie de trabalho que os próprios sentem relativamente perdido, porque não produziu nenhum efeito, a não ser umas mais alíneas no respetivo *curriculum*. Neste âmbito, para nós é fundamental a relação com a comunidade científica e discutirmos em campo aberto todas as questões que estão em jogo nas nossas decisões, porque obviamente temos sempre muito a aprender com os outros. Fizemos isso relativamente ao Brasil, fizemos algumas exposições do nosso trabalho, e tivemos o prazer de ver que um conjunto de investigadores muito relevantes, investigadores seniores, que têm obras relevantes sobre a história das revistas, das ideias, da circulação de ideias através das revistas no Brasil, sentiram-se interessados pelo nosso trabalho. Todos, aliás, fizeram as teses de doutoramento sobre revistas, que é uma coisa interessante, e conseguimos, a partir daí, uma equipa ligada à Biblioteca Brasileira Mindlin, e fizemos um protocolo entre a Universidade Nova e a Universidade de São Paulo que permitiu criar o RIC Brasil. Vai começar com as seis principais revistas associadas à Semana de Arte Moderna de São Paulo – por conseguinte, participámos nas comemorações do centenário – e ficarão disponíveis no início do verão deste ano, e pensamos, naturalmente, que tudo isto terá também lá sequência. Toda a retaguarda é nossa e isso é relevante. Mas há um aspeto que para nós é também de muito interesse, um aspeto de internacionalização, que é o das grandes alterações, teórico, da metamorfose que, necessariamente, a história cultural não pode deixar de sofrer por via do contexto digital. Quer dizer, muitas vezes olhou-se para o digital como se fosse qualquer coisa que se acrescentava ao existente. Ora, o digital não se acrescenta ao existente. O digital metamorfoseia o existente. Por conseguinte, o que vem depois é outra coisa. Não pode deixar de haver aí uma mudança substantiva e profunda, radical, do paradigma da história cultural. O leitor tornar-se navegador. Há perguntas que subsistem há muito tempo, que não eram suscetíveis de serem respondidas a não ser por esta via. Há perguntas que, simplesmente, ao olhar para a base de dados, permitem tirar conclusões. Por exemplo, a importância do *Mercure de France* na *Águia*,

que tu sublinhaste [na tese de doutoramento], é uma coisa que não consta na literatura. Ou, por exemplo, a distribuição estatística do conceito de saudade – que no fundo é algo que existe enquanto o Teixeira de Pascoaes é o diretor literário da revista e que se esbate logo a seguir. Há perguntas que existiam e não tinham respostas, há perguntas que a base de dados suscita e que têm dimensões hermenêuticas e heurísticas relevantes e que ninguém tinha reparado nelas, e há depois, digamos, toda uma forma de fazer história e de fazer história cultural que se altera substantivamente, por vários motivos, alguns simples e outros mais complexos. Entre os simples está o que há pouco referi, da cultura e do pensamento serem fortemente doutrinários ao longo do século XX, e, por conseguinte, constituem-se correntes de opinião bem definidas e combativas entre si. Significa também que um aspeto fundamental de cada uma destas correntes passou a ser a construção da sua própria memória. Por exemplo, a memória do neorrealismo é um terreno de combate entre quem ficou como herdeiro do neorrealismo, ou a importância da memória da *Seara Nova* e o seu significado, ou também de *O Tempo e o Modo*. De alguma forma, há um aspeto que é aqui relevante: uma abordagem feita com uma outra metodologia, que segue um outro caminho, que faz um levantamento sistemático da fonte, permite questionar diretamente muitas das ideias que estão feitas, que se foram cristalizando, e que como as fontes são difíceis de estudar, porque são extensas e complexas, passaram a ser verdades tidas como adquiridas. Por outro lado, pela mesma via, há todo um acesso à informação que permite fazer relacionamentos absolutamente inesperados, ou permite até abordar de uma forma quase inocente, isto é, de uma forma despidida de preconceito, criar um olhar novo, diferente, assente na inocência do olhar, na capacidade de ver pela primeira vez, porque a inocência é uma coisa e a ingenuidade é outra. Pelo que a nossa internacionalização nos interessa na medida em que ficámos muito satisfeitos que o nosso modelo possa ser reconhecido e utilizado por terceiros. É uma internacionalização que nos interessa no plano teórico, da metamorfose da história, do que seja a história cultural, por via do agente informático, e ainda é uma internacionalização que nos interessa do ponto de vista

de acompanharmos a evolução genérica das Humanidades Digitais, nomeadamente naqueles aspetos que nos permitem compreender como é que a análise qualitativa das nossas bases de dados quantitativas pode dar lugar a outras ferramentas, e pode dar lugar a instrumentos mais exaustivos na sua abordagem. Não estamos a dirigir o pensamento de ninguém para nenhum sítio, mas estamos a criar instrumentos de análise quase matemática, digamos assim, e a fazer com que as pessoas passem da aritmética à análise funcional.

**JM:** Muito obrigada!

**Referência para citação:**

Malta, Joana. “*Revistas de Ideias e Cultura: entrevista ao professor Luís Andrade*”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 185-199.





## **Lorenzo d’Amico de Carvalho e Giulia Strippoli**

### **Rua do Prior, 41: Lotta Continua, a Revolução dos Cravos e o uso do passado no cinema documentário**

---

A partir do filme *Rua do Prior 41*, de Lorenzo d’Amico de Carvalho, os autores dialogam sobre as possibilidades de representação da Revolução dos Cravos de abril 1974 e sobre o uso da memória. Cruzando os olhares sobre o interesse historiográfico, o uso da imagem, a criação e a divulgação por meio do teatro e do cinema, Strippoli e d’Amico falam sobre a relação entre os documentos de arquivo, a literatura e a *mise en scène* para uma aproximação à história do maior grupo de esquerda extraparlamentar italiana dos anos setenta, Lotta Continua, e da sua ligação à Revolução de Abril e ao “Sessenta-Oito”. Este texto apresenta o filme e oferece uma interpretação da relação entre história da revolução, memória dos protagonistas e visibilidade do passado.

Palavras-chave: Cinema, Lotta Continua, Memória, Revolução dos Cravos, Usos do passado.

---

### **Rua do Prior, 41: Lotta Continua, the Carnation Revolution and the uses of the past in documentary cinema**

Based on the film *Rua do Prior 41*, by Lorenzo d’Amico de Carvalho, the two authors discuss the possibilities of representing the Carnation Revolution of April 1974 and the uses of memory. Crossing their gazes on historiographical interests, the use of image, creation and dissemination through theatre and cinema, Strippoli and d’Amico de Carvalho talk about the relationship between archival sources, literature, and *mise en scène*, for addressing the history of the largest Italian extra-parliamentary left-wing group of the seventies, Lotta Continua, and its connection to the April Revolution and the “Sixty-eight”. The text introduces the film and offers an interpretation about the relationship between the history of the revolution, the memory of the protagonists and the visuality of the past.

Keywords: Cinema, Lotta Continua, Memory, Portuguese Revolution, Uses of the past.

## ***Rua do Prior, 41: Lotta Continua,* a Revolução dos Cravos e o uso do passado no cinema documentário**

Lorenzo d’Amico de Carvalho e Giulia Strippoli\*

Embora tenha havido um momento de perguntas e respostas, na forma de uma entrevista clássica, com um dia, um lugar, e um tempo de duração, este texto é fruto de um diálogo mais amplo e de uma escrita em conjunto entre Giulia Strippoli e Lorenzo d’Amico de Carvalho, sobre *Rua do Prior, 41*, o documentário realizado pelo Lorenzo em 2021 e projetado em vários festivais, em Itália e em Portugal: 17<sup>th</sup> Biografilm Festival; XX RIFF – Rome Independent Film Festival; Festa do Cinema Italiano; ou Festival Política. O diálogo dura há alguns anos, desde que o Lorenzo começou a fazer pesquisa sobre o impacto internacional do grupo de esquerda extraparlamentar Lotta Continua que, formado em Itália no rescaldo do movimento de luta de estudantes e trabalhadores dos finais dos anos sessenta, assumiu um papel internacionalista e nesse espírito participou na Revolução dos Cravos.

Rua do Prior, n.º 41 é um endereço no mapa de Lisboa que o Lorenzo escolheu como título do seu documentário sobre a Revolução dos Cravos. Ou melhor, sobre jovens de esquerda que vieram a Portugal em 1974 e 1975 para participarem no evento que parecia confirmar as esperanças dos movimentos revolucionários surgidos nos anos sessenta, que nos setenta eram desafiados – ‘desafiados’ é, neste caso, uma distorção linguística de ‘reprimidos’ – pelas manobras reacionárias que

\* Lorenzo d’Amico de Carvalho (dealmeidalor@gmail.com), escritor e realizador, e Giulia Strippoli (giuliasrippoli@fcs.unl.pt), Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Avenida Berna 26 C 1069-061, Lisboa.

nada queriam saber da revolução. Queriam saber como acabar com ela. Assim sendo, é um filme sobre a Revolução e sobre um grupo de jovens que vieram a Portugal? Talvez seja também um filme sobre o espírito de um tempo, e sobre a memória de uma experiência subjetiva. E sobre a vitalidade da revolução. E, e, e... enfim, *Rua do Prior, 41* é um filme cujas sinopses podem ser várias, mas que demonstra um particular uso do passado. O uso contemporâneo e comparativo. Será talvez supérfluo citar Benedetto Croce e Carlo Ginzburg sobre a metodologia da história. O primeiro afirmou que toda a história é história contemporânea, algo que significa ter em atenção que o investigador – e, neste caso, o realizador – coloca uma pergunta ao passado a partir do presente. Ginzburg, por sua vez, sublinhou que, neste desfasamento temporal entre o presente a partir do qual se formula a pergunta e o passado que se investiga, a reconstrução deve chegar a entender a linguagem e os códigos do passado. *Rua do Prior, 41* usa o passado desta forma, através de dispositivos fílmicos que criam um fluxo constante de interação entre os tempos da história, as formas narrativas e a conceção da encenação.

As fontes da época, como artigos de jornal, fotografias, registos audiovisuais, mais do que informarem com detalhes sobre o contexto, predispõem quem os vê a colocar-se num momento real da história. A montagem das fontes num *remix* que também usa a música e o texto declara desde o começo que o filme manipula o passado através de técnicas contemporâneas para narrar uma história. A inicial imersão no passado por via das fontes sugere que as sequências sucessivas levam quem vê o filme até outra época, e que o que este pretende não é reconstituí-la, mas antes mostrar as marcas gráficas e estéticas daquele momento que, para alguns jovens, representou um tempo de excepcional ativismo político e de descobertas revolucionárias.

Entra então em jogo um outro dispositivo fílmico: a entrevista ao Franco Lorenzoni, um dos tais jovens italianos de Lotta Continua que vieram a Portugal (logo depois do 25 de abril de 1974 e que em Lisboa ocuparam uma casa na Rua do Prior, 41) para participar no processo revolucionário e contar através da imprensa do movimento, aos camaradas italianos, o que o povo português, o COPCON e o MFA estavam

a criar depois do fim do Estado Novo e da guerra colonial. Franco é o protagonista do filme, filmado na sua casa de Cenci, onde com Roberta Passoni criou um laboratório educativo e artístico sobre a ecologia, a inclusão e a interculturalidade. Ele é o protagonista porque conta a história dos meses passados em Portugal (porque vieram, como ocuparam a casa, com quem entraram em contacto, o que faziam, que ideias políticas tinham, como concebiam a revolução, o que aprenderam com as mobilizações populares, como acabou a revolução para eles), mas a sua presença ultrapassa a faixa da memória, porque o Franco age também no presente, em Cenci e em Portugal, porque também vieram a Portugal filmar. É como se o Franco do presente dialogasse com a sua memória e com o Franco do passado, e o filme acompanha esta interação.

As sequências fílmicas de Franco em Lisboa ligam-se ao sentimento de surpresa, à casualidade do encontro com o passado e à procura dos rastros de uma história vivida anos antes. Na primeira, Franco, num gesto que lembra a ocupação de casas, a violabilidade de um espaço abandonado (embora esteja escrito algures que não se pode fazer), encontra algo que parece ter sido posto ali para que ele próprio encontrasse naquele momento, naquele ponto, no estaleiro da Lisnave. A segunda é a sequência na qual Franco vai à procura da casa que ocupou na Rua do Prior, 41, e não a encontra; ou melhor, encontra-a, mas não pode entrar, ou talvez ele até possa ver o pedaço que sobrou daquela casa, mas quem vê o documentário não pode. Mais uma vez, o filme está a dizer que aquela história acontecida no passado, mediada e contada pela voz e pelo corpo do Franco já passou, seria uma falsificação propô-la no presente, está nas lembranças de Franco e na vida dele – existe umnexo, no relato de Franco, entre a ocupação da casa e a criação do laboratório Cenci –, mas não no ecrã. No ecrã, contudo, está mais um elemento que cria um diálogo entre o passado e o presente, que declara em voz possante que o que estamos a ver não é o que aconteceu na realidade, mas um aceno ao espírito do tempo, uma história encenada em torno da memória de Franco.

Figuras 1 e 2 - Franco Lorenzoni entrevistado por Lorenzo em Cenci e em um momento da rodagem em Portugal



O dispositivo fílmico que mais assume este papel de declarar o falso e o verdadeiro no filme é a projeção, dentro do filme, de pedaços do espetáculo de teatro *O povo tem sempre razão*. Esta peça foi escrita por Anne-Riitta Ciccone e Lorenzo D'Amico de Carvalho como obra paralela e complementar ao documentário *Rua do Prior, 41*. Livremente inspirada nos diários de viagem de Franco e nos artigos que ele escre-

veu para o jornal diário *Lotta Continua* entre abril de 1974 e novembro de 1975, a peça foi produzida pela Hora Mágica em colaboração com Carpet e Divas Illudidas e teve duas antestreias, a 30 de abril e a 2 de maio de 2019, no espaço autogerido Latoaria, em Lisboa. Se a entrevista ao Franco em Cenci é a história da revolução do ponto de vista da memória dele e as sequências filmadas com Franco em Portugal são um testemunho direto de como uma lembrança continua a ser material, a peça de teatro no filme é mais um modo de representação histórica que não só introduz uma linguagem gestual distinta da montagem dos materiais de arquivo, da entrevista e das cenas de seguimento, como também usa personagens distintas, porque são atrizes e atores e porque são jovens. Uma escolha que, neste caso, usa o passado de uma maneira que, mais uma vez, diz de imediato a quem vê que se trata de uma ficção. Não porque a história da revolução e do PREC não tenha existido, mas porque o Franco que com 21 anos foi para Lisboa já não existe, e só existe a perspetiva subjetiva dele sobre o que ele próprio foi há quase cinquenta anos. E, por sua vez, a história contada por Franco é mediada pela montagem, pela seleção de informações, pelas escolhas autorais, e é mediada ao ponto que dentro do filme há um espetáculo de teatro. A este ponto, quem vê o filme deve ter percebido que se trata de um facto histórico, mas que o filme não propõe uma reconstrução histórica. E há depois a questão de serem novos, uma geração de jovens entre os 18 e os 25 anos, mais ou menos a idade que tinham Franco e os companheiros que moravam na Rua do Prior, 41. Os atores e as atrizes representam os papéis de militantes que chegaram a Portugal vindos de vários países de Europa, de representantes do MFA, de membros do COPCON, e num caso uma jovem trabalhadora portuguesa cujo trajeto pessoal e político se cruza com o de um operário do Sul de Itália, emigrado, como muitos, mas mesmo muitos, para o Norte industrial. Para além de desempenharem esses papéis, de representarem jovens em 1974 e 1975, numa sequência onírica, filmada num antigo convento da aldeia medieval de Vitorchiano, na região italiana do Lácio, os jovens parecem voar enquanto as imagens coloridas da revolução se refletem sobre eles e nas paredes por trás. Os corpos deles parecem flutuarem le-



ves, despidos do tempo e do contexto histórico. A história que se reflete neles, na pele, nas paredes, em tudo, parece mais uma possibilidade do que uma armação rígida. Se fosse necessário dar uma interpretação sobre a função que o documentário tem no chamado uso do passado, talvez propuséssemos a seguinte: resgatar o sentido da revolução como um conjunto de acontecimentos, de factos, de ações, como um momento que deu a possibilidade de fazer, de mexer, de intervir, mas também de criar e pensar.

**Figura 3 - Um fotograma do filme Rua do Prior, protagonizado por dois atores**



Não é casual que a sequência do voo esteja introduzida por algo que o Franco diz, à margem do relato sobre a luta na empresa TAP durante a revolução; que tem que ver com a influência da revolução no impulso a pensar, projetar, inventar. Franco diz no filme – e também o conta num livro que escreveu sobre a sua experiência como professor do ensino básico – o quanto aquela experiência na revolução portuguesa influenciou as suas escolhas futuras e a invenção da casa-laboratório de Cenci. Neste sentido, de um lado cria-se uma ligação entre os lugares e os tempos da história, porque a revolução portuguesa chegou até à

região italiana da Umbria, por caminhos biográficos e de ideias. Do outro, o discurso faz-se transgeracional, porque os corpos em voo são dos atores, aqueles que no espetáculo de teatro representam os sentimentos vividos por outros jovens há várias décadas. Mas no voo deles emerge a juventude deles, e como não pensar que esta geração cresceu numa época em que as possibilidades de inventar e projetar são diferentes daquelas dos anos setenta.

O que o documentário mostra é que a ideologia, a desilusão, a reação e a violência que também caracterizaram aqueles anos não conseguiram ofuscar uma ideia de mudança radical vivida com entusiasmo, alegria, ímpetos vitalistas, embora as tentativas já em ato de acabar com as revoltas e com as lentes alternativas através das quais uma grande parte da população juvenil estava no mundo e o lia. Só que isso foi há muito tempo, aliás, em tempos historiográficos nem foi há muito tempo, mas os códigos globais mudaram tanto que, de facto, hoje, os jovens têm menos possibilidades não só de fazerem mas também de pensarem em atos revolucionários. Isto se por revolução entendermos a transformação das relações laborais e sociais, a projeção num futuro melhor do presente, com confiança nos meios de luta, na solidariedade do grupo ou da classe, e nos efeitos dos impulsos individuais e coletivos. Os que agora são jovens nos dias de hoje cresceram numa época em que – mesmo tentando a subtração de terreno a uma perspectiva eurocêntrica – é muito improvável que sintam na pele o chamamento por um futuro melhor.

Talvez seja por esta razão que os jovens, enquanto voam nas paredes onde a revolução é projetada, sem que se possam integrar nela, parecem interrogar o passado: o que se sente no corpo quando se faz uma revolução e vêes acontecer o mundo de pernas para o ar que tinhas imaginado?

**Referência para citação:**

Carvalho, Lorenzo d'Amico de e Giulia Strippoli. “*Rua do Prior, 41: Lotta Continua, a Revolução dos Cravos e o uso do passado no cinema documentário*”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 201-208.



**Samuel Merrill, Emily Keightley e  
Priska Daphi, eds.**

***Social Movements, Cultural Memory  
and Digital Media: Mobilising  
Mediated Remembrance***

**Cham: Palgrave Macmillan, 2020, 298 pp.**

Verónica Ferreira\*

Publicado no rescaldo de uma série de acontecimentos que permitiram a visibilidade mediática de movimentos sociais a partir de plataformas digitais – e.g., o *#metoo* nos EUA<sup>1</sup> – a publicação de *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media* começa por questionar, a partir de um exemplo mediático protagonizado pela congressista norte-americana Alexandria Ocasio-Cortez<sup>2</sup>, até que ponto determinados eventos históricos são ou não mobilizáveis noutros contextos e qual o papel dos

\* Verónica Ferreira (veronicaferreira@ces.uc.pt), CES-UC, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra. Esta recensão foi escrita no âmbito da investigação desenvolvida a partir do projeto “CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times” (StG-ERC-715593) financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) e pelo programa-quadro comunitário de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia. Receção da recensão original: 16-05-2022. Receção da versão revista: 27-05-2022. Aceitação: 29-05-2022.

1 Alguns dos quais desenvolvidos neste volume, embora valha a pena mencionar o movimento Black Lives Matter, os movimentos pela descolonização do espaço público ou os movimentos pelos direitos reprodutivos, pró-escolha e de sensibilização contra a violência obstetra.

2 A congressista comparou o tratamento dado a imigrantes que atravessam ilegalmente a fronteira dos EUA nos centros de detenção da U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE) com os campos de concentração durante uma transmissão em direto da sua conta de Instagram a 17 de junho de 2019. Caroline Kelly, “Ocasio-Cortez compares migrant detention facilities to concentration camps”, CNN, 18 de junho de 2019, último acesso a 15 de maio de 2022, <https://edition.cnn.com/2019/06/18/politics/alexandria-ocasio-cortez-concentration-camps-migrants-detention/index.html>.

meios de comunicação e informação digitais nessas dinâmicas. Por outras palavras, que papel desempenham os meios digitais de informação e comunicação nos processos de mobilização e ressignificação da memória, tanto a nível local como transnacional.

*Social Movements, Cultural Memory and Digital Media* é uma obra que reúne textos com origem num *workshop* de junho de 2016 na Universidade de Westminster, *Times Are a Changin': Temporality, Memory and Social Movements in the Digital Age*. Semelhante a várias coletâneas académicas cujos âmbitos convergem numa introdução – e, por vezes, conclusão – agregadora, este conjunto de textos foi compilado com o objetivo de colmatar uma lacuna nos Estudos da Memória, em particular no campo da memória cultural, e nos Estudos sobre Movimentos Sociais. Lacuna essa que consiste na interseção entre esses dois campos no espaço digital ou, como referem os autores, “[...] compreender como os recentes avanços nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e nos meios *media* digitais, incluindo as capacidades da Internet na Web 2.0 e as plataformas de redes sociais, moldam o trabalho de memória nos movimentos sociais”<sup>3</sup>.

Tendo como ponto inicial uma introdução que apresenta uma revisão da literatura dos vários campos bastante completa, esta edição da Palgrave Macmillan traz um conjunto de ensaios diversificado, tanto em termos de espaços geográficos como das plataformas digitais analisadas. O desenvolvimento destes estudos de caso cruza Estudos sobre *Media* com Estudos Culturais e contribui para o (relativamente recente) campo das memórias digitais<sup>4</sup>. Na introdução, os autores sublinham a necessidade de se evitar abordagens demasiado celebratórias ao defender análises detalhadas que tenham em conta as *nuances* das dife-

3 Tradução da autora, no original “[...] understanding how recente advances in information and communication technologies (ICTs) and digital media, including web 2.0 internet capabilities and social media platforms, shape memory work in social movements”, Samuel Merrill, Emily Keightley e Priska Daphi, eds., *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance* (Cham: Palgrave Macmillan, 2020), 1.

4 Para mais estudos de caso no campo das memórias digitais, veja-se, por exemplo, Joanne Garde-Hansen, Andrew Hoskins e Anna Reading, eds., *Save as... Digital Memories* (Londres: Palgrave Macmillan, 2009) e Andrew Hoskins, ed., *Digital Memory Studies: Media Pasts in Transition* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2018).

rentes modalidades de memória e o modo como estas estão implicadas na produção e reprodução ativa de políticas de reconhecimento, por vezes conflitantes<sup>5</sup>. Os autores sublinham ainda a necessidade de um compromisso académico, por parte de investigadores e investigadoras, com uma justiça social e ética de cuidado,<sup>6</sup> no entanto, como se verá mais adiante, este compromisso implicaria uma abordagem crítica que escapa às análises levadas a cabo no volume.

Dito isto, o livro editado por Samuel Merrill, Emily Keightley e Priska Daphi está dividido em três secções: 1) “Claims”, que poderia ser traduzido por reivindicações; 2) “Circulations”, isto é, trânsitos ou circulações; e 3) “Curations”, que se refere ao trabalho de curadoria a partir do conceito de arquivo e de repertório. Na primeira secção encontram-se os capítulos “Trans Memory as Transmedia Activism”, por Abigail De Kosnik, Clement Hil Goldberg, Julia Havard e Paige Morgan Johnson; “Who Is the Volk? PEGIDA and the Contested Memory of 1989 on Social Media”, por Ned Richardson-Little e Samuel Merrill; e “Connective Memory Work on Justice for Mike Brown”, por Rik Smit. Os três capítulos têm em comum a exploração de memórias de eventos passados – mais ou menos atuais – com o objetivo de as mobilizar para as lutas do presente. No primeiro texto, a partir de produtos culturais recentes, reivindica-se a importância da visibilidade de comunidades marginalizadas, neste caso a comunidade trans. O movimento utiliza os diversos meios de comunicação e informação digitais para reclamar a sua presença pioneira na história da luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+. O segundo texto incide sobre a forma como o movimento anti-imigração PEGIDA reivindica a memória das manifestações pacíficas de 1989 na Alemanha Oriental pela reunificação alemã, nomeadamente através do uso do slogan “*Wir Sind Das Volk*” (“Nós somos o povo”) e como essa reivindicação é contestada em redes sociais como o Twitter. Ora, embora não se explore a questão no capítulo, este último texto, como se discutirá mais adiante, abre o conceito de movimentos

5 Merrill, Keightley e Daphi, *Social Movements*, 7.

6 A partir de Karen E. Till, “Wounded Cities: Memory-Work and a Place-Based Ethics of Care”, *Political Geography* 31 (2012): 3-14, citado em *Social Movements*, ed. Merrill, Keightley e Daphi, 15.

sociais a movimentos que não se coadunam com políticas de emancipação social. Um tema retomado por Anna Reading na conclusão, ao abordar a importância do que chama “antissocial” nas dinâmicas entre movimentos de pessoas, a memória cultural e os novos meios de comunicação e informação digitais. O último texto desta secção analisa a criação de uma página de Facebook dedicada a Michael Brown – afroamericano morto pelo agente Darren Wilson, da polícia de Ferguson, no início de agosto de 2014 –, assim como as interações que se desenvolvem na página celebrando a memória de Michael Brown e que, concomitantemente, permitem a difusão de informação e a organização de protestos em ações *online* e *offline*. O autor parte, para o efeito, do conceito de ação conectiva, de Bennett e Segerberg,<sup>7</sup> que explica a especificidade do que acreditam ser uma mobilização a partir da conexão e personalização, e que resulta numa dinâmica de constante mudança e em formas emergentes de transmitir a memória e de interação entre pessoas e plataformas digitais<sup>8</sup>.

Na secção “Circulations” encontramos os capítulos “Following *The Woman with the Handbag*: Mnemonic Context Collapse and the Anti-Fascist Activist Appropriation of an Iconic Historical Photograph”, de Samuel Merrill; “#ioricordo, Beyond the Genoa G8: Social Practices of Memory Work and the Digital Remembrance of Contentious Past in Italy”, por Lorenzo Zamponi; e “In Between Old and New, Local and Transnational: Social Movements, Hybrid Media and the Challenges of Making Memories Move”, por Pawas Bisht. No primeiro capítulo é investigada a partilha e difusão de uma fotografia icónica, que representa uma mulher no momento em que se preparava para bater com a sua mala num neonazi na Suécia, por movimentos e antifascistas de várias geografias. Para Samuel Merrill esta apropriação entre contextos

7 Em contraste com o conceito de ação coletiva, veja-se W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg, “The Logic of Connective Action”, *Information, Communication & Society* 15, n.º 5 (2012): 739-68; W. Lance Bennett e Alexandra Segeberg, *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014), citados em Rik Smit, “Connective Memory Work on *Justice for Mike Brown*”, in *Social Movements*, ed. Merrill, Keightley e Priska, 86.

8 Smit, “Connective Memory”, 86.

distintos contribui para a erosão do contexto histórico e biográfico da fotografia e da senhora que nela figura, mas, por outro lado, adquire significado simbólico para as comunidades antifascistas a um nível transnacional. O mesmo acontece com o *hashtag*, em circulação no Twitter, *#ioricordo* (*#eurecordo*) que, embora tenha sido criado em 2022 por ativistas para comemorar o décimo aniversário dos protestos anti-G8 de 2001 em Génova, foi mobilizado para outros eventos simbólicos como o Holocausto, os massacres dos anos 1970 ou por vítimas da máfia. Analisando os *tweets* que continham a *hashtag*, Zamponi conclui que, por um lado, o “projeto mnemónico” de *#ioricordo* demonstra as potencialidades das redes sociais, enquanto espaços coletivos, para o desenvolvimento de trabalho sobre a memória (*memory work*), sobretudo ao inserir as histórias pessoais – dos utilizadores do Twitter – numa narrativa partilhada de um contexto social e político mais vasto. Todavia, por outro lado, a investigação de Lorenzo Zamponi demonstra que, apesar de ligados pela rede, a maioria dos *tweets* publicados não equivalem a ligações fortes e constantes entre os indivíduos que participam em atos de comemoração *online*. Há, portanto, pouca conexão entre os utilizadores<sup>9</sup>.

O capítulo seguinte, e último desta secção, analisa a forma como múltiplos ativistas difundiram a memória do desastre de Bhopal em 1984 e como ela pode ser mobilizada para outros eventos relacionados com desastres industriais para além do seu contexto particular e das capacidades de uso dos meios digitais por ativistas locais. De acordo com Bisht, o seu estudo incide sobre a mobilização mnemónica em dois contextos espaciais diferentes – Bhopal, na Índia, e Londres, no Reino Unido – com o propósito de mostrar como a produção de memória deve ser compreendida como resultado de mobilizações híbridas que concatenam meios de comunicação e informação digitais e interações *offline*, tanto a nível local como a nível transnacional, dentro e fora dos

9 Lorenzo Zamponi, “#ioricordo, Beyond the Genoa G8: Social Practices of Memory Work and the Digital Remembrance of Contentious Pasts in Italy”, *Social Movements*, ed. Merrill, Keightley e Priska, 164.

movimentos sociais – com o público mais vasto<sup>10</sup>. Este artigo chega a uma conclusão importante relativamente à desigualdade no acesso aos meios digitais e à internet, em particular, i.e., que o domínio das comunicações digitais e, conseqüentemente, do trabalho de memória na Internet é marcado pelas desigualdades e desequilíbrios na distribuição de recursos económicos, culturais e sociais em contextos geográficos distintos – i.e., que os ativistas de países ocidentais têm uma maior capacidade de mobilizar politicamente e difundir memórias a um nível transnacional que os ativistas locais, neste caso da Índia, onde o acesso à Internet é mais difícil –, facto que tem sido, segundo o autor, menos-prezado pelas investigações sobre movimentos sociais<sup>11</sup>.

Por fim, na secção “Curations” estão os capítulos “Archiving the Repertoire, Performing the Archive: Virtual Iterations of Second-Generation Activism in Post-Dictatorship Argentina”, de Cara Levey; “How to Curate a ‘Living Archive’: The Restlessness of Activist Time and Labour”, por Red Chidgey; e “‘We Will Not Forget, We Will Not Forgive!’: Alexei Navalny, Youth Protest and the Art of Curating Digital Activism and Memory in Russia”, de Oxana Moroz. O texto de Cara Levey reflete sobre as dinâmicas existentes entre “arquivo” e “repertório”, em particular no caso da organização H.I.J.O.S. composta por filhos e filhas de pais assassinados durante e pela ditadura militar argentina entre 1976 e 1983, e do *escrache* como forma de denúncia daqueles que colaboraram com a ditadura e nunca foram responsabilizados. Uma forma de denúncia que emergiu em meados dos anos 1990, mas que tem surgido de forma renovada em vídeos no Youtube e no Facebook, desafiando as fronteiras entre “arquivo” e “performance” ou “repertório”. O capítulo de Red Chidgey, partindo de 858 documentos pertencentes aos Archives of Resistance, Occupy Wall Street Archives e Women’s March On Archives, aborda a forma como todos eles exploraram o potencial democratizante das redes sociais para agregar narrativas e

10 Zamponi, “#ioricordo, Beyond the Genoa G8”, 190.

11 Sasha Costanza-Chock, *Out of the Shadows and into the Streets! Transmedia Organizing and the Immigrant Rights Movement* (Cambridge, MA e Londres: MIT Press, 2014), citado em Zamponi, “#ioricordo, Beyond the Genoa G8”, 190.

objetos mnemónicos. Embora com objetivos diferentes, eles permitem operacionalizar o conceito de arquivo vivo. E, por último, o capítulo de Oxana Moroz explora o arquivo criado pelo opositor ao regime de Vladimir Putin, Alexey Navalny, através da sua fundação anticorrupção, Anti-Corruption Foundation (ACF), dinamizada por jovens russos. O objetivo deste arquivo seria recolher indícios de corrupção que seriam usados em futuras ações legais contra Putin assim que Navalny chegasse ao poder no país.

O livro termina com o texto provocador de Anna Reading “Afterword/Afterweb: The Antisocial Memory Assemblage”. Descartando uma análise laudatória dos novos meios digitais, a autora abre a ferida das forças antissociais que a Internet é capaz de (re)produzir. Desde logo, a forma como estabelece uma plataforma para o conflito e a animosidade, como acontece no Facebook ou no Twitter, a partir de uma dinâmica de polarização e enquinamento do debate que recorre à chacota – fenómeno denominado *trolling*<sup>12</sup>. Designando as referidas dinâmicas de ‘antissociais’, e remetendo sobretudo para o capítulo de Ned Richardson-Little e Samuel Merrill sobre o PEGIDA, Reading desenvolve a ideia questionável segundo a qual estes movimentos – não progressistas e de extrema-direita – são em si antissociais. Ora, o seu carácter excludente não implica que as dinâmicas que se estabelecem dentro do movimento sejam antissociais, pelo contrário, fazem parte de um tipo de sociabilidade com genealogia própria e com um determinado contexto histórico, social e económico.

A autora coloca “em cima da mesa” questões importantes sobre as dinâmicas digitais, porém não chega a colmatar a necessidade de uma crítica imanente que coloque a nu as contradições inerentes a um espaço marcado por lógicas neoliberais. A crítica de Jodi Dean<sup>13</sup>, por exemplo, poderá amainar os laivos de exaltação que enquadram a relação cada

12 Phillips Whitney, *This Is Why We Can't Have Nice Things: Mapping the Relationship between Online Trolling and Mainstream Culture* (Cambridge, MA e Londres: The MIT Press, 2015); Angela Nagle, *Kill All Normies: The Online Culture Wars from Tumblr and 4chan to the Alt-Right and Trump* (Winchester e Washington: Zero Books, 2017).

13 Jodi Dean, *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive* (Cambridge e Malden: Polity, 2010) e Jodi Dean, *Crowds and Party* (Londres: Verso, 2016).

vez mais dependente das pessoas e dos grupos políticos e sociais com a Internet e os seus circuitos mais ou menos fechados – pensando nas plataformas a que chamamos redes sociais e onde se vai desenvolvendo cada vez mais a nova sociabilidade pós-analógica. Mas, neste caso, o alerta está na forma como a Internet molda a sociabilidade política por forma a encerrá-la em atos de alcance limitado, baseados em movimentos de convergência temporária, sem grandes consequências políticas e sociais para além do momento que transformou determinada causa em tendência e/ou moda. Paralelamente, não se tem em consideração a formação de bolhas de opinião que encerram qualquer hipotético debate em ambientes compostos por pessoas com posições políticas, sociais e económicas semelhantes<sup>14</sup>. A visão superficial da Internet enquanto meio agregador de pessoas e formador ou facilitador de movimentos sociais naturaliza as estruturas de poder e relações de exploração que são inerentes à lógica das plataformas enquanto modelo de negócio – porque é isso que elas são, antes de mais.

As conclusões de cada capítulo relembram as fragilidades da mobilização digital, mas falham em explicar com maior detalhe as causas económicas e políticas dessas mesmas fragilidades. Os estudos de caso ignoram as condicionantes económicas das plataformas digitais, naturalizando-as e encetando uma análise relativamente acrítica dos ditos movimentos sociais. Entre outras questões, para compreender a visibilidade de determinados movimentos encetados em plataformas como o Twitter ou o Facebook é importante compreender as lógicas comerciais de acumulação de lucro e o modelo económico baseado no entretenimento e na economia da atenção, que servem para prender os utilizadores às plataformas a fim de explorar o seu conteúdo (trabalho não pago) para aumentar o valor dos anúncios direcionados. A visibilidade beneficia, assim e sobretudo, as pessoas que estão ligadas ao mundo do entretenimento, ou indústria cultural, e já disfrutam de atenção mediática prévia em detrimento de outras. Há, portanto, um problema de visibilidade e capacidade de projeção de determinados movimentos

14 Eli Pariser, *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You* (Nova Iorque: Viking, 2011).



para além dos seus membros e simpatizantes. Da mesma forma, é importante questionar – já que os investigadores se comprometem com ideais de justiça social – até que ponto é que têm influência social e política concreta num público mais alargado ou em políticas públicas. Falta uma definição de “movimento social” e uma análise mais crítica dos meios de comunicação e informação digitais. A abordagem escolhida é bastante superficial e acrítica, nomeadamente na forma como se foca sobretudo nas qualidades agregadoras do meio e não nos efeitos práticos dos movimentos sociais, mas também no modo como toma as redes sociais enquanto espaços ideologicamente neutros<sup>15</sup>. Não obstante, este é um livro que merece ser lido: pela revisão exaustiva da literatura nos campos que se propõe explorar e pela conclusão, em jeito de desafio analítico, que incita após a leitura atenta dos capítulos a uma reflexão sobre o papel dos novos meios de comunicação e informação digitais na produção mnemónica dos movimentos sociais.

15 Christian Fuchs, *Social Media: A Critical Introduction*, 3.<sup>a</sup> edição (Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Deli: SAGE, 2021); José van Dijck, *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media* (Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2013) e José van Dijck, Martijn de Waal e Thomas Poell, *The Platform Society: Public Values in a Connective World* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2018).

## BIBLIOGRAFIA

Dean, Jodi. *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive*. Cambridge e Malden: Polity, 2010.

Dean, Jodi. *Crowds and Party*, Londres: Verso, 2016.

Dijck, José van. *The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

Dijck, José van, Martijn de Waal, e Thomas Poell. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

Fuchs, Christian. *Social Media: A critical introduction*. 3.<sup>a</sup> edição, Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Deli: SAGE, 2021.

Garde-Hansen, Joanne, Andrew Hoskins, e Anna Reading, eds. *Save as... Digital Memories*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

Hoskins, Andrew, ed. *Digital Memory Studies: Media Pasts in Transition*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2018.

Merrill, Samuel, Emily Keightley, e Priska Daphi, eds. *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

Nagle, Angela. *Kill All Normies: The Online Culture Wars from Tumblr and 4chan to the Alt-Right and Trump*. Winchester e Washington: Zero Books, 2017.

Pariser, Eli. *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You*. Nova Iorque: Viking, 2011.

Whitney, Phillips. *This Is Why We Can't Have Nice Things: Mapping the Relationship between Online Trolling and Mainstream Culture*. Cambridge, MA e Londres: The MIT Press, 2015.

## Referência para citação:

Ferreira, Verónica. “Recensão a *Social Movements, Cultural Memory and Digital Media: Mobilising Mediated Remembrance* de Samuel Merrill, Emily Keightley e Priska Daphi, eds.”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.<sup>o</sup> 14 (2022): 209-218.

**Elke Weesjes**

***Growing Up Communist in the  
Netherlands and Britain. Childhood,  
Political Activism, and Identity  
Formation***

**Amsterdam: Amsterdam University Press,  
2021, 293 pp.**

Giulia Strippoli\*

The interviews with 38 British and Dutch cradle communists who participated in an oral history project about family life and childhood experiences are part of the large sources and literature that Elke Weesjes analyses in this comparative study on communism in Britain and in the Netherlands. The memories collected through the oral history project conducted over almost twenty years – between 2001 and 2019 – are interpreted together with archival sources, biographies and autobiographies, historiography, with the aim of proposing a different key to understanding communist mentalities than the ones presented by scholars such as Jolande Withius and Thomas Linehan who have described communists – respectively in the Dutch and in the British contexts – as rigid, non-affective figures, separated from the outside world and strongly dependent on the Soviet pedagogies and practices<sup>1</sup>. This focus and the

\* Giulia Strippoli (giuliasrippoli@fcsh.unl.pt), Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Avenida Berna 26 C, 1069-061 Lisboa. This work is funded by national funds through the FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0056. Receção da revisão original: 09-05-2022. Receção da versão revista: 16-05-2022. Aceitação: 17-05-2022.

<sup>1</sup> Jolande Withius, *Opoffering en heroïek: de mentale wereld van een communistische vrouwenorganisatie in naoorlogs Nederland 1946-1976* (Amsterdam: Boom, 1995); Jolande Withius,

comparative perspective are informed by scholars such as Andrew Flinn, Geoff Andrews, Gidon Cohen, Evan Smith, Kevin Morgan, and Matthew Worley, who, by considering more than one context, have complicated the pictures that drew a monolithic image of communist contexts (and that study the link with Moscow without looking at its possible variations)<sup>2</sup>. On the other hand, the combination of the interviews with other sources looks at the differences between oral history and the construction of social and cultural memory, to their particular methods of research, but also to the different contexts of raising and aims of oral history and memory turns (the former is connected to the objective of democratising history, which emerged in the 1960s, while the memory turn is more related to traumatic processes, such as the Jewish Holocaust or the disintegration of the Soviet Union) and to the cases of non-involvement of one methodology in the other<sup>3</sup>. The combined use of the research materials characterizes both Part I and II, the first dedicated to the British and the Dutch communist youth organisations from the 1920s to the 1990s, the second focused on the lives of communists and on the different family experiences between the public and the private spheres. The history of the YCL (the British Young Communist League) and of the Dutch youth organisations, the CJB (Communistische Jeugdbond – Communist Youth League) and then the ANJV (Algemeen Nederlands Jeugdverband – General Dutch Youth League) show the similarities and differences of these movements in their social and political articulations, and in their relationships with the respective communist parties, the

*Raadsvader. Kind in de Koude Oorlog* (Amsterdam: Bezige Bij, 2018); Thomas Linehan, *Communism in Britain, 1920-39: From the Cradle to the Grave* (Manchester: Manchester University Press, 2007).

<sup>2</sup> See Geoff Andrews, *Endgames and New Times. The Final Years of British Communism* (London: Lawrence and Wishart, 2004); Kevin Morgan, Gidon Cohen and Andrew Flinn, *Communists and British Society 1920-1991. People of a Special Mould* (London: Rivers Oram Press, 2007); Kevin Morgan, Gidon Cohen and Andrew Flinn, eds., *Agents of the Revolution. New Biographical Approaches to the History of International Communism in the Age of Lenin and Stalin* (Bern: Peter Lang, 2005); Evan Smith, "Are the Kids United? The Communist Party of Great Britain, Rock Against Racism, and the Politics of Youth Culture", *Journal for the Study of Radicalism* 5, n.º 2 (Fall 2011): 85-117; and Matthew Worley, "Marx-Lenin-Rotten-Strummer: British Marxism and Youth Culture in the 1970s", *Contemporary British History* 30, n.º 4 (2016): 505-21.

<sup>3</sup> See Paula Hamilton and Linda Shopes, *Oral History and Public Memories* (Philadelphia: Temple University Press, 2008).

CPGB (Communist Party of Great Britain) and the CPN (Communistische Partij van Nederland – Communist Party of the Netherlands).

In the period between the foundation of the communist parties and the youth organizations, and 1956, the CJB – and then the ANJV – and YCL differentiate themselves mostly because of their relationships with the communist parties, the ANJV being strongly linked to the CPN, while the YCL was more independent from the CPGB. According to the author, the anti-communist violence in the Netherlands during the Cold War and especially after the events of 1956 caused a major cohesion between the party and the youth's organization, a sense of belonging and strong unity in the two organisations, while in Britain 1956 meant not only that a significant number of members of the YCL left the league to join other organizations, such as Trotskyist or New Left groups, but also the end of YCL's solidarity with Moscow and the CPGB. In the following decade, both the YCL and the ANJV came out from isolation, thanks to their campaigns on specific issues: the Vietnam War, students' rights and nuclear disarmament, although the ANJV had more difficulties to abandon its sectarian attitudes, while YCL demonstrated a strong ability in connecting and being influenced by students' movements and in particular by women's groups. The ANJV, after an initial – and mutual – misunderstanding, started collaborating with *Provo*, mostly against the Vietnam war and for denouncing the police violence and the fascist presence in the Netherlands. Moreover, the YCL not only was able to connect more with the new radicalism of the youth, but during the decade developed a decisive independence from the CPGB, while the ANJV remained strongly dependent from the CPN and less connected with the movements that were born in the meantime. Weesjes dedicates the last chapter of Part I to the period between 1969 and 1991, and to the youth organisations in its relationships with communist parties, but also with anti-racist, feminist and gay rights movements. In both cases, the groups succeeded in being an important part of these new movements, and in being influenced by them: for instance, female members played essential roles in the YCL and in the ANJV. The differences, the analogies, the contra-

dictions showed by the two organisations during these decades – such as the conception of independence from the communist parties, because although the strong ties between ANJV and CPN the youth organisation was financially independent, different from its British counterpart – were overcome by their common demise at the end of the eighties.

Part I draws a plural scenario where the ANJV and the YCL showed differences and nuances and, moreover, were not always equal to themselves. Against this backdrop, Part II focuses on oral interviews to cradle communists to investigate different issues: the impact of World War II and of the events of 1956, communist home life, political and cultural upbringing, and the interactions between communist families and external spaces such as work, school, extended family and neighbourhood. Through the interviews, Weesjes innovates in arguing that communist ideology was not so comprehensive as previous studies have claimed. The author demonstrates her main thesis in showing how British and Dutch communist identities were shaped by external circumstances and that both in Britain and in the Netherlands, there was a gap between the formal and the informal practices, for instance between the party's directives and the adaptation of these practices in the private sphere. Besides inspiring more research on other communist contexts to challenge this interpretation, this part of the book provides several examples of the articulation in time and space of communist identities. In chapter five, the author explores the memories of childhood concerning the parents' trauma of the war, the Nazi prisons, deportations and executions and about the feelings connected to being a communist, a picture complicated by the events after 1956 and the double ostracisms and sense of abandonment experienced by children whose parents left the parties<sup>4</sup>. In the following chapter, the author focuses on how communist party members acted as parents, and on the role of the Soviet ideology within communist families. The scenario that emerges expresses a remarkable contrast between the parties' theories and the families' practices: although politics had a vital role in communist

<sup>4</sup> Elke Weesjes, *Growing Up Communist in the Netherlands and Britain: Childhood, Political Activism, and Identity Formation* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021), 185.

homes, that often means an ongoing access to information, exchange of opinions, and also the perception of being ‘different’ and somehow ‘superior’ to non-communist peers<sup>5</sup>. The variety of the interviews show that not all cradle communists had the same experiences in the formation of their political personality, nor in the parental education or emotional attention (or deprivation). This does not avoid the possibility of tracing a common framework that communists share and to formulate some generalisations about what distinguished them from non-communists in terms of a general progressive education, which had effects, for instance, in the absence of corporal punishments or in the conceptions of gender relationships<sup>6</sup>, but the plurality of experiences inspires the author in looking at influences not only from the Soviet ideology, but also from the Western culture and from the indigenous circumstances.

According to Weesjes’s studies and interviews, in Britain communists were more accepted than in the Netherlands, where the isolation of communists was conditioned by the strong anti-communist tradition and by the small size of the party, while in British society there were less differences between communist workers and the rest of the working class. Nevertheless, the oral project conducted by the author demonstrates that, differently from the results of Jolande Withius’s research, good relationships and even friendships between communists and non-communists have been possible and fruitful in Dutch society<sup>7</sup>. The epilogue (chapter 8) focuses on the memories and legacies of the experience in communist families and on how communist upbringing has conditioned adulthood of the cradle communists, with a special focus around the collapse of the Soviet Union. A point of interest is that throughout the project – of almost twenty years – the participants have demonstrated a more critical attitude towards their experiences. The author explains this variation with the increased trust between the respondents and the interviewer and with the fact that, in the meantime, participants got older, and in some cases their parents had passed away. The other important result is that the author’s questions

<sup>5</sup> Weesjes, *Growing Up Communist*, 188-94.

<sup>6</sup> Weesjes, *Growing Up Communist*, 214.

<sup>7</sup> Weesjes, *Growing Up Communist*, 255.

“How do you look back on your upbringing?”<sup>8</sup> and “Do you have the same values as your parents when it comes to raising your own children?”<sup>9</sup> in general have provoked positive feelings in relation to respondents’ upbringings, despite the expression of negative feelings aroused around the Soviet crimes. Moreover, the participants have tended to be sympathetic to their parents’ choices and attitudes, and when they have noted difficulties, such as lack of attention or emotional deprivation, these did not overshadow the consideration of the positive aspects.

This research nicely combines the political history of youth organizations in Britain and the Netherlands, with the focus on the formation of the communist identities, telling an history that by using a plurality of sources, including oral interviews, highlights the connections between politics, education and legacies. This perspective inspires further research about communist organizations and individuals and shows the richness of addressing the study of communism through comparative lens to evaluate the influences of indigenous circumstances. Moreover, this book shows how the construction of communist communities, with all its obstacles, limits and contradictions, left members with legacies in terms of values and attitudes that are perceived as a positive heritage. If the choice of the comparison is due to the possibility of considering the indigenous characteristics, the focus on Britain and the Netherlands is justified by the isolation of communists, differently from other contexts, like the case of Italy and France. This approach not only differentiates from the anti-communist tradition that emerged during the Cold War, but by valuing the circumstances of each country<sup>10</sup>, reaches the objective of proving the changing aspects of communism, the permeability of communist communities and, in doing so, stimulates the interest in multiplying studies on the legacies, in the present, of 20<sup>th</sup>-century communism.

8 Weesjes, *Growing Up Communist*, 260.

9 Weesjes, *Growing Up Communist*, 265.

10 The author exemplifies the anti-communist tradition by quoting Bob Darke. On the other hand, the references for the consideration of communism and labour movements in specific contexts are E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (London: Victor Gollancz Ltd, 1963); Christopher Hill, *The World Turned Upside Down: Radical Ideas in the English Revolution* (London: Penguin, 1972); and Eric Hobsbawm, *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movements in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries* (Manchester: Manchester University Press, 1959).



## BIBLIOGRAPHY

Andrews, Geoff. *Endgames and New Times. The Final Years of British Communism*. London: Lawrence and Wishart, 2004.

Hamilton, Paula, and Linda Shopes. *Oral History and Public Memories*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

Hill, Christopher. *The World Turned Upside Down: Radical Ideas in the English Revolution*. London: Penguin, 1972.

Hobsbawm, Eric. *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movements in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1959.

Linehan, Thomas. *Communism in Britain, 1920-39: From the Cradle to the Grave*. Manchester: Manchester University Press, 2007.

Morgan, Kevin, Gidon Cohen and Andrew Flinn. *Communists and British Society 1920-1991. People of a Special Mould*. London: Rivers Oram Press, 2007.

Morgan, Kevin, Gidon Cohen, and Andrew Flinn, ed. *Agents of the Revolution. New Biographical Approaches to the History of International Communism in the Age of Lenin and Stalin*. Bern: Peter Lang, 2005.

Smith, Evan. "Are the Kids United? The Communist Party of Great Britain, Rock Against Racism, and the Politics of Youth Culture". *Journal for the Study of Radicalism* 5, n.º 2 (Fall 2011): 85-117.

Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz Ltd, 1963.

Weesjes, Elke. *Growing Up Communist in the Netherlands and Britain: Childhood, Political Activism, and Identity Formation*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021.

Withius, Jolande. *Opoffering en heroïek: de mentale wereld van een communistische vrouwenorganisatie in naoorlogs Nederland 1946-1976*. Amsterdam: Boom, 1995.

Withius, Jolande. *Raadselvader. Kind in de Koude Oorlog*. Amsterdam: Bezige Bij, 2018.

Worley, Matthew. "Marx-Lenin-Rotten-Strummer: British Marxism and Youth Culture in the 1970s". *Contemporary British History* 30, n.º 4 (2016): 505-21.

## Referência para citação:

Strippoli, Giulia. "Recensão a *Growing Up Communist in the Netherlands and Britain. Childhood, Political Activism, and Identity Formation* de Elke Weesjes". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 219-225.

